

**A edificação e consolidação do Estado Novo no concelho de Torres
Vedras: do golpe militar do 28 de Maio de 1926 às Eleições
Presidenciais de 13 de Fevereiro de 1949**

Hélder Ribeiro Ramos

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Setembro de 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização em História
Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor
Fernando José Mendes Rosas.

Versão melhorada e corrigida após defesa pública

AGRADECIMENTOS

Um estudo desta dimensão e deste âmbito, nunca pode ser única e exclusivamente, o reflexo do trabalho do seu autor, mas sim de um conjunto de intervenientes, que directa ou indirectamente, contribuíram para a consumação deste projecto de investigação, a quem devemos prestar o nosso agradecimento.

Ao Professor Fernando Rosas, orientador desta dissertação de Mestrado, que desde o início, se mostrou disponível, para nos acompanhar na elaboração do nosso estudo e cuja acção permitiu, em determinadas ocasiões, desbloquear alguns entraves ao avanço da investigação, assim como às críticas, sugestões e observações efectuadas, que se revestiram de relevância na progressão respeitante a este projecto.

Ao Doutor Carlos Guardado da Silva, responsável pelo Arquivo Municipal de Torres Vedras, quer pelas facilidades concedidas aquando do processo de pesquisa e recolha de informação, quer pelos diálogos realizados e que permitiram tomar conhecimento real, nem sempre presente, dos contornos associados à investigação em História local. Aproveitamos igualmente para agradecer aos restantes funcionários.

Ao Venerando Aspra de Matos, historiador torriense e profundo conhecedor de variadíssimos aspectos associados à investigação histórica local, cujas conversas encetadas, contribuíram, para uma melhor percepção da realidade da investigação local, dos recursos existentes e de outros conhecimentos intimamente ligados às particularidades da História do concelho de Torres Vedras.

Ao dr. Paulo Tremoceiro, Chefe de Divisão de Comunicação e Acesso do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pela coordenação desempenhada aquando da pesquisa dos processos do Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança, assim como pelas facilidades conferidas no âmbito da investigação efectuada no Arquivo da Legião Portuguesa.

À dr. Odete Martins, Coordenadora do Gabinete de Leitura Pública e Referência do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cuja pronta acção, permitiu desbloquear, o acesso a documentação inserida no Arquivo da Mocidade Portuguesa, directamente concernente, à estrutura daquela organização salazarista no concelho de Torres Vedras.

À sr. Hercília Veiga Ralha, testemunha directa das vivências locais do período pós-2.^a Guerra Mundial, cuja entrevista realizada, permitiu, compreender os contornos

associados à actividade desencadeada pelos jovens democratas de Torres Vedras, particularmente no mês que antecedeu a Eleição Presidencial de Fevereiro de 1949. De igual forma, aproveitamos para agradecer ao seu filho, o sr. Jorge Ralha, por nos ter auxiliado em todo o processo respeitante à realização da aludida entrevista.

Ao Rúben Lopes, também ele um entusiasta da História local, que, tal como eu, decidiu aventurar-se pelo caminho, nem sempre acessível, de estudos deste âmbito, nunca tendo deixado de partilhar, informações úteis, para o desenrolar da minha investigação e que foram fulcrais, na consumação, de algumas das conclusões aqui apresentadas.

A EDIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NOVO NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS: DO GOLPE MILITAR DO 28 DE MAIO DE 1926 ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 13 DE FEVEREIRO DE 1949

HÉLDER RIBEIRO RAMOS

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Torres Vedras, Ditadura Militar, Estado Novo, elites, modelo corporativo, oposição, guerra.

A presente dissertação de mestrado procura abordar a edificação e consolidação do regime do Estado Novo no concelho de Torres Vedras, alicerçando a sua estrutura de análise, numa abordagem aos aspectos políticos, sociais e económicos, mais relevantes, do arco cronológico balizado entre Maio de 1926 e Fevereiro de 1949.

É nosso propósito analisar, inicialmente, as mutações locais ocorridas após o golpe militar do 28 de Maio de 1926, que inaugura a Ditadura Militar (1926-1932). A compreensão desta problemática é estruturada, numa análise ao impacto daquela intentona junto da imprensa local, à designação das novas elites políticas locais e à significativa actividade da oposição local, desenvolvida até ao final de 1932. Esta abordagem inicial, mas fulcral na concretização dos objectivos, antecederá a análise à implantação das estruturas do Estado Novo (1933-1938) no concelho de Torres Vedras.

A resposta a esta questão será dada, desde logo, através de quatro cenários de análise distintos. Em primeiro lugar, procura-se acompanhar a actividade das elites políticas locais e o que representavam no âmbito político-ideológico. Num segundo momento centra-se a nossa análise, na edificação do modelo corporativo e na implantação das organizações salazaristas (Legião e Mocidade Portuguesa). Num terceiro foco de análise, procuramos sintetizar a actividade da oposição local. Por fim, introduzimos a abordagem aos principais actos eleitorais da década de 30.

Após a compreensão, da evolução política e institucional, ocorrida desde Maio de 1926, o início da 2.^a Guerra Mundial (1939-1945), força-nos a inflectir a análise do panorama político e institucional, para as questões económicas, sociais e ideológicas deste período. A abordagem, ao contexto internacional de guerra, é fulcral, para se compreender, de que forma o espaço territorial em estudo sentiu os efeitos do conflito.

Pretende-se por um lado, esclarecer as dificuldades vivenciadas pela população local, por outro, compreender o alinhamento ideológico assumido em favor das

potências em confronto. Paralelamente dar-se-á continuidade, à análise sobre a evolução corporativa local, assim como às movimentações da oposição clandestina.

O último foco de abordagem recai na organização da oposição local no período do pós-guerra (1945-1949). É nosso objectivo, indagar, os contornos associados ao alinhamento das forças democráticas após o termo do conflito. Num primeiro momento, foca-se a análise, na caracterização da composição da comissão concelhia do Movimento de Unidade Democrática, surgido em Outubro de 1945, num contexto pré-eleitoral despoletado por uma aparente abertura do regime. Numa segunda conjuntura, que coincide com as Eleições Presidenciais de 13 de Fevereiro de 1949, aborda-se a constituição da comissão concelhia de apoio ao general Norton de Matos e analisa-se, as principais movimentações locais, em redor da aludida eleição.

**THE EDIFICATION AND CONSOLIDATION OF THE NEW STATE IN THE
MUNICIPALITY OF TORRES VEDRAS: FROM THE MILITARY COUP OF
28TH MAY 1926 TO THE PRESIDENTIAL ELECTIONS OF 13TH FEBRUARY
1949**

HÉLDER RIBEIRO RAMOS

ABSTRACT

KEYWORDS: Torres Vedras, Military Dictatorship, New State, elites, corporatist model, opposition, war.

This master's dissertation addresses the edification and consolidation of the New State's regime in the municipality of Torres Vedras. The analysis is based on an approach to the most important political, social and economic aspects from the timeline between May 1926 and February 1949.

Initially, our goal is to analyse the local changes occurred after the military coup of 28th May 1926 that originates the Military Dictatorship (1926-1932). The understanding of this question is rested on the analysis of the impact of the insurrection in the local press, of the beginning of the new local political elites and of the significant activity of the local opposition, held until 1932. This initial approach, essential to achieve the goals, precedes the analysis of the implantation of the New State's structures (1933-1938) in the municipality of Torres Vedras.

The answer to this question will be immediately given through four distinct analysis sceneries. Firstly, we seek to follow the activity of the local political elites and what they represented in the political and ideological field. Secondly, we focus our analysis on the edification of the corporatist model and on the implantation of the Salazar organisations (*Legião* and *Mocidade Portuguesa*). Thirdly, we try to synthesise the activity of the local opposition. Finally, we introduce the approach to the main elections of the 30's decade.

After the understanding of the political and institutional evolution occurred since May 1926, the beginning of the Second World War (1939-1945) forces us to turn the analysis of the political and institutional landscape to the economic, social and ideological issues of this period. The approach to the international context of war is essential to understand how the region we are studying felt the effects of the conflict.

On one hand, we aim to explain the difficulties that the local population had to experience, and on the other hand, understand the ideological alignment in favour of the nations at war. At the same time, we will continue analysing the local corporatist evolution, as well as the actions taken by the clandestine opposition.

The last focus of the approach is based on the organisation of the local opposition in the post-war period (1945-1949). Our objective is to find out the outline related to the alignment of the democratic forces after the end of the conflict. In the beginning, the analysis is focused on the description of the members of the municipality commission of the Movement of the Democratic Unity, created in October 1945, in a context of pre-election triggered by an apparent opening in the regime. In second scenery that coincides with the Presidential elections of 13th February 1949, we approach the structure of the municipality commission that supports General Norton de Matos and we analyse the main local movements around these elections.

ÍNDICE

Introdução	1
Breve resenha sobre o estudo da História local	6
Capítulo I: Caracterização do concelho de Torres Vedras (1926-1949).....	8
I. 1. Área geográfica	8
I. 2. População	9
I. 3. Estrutura socioprofissional	10
I. 4. Agricultura	11
I. 5. Indústria.....	13
I. 6. Comércio/Serviços	15
Capítulo II: Portugal e a transição de regime.....	16
II. 1. O fim da Primeira República.....	16
II. 2. O 28 de Maio de 1926.	18
Capítulo III: O concelho de Torres Vedras e a Ditadura Militar (1926-32)	20
III. 1. O 28 de Maio na imprensa local	20
III. 1.1. <i>A Nossa Terra: de Regionalista a Republicano</i>	20
III. 1.2. O monárquico <i>Correio de Torres</i>	21
III. 1.3. O 28 de Maio: <i>Da convergência à discrepância</i>	22
III. 2. A evolução da política local	24
III. 2.1. António Vitorino França Borges.....	24
III. 2.2. A nova comissão administrativa da câmara municipal	25
III. 3. A Eleição Presidencial de 1928	27
III. 3.1. A eleição no concelho de Torres Vedras	27
III. 4. A oposição à Ditadura Militar.....	28
III. 4.1. A oposição local	29

III. 4.1.1. <i>Gazeta de Torres</i> : de “independente” a republicano.....	29
III. 4.1.2. <i>Gazeta de Torres</i> : da defesa da República ao encerramento	30
III. 4.1.3. Liga Republicana Torriense	31
III. 4.1.4. Aliança Republicana-Socialista	32
III. 4.1.5. Mocidade Republicana Torriense	34
III. 5. O «revirinho» no concelho de Torres Vedras.....	35
III. 5.1. A revolta de 3-7 de Fevereiro de 1927	35
III. 5.2. A revolta de 20 de Julho de 1928	36
III. 5.3. A revolta de 26 de Agosto de 1931	37
III. 5.3.1. A ocupação militar de Torres Vedras	37
III. 6. Liga Nacional 28 de Maio.....	39
Capítulo IV: A edificação e consolidação do Estado Novo (1933-1938).....	40
IV. 1. A ascensão de Oliveira Salazar.....	40
IV. 2. A afirmação de Oliveira Salazar	42
IV. 3. A União Nacional.....	43
IV. 4. A Constituição de 1933.....	43
IV. 5. A Legislação Político-Administrativa	44
IV. 6. A evolução política local	46
IV. 6.1. A 1.ª Comissão Concelhia da União Nacional (1931-1933)	46
IV. 6.2. <i>Alta Extremadura: Segundo o Programa da União Nacional</i>	47
IV. 7. O Nacional-Sindicalismo.....	48
IV. 7.1. Os «camisas-azuis» de Torres Vedras.....	49
IV. 7.1.1. As simpatias pelo nacional-sindicalismo	49
IV. 7.1.2. O núcleo nacional-sindicalista de Torres Vedras.....	50
IV. 8. A demissão da 1.ª Comissão Concelhia da União Nacional.....	52
IV. 9. A 2.ª Comissão Concelhia da União Nacional (1934-1938)	53

IV. 10. A demissão dos corpos administrativos	54
IV. 10.1. A manifestação de apoio ao tenente França Borges	54
IV. 10.2. A demissão irrevogável dos corpos administrativos.....	55
IV. 11. A nova comissão administrativa da câmara municipal.....	56
IV. 12. O acentuar da divisão político-ideológica.....	57
IV. 12.1. <i>Linhas de Torres</i>	58
IV. 12.2. O conflito com o <i>Alta Extremadura</i>	59
IV. 12.3. A luta de bastidores.....	60
IV. 13. João Xavier da Costa Pina	62
IV. 13.1. O conflito com a Comissão Concelhia da União Nacional	62
IV. 14. O Telegrama dos Vinhos	64
IV. 14.1. O documento	64
IV. 14.2. A dissolução dos corpos administrativos	65
IV. 14.3. A nova comissão administrativa da câmara municipal.....	65
IV. 15. O «Modelo Corporativo Torriense»	66
IV. 15.1. A Federação Nacional dos Produtores de Trigo	66
IV. 15.2. A delegação do Grémio dos Produtores de Frutas.....	67
IV. 15.3. Os organismos corporativos do vinho	68
IV. 15.3.1. Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal	68
IV. 15.3.2. Junta Nacional do Vinho	70
IV. 15.4. Casa do Povo de A-dos-Cunhados	70
IV. 15.5. Os Sindicatos.....	71
IV. 15.6. Mocidade Portuguesa.....	72
IV. 15.7. Legião Portuguesa.....	74
IV. 16. O recrudescimento da actividade oposicionista	76
IV. 16.1. Francisco Horta Catarino e o assalto da Lourinhã	76

IV. 16.2. A vaga de detenções em Torres Vedras	77
IV. 16.3. O armamento ilegal.....	78
IV. 16.4. A oposição comunista em Torres Vedras.....	79
IV. 16.4.1. A tentativa de formação do comité local do PCP	79
IV. 16.4.2. As manifestações comunistas do 1.º de Maio de 1936.....	80
IV. 17. Os <i>Ventos</i> da Guerra Civil de Espanha	81
IV. 17.1. A Exposição do 1.º de Maio de 1938	81
IV. 18. A «legitimação» do Poder.....	82
IV. 18.1. O Plebiscito de 1933	83
IV. 18.2. As Eleições Legislativas de 1934	84
IV. 18.2.1. A eleição no concelho de Torres Vedras.....	84
IV. 18.2.2. Os resultados eleitorais	85
IV. 18.3. A Eleição Presidencial de 1935	86
Capítulo V: 2.ª Guerra Mundial (1939-1945).....	88
V. 1. O impacto económico e social do conflito: 1939-1942.....	88
V. 2. O impacto económico e social do conflito: 1943-1945.....	90
V. 3. O impacto ideológico	92
V. 4. Caracterização do concelho de Torres Vedras	92
V. 4.1. População.....	93
V. 4.2. Agricultura.....	94
V. 4.3. Indústria	95
V. 4.4. Comércio/Serviços	96
V. 5. O impacto local do conflito.....	97
V. 5.1. Dos <i>ventos iniciais</i> às primeiras dificuldades (1939-1942)	97
V. 5.1.1. O comércio local, a especulação e a alta de preços.....	98
V. 5.1.2. O açambarcamento.....	99

V. 5.1.3. A escassez de géneros e o racionamento	99
V. 5.1.4. Comissão Reguladora do Comércio Local	101
V. 5.1.5. Outros impactos.....	101
V. 5.2. Do agravamento local ao termo do conflito (1943-1945).....	102
V. 5.2.1. O fornecimento de géneros e os elevados preços.....	102
V. 5.2.2. O acentuar da escassez e as senhas de racionamento.....	103
V. 5.2.3. A contestação social de Julho de 1943 e de Abril de 1944.....	103
V. 5.2.4. O racionamento do pão	104
V. 5.3. A Casa Hipólito	105
V. 5.4. As influências ideológicas.....	106
V. 5.5. O termo da guerra e a manifestação pró-aliada	108
V. 6. A organização corporativa sob o clima belicista	109
V. 6.1. Grémio da Lavoura.....	109
V. 6.2. Grémio do Comércio	110
V. 6.3. Casas do Povo.....	111
V. 6.4. Sindicato dos Carpinteiros	112
V. 7. A organização comunista	113
V. 7.1. O comité e o sub-comité local do PCP	113
V. 7.2. As células comunistas	115
V. 7.3. O desmantelamento do comité local	116
Capítulo VI: Pós-guerra (1946-1949)	117
VI. 1. A dissolução da AN e a convocação de eleições	117
VI. 2. A oposição democrática.....	118
VI. 3. A organização da oposição democrática local	119
VI. 3.1. A 1.ª Comissão Concelhia do MUD.....	120
VI. 3.2. A 2.ª Comissão Concelhia do MUD.....	121

VI. 4. O novo executivo camarário	121
VI. 5. As Eleições Presidenciais de 1949	122
VI. 6. A campanha eleitoral e a desistência de Norton de Matos	123
VI. 7. A Comissão Concelhia de apoio a Norton de Matos	124
VI. 7.1. A campanha eleitoral	125
VI. 8. A candidatura do marechal Óscar Carmona.....	126
VI. 9. A eleição.....	126
Conclusão.....	127
Fontes e referências bibliográficas	132
Lista de Figuras	151
Anexos	155

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Administração do Concelho.

AEFDTV – Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras.

AHM – Arquivo Histórico Militar.

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar.

AMP – Arquivo da Mocidade Portuguesa.

AMTV – Arquivo Municipal de Torres Vedras.

AN – Assembleia Nacional.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

AOS – Arquivo Oliveira Salazar.

ARS – Aliança Republicana-Socialista.

C.as – Camaradas.

C/ - Circular.

c.^a – Companhia.

CCN – Companhia Colonial de Navegação.

CEI/UC – Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra.

CEP – Corpo Expedicionário Português.

CGT – Confederação Geral do Trabalho.

CNN – Companhia Nacional de Navegação.

CPN – Conselho Político Nacional.

CR – Comité Regional.

CUF – Companhia União Fabril.

cx – Caixa.

DIV – Divisão.

dl – Decilitro.

EUA – Estados Unidos da América.

FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

fl – Folha.

fls – Folhas.

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FNPT – Federação Nacional dos Produtores de Trigo.

FVCSP – Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal.

GNR – Guarda Nacional Republicana.

ICS – Instituto de Ciências Sociais.

IHC – Instituto de História Contemporânea.

IHTI/FLUC – Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

INTPS – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social.

JNPP – Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

JNV – Junta Nacional do Vinho.

Kg – Kilograma (Quilograma).

mç – Maço.

MI – Ministério do Interior.

MMLT – Museu Municipal Leonel Trindade.

MUD – Movimento de Unidade Democrática.

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista.

N.º - Número.

org – Organização.

ORS – Organização Revolucionário de Sargentos.

out – Outubro.

p – Página.

PC – Processo Colectivo.

PCP – Partido Comunista Português.

PDPS – Polícia de Defesa Política e Social.

PIC – Polícia de Investigação Criminal.

PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança.

PIP – Polícia Internacional Portuguesa.

Pop – População.

pp – Páginas.

PRED – Partido Republicano de Esquerda Democrática.

PRN – Partido Republicano Nacionalista.

PRP – Partido Republicano Português.

PSP – Polícia de Segurança Pública.

PT – Portugal.

PVDE – Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado.

SC – Serviços Centrais.

s/n – Sem número.

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional.

SPS – Secção Política e Social.

SR – Serviços Reservados.

T. (Vedras) – Torres (Vedras).

TBH – Tribunal da Boa-Hora.

TME – Tribunal Militar Especial.

UL – Universidade de Lisboa.

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

ULR – União Liberal Republicana.

UN – União Nacional.

UNL – Universidade Nova de Lisboa.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

UVP – União dos Vinicultores de Portugal.

v.º – Verso.

Vol – Volume.

INTRODUÇÃO

A temática elegida para a realização da actual Dissertação de Mestrado em História Contemporânea incide num estudo de âmbito local, assente numa caracterização e análise da evolução política, social e económica vivenciada num espaço territorial circunscrito e num arco cronológico estritamente balizado.

Incidu a nossa opção no concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, por dois motivos essenciais. Por um lado, a ligação pessoal à área territorial em causa. Por outro, a oportunidade de se debruçar sobre um período histórico concreto, numa área delimitada e que carece de uma investigação histórica aprofundada.

Quanto ao arco cronológico, este acha-se balizado entre os anos de 1926 e de 1949, mais especificamente entre 28 de Maio de 1926 e 13 de Fevereiro de 1949. A escolha destes dois anos charneira enquanto balizas cronológicas para o nosso estudo, está relacionada com os dois importantes acontecimentos respectivamente aí ocorridos.

No primeiro caso, o golpe militar de 28 de Maio de 1926, que coloca termo à Primeira República e inaugura o regime da Ditadura Militar, é por si só uma justificação plausível para a nossa escolha versar nesta data inicial. No que concerne ao ano de 1949, optou-se por balizar, enquanto termo da investigação, o dia 13 de Fevereiro, data das Eleições Presidenciais, as últimas que num espaço temporal de quase uma década, teriam a concorrência inicial da oposição, liderada pelo general Norton de Matos.

Urge que se mencione, que dada a extensão temporal do estudo, assim como as próprias limitações impostas quanto à sua dimensão, fomos levados a focar a nossa análise nos aspectos mais significativos da política, da sociedade e da economia local desta época, o que nos forçou evidentemente a efectuar opções quanto ao conteúdo.

O nosso estudo divide-se então em 5 capítulos principais: 3 de âmbito político e ideológico e 2 de âmbito demográfico, social e económico. Inicia-se o trabalho, com uma abordagem introdutória associada à caracterização do espaço territorial em estudo, alicerçada numa análise sobre a evolução da população e das actividades económicas.

No que concerne à periodização propriamente dita, o nosso estudo estrutura-se em 4 temáticas basilares: Ditadura Militar (1926-1932), a implantação do Estado Novo e «fascistização» do regime (1933-1938), 2.ª Guerra Mundial (1939-1945) e o período do pós-guerra (1945-1949). Procuremos então sintetizar os pontos centrais associados a cada uma das temáticas, de forma a compreender a estrutura do presente estudo.

Relativamente ao período da Ditadura Militar, cuja abordagem se torna fulcral para compreender a futura institucionalização do Estado Novo, é nosso propósito caracterizar e analisar as mutações político-ideológicas locais após o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Esta situação engloba, desde logo, uma análise à reacção da imprensa local aos acontecimentos de final de Maio de 1926, seguindo-se a abordagem, por um lado, à composição das novas elites políticas locais, e por outro, à importante acção desenvolvida pela oposição republicana torriense.

No que se refere à periodização do Estado Novo e «fascistização» do regime, a análise efectuada visará compreender os contornos associados à implantação prática do Estado Novo no concelho de Torres Vedras. Para a concretização deste objectivo, é essencial uma abordagem cuidada a dois eixos centrais de análise. Por um lado, a evolução da política local, na qual, há que centrar atenções, na actividade das comissões concelhias da UN e no núcleo nacional-sindicalista, por outro, na edificação do modelo corporativo e das organizações salazaristas (Legião e Mocidade Portuguesa).

A par das movimentações da elite política local e da edificação da organização corporativa, dedica-se um capítulo à caracterização das actividades da oposição local, essencialmente desencadeadas em 1936. Por fim, merecerá enfoque a análise ao impacto local dos três momentos eleitorais mais relevantes da década de 30: o Plebiscito de 1933, as eleições legislativas de 1934 e a Eleição Presidencial de 1935.

No que respeita à terceira periodização, que corresponde à 2.^a Guerra Mundial, a sua análise terá um objectivo algo distinto do que se sucede com as duas primeiras periodizações. Dado que o contexto de beligerância assim o exige, este capítulo centrar-se-á essencialmente no impacto do conflito no concelho de Torres Vedras, sendo antecedido por uma caracterização dos aspectos populacionais e económicos locais.

Aqui, a análise centrar-se-á nas alterações provocadas pelo conflito na sociedade torriense, através de aspectos de relevo, como os abastecimentos locais, a carestia de vida, a alta de preços, as práticas ilegais de açambarcamento e especulação, o racionamento, a actuação dos Poderes locais e a contestação social inerente a todo este cenário. Ainda directamente, associado ao conflito, abordar-se-á as influências ideológicas provocadas junto da população local. Às questões de natureza económica, social e ideológica, juntar-se-á a caracterização da organização corporativa sob o clima belicista, assim como da oposição comunista, materializada na criação do comité local.

Por último, no que se refere ao pós-guerra, é nosso propósito compreender o ambiente político então vivido, com particular enfoque para a organização das forças democráticas locais. Aqui são dois os momentos de análise. Enquanto no primeiro, debruçar-nos-emos sobre as movimentações da oposição local a partir de Outubro de 1945, que culminaram na constituição de duas comissões concelhias do MUD, o segundo momento de análise incidirá no contexto das eleições presidenciais de Fevereiro de 1949 e na comissão concelhia de apoio ao general Norton de Matos.

Numa anotação relativa ao Estado da Arte, ou seja, ao estado da investigação historiográfica presentemente desenvolvida relativamente à temática proposta, constata-se que a mesma é em parte de carácter original. Tal cenário pode estar associado por um lado, com o facto de a historiografia, dita mais geral, não focar tanto as suas investigações em espaços territoriais tão delimitados, e por outro, pela própria historiografia local, ter vindo a centrar os seus estudos no período que incide sobre o final do Antigo Regime, a Monarquia Constitucional e a Primeira República¹.

Centrando novamente a nossa atenção no espaço e no arco cronológico proposto para investigação, atesta-se a presença de relevantes contributos historiográficos, particularmente para o período da Ditadura Militar. É exemplo o estudo de Venerando Matos, *Republicanos de Torres Vedras*, no qual o autor dedica, o capítulo final, a uma abordagem sobre a Ditadura Militar no concelho de Torres Vedras, salientando-se a reacção da imprensa ao golpe do 28 de Maio, a adesão ao novo regime, a resistência da oposição republicana local e a posição dos republicanos torrienses perante a UN. Da sua autoria é ainda um pequeno trabalho acerca do impacto da guerra em Torres Vedras².

Também Maria Pacheco e Cristina Clímaco desenvolveram estudos no âmbito da historiografia local. Relativamente ao primeiro caso, no capítulo intitulado *Torres Vedras no Século XX (1910-1974)*³, são apresentados quadros dos resultados eleitorais dos principais escrutínios realizados durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. No que concerne a Cristina Clímaco, o seu contributo consumou-se através da elaboração do capítulo, *A Oposição à ditadura durante os anos 30, Breves notas sobre a oposição*

¹São exemplos 3 importantes estudos de âmbito local referentes à Época Contemporânea (Séculos XIX e XX): PEREIRA, João Manuel Rodrigues, *Elites locais e liberalismo: Torres Vedras, 1792-1878*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2000; REIS, Célia, *Cenas da Vida de Torres Vedras*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1999; MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

²MATOS, Venerando, “Torres Vedras nos anos da Guerra” in *Torres Cultural*, N.º 7, 1996, pp. 2-7.

³PACHECO, Maria, “Torres Vedras no Século XX (1910-1974)” in *Torres Vedras: Passado e Presente*, Cecília Rodrigues (coordenação), Vol. I, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1996.

na região do Oeste⁴, no qual a autora efectua importantes alusões à actividade da oposição torriense na segunda metade da década de 30 e no início dos anos 40.

Num outro estudo, da autoria de Dulce Freire, acerca do panorama vitivinícola da região Oeste entre 1929 e 1939⁵, a par das inúmeras menções, efectuadas ao concelho de Torres Vedras, no âmbito da vitivinicultura, existe um subcapítulo que incide sobre algumas das figuras locais oposicionistas no início da década de 30, assim como à ligação dos principais vinicultores à comissão concelhia da UN.

Apesar da existência dos trabalhos mencionados e respectiva contribuição historiográfica, julga-se que a realização do estudo proposto, dada a extensão cronológica e os objectivos definidos, permitirá englobar, a par da análise aprofundada da evolução da política local, outras questões bastante pertinentes e essenciais para a compreensão da história torriense desta época, e que carecem de investigação.

Dado que um estudo local *“não é sinónimo de rejeitar o diálogo com a história geral (e vice-versa), antes pelo contrário...deve aquele ser, dentro do possível e em função da pertinência da amostra, integrado na história global, contribuindo para o enriquecimento do fundo histórico”*⁶, recorreu-se a um diversificado leque de obras e outros trabalhos historiográficos, que permitam efectuar a contextualização política, ideológica, económica e social na abordagem às diferentes temáticas.

Em relação às fontes históricas, cruciais na execução deste tipo de trabalhos de investigação, a sua utilização permitirá fundamentar as ideias formuladas durante todo o presente estudo. Para tal, recorreu-se a um diversificado conjunto de documentação de natureza primária e secundária. Há aqui que salientar três espaços de investigação.

Em primeiro lugar, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que pela quantidade e diversidade de fundos aí existentes para a época em questão, permitiu uma recolha de documentação essencial para a realização do nosso estudo, nomeadamente através dos arquivos do Governo Civil de Lisboa, MI, UN, PIDE/DGS e Mocidade Portuguesa. Em segundo lugar, o Arquivo Municipal de Torres Vedras, no qual, a consulta do fundo da

⁴CLÍMACO, Cristina, “A oposição à ditadura durante os anos 30. Breves notas sobre a oposição na região do Oeste” in *Turres Veteras III: Actas de História Contemporânea*, Carlos Guardado da Silva (coordenação), Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2001, pp. 170-175.

⁵FREIRE, Dulce, *Produzir e Beber: A Questão do Vinho no Estado Novo (1929-1939)*, Lisboa, Âncora Editora, 2010.

⁶In LUÍS, Alexandre António da Costa, “Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural”, *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 1, Covilhã, 2012, p. 2.

Administração do Concelho e das Actas da Câmara Municipal, permitiu compreender, de forma mais pormenorizada, a evolução da política local. Por fim, surge a Biblioteca Municipal de Torres Vedras, na qual se encontra depositada a imprensa local.

Aos três espaços mencionados, junta-se a recolha de informação efectuada em outros arquivos e na Biblioteca Nacional de Portugal. Relativamente aos arquivos, a nossa investigação incidiu no Espólio da Casa Hipólito, localizado no Museu Municipal de Torres Vedras, no Arquivo Histórico Parlamentar, onde se procedeu ao levantamento de documentação referente à organização corporativa local, e no Arquivo Histórico Militar, espaço no qual se recolheu dados dos processos dos oficiais militares que foram administradores do concelho e dos processos contidos no TME de Lisboa. No que concerne à Biblioteca Nacional, a nossa pesquisa aí centrou-se, principalmente, na recolha de bibliografia de apoio e na consulta de imprensa regional e nacional.

Recorreu-se ainda à utilização de documentação de natureza estatística (censos e estatísticas agrícolas, industriais e comerciais), no propósito de auxiliar na realização do capítulo inicial referente à caracterização da área em estudo, assim como a uma abordagem similar que antecederá o capítulo da guerra. Por fim, recorreu-se à História oral, no propósito de compreender o envolvimento dos jovens democratas de Torres Vedras em acções de luta contra o regime, assim como no apoio a Norton de Matos.

Numa análise sucinta às principais fontes históricas utilizadas, constata-se que a imprensa é nitidamente a fonte mais condicionada da época, dado que após o golpe militar do 28 de Maio de 1926, foi instituído um regime de censura prévia que controlava e condicionava as publicações. Julga-se que a correspondência oficial e particular surge como a fonte mais fidedigna, dado que eram aqui discutidos diversos assuntos de forma minuciosa e nunca conhecidos por outras vias.

Importa ainda aludir o caso das fontes orais, dadas as suas características particulares. O recurso à História oral deve considerar que a entrevista é contemporânea à investigação e não aos factos, assim como a atenção que deve ser dada à interacção entrevistador-entrevistado. Por fim, é peremptório transpor o “*handicap do a posteriori*”, ou seja, as recordações que a testemunha possui baseadas estritamente no conhecimento do que se sucedeu, podendo condicionar a subjectividade do seu relato⁷.

⁷OLIVEIRA, Luísa Tiago de, “A História Oral em Portugal”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 63, Lisboa, 2010, p. 152.

Breve resenha sobre o estudo da História local

O interesse por estudos de âmbito local possui já uma tradição junto da historiografia portuguesa⁸. No entanto, é após o 25 de Abril de 1974, que a História local regista uma evolução bastante significativa e nunca antes verificada. As problemáticas locais pareciam constituir a temática predilecta na elaboração de teses de doutoramento e, posteriormente, de dissertações de mestrado⁹.

Nas últimas décadas, a História local parece ter assumido, novamente, um papel de protagonista no âmbito da historiografia nacional. Tal cenário é sintomático quer nas universidades, com a realização de estudos alicerçados na temática, quer de outros trabalhos, que depois se reflectem em comunicações, recriações históricas e inúmeras publicações¹⁰. No entanto, a História local encontra-se sujeita a algumas críticas.

As opiniões menos favoráveis costumam surgir do próprio campo historiográfico, com especial incidência sobre os que se dedicam aquele tipo de investigação, como os curiosos, pessoas sem formação académica ou com formação não específica, o que contudo não tem impossibilitado a abertura de novos caminhos de investigação e de novos temas de pesquisa, contribuindo a História local para a ampliação do próprio conhecimento histórico¹¹.

Os estudos de âmbito local possuem obviamente determinadas limitações. De acordo com Jorge de Alarcão, “*a variabilidade da história local e a diversidade dos dados disponíveis não permite o estabelecimento de um plano rígido...*”¹². Uma opção, que incida num estudo local, sobre uma escala de observação delimitada, acaba por condicionar o trabalho do investigador, que deve ainda ter uma postura cuidada aquando

⁸Do final do século XVIII, salientam-se, os contributos da Academia Real das Ciências de Lisboa. No século XIX, figuras como Alexandre Herculano e Oliveira Martins defenderam a importância dos estudos locais enquanto contributo para o conhecimento da História nacional. No entanto, já em pleno século XX, no início do Estado Novo, a História local parece ter sido relegada para segundo plano, com a historiografia portuguesa a adoptar um modelo de investigação centralista. A partir dos anos 60, com a ampliação das temáticas nacionais, a investigação académica passou a centrar atenções no estudo da História local. In MENDES, José Amado, “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIV, Lisboa, FLUL, 2000, pp. 352-360.

⁹Idem, pp. 360 e 361.

¹⁰NETO, Margarida Sobral, “Percursos da História Local Portuguesa: monografias e representações de identidades locais” in *Memória e História Local*, João Marinho dos Santos e António Silveira Catana (organização), Coimbra, Palimage, 2010, p. 47.

¹¹SILVA, Francisco Ribeiro da, *História local: objectivos, métodos e fontes*, Porto, FLUP, 1999, p. 384.

¹²In ALARCÃO, Jorge de, *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da FLUC, 1987, p. 53.

da interpretação das fontes, evitando os excessos interpretativos¹³. Ainda assim, são vários os autores nacionais que salientam as vantagens dos estudos de âmbito local.

A investigação local transporta consigo um conjunto significativo de benefícios para a historiografia em geral. Conforme defende Alexandre da Costa Luís, “*olhando atentamente para a história regional e local, fica evidente que a mesma permite a exploração de outros ângulos e dimensões de abordagem relativos aos actores, realidades e representações, chegando-se, não raramente, a conhecimentos virgens...*”¹⁴. Esta afirmação sintetiza, quanto a nós, um dos principais propósitos da realização de estudos locais, ou seja, a originalidade e o carácter inédito dos trabalhos.

O processo de pesquisa desencadeado pelo investigador de História local é deveras complexo. A par das questões de investigação propriamente ditas, o investigador deve procurar proceder a uma análise transdisciplinar, tomando em linha de conta outras disciplinas, como a geografia regional, a História rural, o património local, a toponímia ou a História oral¹⁵, que permitem auxiliar a realização do seu estudo.

De acordo com José Mattoso, a realização de monografias locais deve seguir um conjunto de directrizes que permitam a concretização de um trabalho estruturado e devidamente fundamentado: a geografia, os poderes locais, as unidades espaciais, a cultura, a periodização e a documentação histórica¹⁶.

Assim, a problemática de determinado estudo local deve ser antecédida pela caracterização do espaço territorial, permitindo posteriormente analisar a organização dos poderes locais e a sua implantação espacial. Esta questão encontra-se intrinsecamente associada ao espaço em estudo, cujo contexto espacial mais vasto não deve ser negligenciado, tal como a questão cultural, intimamente ligada ao Poder, sobretudo o religioso. Aspecto fulcral é a periodização, que permite reconstituir a evolução ocorrida em determinada época ou período histórico. Por fim, um dos aspectos mais relevantes incide sobre a documentação histórica, cuja utilização é essencial para o processo de reconstrução do passado que se pretenda estudar.

¹³LUÍS, Alexandre António da Costa, *Op. Cit.*, p. 3.

¹⁴In *Ibidem*.

¹⁵NUNES, Graça Maria Soares, “A História Regional e Local: contributos para o estudo das identidades locais” in *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 8, Lisboa, ULHT, 1996, p. 74.

¹⁶MATTOSO, José, *A Escrita da História: Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 170-180.

Capítulo I: Caracterização do concelho de Torres Vedras (1926-1949)

O presente capítulo, fulcral na realização de estudos de âmbito local, visa proceder à caracterização do espaço, da população e das actividades económicas do concelho de Torres Vedras, no período que medeia entre 1926 e 1949, no propósito de proceder à realização de um melhor enquadramento espacial do objecto de estudo.

I. 1. Área geográfica

O concelho de Torres Vedras¹⁷ insere-se numa região mais ampla comumente designada de Oeste, e que incorpora diversas circunscrições concelhias¹⁸. O ilustre historiador torriense, Júlio Vieira, referia-se em 1926, à vila de Torres Vedras, enquanto “*sede de um rico e fértil concelho*”, cujo espaço urbano “*goza os benefícios de uma actividade comercial e agrícola, por constituir um importante núcleo de actividade, onde convergem os interesses da vasta região, sobretudo vinícola, de que é...centro*”¹⁹.

Em termos territoriais, o concelho de Torres Vedras possuía uma área de 406 km², o que lhe conferia o estatuto de concelho com a maior área territorial do distrito de Lisboa²⁰. O seu espaço administrativo era constituído, em 1926, por 16 freguesias, duas das quais localizadas na vila²¹, o que reflecte o cariz fortemente rural do concelho. Ao longo do arco cronológico em análise, registaram-se duas alterações administrativas.

A 1 de Outubro de 1926, é criada a freguesia da Silveira, cuja área administrativa foi desanexada da freguesia de S. Pedro da Cadeira²². Em 11 de Novembro de 1945, na consumação de uma velha aspiração da população de Campelos, foi decretada a criação daquela freguesia, desanexando-se da freguesia de S. Maria²³.

Consequência da sua localização geográfica, as comunicações do concelho de Torres Vedras com os restantes núcleos urbanos da região Oeste, com o Ribatejo e com

¹⁷Vide Anexo n.º 1.

¹⁸A par do concelho em estudo, integram a região Oeste, os concelhos de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche e Sobral de Monte Agraço. In GASPARG, Jorge, *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, 1994, p. 114.

¹⁹In VIEIRA, Júlio, *Torres Vedras Antiga e Moderna*, 2.ª edição, Torres Vedras, Livrododia, 2011, p. 13.

²⁰MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 23.

²¹Freguesias urbanas: Santa Maria e S. Pedro. Freguesias rurais: A-dos-Cunhados, Carvoeira, Dois Portos, Freiria, Matacães, Maxial, Monte Redondo, Ponte do Rol, Ramalhal, Runa, S. Domingos de Carmões, S. Mamede da Ventosa, S. Pedro da Cadeira e Turcifal. In VIEIRA, Júlio, *Op. Cit.*, p. 65.

²²Decreto-lei n.º 12.404, Diário do Governo n.º 219/1926, Série I de 01/10/1926, p. 1442.

²³Decreto-lei n.º 35.183, Diário do Governo, n.º 262/1945, 1.º Suplemento, Série I de 24/11/1945, p. 974.

a cidade de Lisboa eram asseguradas maioritariamente por ligação rodoviária²⁴. A par das acessibilidades rodoviárias, o concelho de Torres Vedras era ainda servido pelo comboio da linha do Oeste. O caminho-de-ferro atravessava a parte leste do concelho, abrangendo, no sentido Norte-Sul, as estações de Outeiro da Cabeça, Ramalhal, Torres Vedras, Runa e Dois Portos, e ainda o apeadeiro da Feliteira²⁵.

I. 2. População

Ao longo do período em estudo, a população do concelho de Torres Vedras cresceu de forma contínua²⁶. Enquanto em 1930, residiam na área em estudo, 47.917 habitantes, em 1940, esse valor tinha aumentado 8,8%, situando-se nos 52.143 residentes. O total de população residente em 1950 demonstra um novo crescimento da população local relativamente a 1940, se bem que com um crescimento inferior ao registado na década anterior. A taxa de crescimento populacional fixou-se, entre 1940 e 1950, nos 8,4%, ou seja, alcançou os 56.514 habitantes em 1950. Numa análise a longo termo, a população residente no concelho de Torres Vedras aumentou, entre os anos de 1930 e 1950, 17,9%, o equivalente a 8.597 novos habitantes a residir na área em estudo.

No que concerne à estrutura etária da população do concelho de Torres Vedras²⁷, estamos diante de um conjunto populacional cuja maioria dos habitantes possuía idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, cenário transversal a todo o período. No que se refere à população jovem, com idades entre os 0 e os 14 anos, o seu peso também é significativo, assinalando-se porém um decréscimo entre 1940 e 1950. Já o número de população com mais de 65 anos conservou-se praticamente estável ao longo do período.

Do total da população de facto, a esmagadora maioria era natural do concelho de Torres Vedras²⁸. Em 1930, esse valor situava-se nos 93,1%, enquanto em 1950 cifrava-se nos 90,2%. Apesar do decréscimo verificado entre 1930 e 1950, isso não invalida a presença de uma forte estabilidade interna em termos demográficos.

²⁴Em 1926, a vila de Torres Vedras ligava-se à Lourinhã e a Peniche, através da estrada nacional n.º 61, a Leiria, pela estrada nacional n.º 62, a Mafra, pela estrada distrital n.º 144 e a Arruda dos Vinhos, pela estrada nacional n.º 143. A ligação rodoviária a Lisboa estava assegurada pela estrada distrital n.º 140, que ligava Dois Portos à capital pelo Cabeço de Montachique. In VIEIRA, Júlio, *Op. Cit.*, p. 43.

²⁵Idem, p. 66.

²⁶Vide Anexo n.º 2.

²⁷Vide Anexo n.º 3.

²⁸Vide Anexo n.º 4.

A esmagadora maioria da população residente na área em estudo habitava em meio rural²⁹. Em 1930, 78% da população residia nas freguesias rurais, enquanto 22% morava na vila. Panorama que pouco se alterou em 1940 (77% em meio rural e 23% em meio urbano) e que se manteve em relação a 1950. Estes valores atestam, tal como já se mencionou neste estudo, a relevante vertente rural que caracterizava o concelho.

No que concerne à distribuição da população residente pelas freguesias da área em estudo³⁰, constata-se que as duas freguesias urbanas, S. Pedro e Santa Maria, surgiam como as mais povoadas do concelho. A única excepção ocorre em 1950, quando A-dos-Cunhados surge como a segunda freguesia mais populosa do concelho, atrás da freguesia de S. Pedro. Relativamente ao espaço rural, salientam-se, com uma população significativa, as freguesias de A-dos-Cunhados, Dois Portos e Ventosa.

Por último, julga-se pertinente analisar os dados alusivos à instrução da população³¹. Entre os anos de 1930 e 1950, a percentagem de população analfabeta foi bastante superior à população que sabia ler e escrever. No entanto, numa observação mais detalhada, é possível constatar um decréscimo gradual da percentagem de analfabetos. Assim, enquanto em 1930 existiam 75,2% de analfabetos na área em estudo, em 1950 esse valor baixou para os 56,8%, ou seja, uma redução de 18,4%.

I. 3. Estrutura socioprofissional

De acordo com os dados disponíveis³², 64,1% da população activa encontrava-se empregue na agricultura. Este valor denota a importância das actividades agrícolas na economia local e a forte dependência da população concelhia em relação a esta actividade. Julga-se, no entanto, que a categoria de “pessoas com rendimentos próprios”, que representava 10,8%, possa ser associada à categoria dos “trabalhos agrícolas”, dado que é provável que correspondessem, na sua maioria, a proprietários.

Se colocarmos de lado a categoria de “pessoas com rendimentos próprios”, a indústria segue-se como a actividade profissional que mais população activa emprega, com 8,2% relativamente ao total. A categoria dos “domésticos” apresenta o quarto valor mais elevado, 7,9%. Há ainda a realçar a categoria do “comércio/serviços”, com 3,3%.

²⁹Vide Anexo n.º 5.

³⁰Vide Anexo n.º 6.

³¹Vide Anexo n.º 7.

³²Vide Anexo n.º 8.

Numa análise comparativa entre as três actividades profissionais mais importantes (agricultura, indústria e comércio/serviços), constata-se um grau de importância assinalável associado aos “trabalhos agrícolas”, em comparação com as outras áreas de actividade profissional. Face à importância da actividade agrícola, julga-se pertinente analisar a distribuição, em 1930, da população activa agrícola no concelho.

Da análise efectuada ao quadro sobre a população activa agrícola³³, cuja soma corresponde ao total de população activa empregue nos “trabalhos agrícolas”, salienta-se o conjunto de activos agrícolas “por conta de outrem”, que representam 44,8% relativamente ao total da população activa agrícola. Deste valor, a maioria são activos varões. No entanto, se analisarmos o total de agricultores por “conta própria” e dos “membros da família auxiliando os chefes”, constata-se que ambos representam mais de metade da população activa agrícola, superando o número de assalariados rurais.

I. 4. Agricultura

A área em estudo, caracterizada pelo forte domínio da actividade agrícola, emergia nos anos 20 do século passado, como um “*centro agrícola de primeira ordem, abrangendo na sua vasta área as mais variadas culturas, com predominância da vitícola*”³⁴. Posteriormente, aquando da análise à produção agrícola concelhia, corroborar-se-á o domínio da produção vinícola no concelho de Torres Vedras.

As áreas com solos de origem cretácea, que abrangiam as freguesias do norte do concelho, correspondiam aos terrenos mais pobres da área em estudo³⁵. Por sua vez, a sul, localizavam-se maioritariamente os terrenos de formação jurássica, mais adaptados à prática agrícola³⁶. Apesar das dissemelhanças, quanto à qualidade do solo concelhio, de acordo com um relato de 1926, os terrenos agrícolas encontravam-se, na esmagadora maioria, explorados pelos produtores: “*aparte a serra do Socorro, os Cucos e uma outra elevação de somenos importancia, todo o concelho se acha explorado*

³³Vide Anexo n.º 9.

³⁴In FIGUEIREDO, António Teixeira de, “A Agricultura no concelho de Torres Vedras” in *Diário de Notícias*, Ano 62, N.º 21.542, 10/01/1926, p. 10, coluna 4.

³⁵Freguesias de A-dos-Cunhados, Matacães, Maxial, Monte Redondo, Ponte do Rol, Ramalhal e S. Maria. In REIS, Célia, *Cenas da Vida de Torres Vedras*, Torres Vedras, Camara Municipal de Torres Vedras, 1999, p. 17.

³⁶Freguesias de S. Domingos de Carmões, Carvoeira, Dois Portos, Freiria, Runa, S. Pedro da Cadeira, S. Pedro, S. Mamede da Ventosa e Turcifal. In *Ibidem*.

*agricolamente, não havendo, portanto, incultos, pois mesmo os terrenos que á primeira vista possam dar essa impressão, têm uma grande utilidade na criação de gado... ”*³⁷.

A análise, ao quadro de produção agrícola, registada entre os anos de 1922 e 1927³⁸, deve ter em atenção, tal como ocorre em outros períodos desta época, o facto de os valores não representarem concretamente a realidade, devido à resistência dos agricultores em manifestar os montantes exactos das respectivas produções³⁹.

O vinho constituía-se como a principal produção da área em estudo, pese embora a oscilação verificada entre 1922 e 1927⁴⁰. Enquanto em 1922, o concelho de Torres Vedras registou uma produção de 28.269.000 litros, em 1923, esse valor alcançou os 49.105.100 litros. No ano seguinte, houve um decréscimo assinalável, com a produção a cifrar-se nos 34.752.600 litros. Em 1925, a produção aumentou mais de 3 milhões de litros face ao ano anterior. Já em 1927 registou-se um novo aumento de produção, totalizando 39.932.898 litros, o que se traduziu em 80.000 pipas de vinho⁴¹.

No que concerne às outras culturas agrícolas produzidas localmente, salienta-se a produção de cereais, mais especificamente de trigo. Também o milho alcança valores significativos, embora quase sempre distante da produção de trigo, excepção feita ao ano de 1927, no qual superou a produção daquele cereal.

Os valores de produção agrícola registados entre 1935 e 1938⁴² corroboram, uma vez mais, o significativo peso da produção vinícola na economia local. Apesar da unidade de produção apresentada ser o hectolitro, facilmente se depreende o domínio exercido pelo vinho. Saliente-se os anos de 1937 e 1938, com uma produção significativa, situada, respectivamente, nos 33.197.400 litros e 61.920.900 litros.

No que concerne à produção agrícola no período do pós-guerra⁴³, evidencia-se novamente a cultura do vinho, que alcança em 1946, os 26.957.200 litros, aumentando quase o dobro de produção no ano seguinte. Em 1948 e 1949, a produção vinícola

³⁷In FIGUEIREDO, António Teixeira de, “A agricultura no concelho de Torres Vedras” in *Diário de Notícias*, Ano 62, N.º 21.542, 10/01/1926, p. 10, coluna 4.

³⁸Vide Anexo n.º 10.

³⁹“Com efeito, pelo quadro que segue, e que representa a produção geral do concelho segundo os manifestos apresentados (produção que é inferior á real, pela conhecida relutancia do lavrador em manifestar a sua colheita verdadeira, e quando manifestada, esta pecar por carencia)...” In FIGUEIREDO, António Teixeira de, “A agricultura no concelho de Torres Vedras” in *Diário de Notícias*, Ano 62, N.º 21.542, 10/01/1926, p. 10, coluna 4.

⁴⁰Vide Anexo n.º 11.

⁴¹A *Vila de Torres Vedras: Revista de Propaganda Regional*, Ano I, N.º 1, Junho de 1928, p. 36.

⁴²Vide Anexo n.º 12.

⁴³Vide Anexo n.º 13.

estabilizou no algarismo dos 41 milhões. Relativamente aos cereais, o trigo permanecia como aquele que alcançava os níveis mais elevados de produção.

I. 5. Indústria

De acordo com o Censo de 1930, 8,2% da população activa do concelho de Torres Vedras, encontrava-se empregue na actividade industrial. O quadro, sobre a distribuição da população activa pelos diferentes tipos de indústria, permite evidenciar nitidamente as indústrias locais de maior relevo⁴⁴.

Uma parte significativa da população activa empregue na indústria encontrava-se directamente associada ao ramo da construção civil, representando 34,1%. Em segundo lugar surgia a indústria do vestuário e calçado, no qual se encontrava empregue 24,1% do total da mencionada população activa. A importante indústria metalúrgica surgia no quarto lugar, com 11,6%, ultrapassada pelo ramo das indústrias de fabrico de géneros alimentícios, que contabilizavam 15,1% do total de população activa.

Uma outra fonte de âmbito estatístico, publicada em 1931, indica o número de estabelecimentos e de respectivos empregados. Esta estatística industrial realizada no final de 1930, contém uma divergência quanto aos valores apresentados pelo Censo do ano anterior. De acordo com Venerando Matos, a mencionada estatística industrial parece apenas integrar os estabelecimentos de produção com características modernas⁴⁵, o que pode assim justificar a disparidade numérica no que concerne ao número de população, apresentada pelo Censo de 1930, empregue na actividade industrial.

Segundo os dados presentes no quadro sobre o número de estabelecimentos e empregados por tipo de indústria, em 1930⁴⁶, e que parecem integrar somente as indústrias de cariz moderno, o panorama industrial local era constituído por 68 estabelecimentos, nos quais se encontravam empregues 230 pessoas. A indústria da alimentação era aquela com o maior número de estabelecimentos e de empregados. A indústria metalúrgica ocupava a segunda posição, seguida da indústria do mobiliário.

A comparação entre estes valores e os apresentados pelo Censo de 1930, relativamente à população activa empregue nos diferentes ramos industriais, permite

⁴⁴Vide Anexo n.º 14.

⁴⁵MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 33.

⁴⁶Vide Anexo n.º 15.

concluir, que no concelho de Torres Vedras, proliferavam as pequenas indústrias artesanais e oficinas. Por exemplo, o desfasamento de resultados apresentados quanto à indústria metalúrgica parece ser sintomático, com a forte possibilidade de o Censo de 1930 ter contabilizado, na sua estatística, actividades como as do ferreiro, do ferrador ou do latoeiro, que geralmente exerciam as suas actividades em pequenas oficinas.

No universo industrial torriense do final dos anos 20 e início da década de 30, as indústrias metalúrgicas de António Hipólito e de Francisco António da Silva, representavam, muito possivelmente, os pólos industriais mais importantes do concelho de Torres Vedras, beneficiando obviamente do próprio contexto vinícola regional.

António Hipólito iniciou o seu negócio em Torres Vedras, no ano de 1900, gerindo uma pequena oficina de latoaria, que num espaço temporal de 11 anos se desenvolveu significativamente, mercê da introdução de maquinaria e ampliação das respectivas instalações⁴⁷. Foi neste período de pouco mais de uma década, que ocorreu a concepção do pulverizador, utensílio agrícola de enorme utilidade⁴⁸.

O contexto da 1.ª Guerra Mundial (1914-1918) afirmou-se fulcral para o desenvolvimento daquela fábrica. A ausência, de concorrência externa, permitiu que o pulverizador *Hipólito* se afirmasse em Portugal, tanto mais, que após o conflito, este produto era já uma referência no mercado vitivinícola nacional⁴⁹. Futuramente, em 1933, são inauguradas novas instalações, providas de diversos requisitos modernos⁵⁰.

No que concerne a Francisco António da Silva, o início do seu percurso profissional não diverge muito do de António Hipólito. Em Janeiro de 1908, adquire uma pequena latoaria que trespassara da sua antiga patroa⁵¹. Beneficiando da região vinhateira em que se inseria, o estabelecimento industrial de Francisco António da Silva, catapultou os seus esforços, para o fabrico de caldeiras de destilação de vinhos e bagaços, bombas de trasfega, assim como para a fundição de metais. Em 1926, Francisco António da Silva foi condecorado na exposição agrícola, pecuária e industrial, realizada em Torres Vedras, pelo fabrico da aludida caldeira de destilação⁵².

⁴⁷“Notícia histórica sobre a Casa Hipólito” in *A Hora*, N.º 38, Lisboa, 1936, p. 30.

⁴⁸*Ibidem*.

⁴⁹“A Vila de Torres Vedras: Centro Industrial” in *Indústria Portuguesa: Revista da Associação Industrial Portuguesa*, 3.º Ano, N.º 27, Maio de 1930, p. 45.

⁵⁰“Notícia histórica sobre a Casa Hipólito” in *A Hora*, N.º 38, Lisboa, 1936, p. 30.

⁵¹*Folha de Torres Vedras*, Ano VIII, N.º 411, 26/01/1908, p. 4, coluna 4.

⁵²“A Vila de Torres Vedras: Centro Industrial” in *Indústria Portuguesa: Revista da Associação Industrial Portuguesa*, 3.º Ano, N.º 27, Maio de 1930, p. 43.

I. 6. Comércio/Serviços

Na análise aos dados contidos no quadro sobre a distribuição da população activa no sector do comércio/serviços⁵³, se forem excluídos os “comércios não especificados nos grupos anteriores”, constata-se que era o “comércio de géneros alimentícios”, com 16,9%, que mais população activa empregava. Um comércio essencial no abastecimento do mercado local, que procurava satisfazer as necessidades essenciais da população do concelho de Torres Vedras.

Acima da barreira dos 10%, surge somente a categoria do “pequeno comércio misto local”, no qual se incluem naturalmente estabelecimentos como as drogarias, caracterizados pela venda de diversos produtos. Saliente-se a categoria da restauração, que acolhia 9,9% do total da população activa empregue no ramo do comércio/serviços.

Relativamente à evolução do número de estabelecimentos comerciais, negócios e serviços⁵⁴, optou-se por efectuar uma demarcação entre o meio urbano, representado pela vila de Torres Vedras, e o meio rural, correspondente ao restante concelho.

No que concerne a Torres Vedras, constata-se uma proliferação de estabelecimentos destinados a satisfazer as necessidades alimentares da população torriense. Evidenciam-se igualmente os sectores da banca e dos seguros, cujos números apresentados reflectem os diversos bancos e seguradoras representados localmente, muitos deles pelo mesmo agente, e do vestuário e calçado. É ainda de destacar o sector do combustível automóvel, que não obstante o decréscimo verificado nos anos 40, constitui um indicador alusivo da possivelmente significativa circulação automóvel.

No que se refere ao restante concelho, o cenário era nitidamente inverso ao verificado no meio urbano. Aliás, constata-se que o arranque do desenvolvimento comercial e dos serviços em meio rural parece somente ocorrer entre 1925 e 1930.

O principal enfoque, ao longo do período em estudo, remete para o caso do comércio de géneros alimentícios. Os números associados a este tipo de comércio comprovam uma proliferação de mercearias, padarias e talhos pelas inúmeras localidades rurais do concelho de Torres Vedras. Outro destaque incide, ainda que com oscilações, no negócio de venda de vinhos e aguardentes, situação intimamente associada à vinicultura local e à sua importância na economia da região.

⁵³Vide Anexo n.º 16.

⁵⁴Vide Anexo n.º 17.

Capítulo II: Portugal e a transição de regime

No final de Maio de 1926, registaram-se sublevações em diferentes divisões militares do país. Em Braga foram encabeçadas pelo general Gomes da Costa, em Lisboa pelo almirante Mendes Cabeçadas, no Porto pelo comandante Filomeno da Câmara e em Évora pelo general Óscar Carmona⁵⁵. A 29 de Maio é satisfeita uma das exigências dos insurrectos, quando o pedido de demissão do governo Democrático, liderado por António Maria da Silva, é aceite pelo Presidente da República⁵⁶.

II. 1. O fim da Primeira República

A participação portuguesa na 1.^a Guerra Mundial, a partir de 1916, é comumente apontada, pela historiografia nacional, como factor decisivo para o início da queda do regime republicano. De acordo com António Reis, apesar da importância daquele momento, existem um conjunto de factores político-ideológicos e culturais de extrema relevância, que contribuíram decisivamente para crise final da 1.^a República⁵⁷.

No âmbito político, salientam-se questões como o agravamento da crise de legitimidade/representatividade do regime, a reiterada incapacidade de regulação do funcionamento do sistema institucional do republicanismo liberal, a inaptidão de enfrentar a oligarquia financeira dada a ausência de uma coerente política económico-social, a reorganização da oposição conservadora e os conflitos entre os militares e os sucessivos governos, verificada após o termo da guerra.

Do ponto de vista cultural, contribuíram para o descrédito do regime, a perda de confiança das elites intelectuais na classe dominante, o vazio ideológico da maioria das elites políticas republicanas, a diluição das alternativas ideológicas e dos ideais éticos, o controlo exercido pela oposição conservadora junto da principal imprensa e a difusão da concepção, na opinião pública, que a ditadura seria a alternativa ao poder vigente.

Apesar das propostas defendidas e apresentadas pelas principais forças políticas nacionais, nas vésperas do golpe militar de 28 de Maio de 1926, as mesmas não

⁵⁵RAMOS, Rui, “Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)” in *História de Portugal*, Rui Ramos (coordenação), 6.^a edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, p. 622.

⁵⁶ROSAS, Fernando, “Saber Durar (1926-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 141.

⁵⁷REIS, António, “Epílogo: o fim da Primeira República” in *História da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coordenação), 2.^a edição, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, pp. 576-580.

constituíam a solução para o saneamento dos problemas do regime. Enquanto a esquerda republicana demonstrava incapacidade em recuperar os ideais do projecto revolucionário e modernizador de 1910, a direita político-ideológica não possuía soluções de forma a garantir a estabilidade governativa, encontrando-se ao mesmo tempo, favorável a um possível complô contra o poder instituído⁵⁸.

O ano de 1925 inauguraria as primeiras tentativas de golpe militar contra o poder instalado. A 18 de Abril eclode, sem sucesso, em Lisboa, uma insurreição militar chefiada pelo general Sinel de Cordes, pelo comandante Filomeno da Câmara, pelo tenente-coronel Raúl Esteves e pelo capitão Jaime Baptista⁵⁹. Cerca de 3 meses depois, a 19 de Julho, irrompe um novo movimento militar. Comandada pelo almirante Mendes Cabeçadas, esta tentativa de golpe não obteve o sucesso desejado, no entanto e em ambos os casos, fica patente o envolvimento de oficiais superiores das Forças Armadas nas conspirações⁶⁰, e que pareciam nitidamente ensaiar o golpe militar do ano seguinte.

De facto, o período que medeia entre as tentativas de golpe militar de Abril/Julho de 1925 e a eclosão da intentona que coloca termo à 1.^a República, a 28 de Maio de 1926, é caracterizado por diferentes conspirações no seio do Exército⁶¹. Do conjunto de complôs existentes, salientam-se as manobras de três importantes sectores.

Um dos grupos encontrava-se disposto em torno do general Sinel de Cordes, que defendia uma cooperação com os altos cargos militares, os comandantes de unidades de maior poder e outros oficiais de confiança. Outra facção, de cariz mais radical, era formada e apoiada em oficiais de baixa patente, sargentos e alguns apoios de oficiais superiores. Uma outra rede de conspiração desenvolvia-se numa estreita relação com a União Liberal Republicana e Cunha Leal, que tinha em Filomeno da Câmara e Mendes Cabeçadas, as duas figuras militares de proa.

Apesar da existência, destas facções, no interior do Exército português e do envolvimento, de alguns dos oficiais, nas insurreições ocorridas em 1925, caberá a Gomes da Costa a actuação principal no desencadeamento do golpe de 28 de Maio.

⁵⁸FARINHA, Luís, “A caminho do 28 de Maio” in *História da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coordenação), 2.^a edição, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, p. 538.

⁵⁹RAMOS, Rui, “A Transformação da República (1917-1926)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 6: *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Rui Ramos (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 2001, p. 563.

⁶⁰Ibidem.

⁶¹AFONSO, Aniceto, *Sinel de Cordes: um general conspirador (1923-1926)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 1989, pp. 140 e 141.

II. 2. O 28 de Maio de 1926

A 26 de Maio de 1926, o general Gomes da Costa partiu de Lisboa rumo ao norte do país, reunindo apoios no Porto e em Braga, cidade na qual preparou o início da sublevação militar, tendo esta principiado na madrugada do dia 28 com a insurreição da Infantaria 8, a prisão do governador civil, a ocupação dos serviços telégrafos-postais e a divulgação de uma proclamação, assinada por Gomes da Costa, com as deliberações revolucionárias⁶². Iniciada em Braga, rapidamente a intentona se alastrou a outras regiões, a outras divisões militares, à Marinha, à Aviação e aos civis⁶³.

O programa do 28 de Maio, amplamente difundido, era caracterizado pelas seguintes disposições: publicação de um Estatuto fundamental que garantisse o regular funcionamento do regime republicano; reorganização dos serviços públicos e lei complementar de responsabilidade criminal e civil conexa a todos os agentes do Estado; redução da despesa pública; regularização das contas públicas e simplificação do sistema tributário; desenvolvimento da riqueza nacional; reforma do ensino e da educação; reforma da justiça; medidas de fomento colonial; reorganização militar e naval; garantia indiscutível dos direitos de propriedade e bom nome dos cidadãos⁶⁴.

Ponto fulcral, do programa dos militares do 28 de Maio, centrava-se na questão da manutenção do regime republicano. No entanto, como se analisará posteriormente, consequência de lutas internas entre os diferentes chefes do movimento militar, a evolução ocorrerá no sentido da implantação de uma ditadura militar.

Após a demissão do governo Democrático de António Maria da Silva, a 30 de Maio, Bernardino Machado, então presidente da República, determinou proceder à “*transferência legal*” de poderes junto do almirante Mendes Cabeçadas, esperando assim que fosse respeitada a legalidade constitucional⁶⁵.

A nomeação de Mendes Cabeçadas para o cargo de chefe de governo e titular de todas as pastas ministeriais, depressa provocou a oposição das hostes conservadoras e do general Gomes da Costa, o que originou a demissão do próprio Presidente da

⁶²CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, INCM, 1985, pp. 195 e 196.

⁶³MADUREIRA, Arnaldo, *O 28 de Maio. Elementos para a sua compreensão*, Vol. I: *Na génese do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1978, p. 47.

⁶⁴FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, p. 119.

⁶⁵FARINHA, Luís, “A caminho do 28 de Maio” in *História da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coordenação), 2.^a edição, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, p. 552.

República, que delegou em Cabeçadas, as funções presidenciais⁶⁶. Com o último governo e o último presidente do período da 1.ª República afastados do Poder, coube aos militares assumir, a partir de agora e em pleno, os destinos do país.

A evolução dos acontecimentos, nos primeiros dias de Junho, permite clarificar o alinhamento das diferentes forças político-ideológicas⁶⁷. Mendes Cabeçadas agregava junto de si a esquerda republicana (seareiros, Esquerda Democrática, a «Junta Verde» de Álvaro de Castro, entre outras), que receava, que o seu afastamento do Poder colocasse termo, a todo o edifício liberal republicano até então existente.

Sinel de Cordes colhia o apoio das forças conservadoras, dos interesses económicos e da hierarquia militar, defendendo um movimento exclusivamente militar de corte com o passado político-partidário, de forma a regenerar o regime e o país.

Por fim, o general Gomes da Costa, também ele situado no campo militar conservador, agregava junto de si, o apoio de uma improvável união entre os republicanos radicais e os integralistas, que pretendiam impor-se à hegemonia do grupo de Mendes Cabeçadas e às suas ligações com o sistema político-partidário nacional.

O primeiro Executivo, após a intentona militar de 28 de Maio de 1926, é formado a 3 de Junho, sobressaindo a presença do general Óscar Carmona e de Oliveira Salazar, que aparece pela primeira vez associado à nova ordem político-institucional.

O novo governo teria uma duração efémera, pois o Presidente do Ministério seria deposto, a 17 de Junho, por um golpe político-militar encabeçado por Gomes da Costa⁶⁸. Em face dos acontecimentos, Mendes Cabeçadas procede à própria exoneração e nomeia o general Gomes da Costa enquanto novo Presidente do Ministério⁶⁹. A partir daqui, os acontecimentos propiciaram-se até à chegada ao poder do general Carmona.

O novo Executivo, liderado pelo general Gomes da Costa, era constituído, em parte, por figuras de índole conservadora, sob orientação superior do general Sinel de Cordes. Assim, o governo era então formado por Óscar Carmona (Negócios

⁶⁶ROSAS, Fernando, “Saber Durar (1926-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 144.

⁶⁷Idem, pp. 144-146.

⁶⁸MADUREIRA, Arnaldo, *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997, p. 28.

⁶⁹FARINHA, Luís, “«Cavaleiros da Pátria»: Os Liberais e a Transição Pactuada (1925-1929)” in *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: Contributos para uma reflexão*, Luís Reis Torgal (apresentação), Coimbra, CEI do Século XX da UC/IHTI da FLUC, 2006, p. 60.

Estrangeiros), Passos e Sousa (Comércio), Ricardo Jorge (Instrução), Gama Ochoa (Colónias), Manuel Rodrigues (Justiça) e Filomeno da Câmara (Finanças)⁷⁰.

Apesar de a liderança caber aparentemente a Gomes da Costa, o sector conservador considerava o general uma figura sem capacidade para liderar os destinos do país, resultando no seu afastamento, a 9 de Julho, após ter demitido, três dias antes, Óscar Carmona, Gama Ochoa e António Claro das respectivas pastas, por discordarem da alteração sobre um decreto relativo a pretensões eclesiásticas⁷¹. Sem apoios militares, Gomes da Costa acaba exilado nos Açores, enquanto Óscar Carmona assume a chefia do Governo, assim como a pasta da Guerra, tendo sido mais tarde, a 16 de Novembro, nomeado por decreto, Presidente da República interino⁷².

Capítulo III: O Concelho de Torres Vedras e a Ditadura Militar (1926-32)

A intentona de 28 de Maio de 1926 provocou, inicialmente, as naturais mutações associadas à substituição dos corpos dirigentes concelhios. Porém, o enfase desta época, no âmbito local, incide particularmente na importante actividade da oposição republicana torriense, quer a legal, quer a clandestina, desenvolvida entre 1927 e 1932.

III. 1. O 28 de Maio na imprensa local

Aquando da eclosão da intentona de Maio de 1926, a imprensa local torriense era constituída por dois periódicos ideologicamente distintos, cuja leitura permite compreender as respectivas posições face à evolução do momento político nacional.

III. 1.1. A Nossa Terra: de Regionalista a Republicano

Fundada a 15 de Janeiro de 1924, *A Nossa Terra* era dirigida por Justino Freire de Moura Guedes, advogado⁷³, contando ainda no corpo redactorial com António Teixeira de Figueiredo, proprietário. No primeiro número, Moura Guedes definiu o

⁷⁰ROSAS, Fernando, “Saber Durar (1926-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 149.

⁷¹ANTUNES, José Freire, *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas: As Forças Armadas do 28 de Maio*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978, pp. 149 e 150.

⁷²WHEELER, Douglas, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986, p. 18.

⁷³Justino Freire de Moura Guedes, além do cargo de director, era ainda o editor e proprietário do periódico em análise. In *A Nossa Terra*, Ano I, N.º 1, 15/01/1924, p. 1.

propósito do jornal que dirigia: “*Defender os interesses da nossa terra contra todos aqueles que em nossa opinião os prejudiquem*”⁷⁴. A partir de 30 de Março, *A Nossa Terra* torna-se no órgão da recém-criada Associação Regionalista de Torres Vedras⁷⁵.

Em Janeiro de 1926, ocorre uma cisão no periódico. Consequência de um conflito existente entre monárquicos e republicanos no interior da aludida Associação Regionalista, e do apoio, dado pela *A Nossa Terra*, à lista republicana nas eleições municipais de 1925, António Teixeira de Figueiredo, de acordo com as suas convicções ideológicas, optou por abandonar a redacção do jornal, que por sua vez passou a intitular-se de *Semanário Republicano do Concelho de Torres Vedras*⁷⁶. Ao longo do ano de 1926, *A Nossa Terra* aproximou-se dos ideais da ULR, liderada por Cunha Leal⁷⁷. A 24 de Junho, Justino Freire de Moura Guedes confirma a sua adesão ao partido, não poupando elogios ao seu líder, Francisco da Cunha Leal⁷⁸.

III. 1.2. O monárquico *Correio de Torres*

A dissidência, provocada pela saída de António Teixeira de Figueiredo do jornal *A Nossa Terra*, acabaria por estar no advento imediato de *O Correio de Torres*, o primeiro jornal local a assumir-se como monárquico desde a revolução republicana⁷⁹.

Fundado a 10 de Janeiro de 1926, *O Correio de Torres* era dirigido por António Teixeira de Figueiredo, integrando ainda o jornal enquanto administrador e editor, João Augusto Clímaco Pinto⁸⁰, comerciante e futuro chefe da causa nacional-sindicalista no concelho de Torres Vedras. No seu primeiro número, *O Correio de Torres* assume nitidamente a sua posição político-ideológica: “*Deus, Patria e Rei, dissémos, e é nesta trindade, suprema encarnação do amor, da gloria e do poder, que assenta a nossa doutrina politica e a doutrina que este semanario, ora aparecido, defenderá...*”⁸¹.

⁷⁴In GUEDES, Justino, “Os nossos propósitos” in *A Nossa Terra*, Ano I, N.º 1, 15/01/1924, p. 1, coluna 2.

⁷⁵“*Este periodico começa hoje a ser semanario e órgão da Associação Regionalista de Torres Vedras*” In Idem, N.º 6, 30/03/1924, p. 1, coluna 1.

⁷⁶MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 263.

⁷⁷Ibidem

⁷⁸“*Enfileirámos na União Liberal Republicana, por estarmos persuadidos que o seu programa satisfaz plenamente os interesses da Nação e porque reputamos o seu ilustre chefe um dos maiores portugueses do seu tempo*” In *A Nossa Terra*, Ano III, N.º 91, 24/06/1926, p. 1, coluna 1.

⁷⁹MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 264.

⁸⁰*O Correio de Torres*, Ano I, N.º 1, 10/01/1926, p. 1.

⁸¹In FIGUEIREDO, António Teixeira de, “Por Deus, Pela Patria, pelo Rei!” in Idem, coluna 1.

A par do cargo de director d'O *Correio de Torres*, António Teixeira de Figueiredo seria nomeado, em Junho de 1926, secretário da direcção do núcleo da Juventude Monárquica Conservadora de Torres Vedras⁸². A existência deste núcleo regional⁸³, associada à publicação de um periódico monárquico, demonstra a relevante e estruturada organização monárquica local, da qual fazia parte, por exemplo, o presidente da comissão administrativa da câmara municipal, Álvaro Galvão.

III. 1.3. O 28 de Maio: *Da convergência à discrepância*

Apresentados os principais elementos, referentes à orientação político-ideológica, de cada um dos periódicos locais publicados aquando do golpe militar de 28 de Maio de 1926, urge agora conhecer, as posições adoptadas, por cada um deles, face ao movimento militar e à evolução política nacional verificada nas semanas seguintes.

A *Nossa Terra*, logo no primeiro número após o 28 de Maio, “...fazendo justiça às nobres intenções do sr. comandante Mendes Cabeçadas, saúda em S. Ex.^a o grande patriota e o ilustre republicano...”, esperando uma postura firme do mesmo na evolução dos acontecimentos, “Cumpra S. Ex.^a os seus levantados propositados ao preparar o movimento revolucionario triunfante!”⁸⁴. Nestas primeiras alusões à intentona de 28 de Maio, A *Nossa Terra* coloca todo o enfoque no almirante Mendes Cabeçadas, ignorando a arrancada de Braga do general Gomes da Costa.

Ainda no mesmo número, A *Nossa Terra* enaltece a constituição do novo governo e do seu presidente, Mendes Cabeçadas: “*Preside ao novo governo o nosso querido amigo comandante Mendes Cabeçadas...A sua presidencia indica que a orientação politica do governo vai ser marcada por um intransigente espirito republicano. Tanto nos basta para lhe significarmos o nosso apoio...*”⁸⁵. A par de Mendes Cabeçadas, o semanário republicano torriense aproveita ainda, e pela primeira vez, para “...destacar o sr. general Gomes da Costa, militar valoroso...”⁸⁶.

⁸²O *Correio da Manhã*, Ano VI, N.º 1.833, 23/06/1926, p. 1, coluna 4.

⁸³Direcção – Presidente: José Maria Pinheiro da Silva; secretário: António Teixeira de Figueiredo; tesoureiro: João Ferreira Pinto; vogais: Manuel Gregório de Miranda Júnior e José Duarte Capote. Assembleia Geral – Presidente: Álvaro Galvão; 1.º secretário: António Augusto Ferro Baptista; 2.º secretário: Carlos da Silva Cardoso. Conselho Fiscal – Presidente: Severino Henrique Gouveia; vogais: Maximino Nicolau dos Santos Sobrinho e António dos Santos Duarte. In *Ibidem*.

⁸⁴In A *Nossa Terra*, Ano III, N.º 89, 3/06/1926, p. 1, coluna 1.

⁸⁵In *Idem*, p. 2, coluna 3.

⁸⁶In *Ibidem*.

Por sua vez, *O Correio de Torres* adopta, identicamente, uma postura de defesa do golpe de 28 de Maio. Num artigo da autoria de Teixeira de Figueiredo, intitulado “*Atitude clara*”, é elogiada, por um lado, a acção do exército que “...*acordou, emfim, do seu longo letargo*”, e abertamente criticado, por outro, o regime republicano, cuja adopção de “*uma politica mesquinha, eivada de erros e desvergonhas, conduzia a Nação Portuguesa, este heroico Portugal...ao abismo profundo...*”⁸⁷.

O director d’*O Correio de Torres* declarava ainda, no mesmo artigo, o apoio expresso à nova ordem político-institucional que se inaugurava em Portugal, não colocando qualquer tipo de interrogação quanto à posição daquele periódico monárquico face ao movimento revolucionário: “*Porque somos patriotas e sentimos latejar no nosso sangue o amor sagrado da Terra que nos viu nascer...sabemos colocar muito acima das nossas convicções politicas, o Interesse Nacional. Este manda, no momento presente, uma ditadura militar. Acatamo-la, sem o receio e o medo...*”⁸⁸.

Apesar da semelhante posição adoptada quanto à intervenção militar, rapidamente os dois periódicos torrienses em análise irão começar a divergir quanto ao futuro político-ideológico do país, esgrimindo vários argumentos. A *Nossa Terra*, ainda na sua edição de 3 de Junho, sob a responsabilidade de Moura Guedes, publica um artigo no qual tece duras críticas aos monárquicos⁸⁹, naquilo que aparenta ser, uma resposta ao artigo de Teixeira de Figueiredo, publicado em *O Correio de Torres*, no dia 1 de Junho, em que era criticada a política seguida durante o período da 1.^a República.

Na resposta, *O Correio de Torres* defende-se das acusações, ao mesmo tempo que censura a actuação republicana: “*Não, presado colega, os monarquicos, que tão maltrata, não são supinamente tolos, que pretendessem restaurar a monarquia, com a balburdia emaranhada, em que se encontra o Estado portuguez, a este lindo estado conduzido pelos eméritos confrades (em regimen falando)...de A Nossa Terra*”⁹⁰.

⁸⁷In FIGUEIREDO, António Teixeira de, “Atitude clara” in *O Correio de Torres*, Ano I, N.º 19, 1/06/1926, p. 1, coluna 1.

⁸⁸In Ibidem.

⁸⁹“*Um grande numero de individuos que teem passado a vida a fazer politica, movendo uma guerra de morte a tudo o quanto não esteja pintalgado de azul e branco, verificando mais uma vez a impossibilidade de uma restauração monarchica, lança aos ventos incertos da hora que passa este brado na apparencia tão sincera: guerra a todos os politicos! Como se não fossem tambem politicos, no limite das forças que lhes é talhado pela cobardia reles de sempre, esses hypocritas puritanos de pacotilha!*” In GUEDES, Justino, “Distingâmos” in *A Nossa Terra*, Ano III, N.º 89, 3/06/1926, p. 1, coluna 4.

⁹⁰In *O Correio de Torres*, Ano I, N.º 20, 13/06/1926, p. 1, coluna 4.

O restante mês de Junho continuou a ser pautado pelos ataques entre os dois periódicos locais. A 24 de Junho, Moura Guedes, em resposta ao artigo publicado em *O Correio de Torres* e acima abordado, critica os defensores do regime monárquico: *“Hipocritas são aqueles que apregoam virtudes e cometem pecados. Hipocritas são aqueles que apoiam republicanos no intuito de se utilizarem, cedo ou tarde, para a sua causa das facilidades que estes lhes prepararem...Aves sinistras da politica. Corvos famintos de podridão, são esses dentro os maus, os piores politicos...”*⁹¹.

Apresentadas, de forma geral, as posições d’*A Nossa Terra* e d’*O Correio de Torres*, conclui-se que da convergência inicial alusiva à intentona em si, rapidamente se assiste ao extremar de posições, consequência directa das respectivas doutrinas político-ideológicas, o que culminou em acusações recíprocas por parte dos dois periódicos.

III. 2. A evolução da política local

A 3 de Junho de 1926, o administrador do concelho de Torres Vedras, Aurélio Ricardo Belo, major-médico, por razões de ordem particular, apresentou a demissão do respectivo cargo que exercia desde o final de Fevereiro daquele ano⁹². Em sua substituição, foi nomeado o jovem tenente de Infantaria, António Vitorino França Borges, a quem coube o encargo de designar uma nova comissão administrativa.

III. 2.1. António Vitorino França Borges

O novo administrador do concelho de Torres Vedras, França Borges, tomou posse no cargo de administrador do concelho a 5 de Julho de 1926⁹³, cargo que ocupou até 1934. Natural de Lisboa, António Vitorino França Borges assumiu, os destinos do concelho de Torres Vedras, com apenas 25 anos de idade, na qualidade de tenente de Infantaria 5. Do seu percurso militar, anterior ao golpe do 28 de Maio, salienta-se a conclusão do curso da Escola de Guerra, em 1919, assim como a participação nas campanhas militares contra os monárquicos⁹⁴.

⁹¹In GUEDES, Justino, “Distingâmos” in *A Nossa Terra*, Ano III, N.º 91, 24/06/1926, p. 1, coluna 4.

⁹²AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil*, cx. 57 (1925-1940), livro n.º 28 (1925-1928), fl. 111, ofício n.º 54 de 3/06/1926.

⁹³Idem, *Auto de Posse dos Funcionários*, cx. 135 (1868-1936), livro n.º 6 (1924-1936), fl. 5 v.º.

⁹⁴ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, *Dicionário biográfico do Poder Local em Portugal: 1936-2013*, Lisboa, Escrytos, 2014, p. 28.

No concelho de Torres Vedras, além de ter desempenhado o cargo de administrador do concelho e de presidente da comissão administrativa, França Borges fundou e dirigiu, entre 1932 e 1935, o jornal nacionalista *Alta Extremadura*. Em 1935 é colocado na Escola Prática de Infantaria de Caldas da Rainha. Do seu percurso político-militar posterior, sobressai o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que ocupou entre 1959 e 1970, aposentando-se nesse ano já com a patente de General⁹⁵.

França Borges era ainda um grande proprietário-viticultor, com residência na Ribaldeira e propriedades na freguesia de Dois Portos. Em 1933, França Borges foi o segundo maior produtor de vinho tinto do concelho de Torres Vedras, surgindo na nona posição em toda a região Oeste. Nesse ano produziu mais de 1000 pipas de vinho⁹⁶.

III. 2.2. A nova comissão administrativa da câmara municipal

Aquando da eclosão da intentona de 28 de Maio de 1926, as duas instituições do Poder local, o Senado Municipal e a Comissão Administrativa, encontravam-se sob a presidência de dois monárquicos, respectivamente Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa e Álvaro Galvão⁹⁷. Ambos seriam afastados do poder após a intentona.

O golpe militar do 28 de Maio provocaria, a curto prazo, a dissolução de todos os corpos administrativos do continente e ilhas, competindo aos governadores civis, o envio, ao Ministério do Interior, da composição das novas comissões administrativas⁹⁸. Coube aos administradores dos concelhos proceder às respectivas nomeações.

A 15 de Julho de 1926, França Borges informava o governador civil da composição da futura comissão administrativa, salientando que as individualidades escolhidas “...se impõem pelo seu republicanismo, independencia politica, valor individual e sendo credores da maior consideração em todo o concelho”⁹⁹.

⁹⁵ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, *Dicionário biográfico do Poder Local em Portugal: 1936-2013*, Lisboa, Escrytos, 2014, p. 28.

⁹⁶FREIRE, Dulce, *Op. Cit.*, p. 317.

⁹⁷Câmara Municipal de Torres Vedras, *Relatório da Comissão Administrativa Municipal relativo à sua gerência de 30 de Julho de 1926 (sua Posse) e 31 de Março de 1928*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1928, p. 12.

⁹⁸ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Civis, 1936-2012*, Lisboa, Escrytos, 2013, pp. 21 e 22.

⁹⁹AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil*, cx. 57 (1925-1940), livro n.º 28 (1925-1928), fl. 131, ofício n.º 74 de 15/07/1926.

A aludida comissão administrativa¹⁰⁰ era presidida por Silvério Botelho Moniz de Sequeira, viticultor-proprietário, Secretário-geral da Associação Central da Agricultura Portuguesa e Director da UVP. A vice-presidência estava entregue a António Manuel Figueira Freire, médico, viticultor-proprietário e Presidente da Assembleia Geral da AEFDTV. No que concerne aos vogais, as nomeações incidiram em Artur Castilho¹⁰¹, engenheiro-agrónomo e director do Posto Agrário de Dois Portos, João dos Santos Ghira, engenheiro e viticultor-proprietário, José Anjos da Fonseca, proprietário e comerciante, João Germano Alves, viticultor-proprietário e António Rodrigues Venâncio, farmacêutico e viticultor-proprietário.

De acordo com Venerando Matos¹⁰², dos elementos que compunham a comissão administrativa da câmara municipal de Torres Vedras, salientavam-se, pelo seu passado político, Silvério Botelho de Sequeira, João dos Santos Ghira e José Anjos da Fonseca.

Silvério Botelho Moniz de Sequeira, de 60 anos, residente na Feliteira, freguesia de Dois Portos, que após a revolução republicana aparece conotado, em 1917, ao PRP, emergia como o único dos elementos nomeados que já tinha desempenhado um cargo de presidência municipal, neste caso do Senado, em 1925. Outro dos membros, com actividade política conhecida, no período anterior ao golpe do 28 de Maio, era João dos Santos Ghira, de 35 anos, residente em Torres Vedras. Em 1922 tinha sido eleito para o senado municipal por uma lista republicana.

Por fim, surgia José Anjos da Fonseca, de 54 anos, residente em Torres Vedras, que de acordo com Venerando Matos era a *“figura com maior experiência política nesta comissão”*¹⁰³. Com um passado político, entre 1907 e 1915, vincadamente republicano, José Anjos da Fonseca foi nomeado, durante a ditadura de Pimenta de Castro, para integrar a administração concelhia, exercendo posteriormente, já durante o sidonismo, o cargo de presidente da comissão administrativa municipal. Foi ainda nomeado para duas outras comissões administrativas após a morte de Sidónio Pais.

Em Maio de 1928, esta mesma comissão administrativa, à qual se tinha juntado entretanto, enquanto vereador adjunto, França Borges, afirmava que os seus elementos *“formaram decididos e aprumados ao lado da disciplina, donde nasce a ordem, que*

¹⁰⁰Vide Anexo n.º 18.

¹⁰¹Artur Castilho não chegou a tomar posse, sendo substituído por José Augusto de Almeida Trigueiros, comerciante e industrial. In Câmara Municipal de Torres Vedras, *Op. Cit.*, p. 13.

¹⁰²MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 266 e 267.

¹⁰³In Idem, p. 267.

*está bafejando o mapa da Europa, numa reacção vigorosa e firme contra a defecção social, e que tem o seu mais alto símbolo no brioso general Carmona, em Portugal, no General Riviera, em Espanha, em Mussolini na Itália e em Baldwin na Inglaterra”*¹⁰⁴.

III. 3. A Eleição Presidencial de 1928

A 25 de Março de 1928, o general Óscar Carmona é eleito para o cargo de Presidente da República, usufruindo do discreto apoio do PRP¹⁰⁵. Numas eleições que definiam a eleição directa para o mais alto cargo de representante do Estado Português, adoptando o modelo usado na eleição presidencial de Sidónio Pais, em 1918, o general Carmona, que concorreu sem oposição, venceu com um total de 761.730 votos¹⁰⁶.

III. 3.1. A eleição no concelho de Torres Vedras

Na área em estudo, a eleição presidencial¹⁰⁷, foi caracterizada por uma apreciável afluência às assembleias de voto e cujo sufrágio superou o registado na eleição de Sidónio Pais, afirmando-se no concelho, que maior votação alcançou, em todo o distrito de Lisboa, com um total de 4.879 votos¹⁰⁸.

De acordo com o administrador do concelho, António Vitorino França Borges, a votação decorreu de forma ordeira, “...*tendo sobressaído a freguesia da Silveira, recentemente creada, onde votaram todos os eleitores...bem como as freguesias de Cunhados (onde deixaram de votar 42 eleitores), Ponte do Rol onde votaram todos, Maxial e Ramalhal, tendo as restantes freguesias votado bem, não sendo maior a concorrência devido ao mau tempo e estado dos caminhos e estradas*”¹⁰⁹.

Numa análise global à votação obtida pelo general Óscar Carmona, foi nas freguesias de A-dos-Cunhados (13,3%), S. Pedro da Cadeira (11,7%) e Silveira (10,9%) que se registaram as percentagens de votação mais elevadas no concelho. Por seu turno, as freguesias da vila, S. Pedro e S. Maria, com uma votação, respectivamente, de 4,1% e

¹⁰⁴In Câmara Municipal de Torres Vedras, *Op. Cit.*, p. 14.

¹⁰⁵ROSAS, Fernando, “Saber Durar (1926-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 154.

¹⁰⁶WHEELER, Douglas, *Op. Cit.*, p. 29.

¹⁰⁷Vide Anexo n.º 19.

¹⁰⁸Câmara Municipal de Torres Vedras, *Op. Cit.*, p. 26.

¹⁰⁹In AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil*, cx. 57 (1925-1940), livro n.º 28 (1925-1928), fl. 469, ofício n.º 41 de 27/03/1928.

1,1%, obtiveram as percentagens de votos mais reduzidas de todo o concelho. Este panorama alusivo às fracas votações alcançadas nas freguesias urbanas foi um fenómeno comum ao longo do período em estudo, e que será posteriormente explicado.

III. 4. A oposição à Ditadura Militar

No período que se seguiu ao golpe militar do 28 de Maio de 1926, os chefes da revolução desencadearam o desmantelamento do Estado liberal, cenário evidente pelo encerramento do parlamento, suspensão da Constituição de 1911 e instauração de um Executivo alicerçado numa governação por decreto¹¹⁰.

Com a mutação de regime e a aplicação das alterações acima aludidas, a resistência republicana enveredou por uma luta política e militar contra a Ditadura, num processo designado de «revirvalho», entendido à época, segundo Luís Farinha, “...*como mudança que visava instaurar o constitucionalismo democrático e as liberdades fundamentais*”¹¹¹, cessadas com a intentona de Maio de 1926.

Assim, em Julho de 1926, constitui-se um bloco antiditatorial integrando as forças políticas que se opunham ao rumo que o país tomava¹¹². Esta fronda era composta pelos elementos da *Seara Nova*, Esquerda Democrática de José Domingos dos Santos, Acção Republicana, democráticos de esquerda, sectores radicais, sindicalismo revolucionário afecto à CGT, elementos comunistas desagregados do recém-criado PCP¹¹³, juntando-se, a partir de 1930, Cunha Leal, alguns elementos da ULR e outros sectores descontentes.

Desta heterogeneidade de forças políticas, ocorre o início do combate contra a Ditadura Militar, pela via insurreccional, resultando na eclosão das revoltas de Fevereiro de 1927, Julho de 1928, Abril (Açores e Madeira) e Agosto de 1931¹¹⁴.

¹¹⁰WHEELER, Douglas, *Op. Cit.*, p. 16.

¹¹¹In FARINHA, Luís, *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 16.

¹¹²Idem, “O Revirvalho contra a Ditadura Militar: o 3-7 de Fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os Levantamentos Armados de 1928-31” in *Resistência: da Alternativa Republicana à Luta contra a Ditadura (1891-1974)*, Manuel Loff e Teresa Siza (coordenação científica), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010, p. 50.

¹¹³O PCP, organização partidária ainda pouco representativa na época, defenderia posteriormente que o revirvalhismo era uma prática aventureira e inconsequente. In Idem, *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 36.

¹¹⁴CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*, Lisboa, Edições Colibri, 2015, p. 31 (no prelo).

III. 4.1. A oposição local

No concelho de Torres Vedras, a actividade da oposição local durante o período da Ditadura Militar é bastante circunscrita até 1929, ano em que o periódico local *Gazeta de Torres* assume um tom crítico perante o regime. Para compreender esta situação, é fulcral traçar um quadro geral relativo à evolução deste jornal, que está directamente associado à criação, a nível local, de organizações de defesa da República.

III. 4.1.1. *Gazeta de Torres*: de “independente” a republicano

Fundada a 14 de Agosto de 1927, a *Gazeta de Torres* assumia-se como “semanario...não politico...”, cujo objectivo era ser “...o porta-voz daqueles que...pugnam pelo progresso do concelho de Torres Vedras”¹¹⁵. O jornal era dirigido pelo advogado torriense Justino Moura Guedes, antigo director d’A Nossa Terra.

A partir de 23 de Setembro de 1928, Vítor Cesário da Fonseca, proprietário da empresa Sociedade Progresso Industrial, localizada em Torres Vedras e responsável pela composição e impressão da *Gazeta de Torres*, assume o cargo de administrador e editor do jornal. Apesar de ser opositor ao regime, como se verá posteriormente, esta alteração não produziu efeitos, a curto prazo, relativamente aos propósitos deste órgão de imprensa local, que continuou a defender o regionalismo¹¹⁶.

De acordo com Venerando Matos, no seu estudo sobre a elite republicana torriense, a *Gazeta de Torres*, nos dois primeiros anos de publicação, opta por dar enfoque às aspirações de natureza local¹¹⁷, ignorando considerações de cariz político.

A leitura do jornal, entre Agosto de 1927 e Novembro de 1929, corrobora essa afirmação. Incidindo em assuntos como a questão vinícola, a defesa da ligação ferroviária entre Torres Vedras e o Carregado, o regionalismo ou os melhoramentos locais¹¹⁸, o periódico em análise parece descurar os temas de natureza política.

No entanto, e apesar de se assumir como independente a nível político, a *Gazeta de Torres* demonstrou, em algumas ocasiões, uma posição de evidente solidariedade

¹¹⁵In *Gazeta de Torres*, Ano I, N.º 1, 14/08/1927, p. 1, coluna 2.

¹¹⁶“A nossa orientação política manter-se há...inteiramente regionalista, sem preocupações de partidos nem crenças...” In Idem, Ano II, N.º 56, 23/09/1928, p. 1, coluna 2.

¹¹⁷MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 271.

¹¹⁸*Gazeta de Torres*, Ano I, N.º 1, 14/08/1927 a Ano II, N.º 55, 9/09/1928.

para com o republicanismo. Um dos exemplos remete para as alusões efectuadas à revolução republicana de Outubro de 1910, nas quais, a *Gazeta de Torres* procurava enaltecer o espírito revolucionário do 5 de Outubro e a defesa do ideal democrático¹¹⁹.

Em termos concretos, é somente a 8 de Dezembro de 1929, que a direcção do periódico assume uma posição notória que define a sua postura a partir de então, na qual a defesa da República emerge como o mote ideológico da mesma. Após o falecimento de um dos vultos republicanos nacionais, António José de Almeida, a *Gazeta de Torres*, afirmando o seu republicanismo e democracia, decide encetar uma subscrição pública para auxiliar na construção de uma estátua aquela individualidade republicana¹²⁰.

III. 4.1.2. *Gazeta de Torres*: da defesa da Republica ao encerramento

A iniciativa de angariação de fundos para a construção de uma estátua a António José de Almeida, concretizada pela *Gazeta de Torres*, a partir do início de Dezembro de 1929, assinala de facto, o início da oposição abertamente republicana assumida por aquele periódico local. Nas edições seguintes, encontra-se um apelo, nas colunas do jornal, à participação nesta acção voluntária, que no entanto e a avaliar pelo número de subscrições efectuadas, parece não ter encontrado localmente significativa adesão¹²¹.

As posições pró-republicanas da *Gazeta de Torres* eram notórias em outras iniciativas encetadas à época, como a proposta alusiva à “*realização dum congresso da*

¹¹⁹ “*Tambem nesta vila a data gloriosa de 5 de Outubro não passou despercebida*” In *Gazeta de Torres*, Ano I, N.º 9, 9/10/1927, p. 6, coluna 4; “*Passou mais um aniversario da implantação do Regimen Republicano em Portugal, cujos ideais tão formosamente foram acalentados pelos seus precursores e por muitos daqueles que nas lutas politicas...conservam ainda toda a grandeza dum grande sonho de liberdade e de progresso*” In Idem, Ano II, N.º 58, 7/10/1928, p. 7, coluna 4; “*Passou ontem mais um aniversario da Republica. Mais um ano passou sobre tanto sacrificio...Uma coisa, porem, esperamos que perdure e desenvolva: a Democracia...*” In Idem, Ano III, N.º 110, 6/10/1929, p. 1, coluna 1.

¹²⁰ “*...somos republicanos...somos democratas...achamos bem que se perpetue a passagem por este país e pela Republica do grande...Antonio José d’Almeida, abrimos...a subscrição para ajudar...às despesas da construção da estatua ao grande paladino...*” In Idem, N.º 119, 8/12/1929, p. 1, coluna 3.

¹²¹ “*Apesar da lentidão com que caminha a subscrição aberta neste jornal...*” In Idem, N.º 124, 12/01/1930, p. 1, coluna 3; “*...até agora temos recebido dadivas de desoito individuos. Como não é de presumir que numa região tão populosa como a nossa haja apenas desoito republicanos simpatizantes com a ideia do monumento...*” In Idem, N.º 130, 23/02/1930, p. 1, coluna 3; “*Parece que está adormecido o sentimento republicano dos homens desta região que professavam estas ideias*” In Idem, N.º 137, 13/04/1930, p. 1, coluna 3.

*imprensa republicana portuguesa...ideia já expressa no nosso jornal...*¹²² ou a adesão, no início de Janeiro de 1931, à Federação dos jornais republicanos¹²³.

A *Gazeta de Torres* promoveu ainda actividades de âmbito local. Aqui insere-se a conferência proferida pelo histórico republicano Brito Camacho, que teve lugar no Teatro-Cine Ferreira da Silva, em Torres Vedras, a 19 de Janeiro de 1931, antecedida por um almoço de homenagem¹²⁴. Esteve ainda prevista a realização de outras conferências com personalidades republicanas, como Tamagnini Barbosa ou Edmundo de Oliveira¹²⁵, mas que acabaram por não ocorrer, desconhecendo-se as razões para tal.

Mais relevante do que as iniciativas mencionadas, a principal acção da *Gazeta de Torres* esteve directamente associada ao patrocínio dado à fundação de três núcleos locais republicanos: Liga Republicana, ARS e a Mocidade Republicana Torriense.

A *Gazeta de Torres* suspenderia a publicação a 13 de Agosto de 1933¹²⁶, na semana em que comemoraria o seu sexto aniversário. Como alude Venerando Matos, há já algum tempo que aquele periódico optava pela divulgação de notícias de âmbito económico e social local ou do panorama internacional, ignorando as questões políticas, situação para a qual terá contribuído a acção da Censura Prévia¹²⁷. No último número, Vítor Cesário da Fonseca justificava a suspensão do jornal, alegando “...*motivos alheios à nossa vontade...*”, realçando que “*em prol da Republica temos feito o apostolado que nos tem sido possível em epoca anormal...*”¹²⁸.

III. 4.1.3. Liga Republicana Torriense

A 26 de Janeiro de 1930, a *Gazeta de Torres* anunciava a realização, dentro de três dias, de uma reunião no Teatro-Cine Ferreira da Silva, com o objectivo de se

¹²²In *Gazeta de Torres*, Ano III, N.º 132, 9/03/1930, p. 1, coluna 2.

¹²³“*Federação dos jornais republicanos ...A Gazeta de Torres...sempre na vanguarda da defesa da Republica, acorreu imediatamente á chamada...*” In REIS, António Batalha, “A Nova Família, «Todos por um – Um por todos»” in *Gazeta de Torres*, Ano IV, N.º 176, 11/01/1931, p. 1, coluna 2.

¹²⁴“*Dr. Brito Camacho. Como anunciámos...realizará no dia 19 do corrente, no Teatro-Cine Ferreira da Silva, desta vila, uma conferencia publica...a Gazeta que tomou a iniciativa...promove um almoço de homenagem ao Dr. Brito Camacho...*” In *Gazeta de Torres*, Ano IV, N.º 176, 11/01/1931, p. 1, coluna 1.

¹²⁵In Idem, N.º 180, 8/02/1931, p. 1, coluna 1.

¹²⁶ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil de Lisboa, cx. 326, ofício s/n de 13/08/1933.

¹²⁷MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 279.

¹²⁸In FONSECA, Victor Cesário da, “Setimo aniversario e ultimo?” in *Gazeta de Torres*, Ano VI, N.º 308, 13/08/1933, p. 2, coluna 1.

“organizarem devidamente as forças republicanas deste concelho”, e cuja organização estava a cargo de José António Lisboa, José Nunes de Chaves e Moura Guedes¹²⁹.

Numa reunião muito concorrida, que contou com a presença de 258 cidadãos¹³⁰, salientando-se “muitos vultos locais marcantes pelos seus ideais de verdadeira democracia, velhos republicanos do tempo da propaganda ...”¹³¹, a presidência coube a Joaquim Jerónimo Rosa (direcção do Centro Republicano Alexandre Braga, de 1911, em Torres Vedras), secretariado por João Fernandes Caldeira (Partido Nacionalista) e Emídio Bandeira (Partido Democrático)¹³².

Por proposta de Vítor Cesário da Fonseca, foi criada uma Comissão Organizadora, que sugeriu os nomes de Manuel Cláudio Graça, Justino Freire de Moura Guedes, Jorge Marrecas Ferreira, José Augusto Martins e José Nunes de Chaves para integrarem aquela comissão. Os nomes apresentados foram aprovados por aclamação da assistência presente, que à saída saudou a República, a Pátria e a Liberdade¹³³.

No entanto, este organismo republicano local parece ter tido uma vida efémera, visto nunca mais se registar qualquer alusão, na *Gazeta de Torres*, à sua actividade. No entanto, julga-se importante salientar este primeiro ensaio na defesa do republicanismo.

III. 4.1.4. Aliança Republicana-Socialista

Em Julho de 1931, o Governo português, através do general Óscar Carmona e do ministro do Interior, o coronel Lopes Mateus, encetou negociações com os políticos republicanos com o objectivo de serem organizadas eleições autárquicas, como aparente meio para a constitucionalização do regime da Ditadura Militar¹³⁴.

Daqui decorre a autorização para a constituição da ARS, uma frente única que englobava o Partido Democrático (Norton de Matos), o Partido Socialista (Ramada

¹²⁹In *Gazeta de Torres*, Ano III, N.º 126, 26/01/1930, p. 1, coluna 1.

¹³⁰Vide Anexo n.º 20.

¹³¹In *Gazeta de Torres*, Ano III, N.º 127, 2/02/1930, p. 5, coluna 1.

¹³²MATOS, Venerando, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 273.

¹³³“O sr. Victor Cesario da Fonseca...propõe a organização de uma comissão organizadora da Liga Republicana, composta pelos srs: Manuel Coelho Claudio Graça, dr. Justino Freire de Moura Guedes, J. Marrecas Ferreira, José Augusto Martins e José Nunes de Chaves. Esta proposta é aprovada por aclamação...Começou então a sair o publico que enchia o vasto salão entre vivas á República, á Patria, á Liberdade...” In *Gazeta de Torres*, Ano III, N.º 127, 2/02/1930, p. 5, coluna 4.

¹³⁴ROSAS, Fernando, “Saber Durar (1926-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 157.

Curto), o grupo *Seara Nova* (Mário Gomes), a Acção Republicana (Maurício Costa), o Partido Radical (António Arez), a Esquerda Democrática (Adriano da Fonseca), a ULR (Mendes Cabeçadas) e o Partido Nacionalista (Tito Augusto de Moraes)¹³⁵.

Face à constituição de uma frente única republicana, a *Gazeta de Torres* apressa-se, enquanto “...jornal apaixonadamente republicano ...”, a alvitrar “...a ideia da realização duma grande festa de confraternização entre os republicanos desta região...pedimos-lhe que se manifestem para...pôrmos em execução a festa que seria o inicio da frente unica na região de Torres Vedras”¹³⁶. Estava assim lançado o mote.

O primeiro passo, para a constituição do núcleo local da ARS, ocorreu a 18 de Junho, no Teatro-Cine Ferreira da Silva¹³⁷. A sessão, bastante concorrida, foi presidida por Manuel Coelho Cláudio Graça (PRN), que foi secretariado por Horácio da Silva (PRP) e Júlio Viegas (Mocidade Republicana Torriense)¹³⁸.

Em termos práticos, a Comissão Municipal da ARS de Torres Vedras ficou composta pelos seguintes elementos: Filipe de Vilhena, António Batalha Reis, Alberto Graça e José Augusto Martins (independentes), Emídio Bandeira (PRP), José Inácio da Silva (PRN), Vítor Cesário da Fonseca (Aliança Republicana), Mário de Almeida Carvalhosa (PRED), António Vicente dos Santos Júnior (Partido Socialista), José da Silveira Almendro (Mocidade Republicana) e Leonel de Freitas Trindade (ULR)¹³⁹.

A eleição da Comissão Municipal da ARS culminou com o encerramento da reunião, tendo a mesma terminado “no meio de estrondosas aclamações á Republica”, numa sessão em se fizeram “...representar grande numero de povoações do concelho, sendo inumeras as pessoas de Dois Portos, Runa, Ribaldeira, etc”¹⁴⁰.

A 23 de Junho, a Comissão Municipal tomou posse¹⁴¹. A direcção era constituída por Filipe de Vilhena (Presidente), Alberto Graça (vice-presidente), Vítor

¹³⁵ LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e Eleições no Estado Novo*, Lisboa, Assembleia da República, 2012, p. 26.

¹³⁶ In *Gazeta de Torres*, Ano IV, N.º 197, 7/06/1931, p. 5, coluna 2.

¹³⁷ “Teve lugar na passada quinta-feira, no Teatro-Cine Ferreira da Silva, como havíamos anunciado, a reunião para a eleição da comissão da Frente Unica...” In Idem, N.º 199, 21/06/1931, p. 5, coluna 2.

¹³⁸ “Presidiu o velho republicano sr. Manuel Coelho Claudio, do P.R.N., secretariado pelos srs. Horacio da Silva, do P.R.P. e Julio Viegas, da Mocidade Republicana Torreense. O vasto recinto do teatro encontrava-se completamente cheio” In Idem.

¹³⁹ In Idem, p. 5, coluna 3.

¹⁴⁰ In Idem, N.º 199, 21/06/1931, p. 5, coluna 2.

¹⁴¹ Vide Anexo n.º 21.

Cesário da Fonseca (Tesoureiro), José Almendro, Leonel Trindade (Secretários) e António Batalha Reis (representante junto da Comissão Distrital e Directório da ARS).

Na tomada de posse dos membros da Comissão Municipal, foram ainda definidas o agendamento de reuniões semanais, a constituição de comissões de freguesia da ARS, a organização do recenseamento eleitoral no concelho e a realização de uma conferência de propaganda republicana¹⁴². Enfoque para a organização das comissões locais da ARS, que no final de Julho, de acordo com a *Gazeta de Torres*, “...já se encontram constituídas na maior parte das freguesias...”¹⁴³.

A eclosão do movimento insurreccional contra a Ditadura, a 26 de Agosto de 1931, colocaria termo ao diálogo entre o governo e a ARS¹⁴⁴, assinalando o fim das esperanças da oposição republicana em poder alterar o panorama político nacional.

III. 4.1.5. Mocidade Republicana Torriense

Numa reunião de jovens republicanos realizada no final de Junho de 1931, no Hotel Central, em Torres Vedras, um dos oradores, Faustino Timóteo, impelia a “*Mocidade Republicana a organizar-se em bases que permitam a sua interferencia na politica republicana...aonde a nossa Mocidade...enfileira como força de combate*”¹⁴⁵.

O apelo estava lançado, tendo então sido constituídas uma “*comissão angariadora de fundos para a instalação da séde da Mocidade Republicano-Socialista Torreense...composta dos srs. Julião Custodio, Jorge Fonseca, José Barco Perdigão, João Cunha e Herminio Victorino*”, assim como uma “*comissão organizadora ...constituída pelos srs. Dr. Moura Diniz, Neiva Maciel, José da Silveira Almendro, José Ferreira, Galileu da Silva, Raul Guilherme e Antonio Leal d’Ascenção*”¹⁴⁶.

Apesar da constituição das duas comissões acima mencionadas, a 1 de Dezembro de 1932, num encontro de republicanos, no teatro-cine local, para assinalar aquela data histórica, Edmundo de Oliveira, então director político da *Gazeta de Torres*,

¹⁴²“Distribuiu-se por todos os membros da Comissão o encargo de...organizar as comissões paroquiais...O recenseamento eleitoral foi objecto do maior cuidado, tendo sido deliberado montar um serviço permanente...Ficou resolvido realizar, em breves dias, uma conferencia de propaganda republicana...” In *Gazeta de Torres*, Ano IV, N.º 200, 28/06/1931, p. 5, coluna 2.

¹⁴³In Idem, Ano V, N.º 204, 26/07/1931, p. 10, coluna 2.

¹⁴⁴ROSAS, Fernando, “Saber Durar (1926-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (directção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 157.

¹⁴⁵In *Gazeta de Torres*, Ano VI, N.º 200, 28/06/1931, p. 5, coluna 1.

¹⁴⁶In Ibidem.

sugeria a criação da Liga da Mocidade Republicana¹⁴⁷. Isto evidencia que as duas comissões, criadas em Junho de 1931, não diligenciaram na criação da aludida Liga.

É então proposta uma comissão organizadora da Liga da Mocidade Republicana de Torres Vedras, constituída por Alberto Graça, Hermínio Rodrigues Parreira, José Rodrigues Barco Perdigão, Leonel de Freitas Trindade e Raúl de Jesus Guilherme, “*nomes que a assembleia recebe com entusiasticas aclamações*”¹⁴⁸.

Não obstante a criação e promoção das várias comissões de organização da Mocidade Republicana de Torres Vedras, conclui-se, pelo menos até à suspensão da *Gazeta de Torres*, em Agosto de 1933, que a constituição da Mocidade Republicana local, enquanto organismo estruturado, nunca se efectivou. Salienta-se, no entanto, o papel da mocidade republicana no debate das ideias democráticas, tendo tido uma importante acção na organização local da comemoração do 1.º de Dezembro de 1932¹⁴⁹.

III. 5. O «revirinho» no concelho de Torres Vedras

À semelhança do que ocorreu em outras localidades do território nacional, identicamente na área em estudo, se verificaram acções insurrectas contra o poder instituído, e em consonância com os movimentos de sublevação desencadeados a nível nacional. Apesar de circunscritas em alguns casos, as acções da oposição local constituem actos de ousadia e possibilitam a compreensão da actividade revirinhista.

III. 5.1. A revolta de 3-7 de Fevereiro de 1927

No concelho de Torres Vedras, o «revirinho» de Fevereiro de 1927, foi circunscrito à área da freguesia de Dois Portos, com acções de sabotagem da linha ferroviária. De acordo com o correspondente do jornal *A Voz* na Ribaldeira, nesta localidade foram “...*dinamitadas a linha ferrea em tres locais, no curto espaço de duas leguas, e tão confiados estavam no triunfo da revolta, que em pleno dia o fizeram*”¹⁵⁰.

¹⁴⁷ “Edmundo de Oliveira...propondo a criação da Liga da Mocidade Republicana” In *Gazeta de Torres*, Ano VII, N.º 272, 4/12/1932, p. 8, coluna 2.

¹⁴⁸ In *Ibidem*.

¹⁴⁹ “Andou a mocidade republicana torreense muito bem, organisando no dia comemorativo da nossa independencia patria, uma sessão de homenagem e de propaganda patriotica” In *Idem*, p. 7, coluna 1.

¹⁵⁰ In *A Voz*, Ano I, N.º 15, 16/02/1927, p. 4, coluna 5.

Adianta o mesmo correspondente, que em consequência do corte da linha férrea e das sabotagens efectuadas às linhas telegráficas locais, encontrava-se em Dois Portos, uma força militar de 50 praças, havendo um inquérito em curso para determinar os responsáveis pelas insurreições ocorridas naquela área¹⁵¹. Poucos dias depois, a 21 de Fevereiro, o mesmo correspondente anuncia, a captura, de quatro indivíduos suspeitos pelos atentados ocorrido no início de Fevereiro: Joaquim Ribeiro (Palhavã), José Fidalgo, Jacinto Rabicho e Luís Vintem¹⁵².

Apesar de a actividade reviralista ter sido confinada à área correspondente à freguesia de Dois Portos, a vaga de prisões, por suspeitas de manejos revolucionários contra o regime, atingiu outras localidades do concelho de Torres Vedras.

Entre os detidos encontravam-se José Julião dos Santos, comerciante e residente na freguesia de S. Mamede da Ventosa. Detido a 19 de Maio de 1927, foi acusado, pela Polícia de Informações de Lisboa, de se reunir secretamente com José Paulo Marques de Oliveira, professor oficial naquela freguesia e António Gaito, na residência deste último, na localidade da Freixofeira, freguesia do Turcifal, para preparação de acções revolucionárias locais contra o regime instituído¹⁵³. Nada se provou contra os arguidos.

III. 5.2. A revolta de 20 de Julho de 1928

Na área em estudo, as repercussões da revolta de 20 de Julho tiveram um menor impacto do que a acção revolucionária de 1927. As informações obtidas, sobre as movimentações locais, indicam, de acordo com o correspondente d’*O Século* no Bombarral, que “entre as estações do Ramalhal e Outeiro da Cabeça foram cortados os fios telegraficos e telefonicos”¹⁵⁴. Tal como se tinha sucedido em Fevereiro de 1927, os manejos revolucionários foram exclusivamente confinados há linha férrea do Oeste.

¹⁵¹ “Na estação de Dois Portos está uma fôrça de 50 praças...Está a organizar-se um inquerito para o apuramento da responsabilidade nos estragos da referida linha e na telegrafica” In *A Voz*, Ano I, N.º 15, 16/02/1927, p. 4, coluna 5.

¹⁵² Idem, N.º 20, 21/02/1927, p. 3, coluna 1.

¹⁵³ ANTT, PIDE/DGS, SC/SPS, Processo n.º 1.342, José Julião dos Santos, fl. 12.

¹⁵⁴ In *O Século*, Ano 49.º, N.º 16.658, 23/07/1928, p. 2, coluna 6.

III. 5.3. A revolta de 26 de Agosto de 1931

Após o insucesso da eclosão das revoltas da Madeira e dos Açores, respectivamente, a 4 e 7 Abril de 1931¹⁵⁵, a 26 de Agosto daquele ano, rebentava um novo movimento revolucionário no continente, com epicentro na capital e abrangendo algumas das principais localidades da região. Apesar de circunscrita, em parte considerável, à cidade de Lisboa, a revolta de 26 de Agosto atingiu Almada, afectada por bombardeamentos aéreos, e a Base Aérea de Alverca, na qual um grupo de revoltosos, liderados pelo tenente-coronel Sarmento de Beires entrou em fuga em direcção a Loures, ensaiando aí uma nova acção revolucionária¹⁵⁶. Gorado este manejo revolucionário, a coluna deslocou-se em direcção a Torres Vedras.

III. 5.3.1. A ocupação militar de Torres Vedras

De acordo com o relato d'O *Jornal de Torres Vedras*: “Na madrugada do passado dia 27, pelas 5 horas da manhã, deu entrada nesta vila, inesperadamente, uma coluna militar sob o comando superior do ex-tenente-coronel, Sr. Sarmento de Beires e varios sargentos que distribuiram vedetas pelas entradas da vila, não permitindo a saída nem entrada de quaisquer pessoas ou veículos e tendo tomado o quartel da guarda republicana e a estação dos correios e telegrafos”¹⁵⁷.

Tomados aqueles dois edifícios, Sarmento de Beires solicitou a presença, no posto da GNR, do administrador do concelho, o tenente França Borges, que se encontrava no Hotel Central. Face ao desequilíbrio de forças existentes¹⁵⁸, rapidamente o administrador do concelho relatou o sucedido ao Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha e ao Governo Civil de Lisboa, tendo sido enviadas duas aeronaves para sobrevoar a vila¹⁵⁹. Com as providências tomadas, rapidamente a revolta cessaria.

¹⁵⁵REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e Açores, 1931*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 26 e 29.

¹⁵⁶FARINHA, Luís, *O Revirralho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 181 e 182.

¹⁵⁷In *O Jornal de Torres Vedras*, Ano II, N.º 113, 30/08/1931, p. 3, coluna 4.

¹⁵⁸De acordo com a *Gazeta de Torres*, Sarmento de Beires liderava uma coluna militar composta por mais de 100 homens. In *Gazeta de Torres*, Ano V, N.º 207, 30/08/1931, p. 10, coluna 1.

¹⁵⁹“O sr. Sarmento de Beires, depois de notificar ao comandante do posto...que ficava naquele momento em diante sob o seu comando, assim como todo o posto, mandou convidar a comparecer na sua presença...França Borges, digno administrador do concelho, que se encontrava no Hotel Central. Esta autoridade, vendo-se impotente para resistir à coluna militar do sr. Sarmento de Beires...foi expedir telegramas sobre o que se passava, ao Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha e Governo Civil de Lisboa, em resultado dos quais dentro em breve dois aeroplanos voavam por sobre esta vila em reconhecimento” In *O Jornal de Torres Vedras*, Ano II, N.º 113, 30/08/1931, p. 3, coluna 4.

Tomando conhecimento das *“deligencias da autoridade administrativa desta vila e sabedor já de que a revolução havia fracassado, o sr. comandante Sarmento de Beires aconselhou os seus sargentos a conduzir os soldados ao seu quartel e retirou-se desta vila num automovel de praça em direcção á estrada do Cadaval”*¹⁶⁰.

Segundo um relatório da Polícia de Informações de Lisboa, Sarmento de Beires possuía diversos contactos na região de Torres Vedras. Entre eles estava Vítor Cesário da Fonseca, o *“...elemento mais perigoso de Torres Vedras...”* que tinha *“...tomado parte em todos os movimentos revolucionários do Oeste, dirigindo o levantamento de linhas de Caminhos de Ferro, corte de fios telefónicos e telegráficos...desenvolvido no jornal «Gazeta de Torres» uma constante campanha contra a Ditadura Nacional”*¹⁶¹. No que se refere à insurreição militar, *“tomou compromisso no movimento de 26 de Agosto, fazendo o levantamento revolucionário no concelho de Torres Vedras”*¹⁶².

Outro reviralista, muito activo neste período, é João Fernandes Caldeira, professor primário em Torres Vedras. Este antigo administrador do concelho durante a 1.^a República, era *“o braço direito de Vítor Cesário da Fonseca...”*, tendo *“...tido interferência no levantamento de linhas de caminhos de ferro e cortes de linhas telegráficas e telefónicas”*¹⁶³. Outro opositor do regime, Galileu Silva, caixeiro-viajante na linha ferroviária do Oeste, assumia a ligação entre os núcleos concelhios regionais¹⁶⁴.

Também o presidente da comissão administrativa da Lourinhã, o engenheiro agrónomo Adolfo Bordalo, é referenciado, dado que *“vai a Torres Vedras constantemente onde se avista com elementos reviralistas...”*¹⁶⁵. É ainda referido o nome de Justino de Moura Guedes. Numa curta menção, é afirmado que este advogado é o *“chefe lealista de Torres Vedras...dirige superiormente o movimento em preparação contra a Ditadura”* e *“tem ligações com todos os reviralistas do Oeste”*¹⁶⁶.

São ainda apontados enquanto elementos opositores, Mário Guedes (chefe de construção de estradas), Julião Custódio (funcionário do Ministério da Agricultura), César Timóteo (comerciante), Mário Carvalhosa (alfaiate) e Joaquim Palhavã¹⁶⁷.

¹⁶⁰In *O Jornal de Torres Vedras*, Ano II, N.º 113, 30/08/1931, p. 3, colunas 4 e 5.

¹⁶¹In ANTT, PIDE/DGS, SC/SR, Processo n.º 1.483, fl. 146.

¹⁶²In *Ibidem*.

¹⁶³In *Ibidem*.

¹⁶⁴*Ibidem*.

¹⁶⁵In *Ibidem*.

¹⁶⁶In *Ibidem*.

¹⁶⁷Idem, fls. 145 e 146.

III. 6. Liga Nacional 28 de Maio

A Liga Nacional 28 de Maio, criada no final de 1927 e apresentada publicamente em Janeiro de 1928, foi uma organização que partiu da iniciativa de um grupo de jovens oficiais do 28 de Maio, intelectuais e políticos, com o propósito de aglutinar toda a direita radical¹⁶⁸. De acordo com os seus objectivos, a Liga constituía-se como uma força civil de apoio à Ditadura, procurando combater o bolchevismo, o sindicalismo operário e a Maçonaria¹⁶⁹.

A actividade da Liga Nacional 28 de Maio é interrompida, entre finais de 1929 e meados de 1930, por bloqueio governamental, reorganizando-se posteriormente e prosseguindo a malha de núcleos distritais e locais existentes, contando no início de 1932, com delegações nas principais capitais de distrito e em cerca de 20 concelhos¹⁷⁰.

Após uma investigação aprofundada, conclui-se que na área em estudo, nunca foi criada nenhuma delegação da Liga Nacional 28 de Maio. A única informação que dispomos remete para a realização, de uma reunião, em S. Pedro da Cadeira, a 22 de Abril de 1928, na qual um delegado daquele organismo, Duque Botelho, esteve presente “...a fim de expor de viva voz quais os deveres de cada um dos associados...”¹⁷¹. No entanto, desconhece-se o resultado prático proveniente da realização desta reunião ou os nomes dos possíveis sócios filiados na Liga Nacional 28 de Maio.

¹⁶⁸PINTO, António Costa, “A Direita Radical e a Ditadura Militar: A Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)” in *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, Eduardo de Sousa Ferreira e Walter Opello (organização), Lisboa, Editorial Teorema, 1985, p. 26.

¹⁶⁹Idem, p. 27.

¹⁷⁰Idem, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal: 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 84.

¹⁷¹In AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida Interna*, cx. 52 (1924-1930), livro n.º 44 (1928), fl. 120, ofício n.º 255 de 20/04/1928.

Capítulo IV: A edificação e consolidação do Estado Novo (1933-1938)

No Verão de 1932, António de Oliveira Salazar ascende ao cargo de chefe de governo, inaugurando assim, um novo regime em Portugal, designado por Estado Novo e caracterizado pela sua índole nacionalista, autoritária e corporativa¹⁷². No entanto, a caminhada de Salazar rumo ao poder inaugurou-se quatro anos antes, quando assumiu a pasta das Finanças, em Abril de 1928, no governo do coronel Vicente de Freitas¹⁷³.

IV. 1. A ascensão de Oliveira Salazar

A entrada no Ministério das Finanças, por parte de Oliveira Salazar, em Abril de 1928, foi antecedida por um conjunto de condições impostas pelo próprio para aceder ao cargo proposto¹⁷⁴. Colocando em prática um programa de saneamento económico-financeiro, Salazar consegue, num curto espaço de tempo, obter resultados positivos¹⁷⁵.

A acção do novo ministro das Finanças, abarcava igualmente, o panorama político-ideológico referente ao futuro do regime. A 9 de Julho de 1928, Oliveira Salazar discursou, no quartel-general de Lisboa, perante um conjunto de oficiais, onde apresentou a sua visão sobre os problemas nacionais (financeiro, económico, social e político), colocando ênfase na questão política, como solução constitucional, para a resolução do saneamento das restantes dificuldades que afectavam o país, e que inauguraria uma ruptura com o velho edifício do Estado liberal republicano¹⁷⁶.

Neste período emergem duas correntes político-ideológicas distintas. No âmago do regime, despontava um grupo constituído pela elite militar que controlava as Forças Armadas e o governo, defendendo uma República regenerada. Integravam este sector, entre outros, os coronéis Vicente de Freitas e Ivens Ferraz, presidentes do Ministério entre Abril de 1927 e Janeiro de 1930, e Morais Sarmento, Ministro da Guerra¹⁷⁷.

¹⁷²RAMOS, Rui, “Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)” in *História de Portugal*, Rui Ramos (coordenação), 6.ª edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, p. 627.

¹⁷³ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 88.

¹⁷⁴Oliveira Salazar estabeleceu quatro condições: dependência de todos os ministérios para com o orçamento concedido pelo Ministério das Finanças, supervisão de receitas e despesas de todos os ministérios, legitimidade para vetar qualquer aumento de despesa, cooperação entre o Ministério das Finanças e os restantes ministérios no propósito de controlar os respectivos orçamentos. In WHEELER, Douglas, *Op. Cit.*, p. 38.

¹⁷⁵MADUREIRA, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932): O Quadro Político em que se estruturou o Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 77.

¹⁷⁶ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 94.

¹⁷⁷Idem, p. 95.

Do lado da corrente salazarista, os apoios dos comandos militares eram menos expressivos, salientando-se o suporte do general Domingos de Oliveira, comandante da Região Militar de Lisboa e futuro presidente do Ministério, do general Sinel de Cordes, do coronel Raúl Esteves e de um grupo de jovens tenentes de Lisboa e do Porto¹⁷⁸. Há a ressaltar ainda o apoio dado pelo Centro Católico¹⁷⁹.

A análise, à evolução política nacional, permite compreender o embate político-ideológico entre ambas as correntes. Um dos principais confrontos remete para a revogação da «portaria dos sinos», um decreto que causou controvérsia junto dos republicanos laicos apoiantes da Ditadura, e cuja anulação, por parte do Conselho de Ministros, provocaria a demissão dos ministros católicos da Justiça e das Finanças, este último, Oliveira Salazar, que no entanto conservar-se-ia no governo¹⁸⁰.

Este episódio motivaria a queda do Executivo liderado por Vicente de Freitas e a formação de um novo governo, a 8 de Julho de 1929, sob chefia de Ivens Ferraz, nomeado pelo general Carmona¹⁸¹. Salazar manter-se-ia no cargo das Finanças.

No decurso desta curta legislatura, de apenas seis meses, a corrente salazarista, num conjunto de intrigas, pressões e golpes de bastidores irá procurar, em distintas ocasiões, colocar em causa a continuidade do governo liderado por Ivens Ferraz¹⁸².

Ao cenário de conflito existente no interior do governo, juntou-se a manifestação de apoio das câmaras municipais à política financeira encetada por Oliveira Salazar, realizada a 29 de Outubro de 1929, que concludentemente motivaria um confronto entre o ministro das Finanças e o chefe do Governo, posteriormente acentuado com o conflito entre Salazar, Cunha Leal (Governador de Angola), Ivens Ferraz e Eduardo Marques (ministro das Colónias). Tal situação conduziria, à nomeação, do general Domingos de Oliveira, como o novo presidente do Ministério¹⁸³.

¹⁷⁸ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 95.

¹⁷⁹OLIVEIRA, César, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991, p. 53.

¹⁸⁰CRUZ, Manuel Braga da, “A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 7: *Revolutas e Revoluções*, IHTI/FLUC, 1985, p. 364.

¹⁸¹MADUREIRA, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932): O Quadro Político em que se estruturou o Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 85.

¹⁸²ROSAS, Fernando, “Saber Durar (1926-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 174.

¹⁸³Idem, pp. 174 e 175.

IV. 2. A afirmação de Oliveira Salazar

O período que medeia entre a nomeação do general Domingos de Oliveira, em Janeiro de 1930, para a Presidência do Conselho, e o indigitamento de Salazar para o cargo análogo, em Julho de 1932, constitui-se como etapa de transição para a institucionalização do Estado Novo¹⁸⁴. O ano de 1930 clarificará o futuro do país.

Na realização dos discursos de 28 de Maio e 30 de Julho de 1930, Oliveira Salazar procurou elucidar a orientação político-ideológica a adoptar¹⁸⁵. Na primeira exposição, realizada na Sala do Risco, Salazar efectuou a demarcação entre a corrente que defendia o regresso à República liberal e aqueles, que como ele, elegiam o regime ditatorial. No segundo discurso, o ministro das Finanças, fez novamente, a apologia de um novo modelo político-ideológico, alicerçado na recusa do demo-liberalismo, no reconhecimento da falência das instituições parlamentares, na defesa do nacionalismo orgânico e corporativo, de um «Estado forte», da intervenção estatal na economia e na apologia do Império Colonial Português.

No ano de 1931, os insucessos da revolta da Madeira e dos Açores, assim como da sublevação de 26 de Agosto, contribuíram, para o malogro reviralista, colocando termo à capacidade de executar as acções revolucionárias até então desenvolvidas. Face a este cenário de vantagem para os salazaristas, no final do Verão de 1931, o nome de Salazar começava a ser apontado para a sucessão a Domingos de Oliveira¹⁸⁶. No final desse ano, é criado o CPN, órgão de Estado constituído por 11 membros, 6 dos quais da confiança de Salazar, que teve relevantes reuniões em Maio e Junho de 1932, onde foi debatida a constitucionalização do regime, a elaboração de uma nova Constituição e a formação de um novo governo, após a renúncia do general Domingos de Oliveira¹⁸⁷.

Afastado irremediavelmente o regresso à anterior normalidade constitucional, o caminho para a inauguração do Estado Novo tinha-se iniciado. A 28 de Junho de 1932, Oliveira Salazar é incumbido, pelo Presidente da República, o general Óscar Carmona, de formar um novo governo¹⁸⁸. O novo chefe de governo iniciava assim as diligências no propósito de assumir em pleno o comando da Situação, após quatro anos a chefiar o exigente Ministério das Finanças.

¹⁸⁴ROSAS, Fernando, BRITO, José Maria Brandão de (direcção), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II: M-Z, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 831.

¹⁸⁵ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 107.

¹⁸⁶Idem, p. 112.

¹⁸⁷Idem, pp. 114 e 115.

¹⁸⁸MATOS, Helena, *Salazar*, Vol. 1: *A Construção do Mito*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, p. 262.

IV. 3. A União Nacional

Em Julho de 1930, é criado, por decreto-lei, a UN, um «antipartido» com o propósito de aglutinar todas as forças civis apoiantes da ditadura¹⁸⁹. Fundada a 30 de Julho, na dependência política e financeira do Governo, a UN foi constituída para resolver o problema político e preparar a constitucionalização da ditadura¹⁹⁰.

A criação da UN surgia assim, de acordo com Manuel Braga da Cruz, para “...preencher o vazio politico deixado pela dissolução do Congresso da República...e pela neutralização progressiva da Constituição de 1911...”, num período em que “...as organizações partidárias e sindicais de outrora, se não formalmente proibidas, estavam porém praticamente dissolvidas ou controladas”¹⁹¹.

Após o anúncio público da criação da UN, o governo lançou um apelo às forças nacionalistas, para se unirem no apoio político e cívico ao executivo, no propósito legitimador e constitucionalista¹⁹². Inicialmente num ritmo lento, as filiações na UN aumentaram, com a inscrição de alguns antigos filiados nos partidos da Monarquia e da República, desde dos sectores mais moderados aos de cunho mais radical¹⁹³.

IV. 4. A Constituição de 1933

De acordo com o projecto constitucional, o Estado Português adoptaria a denominação de República Unitária e Corporativa, alicerçada na igualdade dos cidadãos perante a lei, que em conjunto com as famílias, as autarquias e os organismos corporativos, formavam o núcleo estrutural da Nação Portuguesa, convocado a participar na elaboração das leis, quer por sufrágio individual para a AN, quer por sufrágio corporativo para a eleição dos procuradores¹⁹⁴.

Quanto ao sistema político, este encontrava-se estruturado num modelo de «Presidencialismo Bicéfalo», em que o Poder, apesar de concentrado nas figuras do

¹⁸⁹PINTO, António Costa, “Portugal contemporâneo: uma introdução” in *Portugal Contemporâneo*, António Costa Pinto (coordenação), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, p. 33.

¹⁹⁰ROSAS, Fernando, BRITO, José Maria Brandão de (direcção), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II: M-Z, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 989.

¹⁹¹In CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 132.

¹⁹²Idem, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 95.

¹⁹³Idem, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 133.

¹⁹⁴AMARAL, Diogo Freitas do, “Corporativismo, Fascismo e Constituição” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coordenação), Coimbra, Edições Almedina, 2012, pp. 84 e 85.

Presidente da República e do Presidente do Conselho, era somente exercido, de facto, por Oliveira Salazar, emergindo Óscar Carmona como elemento arbitral da política¹⁹⁵.

O Presidente da República era eleito por sufrágio directo para mandatos de sete anos, renováveis, cujas competências recaíam na nomeação e demissão do governo, na conferição à AN dos poderes constituintes, na legitimidade para convocá-la extraordinariamente e dissolvê-la, na representação da Nação, na gestão da política externa, na promulgação e publicação das disposições emanadas da assembleia¹⁹⁶.

No que concerne ao órgão legislativo, a AN, esta era formada por 90 deputados, eleitos por sufrágio directo em mandatos de quatro anos, cabendo-lhe, tal como ocorria com o governo, o direito de iniciativa das leis, somando-se o direito de votação destas, no entanto restringida a bases gerais dos regimes jurídicos¹⁹⁷. A par da AN, a Constituição de 1933, previa ainda, a criação da Câmara Corporativa, com funções exclusivamente consultivas, cujas competências incidiam no debate de propostas que seriam apresentadas à AN, ampliadas posteriormente, a partir de 1935, com o auxílio, junto do governo, na elaboração de decretos-lei¹⁹⁸.

Por fim, o governo, liderado pelo Presidente do Conselho, responsável pela escolha de ministros, secretários e subsecretários, coordenava a sua acção e só estava obrigado, perante a lei, a responder pelos seus actos junto do Presidente da República¹⁹⁹. O Governo só podia ser demitido pelo Chefe de Estado português.

IV. 5. A Legislação Político-Administrativa

Após a aprovação e publicação da Constituição, em 11 de Abril de 1933, o governo procedeu à promulgação de uma série de medidas político-legislativas de reforço do controlo da sociedade por parte do Estado: reorganização da censura prévia, criação da PVDE, legislação básica da organização corporativa e criação do SPN²⁰⁰.

¹⁹⁵CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 96.

¹⁹⁶CASTILHO, José Manuel Tavares, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, 2009, p. 81.

¹⁹⁷Idem, p. 82.

¹⁹⁸FERREIRA, Nuno Estêvão, “O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945)” in *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, António Costa Pinto e Francisco Palomanes Martinho (org.), Lisboa, ICS, 2008, p. 176.

¹⁹⁹Ó, Jorge Ramos do, *O Lugar de Salazar: Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990, p. 100.

²⁰⁰ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 128 e 129.

Com a reorganização dos serviços de censura, decretada a 11 de Abril de 1933, aquela entidade transitou da tutela do Ministério da Guerra para a dependência do Ministério do Interior, tendo sido instituído um regime de censura sobre todas as publicações e folhas volantes, e ainda, apesar da ineficácia, sobre a edição de livros, o que não evitou, a implementação de um sistema de proibição e apreensão de obras literárias indicadas como interditas²⁰¹.

A criação da PVDE, a 29 de Agosto de 1933, surge como o produto final de um processo de concentração política e de reorganização do aparelho repressivo, emergindo esta nova polícia política como resultado da junção entre a PDPS e a PIP²⁰². A nova polícia ficou composta por duas secções: a de defesa política e social, incumbida da prevenção e repressão de crimes de natureza política e social, e a divisão internacional, responsável pela fiscalização das fronteiras e verificação de passaportes²⁰³.

A 23 de Setembro de 1933, é publicada a legislação com vista à edificação do modelo corporativo português. Para tal, o governo publicou o Estatuto Nacional do Trabalho, próximo, em alguns pontos, da Carta do Trabalho do fascismo italiano²⁰⁴.

Assim, são criados os Sindicatos Nacionais, que agruparão o operariado e os trabalhadores do sector privado, os Grémios patronais (agricultura, indústria e comércio), as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores, destinadas a patrões e empregados, respectivamente, do sector agrícola e piscatório²⁰⁵. Este conjunto de organismos corporativos, de filiação tendencialmente obrigatória, era superiormente coordenado pelo INTPS, sob alçada do Subsecretário de Estado das Corporações²⁰⁶.

A 25 de Setembro de 1933, é decretada a criação do SPN, entidade então próxima de outras existentes em regimes totalitários, cuja actuação se alicerçava na coordenação, organização e difusão dos princípios do Estado Novo²⁰⁷. Sob alçada de António Ferro, que tomou posse em Outubro de 1933, o SPN vai actuar num conjunto

²⁰¹PIMENTEL, Irene Flunser, “A Censura” in *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, João Madeira (coordenação), Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, pp. 38 e 39.

²⁰²RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo: 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 66.

²⁰³PIMENTEL, Irene Flunser, *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, p. 26.

²⁰⁴MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*, Lisboa, ICS, 1998, p. 34.

²⁰⁵ROSAS, Fernando, “O Corporativismo Enquanto Regime” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coordenação), Coimbra, Edições Almedina, 2012, p. 27.

²⁰⁶Ibidem.

²⁰⁷Ó, Jorge Ramos do, *Os Anos de Ferro: O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito» (1933-1949)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 45.

de áreas que abarcavam as artes plásticas, o cinema, a rádio, o teatro, os cartazes, a literatura, a etnografia, o turismo, as festas populares, os cortejos históricos e a mobilização geral em redor do Estado Novo²⁰⁸.

IV. 6. A evolução política local

Entre 1933 e 1938, a evolução da política torriense é caracterizada, por um lado, por uma conturbada relação de forças entre a elite situacionista do concelho e a facção nacional-sindicalista e monárquica, e por outro, pela actuação desta última, em Julho de 1938, situação que contribuiu para o descrédito político do concelho de Torres Vedras.

IV. 6.1. A 1.ª Comissão Concelhia da União Nacional (1931-1933)

A 29 de Março de 1931, a *Gazeta de Torres* noticiava a realização, em Torres Vedras, de “...*démarches para a constituição do partido politico intitulado União Nacional*”²⁰⁹. No entanto, de acordo com as informações publicadas na imprensa local, a formação da primeira comissão concelhia da UN levou algum tempo a efectivar-se.

De facto, em Julho continuava sem organização a aludida comissão, assinalando-se a desistência de algumas figuras locais que haviam dado o seu apoio à formação daquele organismo: “*Em Torres Vedras ainda não está formada a comissão concelhia deste partido politico de apoio á ditadura militar. Depois da desistencia dos civis srs. dr. Afonso Vilela, José António Vieira e Augusto Boto, ainda mais ninguem foi encarregado desta missão que, pelos vistos, é de dificil solução em Torres Vedras*”²¹⁰.

A constituição da 1.ª comissão concelhia da UN ocorreria no final de Agosto de 1931²¹¹. A comissão era formada por sete elementos, evidenciando-se o equilíbrio de forças entre a facção republicana e a facção monárquica, com três membros cada²¹².

Integravam a comissão concelhia da UN, as seguintes individualidades locais: Afonso Avelino Pedreira Vilela, médico e independente (Presidente); José Alberto de Bastos, médico, delegado de saúde local e republicano; José Anjos da Fonseca,

²⁰⁸ROSAS, Fernando, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, Vol. XXXV (157), 2001, pp. 1042 e 1043.

²⁰⁹In *Gazeta de Torres*, Ano IV, N.º 187, 29/03/1931, p. 1, coluna 3.

²¹⁰In Idem, N.º 202, 12/07/1931, p. 6, coluna 1.

²¹¹“*Está constituída...a Comissão Municipal da União Nacional, de Torres Vedras*” In Idem, Ano V, N.º 207, 30/08/1931, p. 5, coluna 2.

²¹²Vide Anexo n.º 23.

proprietário, membro da câmara municipal, antigo e considerado republicano; Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa, proprietário, antigo presidente do Senado Municipal e monárquico; Lino Leal Henriques Fernandes, proprietário e comerciante, vogal da câmara municipal e republicano; José Ferreira Pinto, comerciante, antigo vereador e monárquico; Augusto Inácio Pereira, proprietário, antigo vereador e monárquico.

No que concerne ao passado político-ideológico dos referidos membros, evidencia-se José Anjos da Fonseca, “...antigo camachista tendo apoiado as situações políticas Pimenta de Castro, Sidonio Pais e a actual”, Lino Leal Henriques Fernandes, “...antigo membro do partido nacionalista”, Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa, “...monarquico, membro graduado deste partido em Torres Vedras” e José Ferreira Pinto, “...serviu a situação Sidonio Pais e vereação monarchica 1923-1925”²¹³.

Os membros possuíam uma média de idades fixada nos 52,3 anos. Enquanto José Ferreira Pinto era o elemento de mais idade (66 anos), Lino Leal Henriques Fernandes era o membro mais jovem (39 anos). Do conjunto de elementos, 57,1% residia em Torres Vedras, enquanto 42,9% morava em meio rural. A maioria dos elementos da comissão concelhia, 57,1%, pertencia à importante categoria dos proprietários. A comissão concelhia da UN foi investida no respectivo cargo a 29 de Setembro de 1931, na sala de sessões da câmara municipal, tendo a posse sido conferida pelo administrador do concelho, o tenente António Vitorino França Borges²¹⁴.

IV. 6.2. *Alta Extremadura: Segundo o Programa da União Nacional*

A 10 de Dezembro de 1932 é publicado o primeiro número de um novo periódico local, o *Alta Extremadura*, órgão de imprensa situacionista, cuja direcção, estava a cargo do próprio administrador do concelho, o tenente França Borges, assumindo Alberto Vieira Jerónimo, a função de redactor principal e editor²¹⁵.

Tal como era comum nesta época, no seu primeiro número publicado, o *Alta Extremadura* define os seus propósitos político-ideológicos, onde “...claramente se orienta pelo programa da União Nacional...”, comprometendo-se a acompanhar “...de

²¹³In *Gazeta de Torres*, Ano V, N.º 212, 4/10/1931, p. 5, coluna 3 e p. 6, coluna 1.

²¹⁴“*União Nacional. No salão nobre dos Paços do Concelho tomou, no dia 29, posse a Comissão Municipal daquele novo organismo politico...tendo-lhe sido dada pelo sr. administrador do concelho na sala das sessões da Camara Municipal*” In Idem, p. 5, coluna 3.

²¹⁵*Alta Extremadura*, Ano I, N.º 1, 10/12/1932, p. 1.

perto, com elevação, toda a sã e alta política de interesse nacional, personificada na figura histórica do venerando Presidente da República... General Oscar Carmona” e a “...servir os legítimos interesses de todas as populações da sua região...”²¹⁶.

O periódico em análise, ao longo do seu período de publicação, contou com a colaboração de outras figuras da elite política local. Entre elas, encontrava-se Justino Freire de Moura Guedes. Assim, a partir de 10 de Outubro de 1934, Moura Guedes assume, a par do tenente França Borges, a direcção e edição do *Alta Extremadura*²¹⁷.

Este advogado torriense, confirma a sua adesão ao Estado Novo, que se tinha iniciado em Outubro de 1932, quando foi nomeado vogal efectivo da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Torres Vedras²¹⁸. Entre 6 de Janeiro de 1933 e 15 de Agosto de 1934, desempenhou o cargo de vice-presidente da citada câmara²¹⁹.

IV. 7. O Nacional-Sindicalismo

Em Fevereiro de 1932, um grupo de estudantes fascistas, na sua maioria incorporando o Integralismo Lusitano (movimento monárquico de direita radical), funda o jornal *A Revolução*. Após terem convidado Francisco Rolão Preto, membro da Junta Central, para dirigir aquele jornal, é criado no Verão de 1932, o movimento nacional-sindicalista, organizando-se posteriormente à escala nacional²²⁰. De acordo com António Costa Pinto, “enquanto partido político, o Nacional-sindicalismo foi o ponto de unificação tardio de uma corrente fascista constituída a partir da ampla mas dividida família da direita radical portuguesa do pós-guerra”²²¹.

O movimento nacional-sindicalista, cujos seus elementos eram igualmente denominados de camisas-azuis, rapidamente assumiu protagonismo, chegando a integrar nas suas fileiras, um total de 50.000 filiados efectivos e a controlar cerca de 18 periódicos, vangloriando-se do facto de contar com o suporte de oficiais do Exército, de alguns elementos da classe operária e dos industriais²²².

²¹⁶In *Alta Extremadura*, Ano I, N.º 1, 10/12/1932, p. 1, colunas 1 e 2.

²¹⁷Idem, Ano II, N.º 66, 10/10/1934.

²¹⁸AMTV, *Livro N.º 41 das Actas da Câmara, 1932*, Sessão Ordinária de 21/10/1932, fl. 187.

²¹⁹Idem, Sessão Ordinária de 6/01/1933, fl. 199; Idem, *Livro N.º 42 das Actas da Câmara, 1934*, Sessão Ordinária de 15/08/1934, fl. 178.

²²⁰PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal: 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 23.

²²¹In Ibidem.

²²²MARTINS, Hermínio, *Op. Cit.*, p. 36.

O protagonismo, assumido pelo nacional-sindicalismo, constituiu-se num incómodo para o regime. Após várias medidas contra a actividade dos camisas-azuis, em Setembro de 1933, o governo proibiu a publicação d'A Revolução, de toda a propaganda nacional-sindicalista e decretou o encerramento de todas as sedes do movimento²²³. Posteriormente, a maioria dos camisas-azuis aderirá à UN e ao regime.

IV. 7.1. Os «camisas-azuis» de Torres Vedras

Em 1933 constituiu-se, no concelho de Torres Vedras, “...um pequeno agrupamento politico de tendências nitidamente nacionais-sindicalistas, sob a inspiração do sr. Rolão Preto”²²⁴. Este núcleo, apesar da diminuta composição, desempenhará, entre 1933 e 1938, um papel de oposição à elite situacionista local.

IV. 7.1.1. As simpatias pelo nacional-sindicalismo

A 20 de Fevereiro de 1933, são publicados, no jornal *A Revolução*, diversos telegramas e cartas de saudação ao movimento nacional-sindicalista, após o banquete de homenagem a Rolão Preto realizado em Lisboa. De entre a correspondência enviada, encontra-se a de um grupo de torrienses: Luiz Paulo, Francisco Chichorro, Miranda Dias, António Santos, Duarte Ruy Cardoso, Maximiano Henriques e Artur Miranda²²⁵.

O principal bastião nacional-sindicalista localizava-se, muito possivelmente, no Turcifal. Aquando da viagem da caravana nacional-sindicalista ao Porto, no início de Maio de 1933, a primeira paragem efectuada, após a saída de Lisboa, foi no Turcifal, onde aí a aguardavam um grupo nacional-sindicalista local, encabeçado por Carlos dos Santos, Mário Franco, Almir Carreira, Mário Correia e Manuel Brazil dos Santos²²⁶.

De acordo com *A Revolução*, “à entrada da camioneta na povoação, foi queimada uma girandola de foguetes, ao mesmo tempo que irrompiam os vivas e as aclamações, ao Nacional-Sindicalismo e ao dr. Rolão Preto”²²⁷. Já no interior da localidade, “...Carlos Carneiro dos Santos, rodeado pelos seus amigos e por alguns trabalhadores rurais apresentou cumprimentos ao dr. Alçada Padez, em nome dos

²²³ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 139.

²²⁴In ANTT/MI, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, mç. 505, ofício s/n de 9/05/1939.

²²⁵*A Revolução*, Ano 2, N.º 292, 20/02/1933, p. 7, coluna 4.

²²⁶Idem, N.º 352, 10/05/1933, p. 3, coluna 1.

²²⁷In Ibidem.

Nacionais-Sindicalistas da terra e afirmando...a grande fé e a muita vontade dos «camizas azuis», do Turcifal, em trabalharem para uma acção profícua e proveitosa...por fim saudando à romana, fez votos de boa viagem...»²²⁸.

IV. 7.1.2. O núcleo nacional-sindicalista de Torres Vedras

A 5 de Março de 1933, sob o título “*Macabra descoberta*”, a *Gazeta de Torres* refere a existência de um “...*Núcleo Nacional-Sindicalista de Torres Vedras*”, sendo desvalorizada a sua acção: “...*Toda essa organização revolucionária...era afinal um simples grupinho de mocinhos elegantes, com vaidade a mais e fósforo a menos*” que não usam “...*camisa azul e desprezam a sua cultura física...*”²²⁹.

Face a estas críticas, os visados recorreram ao *Alta Extremadura* para se defender das acusações. Identificando-se enquanto “*Núcleo Nacional-Sindicalista de Torres Vedras*”, salientam a “...*filosofia pôdre e bafienta...*” apresentada pela *Gazeta de Torres* relativamente ao nacional-sindicalismo local, afirmando que “...*os mocinhos elegantes e que vestem bem, declaram-se prontos a fazer uma exibição de ginástica, onde, quando e como quizerem...*”²³⁰.

A 20 de Abril, numa segunda carta publicada no *Alta Extremadura*, o núcleo nacional-sindicalista de Torres Vedras apresenta, transcrito do diário *A Revolução*, os “*princípios do nacional-sindicalismo*” e os “*doze principios da produção*”²³¹. De acordo com o núcleo nacional-sindicalista local, “...*claramente se deduz ser primacial neste momento a questão social, e ser o Nacional-Sindicalismo perfeitamente aberto a todos os portugueses de bôa vontade e cérebro desempoeirado...*”, declarando-se os elementos “...*francos e corajosos, violentos e abertamente revolucionários*”²³².

O núcleo dirigente nacional-sindicalista integrava somente sete elementos²³³, com uma média de idades bastante baixa, de 27,9 anos. Enquanto o elemento com mais idade possuía 36 anos, o mais jovem tinha apenas 21 anos. Mais de metade dos membros, 57,1%, encontrava-se empregue no comércio e residia em meio rural.

²²⁸In *A Revolução*, Ano 2, N.º 352, 10/05/1933, p. 3, coluna 1.

²²⁹In *Gazeta de Torres*, Ano VI, N.º 285, 5/03/1933, p. 1, coluna 2.

²³⁰In O Núcleo Nacional-Sindicalista de Torres Vedras, “Nós e os Quitérios primitivos...” in *Alta Extremadura*, Ano I, N.º 10, 10/03/1933, p. 6, coluna 2.

²³¹In Idem, “O que é o Nacional-Sindicalismo” in *Alta Extremadura*, Ano I, N.º 14, 20/04/1933, p. 4, coluna 5.

²³²In Ibidem.

²³³Vide Anexo n.º 24.

O núcleo dos «camisas-azuis» locais era liderado por João Augusto Clímaco Pinto, de 31 anos, residente e comerciante em Torres Vedras. Este elemento era um antigo militante do Integralismo Lusitano e figura reconhecida pela forte combatividade política e pelo vigor com que defendia as suas ideias²³⁴. Aquando do golpe militar do 28 de Maio, João Pinto era o editor do periódico monárquico, *O Correio de Torres*.

Outro elemento preponderante deste grupo, quiçá o sub-líder, era Mário Pessoa de Sousa Dias, médico, de 29 anos, natural de Coimbra, filho de Mário de Sousa Dias, antigo comandante da Campanha de Cuamato (Angola) de 1907, e sobrinho do Capitão Mário Pessoa da Costa, futuro secretário do subsecretário de Estado da Guerra, em 1939²³⁵. Médico de profissão, Mário Sousa Dias exercia clínica em S. Pedro da Cadeira.

Alberto Vieira Jerónimo, de 23 anos, era ajudante do tesoureiro judicial no tribunal de Torres Vedras. Antes de ingressar no nacional-sindicalismo, desempenhou o cargo, entre Dezembro de 1932 e Agosto de 1933, de redactor principal do *Alta Extremadura*²³⁶. Num relatório elaborado no início da década 40, sobre a política local dos anos 30, o então presidente da câmara municipal, Teles da Silva, considerava “*Alberto Vieira Jerónimo, principal conselheiro e orientador do Sr. João Pinto...*”²³⁷.

O elemento mais bem posicionado, em termos financeiros, era muito provavelmente Miguel Leal e Silva, de 29 anos, residente e proprietário em S. Domingos de Carmões. Desconhece-se qualquer tipo de ligação a partidos ou a cargos políticos. O seu percurso é essencialmente associado à actividade de produção vinícola. Em 1933, Miguel Leal e Silva alcançou a quarta posição de maior produtor de vinho tinto do concelho de Torres Vedras e a décima segunda a nível regional²³⁸.

Manuel da Silva Antunes, de 21 anos, residente em Paul, concelho de Torres Vedras e ajudante do Conservador do Registo Predial da Comarca, era o mais jovem dos elementos do núcleo nacional-sindicalista. Artur Pistachini, de 36 anos, empregado comercial e residente na freguesia de S. Pedro da Cadeira, e Álvaro Mendes Jorge, de

²³⁴ “...João Augusto Climaco Pinto, muito justamente apreciado pela sua forte combatividade política e pela inergia que coloca sempre ao dispôr das suas ideias. Antigo militante do Integralismo Luzitano...” In *Alta Extremadura*, Ano III, N.º 84, 20/04/1935, p. 1, coluna 2.

²³⁵ ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mc. 96, ofício n.º 547 de 14/12/1939.

²³⁶ *Alta Extremadura*, Ano I, N.º 27, 10/09/1933, p. 1, coluna 2.

²³⁷ In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil de Lisboa, cx. 122, ofício s/n de 21/04/1942, p. 1.

²³⁸ FREIRE, Dulce, *Op. Cit.*, p. 317.

26 anos, comerciante, surgiam como os outros elementos. Desconhece-se, por parte destes dois componentes, qualquer ligação à política ou a cargos locais de relevo.

IV. 8. A demissão da 1.^a Comissão Concelhia da União Nacional

A 1.^a Comissão Concelhia da UN de Torres Vedras esteve em funções entre Setembro de 1931 (sua posse) e o segundo semestre de 1933 (sua demissão). A renúncia dos seus membros inaugurará, um confronto directo, entre a nova comissão concelhia da UN e a comissão administrativa da câmara municipal, liderada por França Borges.

A demissão, da Comissão Concelhia da UN, foi motivada por um incidente ocorrido em Agosto de 1933, aquando da nomeação dos membros para a delegação concelhia da FNPT. O líder nacional-sindicalista torriense, João Pinto, ambicionava ser um dos delegados da aludida delegação, apesar de não ser produtor de cereais, pretendendo sobrepor-se à nomeação de José Joaquim Machado, produtor de trigo, cuja indicação foi dada por José de Bastos, membro republicano da comissão da UN²³⁹.

Face a este cenário e *“mantida a nomeação do sr. Machado, aliaz situacionista de sempre, esperou o Sr. João Pinto o momento ousado para se desferrar...logrou que os membros monárquicos da dita Comissão Concelhia da União Nacional pedissem a sua demissão, o que motivou o pedido de demissão dos restantes”*²⁴⁰. Apesar do excerto citado, não mencionar, as causas associadas à demissão dos elementos monárquicos da comissão da UN e respectiva renúncia dos restantes, julga-se que poderá ter existido, por parte da facção monárquica, um sentimento de solidariedade para com João Pinto, reflexo da discordância da nomeação de José Joaquim Machado.

João Pinto irá aproveitar a demissão da Comissão Concelhia da UN, para diligenciar, junto da comissão distrital daquele organismo, no propósito de ser constituída uma nova comissão concelhia, situação verificada após a deslocação, a Torres Vedras, de *“...um delegado da aludida Comissão Distrital que se avistou apenas*

²³⁹“...em Agosto ultimo...se levantou um incidente por causa da nomeação de um dos membros da delegação da Federação dos Produtores de Trigo. O sr. João Pinto, nacional-sindicalista, pretendia ser nomeado com exclusão do sr. José Joaquim Machado...indicado por acordo com o sr. dr. José de Bastos...Acrescia como razão importante e devida que o sr. Machado é produtor de trigo, enquanto o sr. João Pinto não produz um único bago deste cereal” In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil de Lisboa, cx. 334, ofício manuscrito de Justino Freire de Moura Guedes, de 30/12/1933, pp. 1 e 2.

²⁴⁰In Ibidem.

com duas ou tres pessoas”²⁴¹. Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa, figura então próxima de João Pinto, ficou encarregue de formar a nova comissão concelhia.

De acordo com Moura Guedes, à época vice-presidente da comissão administrativa, os nacionais-sindicalistas terão tido um papel influente na definição da nova comissão da UN, tendo contribuído para a exclusão do republicano José Alberto de Bastos²⁴². Mas não foi o único, dado que apenas Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa integrou a nova comissão concelhia da UN de Torres Vedras. Para Moura Guedes, a acção perpetrada por João Pinto e por Augusto Boto possuía dois objectivos: *“correr com o dr. Bastos, braço direito de França Borges, e entregar a direcção da política situacionista nas mãos dos monárquicos afectos ao Nacional-Sindicalismo*”²⁴³.

IV. 9. A 2.^a Comissão Concelhia da União Nacional (1934-1938)

No início de Março de 1934, a proposta com a nova comissão concelhia da UN de Torres Vedras²⁴⁴, apresentada por Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa, é aprovada pela comissão executiva²⁴⁵. A par da constituição de uma nova comissão concelhia, foi apresentada e ratificada a lista com as comissões de freguesia da UN do concelho²⁴⁶.

No que concerne à comissão concelhia, esta era formada por 7 membros efectivos e 7 suplentes. Integravam a composição efectiva, os seguintes elementos: Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa, proprietário (Presidente); José de Matos, advogado (vice-presidente); João Augusto Clímaco Pinto, comerciante (Secretário); Sebastião de Barros e Cunha, advogado; José Barreto Garcia, comerciante; João Ferreira dos Santos, pedreiro; e João Duarte Bernardino Ferreira, comerciante (vogais).

No que concerne à média de idades, esta centrava-se nos 44,7 anos, com Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa e José de Matos a serem os elementos de mais idade, com 57 anos, enquanto o líder dos nacional-sindicalistas de Torres Vedras, João Pinto, com 31 anos, era o membro mais jovem. Outra característica desta comissão

²⁴¹In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil de Lisboa, cx. 334, ofício manuscrito de Justino Freire de Moura Guedes, de 30/12/1933, p. 4.

²⁴²*“Se porventura os nacionais sindicalistas encontravam defeitos no dr. Bastos o que aliaz é muito discutível e com o que muitos não concordavam...por forma alguma poderia justificar o repudio formal de toda e qualquer participação na Comissão da União Nacional”* In Idem, pp. 5 e 6.

²⁴³In Idem, p. 7.

²⁴⁴Vide Anexo n.º 25.

²⁴⁵ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mc. 96, ofício n.º 227 de 3/03/1934.

²⁴⁶Vide Anexo n.º 26.

efectiva remete para a relevante representação da classe dos comerciantes, com 42,9%, seguida pela dos advogados, com 28,6%. Por fim, importa salientar a proveniência dos membros, na sua esmagadora maioria, 71,4%, oriunda de Torres Vedras.

IV. 10. A demissão dos corpos administrativos

A 27 de Dezembro de 1933, numa missiva subscrita pelos vereadores Justino de Moura Guedes, João Germano Alves, Lino Henriques Fernandes, Rui da Costa Lopes e António Manuel Freire Nunes, é apresentada a demissão da comissão administrativa.

De entre os motivos apontados para a demissão, salientava-se, a ausência de intervenção dos membros da comissão administrativa, na formação da nova comissão concelhia da UN e a exclusão do republicano José Alberto de Bastos da comissão²⁴⁷. O administrador do concelho e presidente da comissão administrativa, França Borges, solidarizou-se com os seus colegas, renunciando aos respectivos cargos²⁴⁸. Somente o vereador José Rodrigues de Sousa não assinou a carta demissionária, defendendo a escolha dos novos elementos que compunham comissão concelhia da UN²⁴⁹.

A atitude, de José Rodrigues de Sousa, pode estar associada, a motivos ideológicos, dado que estamos diante um nacional-sindicalista, pelo menos assim o era aquando da tomada de posse enquanto vereador, em Março de 1933²⁵⁰, o que poderá ter contribuído para que não afrontasse a aludida comissão concelhia da UN.

IV. 10.1. A manifestação de apoio ao tenente França Borges

Apresentada no final de Dezembro de 1933, somente a 10 de Fevereiro de 1934, é que a demissão dos corpos administrativos do concelho de Torres Vedras foi publicamente conhecida, através de notícia publicada no *Alta Extremadura*²⁵¹. A renúncia do tenente França Borges provocaria uma acção de apoio à sua continuidade.

²⁴⁷ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 334, ofício s/n de 27/12/1933, pp. 1 e 2.

²⁴⁸ “para informar...que me solidariso com os meus colegas pedindo igualmente a demissão dos cargos de Administrador do Concelho e Presidente da Comissão Administrativa desta Camara, perfilhando as razões expostas na mesma carta...” In Idem, ofício n.º 176 de 29/12/1933.

²⁴⁹ “...nomes indicados...são de absoluta confiança da Situação...não vejo que a Camara se tenha de demitir, visto que é da Situação também” In Idem, ofício de 29/12/1933.

²⁵⁰ A Revolução, Ano 2, N.º 316, 27/03/1933, p. 7, coluna 2.

²⁵¹ “Por discordarem da maneira como se constituiu a Comissão Municipal da União Nacional...pediram no dia 29 de Dezembro do ano findo a demissão dos cargos de Administrador do Concelho e daqueles que ocupavam na Camara Municipal...” In *Alta Extremadura*, Ano II, N.º 42, 10/02/1934, p. 1, coluna 2.

Realizada a 15 de Fevereiro, a manifestação de apoio à permanência de França Borges, contou com a participação de “...uma enorme multidão, precedida pelos representantes de todas as associações e corporações de Torres Vedras...incluindo todo o corpo de Bombeiros Voluntarios com a respectiva Banda...”, que se deslocou “...à Camara Municipal...”²⁵². Uma vez em frente à câmara, “a manifestação subiu á sala de sessões, onde foi recebida pelo sr. tenente França Borges...usaram da palavra os srs. dr. Alberto Graça, presidente dos Bombeiros, dr. Salinas Calado, director da Biblioteca Municipal, comendador Antonio Hipolito...”²⁵³.

Após receber as individualidades mencionadas, o “sr. tenente França Borges falou tambem da janela dos Paços do Concelho para o povo que pejava o largo fronteiro e que carinhosamente erguia vivas e dava palmas ao seu Administrador”, seguindo-se o envio de “...um telegrama pedindo em nome das forças vivas e do povo de Torres Vedras que não dêsse a demissão pedida...secundado por quatrocentas assinaturas...”²⁵⁴. Face a esta notória expressão de apoio ao administrador do concelho, António Vitorino França Borges continuou no exercício dos cargos que então ocupava.

IV. 10.2. A demissão irrevogável dos corpos administrativos

A 10 de Agosto de 1934, António Vitorino França Borges apresenta o seu “...irrevogavel pedido de demissão do cargo de Administrador do Concelho de Torres Vedras...”²⁵⁵. À demissão de França Borges, seguiu-se a da comissão administrativa.

De acordo com o debate na sessão da comissão administrativa da câmara municipal, realizado a 15 de Agosto de 1934, a demissão de França Borges foi “...consequencia de agravos recebidos da actual comissão da União Nacional...”, situação que para os vereadores representava “...uma grave injustiça e uma clamorosa ingratidão para com a desinteressada, lealissima e brilhante actuação deste senhor [França Borges]”²⁵⁶.

²⁵²In *Alta Extremadura*, Ano II, N.º 43, 20/02/1934, p. 4, coluna 1.

²⁵³In *A Voz*, Ano VIII, N.º 2.514, 16/02/1934, p. 6, coluna 4.

²⁵⁴In *Alta Extremadura*, Ano II, N.º 43, 20/02/1934, p. 4, coluna 1.

²⁵⁵In AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil*, cx. 57 (1925-1940), livro n.º 30 (1931-1934), fl. 427, ofício n.º 22 de 10/08/1934.

²⁵⁶In AMTV, *Livro N.º 42 das Actas da Câmara, 1934*, Sessão Ordinaria de 15/08/1934, fl. 177.

É novamente invocada a não participação na organização da comissão concelhia da UN, a forma como esta foi constituída e o incorrecto rumo que adoptou²⁵⁷. Face a este cenário, a aludida comissão administrativa apresentou a sua demissão: “os membros desta Comissão Administrativa...irrevogavelmente pedem a sua demissão...”²⁵⁸. A comissão concelhia da UN tinha, assim, conseguido impor-se.

A demissão do tenente França Borges, dos cargos que ocupava, motivou novamente, uma vaga de solidariedade pelo concelho. Entre 14 e 18 de Agosto de 1934, foram expedidos pelas Juntas de Freguesia, para o Ministério do Interior e Presidência do Conselho, quinze telegramas, solicitando a permanência de França Borges enquanto administrador do concelho e presidente da comissão administrativa²⁵⁹. No entanto, tais acções não seriam suficientes. Após oito anos à frente dos destinos do concelho de Torres Vedras, chegava ao fim o consulado do tenente França Borges.

IV. 11. A nova comissão administrativa da câmara municipal

Com a demissão do administrador do concelho e da comissão administrativa da câmara municipal, houve que proceder à nomeação de novos componentes. A constituição dos novos corpos administrativos resultou de um acordo entre a comissão concelhia da UN, os delegados da comissão distrital e o governador civil de Lisboa²⁶⁰.

Os cargos de administrador do concelho (interino) e de presidente da comissão administrativa foram ocupados por Sebastião de Barros e Cunha. Natural de Runa, Barros e Cunha, de 42 anos, ingressou na vida militar em 1909, enquanto voluntário do Regimento de Cavalaria 2, alcançando o posto de alferes em 1913. Em Março de 1917, partiu para França, integrado no CEP, período durante o qual foi nomeado tenente, alcançado posteriormente, em Setembro de 1918, o posto de capitão²⁶¹. Na década de 20

²⁵⁷ “...tais factos são a inevitável consequencia de se não terem atendido na Constituição da...Comissão Concelhia da União Nacional as justas pretensões desta Comissão Administrativa para que naquela ficassem devidamente representados quantos se acham inscritos nos boletins da União Nacional e não apenas um sector...os comissionados desta Camara devem afirmar o seu desacordo com a infeliz orientação da Comissão Concelhia da União Nacional que não tem sabido manter-se á altura dos princípios que orientam o Estado Novo e da republica Corporativa” In AMTV, Livro N.º 42 das Actas da Câmara, 1934, Sessão Ordinaria de 15/08/1934, fls. 177 e 178.

²⁵⁸ In Idem, fl. 178.

²⁵⁹ “Junta de Dois Portos em nome população pede manutenção seus lugares Tenente França Borges...” In ANTT/MI, Gabinete do Ministro, correspondência recebida, mc. 466, telegrama n.º 187 de 15/08/1934.

²⁶⁰ ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mc. 96, ofício s/n de 8/08/1934.

²⁶¹ PT/AHM/DIV/3/7/Cx. 3267, Folha de Matrícula de Sebastião de Barros e Cunha, p. 1.

desempenhou o cargo de director da Carreira de Tiro da Figueira da Foz (1921-1925), tendo passado à situação de reserva em 1933²⁶². A par da carreira de oficial, Sebastião de Barros e Cunha era ainda advogado e proprietário²⁶³.

Além de Barros e Cunha, integravam a nova comissão administrativa, os seguintes elementos: Sabino Galvão, advogado e proprietário de Torres Vedras (vice-presidente), Óscar Manuel de Castro, proprietário de Freiria, António dos Santos Duarte, proprietário de São Pedro da Cadeira, José Rodrigues de Souza, proprietário de São Mamede da Ventosa e Raúl da Encarnação Lopes, proprietário de Dois Portos²⁶⁴. A estes membros, juntou-se António Duarte, presente na tomada de posse²⁶⁵.

Sebastião de Barros e Cunha foi substituído, no final de Setembro, pelo tenente Condorcet Pais da Cunha e Sá, por sua vez também designado para ocupar o cargo de vogal da comissão administrativa da câmara municipal de Torres Vedras²⁶⁶.

Natural do concelho de Aviz, distrito de Portalegre, Condorcet Pais da Cunha e Sá, de 42 anos, pertencia ao Batalhão de Caçadores 7 (Penha de França). Iniciou a sua carreira militar em Maio de 1913, enquanto recruta do Regimento de Infantaria 11, tendo sido promovido, a alferes, em 1917, para no ano seguinte, no início de 1918, integrado no CEP, partir para França. Em 1926 é nomeado tenente²⁶⁷.

IV. 12. O acentuar da divisão político-ideológica

Com a proibição, em Julho de 1934, do nacional-sindicalismo, o movimento evoluiu, no concelho de Torres Vedras, para a constituição de uma ala de direita radical e fascizante que emergiu no interior da comissão concelhia da UN, num processo, que parece ter sido pautado, por uma natural integração da elite dos camisas-azuis locais. O início da publicação, a partir de Dezembro de 1934, do periódico *Linhas de Torres*, órgão oficioso da UN local, irá acentuar as divergências desta corrente ideológica, na luta contra a corrente situacionista liderada pelo antigo administrador do concelho, França Borges e pelo advogado torriense, Justino Freire de Moura Guedes.

²⁶²PT/AHM/DIV/3/7/Cx. 3267, Folha de Matrícula de Sebastião de Barros e Cunha, pp. 1 e 2.

²⁶³ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mc. 96, ofício s/n de 8/08/1934.

²⁶⁴Ibidem.

²⁶⁵AMTV, *Livro N.º 43 das Actas da Câmara, 1934*, Sessão Ordinaria de 25/08/1934, fl. 179 v.º.

²⁶⁶Idem, Sessão Ordinaria de 26/09/1934, fl. 187.

²⁶⁷PT/AHM/DIV/3/7/Cx. 2713, Folha de Matrícula de Condorcet Pais da Cunha e Sá, p. 1.

IV. 12.1. *Linhas de Torres*

Propriedade de Eurico Clímaco Pinto, o *Linhas de Torres* foi dirigido, numa primeira fase, até ao início de Abril de 1935, por Mário Pessoa de Sousa Dias, ao qual se juntou Alberto Vieira Jerónimo, chefe de redacção. A partir de 14 de Abril de 1935, a direcção do jornal passou a cargo de João Pinto, substituindo Mário Pessoa de Sousa Dias, que se retirou “*em virtude dos seus afazeres profissionais...*”²⁶⁸. A chegada de João Pinto ao jornal irá provocar uma contenda com o *Alta Extremadura*.

O controlo exercido pelos simpatizantes do nacional-sindicalismo é evidente, com a presença, ao longo do período de publicação, de três elementos, dois dos quais, Mário Pessoa de Sousa Dias e João Pinto, figuras centrais. O *Linhas de Torres* contou ainda com a colaboração dos advogados torrienses, José de Matos, vice-presidente da comissão concelhia da UN, António Batalha Reis, antigo director da *Gazeta de Torres* e Francisco Manuel dos Reis, futuro presidente da Câmara Municipal, em 1938. Juntou-se ainda um indivíduo de nome José Estevam, simpatizante do fascismo italiano.

No seu primeiro número, publicado a 1 de Dezembro de 1934, o *Linhas de Torres* define nitidamente a sua orientação ideológica. Assumindo-se como “*...uma modesta trincheira nacionalista...*” que “*...nas suas colunas batalhará por um Nacionalismo português...*”, defende o “*...combate a todos os liberalismos e individualismos, a todos os internacionalismos socializantes, comunizantes e desnacionalizadores, e a todos os mitos e ideologias anti-nacionais...*”²⁶⁹.

Através da leitura do *Linhas de Torres*, é possível, identificar as tendências fascizantes associadas ao aludido periódico, para o qual contribuíram os artigos de José Estevam. Evidenciam-se dois exemplos. No primeiro artigo, publicado a 17 de Março de 1935, e intitulado “*A modificação de uma raça*”, José Estevam realça o papel do fascismo na transformação da sociedade italiana, na edificação de um novo Estado e na criação de uma nova raça²⁷⁰. Num outro artigo, de 31 de Março, José Estevam debruça-se novamente sobre a experiência fascista italiana, elogiando em diversos aspectos, a

²⁶⁸In *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 20, 14/04/1935, p. 1, coluna 3.

²⁶⁹In MATOS, José de, “Ao que vimos...” in *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 1, 1/12/1934, p. 1, coluna 2.

²⁷⁰“*Criado no povo o amor à terra, o Fascismo rompeu definitivamente com o passado, transformou a Itália e realizou a aspiração suprema, que era estar em toda a parte e ser tudo...da acção constante do Fascismo proveio a reforma prodigiosa, que conseguiu modificar a raça. Para o fascismo, a força é um dogma. Há quem diga que ele representa a violência. Assim será. Mas foi essa violência que transformou a Itália*” In ESTEVAM, José, “A modificação de uma raça” in *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 16, 17/03/1935, p. 5, coluna 2.

construção do modelo corporativo italiano, no qual se incluía a sindicalização obrigatória dos trabalhadores²⁷¹.

Por último, julga-se pertinente salientar uma notícia sobre o chefe do governo italiano, Mussolini, que embora a autoria não pertença a José Estevam, mas sim a um dos responsáveis do *Linhas de Torres*, permite denotar as simpatias deste periódico pela evolução dos acontecimentos em Itália: “*Quando Mussolini voava para Salermo, um raio caiu na antena do avião. Ainda está por fabricar o raio que o há-de partir! O «Duce», incólume, continuou a guiar serenamente o avião. É um Homem!*”²⁷².

IV. 12.2. O conflito com o *Alta Extremadura*

A 25 de Março, num banquete de homenagem à comissão concelhia da UN, o advogado torriense e colaborador do *Linhas de Torres*, Batalha Reis, usou da palavra, para abordar o papel da UN em Torres Vedras, aproveitando para criticar, embora sem individualizar, os adversários da aludida comissão. Afirmava então que dado “...os ataques dos naturais adversários da situação...a acção da Comissão desenvolveu-se nestas condições, agravada pela resistencia e, porque não dizer – pela hostilidade até de certos elementos filiados na U.N...ponto grave da vida política local...”²⁷³.

Face ao discurso proferido por António Batalha Reis, um dos directores do *Alta Extremadura*, Justino de Moura Guedes, sentindo-se visado pelas palavras daquele colaborador do *Linhas de Torres*, decide defender-se das acusações. Para tal, recorda o episódio de demissão da comissão administrativa da câmara, devido ao desacordo então havido quando à constituição da comissão concelhia da UN²⁷⁴.

²⁷¹ “O Fascismo encara o movimento corporativo como maravilhoso instrumento de organização política...para satisfazer as reclamações justas dos que trabalham...o Fascismo fez surgir os sindicatos obrigatórios de operários e patrões e estabeleceu o princípio da arbitragem, evidentemente obrigatória” In ESTEVAM, José, “A experiência fascista” in *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 18, 31/03/1935, p. 8, coluna 2.

²⁷² In *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 33, 14/07/1935, p. 1, coluna 1.

²⁷³ In Idem, N.º 18, 31/03/1935, p. 4, colunas 3 e 4.

²⁷⁴ “Presidiu á constituição da actual Comissão da União Nacional um critério e uma orientação com os quais discordámos...Sugerimos até, em devido tempo, a forma de se conciliarem êsses diferentes modos de vêr. Não fômos atendidos e dêsse facto resultou que a referida Comissão ficou representando para nós não a União Nacional, com as características que devia ter, mas sim o predomínio de determinado sector bem conhecido na política local pela sua dedicação a uma causa de que sômos adversários...A consequência disso foi um permanente mal estar entre êssa Comissão e a Comissão Administrativa a que tivêmos a honra de pertencer...” In GUEDES, Justino, “Um discurso infeliz” in *Alta Extremadura*, Ano III, N.º 83, 10/04/1935, p. 4, coluna 2.

O artigo de Moura Guedes não ficou sem resposta. António Batalha Reis, num outro artigo, publicado no *Linhas de Torres*, a 21 de Abril, defendeu que o seu discurso se tinha baseado no apelo à união entre os dois sectores da política local, lamentando que questões de âmbito pessoal constituíssem um obstáculo à cooperação entre as duas facções: “*Em todas as frases, que você não citou e que compõe esse tal discurso, se prova o meu desejo de união...sou levado a concluir que realmente só questões pessoais são hoje obstáculo á colaboração dos dois grupos*”²⁷⁵.

IV. 12.3. A luta de bastidores

A 29 de Julho de 1935, realizou-se no Hotel dos Cucos, em Torres Vedras, um banquete de homenagem e despedida ao tenente França Borges, promovido pelo *Alta Extremadura*²⁷⁶. Na lista de inscitos para o banquete²⁷⁷, é possível atestar a ausência das principais figuras do *Linha de Torres* e da comissão concelhia da UN.

A realização deste evento, e particularmente a lista de inscitos, foram alvo de críticas por parte do *Linhas de Torres*: “*A atestar a fertilidade da propaganda situacionista do Ex-Administrador do Concelho...França Borges...realisa-se no proximo dia 29 um jantar de homenagem que, a avaliar pelas listas de inscrição vai ser muito concorrido, com a assistencia de muitos neutros, bastantes maçons e reviralhistas, e alguns nacionalistas «p´ra disfarça»!...*”²⁷⁸.

O penúltimo número do *Linhas de Torres*, publicado a 22 de Setembro, é em grande parte de ataque ao *Alta Extremadura*. Ao todo são onze menções, entre notícias e artigos, aquele periódico e à sua direcção. Esta publicação seria antecedida por conjunto de ocorrências nos bastidores da política local, cujo desfecho ditou o fim dos periódicos.

O novo administrador do concelho, João Xavier da Costa Pina, procurou uma solução que resolvesse, definitivamente, os diferendos existentes entre as duas facções políticas locais. No entanto, seria o director do *Linhas de Torres*, João Pinto, a impor-se.

²⁷⁵In REIS, António Batalha, “Resposta a um amigo que se escarranchou em duas frases para falar ás massas” in *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 21, 21/04/1935, p. 3, coluna 4 e p. 6, coluna 2.

²⁷⁶“*A «Alta Extremadura» promove para o proximo dia 29 do corrente um banquete de homenagem e despedida ao seu querido Director sr. Tenente Antonio Vitorino França Borges...*” In *Alta Extremadura*, Ano III, N.º 93, 20/07/1935, p. 1, coluna 3.

²⁷⁷Vide Anexo n.º 27.

²⁷⁸In *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 34, 28/07/1935, p. 1, coluna 1.

Assim, em meados de Setembro, João Pinto apresentou a Costa Pina, os princípios que serviriam de base a um possível entendimento com a facção situacionista do concelho. A sua proposta definia que “os Drs. Moura Guedes e Bastos [José Alberto de Bastos] por si e pelos seus amigos filiados na U.N. dissidentes, tomam em documento por eles firmado e reconhecido pelo Sr. Administrador...o compromisso de fazerem sair...um numero do «A. Extremadura» em que todos os dissidentes assinam uma declaração reconhecendo a autoridade e legitimidade da Comissão Concelhia e noutro local suspendem o jornal colocando-se á disposição da referida comissão”²⁷⁹.

Numa contra-proposta da autoria de Moura Guedes, e de forma a evitar a “...definitiva e irreparável incompatibilidade entre os dois sectores...”, o advogado defendia os seguintes termos: a suspensão imediata do *Alta Extremadura*, a colaboração “...com os elementos nacionalistas afectos ás «Linhas de Torres»...” desde que “...as Comissões da U.N. e da Camara Municipal sejam remodeladas” e a publicação, por parte do *Alta Extremadura*, de uma local, na qual “...suspende temporariamente a sua publicação colocando-se ao dispor da Comissão da U.N.”²⁸⁰.

O então secretário da comissão concelhia da UN, João Pinto, declarou aceitar a última directriz proposta por Moura Guedes, “...desde que se elimine a palavra temporariamente”, assim como a primeira, “...convindo redigir desde já essa local”²⁸¹. No entanto, João Pinto exigiu que José Alberto de Bastos e João Germano Alves, dado não integrarem o *Alta Extremadura*, devessem em “...em carta escrita ao Sr. Presidente da U.N. declararem colocar-se á disposição da mesma Comissão...”, imposição que “...deu lugar malôgro das negociações”, uma vez que o “...Dr. Moura Guedes declara que os seus amigos não podem aceitar esta última base”²⁸². De acordo com este desfecho, os acontecimentos fluíram rumo à divergência irreparável.

Assim, João Pinto, na qualidade de director do *Linhas de Torres*, publicou, no referido periódico, as diversas alusões ao *Alta Extremadura* e a Justino de Moura de Guedes, situação que tornou inviável qualquer acordo com os situacionistas²⁸³.

²⁷⁹In ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mç. 96, cópia de ofício s/n de 1/02/1936, p. 2.

²⁸⁰In Idem, pp. 2 e 3.

²⁸¹In Idem, p. 3.

²⁸²In Ibidem.

²⁸³“No dia seguinte J. Pinto publica o jornal, cujos artigos cavam mais fundo a trincheira que separava os dois sectores” In Ibidem.

A 29 de Setembro de 1935, é publicado o último número do *Linhas de Torres*, no qual se declarava “*por vários motivos que interessam directamente à administração.... resolvemos suspender o jornal...*”²⁸⁴. Através da correspondência oficial, é possível constatar que a suspensão se deveu à ausência de meios financeiros²⁸⁵. Já a suspensão do *Alta Extremadura*, ocorre no início de Setembro, consequência de uma coima imposta pela Direcção-Geral de Censura, em resultado do não envio de artigos para apreciação²⁸⁶.

IV. 13. João Xavier da Costa Pina

A 28 de Julho de 1935, João Xavier da Costa Pina é investido no cargo de administrador do concelho de Torres Vedras²⁸⁷. Nascido em 1894, no concelho de Coimbra, João Xavier da Costa Pina²⁸⁸ ingressou na vida militar enquanto voluntário, em Janeiro de 1914, no Regimento de Infantaria 23. Em 1917 é promovido a alferes, partindo posteriormente para França, integrado no CEP. Em 1921 progride para o posto de tenente. Do percurso militar, anterior à nomeação para o posto de administrador do concelho de Torres Vedras, salienta-se o cargo de professor dos cursos práticos de habilitação para sargentos, desempenhado entre os anos de 1922 e 1925.

IV. 13.1. O conflito com a Comissão Concelhia da União Nacional

O consulado de Costa Pina, à frente do concelho de Torres Vedras, duraria aproximadamente oito meses, tendo sido exonerado do cargo de administrador do concelho a 23 de Março de 1936²⁸⁹. O motivo relacionou-se com um conjunto de situações arroladas com a conturbada relação com a comissão concelhia da UN.

De acordo com Costa Pina, no final de Janeiro de 1936, Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa, então presidente da comissão concelhia da UN, terá afirmado, junto daquele administrador do concelho, que a aludida comissão, assim como a câmara

²⁸⁴In *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 39, 29/09/1935, p. 1, coluna 2.

²⁸⁵ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mc. 96, ofício s/n de 17/12/1935, p. 1.

²⁸⁶Idem, ofício s/n de 20/10/1935.

²⁸⁷AMTV/AC, *Auto de Posse dos Funcionários*, cx. 135 (1868-1936), livro n.º 6 (1924-1936), fl. 11.

²⁸⁸PT/AHM/DIV/3/7/Cx. 4040, Folha de Matrícula de João Xavier da Costa Pina, pp. 1 e 2.

²⁸⁹AMTV, *Livro n.º 44 das Actas da Câmara*, 1936, Sessão Ordinária de 26/03/1936, fl. 133.

municipal, discordavam da política encetada por aquele oficial²⁹⁰. A pedido de Costa Pina, o presidente da comissão concelhia da UN concretizou os factores de discórdia.

Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa apontou então cinco razões na origem do conflito entre ambas as partes: “...as referidas entidades estavam incompatibilizadas com o Administrador do concelho por este, quando tratou de harmonisar as partes desavindas da U.N., ter deixado mal colocada a respectiva Comissão”, “ter deixado mal colocada a Comissão da U.N. quando da passagem, por esta vila, de Sua Excelencia o Senhor Presidente da Republica...”, “ter feito uma politica abertamente Francista [em favor do tenente França Borges] acompanhado constantemente o Senhor Dr. Moura Guedes”; “ter contribuído para que a Comissão da U.N. ficasse mal colocada, quando da visita de Sua Excelencia o Governador Civil, a esta vila...”, “ter aberto uma subscrição publica para a compra de uma automaca, para os bombeiros, contrariando assim as deliberações da U.N.”²⁹¹.

Na exposição remetida ao governador civil, o tenente Costa Pina defende-se das acusações de que é alvo, deixando duras críticas ao secretário da comissão concelhia da UN, João Pinto: “está a U.N. por assim dizer entregue às mãos de João Pinto, criança malcriada, insolente e atrevida...” que “...tentou babosar a honra do Administrador num café desta terra em conversa com um dos maiores comunistas”. Termina, defendendo a tomada de “...medidas mais rapidas e mais energeticas para acabar de vez com este estado de coisas, para acabar de vez com o imperio dos Rolões e para que a U.N. seja de facto a U.N. e que contenha...tudo o que de bem há nesta terra”, pois “União Nacional só para monárquicos, mas monárquicos do pior, não está certo”²⁹².

João Clímaco Pinto parece dominar o panorama político local nesta época. A sua discordância com o administrador do concelho, João Xavier da Costa Pina, era notória, motivando a que tivesse relatado ao governador civil, as divergências existentes, solicitando assim a “...imediata demissão do Administrador, dada a irredutibilidade creada que nos leva a não podermos trabalhar em prol da Situação”²⁹³.

²⁹⁰ “Na quinta-feira fui procurado em minha casa, pelo Exmº Senhor Augusto Boto, presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, que me informou estar a referida Comissão e a Camara Municipal incompatibilizada comigo...foi-me pelo mesmo Senhor dito que eu fazia uma política inteiramente diferente da que convinha ao concelho” In ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mç. 96, cópia de ofício s/n de 1/02/1936, p. 1.

²⁹¹ In Ibidem.

²⁹² In Idem, p. 6.

²⁹³ In Idem, ofício s/n de 2/02/1936, p. 5.

IV. 14. O Telegrama dos Vinhos

A 10 de Julho de 1938, é enviado, um telegrama, ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, subscrito por um conjunto assinalável de vinicultores e comerciantes do concelho de Torres Vedras²⁹⁴, no qual era contestada a política vinícola encetada pelo governo. O seu conteúdo acabaria por provocar graves consequências.

IV. 14.1. O documento

No telegrama enviado à Presidência do Conselho, *“as corporações administrativas, morais e políticas, os vinicultores, comerciantes e proprietários do concelho de Torres Vedras...”*, assumiam-se como os principais lesados da grave situação vinícola regional. Apresentados os motivos do protesto, relacionados com a *“...baixa preços e recusa comprar aguardentes Junta Nacional Vinho...”*, os signatários do telegrama *“...protestam veemente junto de Vossa Excelencia a sua repulsa pelos metodos empregados que são um insulto à moralidade e justiça duma Nova Ordem, esperança do 28 de Maio...”*, afirmando *“...não poderem garantir continuidade apoio decididamente prestado até hoje ao Governo...”*²⁹⁵.

Num tom hostil e desafiador para com Oliveira Salazar, e para com o próprio regime, os subscritores sofrerão as consequências do seu acto, de acordo com a deliberação do governo, que decretará a expulsão da UN dos filiados signatários²⁹⁶.

Conforme afirma o próprio presidente da comissão concelhia da UN, Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa, a elaboração, recolha de assinaturas e envio do telegrama foi exclusivamente da sua responsabilidade, da do secretário da aludida comissão, João Augusto Clímaco Pinto e do vogal António Inácio Pereira²⁹⁷.

²⁹⁴ Vide Anexo n.º 28.

²⁹⁵ In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 91, cópia de telegrama s/n de 10/07/1938.

²⁹⁶ “...por determinação da Exm^a. Comissão Executiva se devem considerar eliminados dos quadros da U.N., todos os filiados mencionados na adjunta relação, penalidade esta a que deu motivo o facto dos referidos filiados terem assinado um telegrama dirigido ao Govêrno, em termos contrários ao espirito desta instituição” In ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mç. 96, ofício n.º 205 de 11/08/1938.

²⁹⁷ “...verificamos e sentimos com mágoa, que lhe foi dada uma interpretação que não está de harmonia com as intenções com que foi redigido...os signatários do presente, que constituíam a Comissão Concelhia da U.N., chamam a si a inteira responsabilidade do telegrama...Augusto Boto Pimentel Carvalhosa, António Inacio Pereira, João Augusto” In Idem, ofício s/n de 21/07/1938, pp. 1 e 2.

IV. 14.2. A dissolução dos corpos administrativos

A par da expulsão de todos os signatários do telegrama filiados na UN, foram tomadas, por parte das autoridades de Lisboa, outras providências, com consequências imediatas na vida política local do concelho de Torres Vedras.

Assim, por despacho do Ministério do Interior, sob alçada do Ministro Mário Pais de Sousa, todas as entidades administrativas do concelho foram dissolvidas e colocadas sob regime de tutela daquele Ministério²⁹⁸. O processo de dissolução envolveu toda a malha administrativa local, desde a câmara municipal às juntas de freguesia. O mesmo ocorreu com as comissões concelhia e de freguesia da UN. A única excepção foi o presidente da câmara municipal, Francisco Manuel dos Reis. Este advogado torrense, não foi abrangido, pela dissolução decretada pelo Ministro do Interior. No entanto, Francisco Manuel dos Reis optou por apresentar a sua demissão²⁹⁹.

Apesar de Francisco Manuel dos Reis não ter sido demitido, são lhe imputadas, por parte do governador civil, algumas responsabilidades no caso do telegrama dos vinhos: “...o snr. dr. Reis não se esforçou, como deveria a meu vêr no sentido de ser evitada a expedição do telegrama, pois, tivera em seu poder, desde a tarde dum sabado, a sua cópia, e sabendo que só seria expedido ao meio dia do domingo imediato não procurou por qualquer forma, comunicar-me o facto...”³⁰⁰.

IV. 14.3. A nova comissão administrativa da câmara municipal

Nomeada por decreto de 30 de Setembro de 1938, a nova comissão administrativa, liderada por José Maria Teles da Silva, tomou posse a 1 de Outubro³⁰¹, com a seguinte composição: João Ferreira dos Santos (industrial), Severino Henriques da Silva Gouveia (comerciante), Óscar Manuel de Castro (proprietário) e Manuel da Silva Antunes (ajudante de conservador de registo predial)³⁰².

²⁹⁸ “Impõe-se, por isso, a sua dissolução que desde já ordeno. No decreto a elaborar pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, declarar-se-á que todos os corpos administrativos ficam em regime de tutela” In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 91, Despacho do Ministério do Interior de 9/08/1938, p. 2.

²⁹⁹ “...as condições da minha vida pessoal e política reclamam a minha actividade noutro meio onde o trabalho seja menos molesto e mais eficiente...tenho a honra de depôr nas mãos de V. Ex^a. o cargo honroso que hei desempenhado, até ésta data” In Idem, ofício n.º 480 de 6/09/1938, p. 2.

³⁰⁰ In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 91, ofício n.º 2 de 7/09/1938, p. 3.

³⁰¹ O Torrense, Ano IV, N.º 25, 30/10/1938, p. 1, colunas 1 e 2.

³⁰² ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 91, ofício s/n de 27/09/1938.

No que concerne ao novo presidente da câmara, engenheiro civil, José Maria Teles da Silva³⁰³ era natural de Torres Vedras, filho dos Condes de Tarouca. Católico praticante, conservador e nacionalista, Teles da Silva foi sempre um apoiante de movimentos conservadores contrários à maçonaria e aos partidos. Do seu passado anterior à Ditadura Militar e ao Estado Novo, salienta-se o apoio à situação de Pimenta de Castro (1915) e à ditadura sidonista (1918). Após a intentona do 28 de Maio, ocorre a sua natural adesão ao regime, desempenhando um papel activo na comissão nacional da Liga 28 de Maio, filiando-se posteriormente na UN e na Legião Portuguesa.

IV. 15. O «Modelo Corporativo Torriense»

Com a publicação, em Setembro de 1933, de um conjunto de legislação com vista à edificação do modelo corporativo em Portugal, também o concelho de Torres Vedras foi abrangido pela implantação de um conjunto de organismos de natureza corporativa: delegações e grémios agrícolas e comerciais, casas do povo e sindicatos.

IV. 15.1. A Federação Nacional dos Produtores de Trigo

O decreto-lei n.º 21.300, publicado a 28 de Maio de 1932, definiu a criação da FNPT, organismo cujas bases foram regulamentadas por um outro decreto-lei de 25 de Junho. Esta última legislação previa um conjunto de medidas no combate à superprodução cerealífera então verificada e que se estruturava na cooperação entre a FNPT, os produtores, os celeiros municipais e as fábricas de moagem³⁰⁴.

No entanto, somente em 1933, é que começaram a ser instaladas as primeiras delegações concelhias daquele organismo, incluindo a de Torres Vedras³⁰⁵. A delegação concelhia de Torres Vedras, empossada a 21 de Agosto de 1933, era constituída por José Joaquim Machado, João Germano Alves e António Teixeira de Figueiredo³⁰⁶. O nacional-sindicalista João Pinto, tal como se constatou anteriormente, tentou sobrepor-se, sem sucesso, à nomeação de José Joaquim Machado.

³⁰³ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 122, ofício C/98 de 23/04/1942, pp. 3 e 4.

³⁰⁴ AMARAL, Luciano Manuel Santos Moura Henriques do, *O País dos Caminhos que se Bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FCSH/UNL, 1993, p. 55.

³⁰⁵ REGO, Rogério de Figueiroa, *Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 1933-1963: Subsídios para o seu Historial*, Lisboa, Editorial Império, 1963, p. 42.

³⁰⁶ AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida Interna*, cx. 53 (1930-1938), livro n.º 52 (1933), fl. 309, ofício n.º 29 de 28/08/1933.

A delegação concelhia era formada por um conjunto de individualidades que representavam os altos interesses da lavoura local. José Joaquim Machado, a par da actividade cerealífera, era também um dos sócios da Casa Bancária José Joaquim Machado & C.^a, situada em Torres Vedras e que financiará a aquisição de trigo por parte da delegação concelhia da FNPT³⁰⁷. Relativamente a João Germano Alves e António Teixeira de Figueiredo, além de serem ambos grandes proprietários concelhios, são também os representantes, no primeiro caso, do Sindicato Agrícola de Torres Vedras, e no segundo caso, do Sindicato Agrícola da Ribaldeira³⁰⁸.

No período que medeia entre a constituição da delegação da FNPT de Torres Vedras, em Agosto de 1933 e Novembro desse mesmo ano, foram criados 10 celeiros municipais, armazenando 1.111.128 quilogramas de trigo (667.789 quilogramas de trigo mole e 443.339 quilogramas de trigo rijo)³⁰⁹. Até ao final do ano, esse valor alcançaria os 2.300.000 quilogramas, adquiridos por um valor de 3.450.000\$00³¹⁰.

IV. 15.2. A delegação do Grémio dos Produtores de Frutas

A 29 de Março de 1935, é publicado o decreto-lei n.º 25.425, no qual é estabelecida a criação do Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira, classificado enquanto “*organização corporativa de interesse publico...*” e considerando “*...filiados no Grémio todos os produtores de frutas da respectiva área...*”³¹¹. O aludido decreto abrangia uma área constituída por nove concelhos³¹².

Em Agosto de 1936, a área de influência do Grémio é ampliada ao concelho de Torres Vedras³¹³. Na sessão camarária de 26 de Março de 1936, por proposta subscrita por um leque de proprietários locais, foi debatida a inclusão do concelho de Torres Vedras no citado Grémio de Frutas. Foi então deliberado solicitar junto do Ministério da

³⁰⁷ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 332, ofício de 27/11/1934, pp. 3 e 4.

³⁰⁸ Idem, cx. 322 de 14/08/1933.

³⁰⁹ *Alta Extremadura*, Ano I, N.º 33, 10/11/1933, p. 1, coluna 6.

³¹⁰ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 332, ofício de 27/11/1934, p. 3.

³¹¹ In Decreto-lei n.º 25.425, Diário do Governo n.º 122/1935, Série I de 29/05/1935, p. 788.

³¹² Cartaxo, Cadaval, Azambuja, Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Salvaterra de Magos, Benavente e Vila Franca de Xira. In Ibidem.

³¹³ ANTT/AOS, Correspondência Oficial, cx. 513, AN, Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa, Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas de Vila Franca de Xira, fl. 767.

Agricultura, a efectivação daquele pedido³¹⁴. A 13 de Agosto, o decreto-lei n.º 26.882, determinava a inclusão de Torres Vedras no citado Grémio dos Produtores de Frutas³¹⁵.

A sede da delegação do Grémio dos Produtores de Frutas do concelho de Torres Vedras ficou instalada na Avenida 5 de Outubro, sob administração de José Rodrigues de Sousa³¹⁶, comerciante e vereador. De acordo com uma publicação da época, *A Hora*, “*é o mercado interno que mais interessa ao concelho de Torres Vedras, e para isso está o Grémio devidamente habilitado a vender por seu intermédio, para o que tem um vendedor próprio no Mercado de Lisboa...*”³¹⁷.

IV. 15.3. Os organismos corporativos do vinho

No dealbar da década de 30, a vinicultura nacional enfrentava uma grave crise, conjugação dum excesso crónico de produção interna, da considerável baixa de preços e concludentemente, da diminuição do rendimento dos produtores³¹⁸. Esta situação, de notório agravo para a economia nacional, tivera origem ainda no período final do século XIX, quando a luta contra a filoxera provocou um incremento da área plantada de vinha, processo que se prolongou no período pós-1.ª Guerra Mundial (1914-18)³¹⁹.

IV. 15.3.1. Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal

A crise vinícola, associada à superprodução e à própria conjuntura internacional, motivou, em Novembro de 1933, a intervenção do governo, através da criação da FVCSP. No entanto, estamos diante uma iniciativa que partiu de uma proposta aprovada em Outubro de 1931, numa reunião em Torres Vedras, promovida pela Comissão de Viticultura local³²⁰. Esta comissão era constituída por João Ferreira Rijo, Mário Galrão, José Augusto Lopes Júnior, Alberto Gomes Pedreira e o tenente França Borges³²¹.

³¹⁴“De varios proprietarios deste Concelho...pedindo a inclusão do mesmo, no Gremio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira, e criação da respectiva delegação...Esta Camara, concordando plenamente com o exposto...deliberou enviar a referida exposição a Sua Ex.ª o Ministro da Agricultura, pedindo a inclusão deste Concelho naquele Gremio e criação da respectiva delegação” In AMTV, Livro N.º 44 das Actas da Câmara, 1936, Sessão Ordinaria de 26/03/1936, fls. 132 v.º e 133.

³¹⁵Decreto-lei n.º 26.882, Diário do Governo n.º 189/1936, Série I de 13/08/1936, p. 947.

³¹⁶*A Hora*, Ano IV, N.º 42, 1936, p. 39.

³¹⁷In *Ibidem*.

³¹⁸AMARAL, Luciano Manuel Santos Moura Henriques do, *Op. Cit.*, p. 61.

³¹⁹*Ibidem*.

³²⁰FREIRE, Dulce, *Op. Cit.*, p. 152.

³²¹*Gazeta de Torres*, Ano V, N.º 215, 25/10/1931, p. 4, coluna 1.

A 17 de Novembro de 1933, é então publicado o decreto-lei n.º 23.231, que definia a criação da FVCSP, que em termos práticos, estabelecia a constituição de grémios de vinicultores de carácter corporativo em todos os concelhos dos distritos de Aveiro, Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal, com excepção das regiões demarcadas aí existentes³²². De acordo com o diploma, todos os vinicultores dos concelhos abrangidos teriam que estar obrigatoriamente filiados na FVCSP, desde que produzissem anualmente uma média de produção superior a um valor a fixar³²³.

Nem todas as atribuições da FVCSP foram ao encontro das propostas da comissão torriense. De entre as que foram, salientam-se a capacidade de regularizar os preços dos vinhos e derivados, promover a sua qualidade, desenvolver mercados, fomentar a acção social junto dos trabalhadores e garantir a estabilidade salarial³²⁴.

O Grémio dos Vinicultores do concelho de Torres Vedras foi oficialmente constituído a 24 de Janeiro de 1934, surgindo como o primeiro em toda a área abrangida pela FVCSP³²⁵. O aludido Grémio era constituído pelos vinicultores João Ferreira Rijo (Presidente), José Augusto Lopes Júnior e Alberto Gomes Pedreira (vogais efectivos), António Inácio Pereira, Artur Carneiro e Salustiniano dos Santos Leal (suplentes)³²⁶.

A acção desenvolvida, pelo Grémio dos Vinicultores de Torres Vedras, centrou-se na tomada de diligências no propósito de auxiliar a vitivinicultura local³²⁷. De entre as acções desenvolvidas sobressaíram, a procura por uma melhoria de preços, com o Grémio a comprar, por vezes, o vinho aos produtores, financiando-os para que estes não fossem obrigados a vender o produto a baixo preço. Foram tomadas providências na defesa da qualidade dos vinhos fabricados, tendo sido prestada assistência técnica e concedidas facilidades na aquisição de produtos químicos, e efectuada fiscalização junto dos armazenistas e retalhistas, de forma a evitar a venda de vinho adulterado.

³²²Decreto-lei n.º 23.231, Diário do Governo n.º 263/1933, Série I de 17/11/1933, p. 2005.

³²³Ibidem.

³²⁴FREIRE, Dulce, *Op. Cit.*, p. 155.

³²⁵“No dia 24 de janeiro, tomou posse perante o sr. Administrador do Concelho, os torreenses nomeados para constituírem o Gremio dos Vinicultores Concelhio...o primeiro constituído em todo o Paiz...” In *Alta Extremadura*, Ano II, N.º 41, 1/02/1934, p. 2, coluna 2.

³²⁶Ibidem.

³²⁷*A Hora*, Ano IV, N.º 42, 1936, p. 39.

IV. 15.3.2. Junta Nacional do Vinho

Desde o início, que a acção da FVCSP foi pautada, por muitas críticas e contestação, devido à sua ineficácia na regulamentação do funcionamento do mercado vinícola, situação que se prolongou, mesmo após as profundas remodelações em toda a sua estrutura, durante o ano de 1935³²⁸. Este organismo acabaria substituído pela JNV.

De acordo com o decreto-lei n.º 27.977, publicado a 19 de Agosto de 1938, a FVCSP seria substituída pela JNV³²⁹. No que concerne à área abrangida pela JNV, esta era manifestamente superior aquela que se incluía na FVCSP. De facto, a JNV ampliava a sua jurisdição espacial, dado que englobava toda a área não abarcada pelas regiões demarcadas do Dão, dos Vinhos Verdes, do Douro, do Moscatel de Setúbal, de Bucelas, de Carcavelos e de Colares³³⁰. Com o surgimento da JNV, os Grémios Concelhios de Vinicultores foram extintos, sendo substituídos por delegações locais³³¹.

No concelho de Torres Vedras, o delegado da JNV responsável pela delegação local era Mário Santos³³². De acordo com uma entrevista concedida por este delegado a um periódico local³³³, em Outubro de 1938 existiam cerca de 9.000 vinicultores na área em estudo. Os financiamentos, efectuados pela delegação local da JNV, abrangiam somente os vinicultores que produzissem até 60 pipas de vinho, situando-se nos 6\$60 por cada 20 litros. O financiamento ultrapassava, na moeda da época, os 4.000 contos.

IV. 15.4. Casa do Povo de A-dos-Cunhados

A 10 de Março de 1934, o *Alta Extremadura* anunciava que a “população do lugar de Cunhados está empenhada em fazer inaugurar a sua Casa do Povo, para o que encetou os seus primeiros trabalhos”³³⁴. França Borges terá tido uma acção relevante, dado que foi da sua autoria a convocação da primeira reunião preparatória³³⁵.

³²⁸FREIRE, Dulce, *Op. Cit.*, p. 162.

³²⁹Decreto-lei n.º 27.977, Diário do Governo n.º 193/1937, Série I de 19/08/1937, p. 854.

³³⁰BAPTISTA, Fernando Oliveira, *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, p. 212.

³³¹FREIRE, Dulce, *Op. Cit.*, p. 164.

³³²*O Torreense*, Ano IV, N.º 25, 30/10/1938, p. 10, coluna 1.

³³³Idem, colunas 2 e 3.

³³⁴In *Alta Extremadura*, Ano II, N.º 45, 10/03/1934, p. 1, coluna 3.

³³⁵“...projecto de Estatutos da Casa do Povo da Freguesia de A dos Cunhados deste concelho...que foi deliberada criar em reunião preparatória realizada a meu convite e com a minha presença naquele lugar no dia 19 do corrente...” In AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil*, cx. 57 (1925-1940), livro n.º 30 (1931-1934), fl. 364, ofício n.º 101 de 21/03/1934.

O resultado da aludida reunião culminou na aprovação dos respectivos estatutos, subscritos por 32 associados e secundados pela adesão de 45 trabalhadores rurais da freguesia³³⁶. A composição dos corpos dirigentes ficou constituída, no que concerne à Assembleia Geral, por Pedro Leal Henriques Fernandes (Presidente), José Jorge Fialho e Pio Anacleto Fernandes, enquanto a Direcção ficou composta por Filipe José Anacleto (Presidente), Júlio Vicente e Amadeu Alves Fernandes³³⁷.

IV. 15.5. Os Sindicatos

Aquando da publicação da legislação corporativa de Setembro de 1933, existiam 3 organizações sindicais no concelho de Torres Vedras: Associação de Classe dos Caixeiros, Sindicato Único dos Operários da Indústria da Construção Civil e o Sindicato Único Metalúrgico³³⁸. Com a aprovação das medidas corporativas, houve alterações.

Das organizações sindicais mencionadas, somente a Associação de Classe dos Caixeiros se manteve em funcionamento, alterando a designação para secção concelhia do Sindicato Nacional dos Caixeiros, desconhecendo-se o período dessa alteração. Situação que poderá não ter ocorrido de imediato, dado que a única informação que dispomos remete para o ano de 1942, aquando da nomeação do Conselho Municipal, em que um dos eleitos era o representante local daquele sindicato³³⁹.

A aprovação, do diploma de Setembro de 1933, originou a criação das secções concelhias do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e do Sindicato Nacional dos Operários Tanoeiros³⁴⁰. Na missiva elaborada pelo INTPS, não há nenhuma alusão aos dois sindicatos existentes no período anterior a Setembro de 1933, o que pode indicar que os mesmos foram encerrados ou dissolvidos, processo que ocorria quando os sindicatos não apresentassem os seus estatutos para aprovação ou estes não estivessem de acordo com a lei³⁴¹.

³³⁶“Casa do Povo de A-dos-Cunhados” in *De Portugal: Revista Mensal de Fomento, Turismo, Propaganda*, N.º 1, Maio de 1934, p. 28.

³³⁷AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil*, cx. 57 (1925-1940), livro n.º 30 (1931-1934), fl. 364, ofício n.º 102 de 21/03/1934.

³³⁸PATRIARCA, Maria de Fátima da Silva, *Processo de implantação e lógica e dinâmica de funcionamento do Corporativismo em Portugal: os primeiros anos do salazarismo*, Vol. II, Lisboa, Dissertação para efeitos de provas de acesso a Investigador Auxiliar, ICS/UL, 1990, pp. 7, 23 e 40.

³³⁹ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 120, ofício de 1942 (sem data).

³⁴⁰Idem, cx. 84, ofício n.º 7.504 de 25/11/1937, p. 3.

³⁴¹ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 82.

Relativamente às duas organizações sindicais surgidas após a legislação corporativa, saliente-se a relevância do Sindicato Nacional dos Operários Tanoeiros, intimamente associado à produção vinícola. Em Dezembro de 1934, o Sindicato Nacional dos Operários Tanoeiros do distrito de Lisboa, alcançou um acordo, com o Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos e os Industriais de Tanoaria, o que permitiu, aos associados de Torres Vedras, passar a auferir um salário superior, assim como um conjunto de encomendas necessárias para debelar a crise do desemprego³⁴².

IV. 15.6. Mocidade Portuguesa

A 11 de Abril de 1936, sob orientação do Ministro da Instrução Pública, Carneiro Pacheco, é publicado o decreto-lei n.º 1.941 que instituíu os princípios em que estruturar-se-ia a Mocidade Portuguesa, definindo a criação de uma organização nacional pré-militar, que estimulasse o desenvolvimento das capacidades físicas dos seus elementos, a formação do seu carácter, a devoção e defesa da Pátria³⁴³. A criação desta organização, de inspiração fascista e surgida no contexto da Guerra Civil de Espanha, seguiu-se a uma outra iniciativa de 1933, a Acção Escolar Vanguarda, projecto que acabou por ser abandonado pelo regime português³⁴⁴.

O decreto-lei n.º 27.301, de 4 de Dezembro de 1936, determinou o funcionamento da Mocidade Portuguesa. O aludido diploma, estabelecia, que a cada província, correspondia uma divisão daquela organização, dirigida por um delegado. As Províncias seriam divididas em Alas, chefiadas por um sub-delegado regional³⁴⁵.

Relativamente à área em estudo, as primeiras diligências, quanto à organização da Mocidade Portuguesa, partiram da acção de Ernesto Carvalho Durão, tenente de Infantaria e director da carreira de tiro de Torres Vedras. Foi por sugestão do então capitão Humberto Delgado, que Ernesto Carvalho Durão propôs, ao Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, em Março de 1938, a criação de uma Ala em Torres

³⁴²Linhas de Torres, Ano I, N.º 3, 16/12/1934, p. 5, coluna 1.

³⁴³PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 199.

³⁴⁴PINTO, António Costa, "Portugal contemporâneo: uma introdução" in *Portugal Contemporâneo*, António Costa Pinto (coordenação), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, p. 41.

³⁴⁵QUEIROZ, Maria Inês Pires Soares da Costa, *A Mocidade Portuguesa na "Era dos Fascismos": O Enquadramento da Juventude no Estado Novo (1936-1945)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História nos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX), FCSH/UNL, 2008, pp. 51 e 52.

Vedras³⁴⁶. No entanto, a sua transferência para o regimento militar de Tomar, obrigou-o a abandonar as funções locais, inclusive a direcção local da Mocidade Portuguesa³⁴⁷.

Ernesto Carvalho Durão seria substituído por Julião Augusto Fonseca e Silva, seu adjunto na direcção da organização torriense da Mocidade Portuguesa. E foi já da sua autoria, que foi elaborado um relatório, em Setembro de 1938, que fundamentava as condições necessárias à criação de uma Ala no concelho de Torres Vedras. De acordo com a exposição, em 20 de Setembro de 1938, existiam 1.581 alunos nas escolas do concelho, juntando-se 5.000 pessoas que não frequentavam o ensino escolar, mas que obrigatoriamente estariam inscritos na futura Ala de Torres Vedras³⁴⁸.

A estes elementos, tidos como futuros constituintes da Ala local, somavam-se 351 indivíduos já filiados na Mocidade Portuguesa, e que durante o ano lectivo de 1937/1938, tinham recebido instrução pré-militar, sendo que deste conjunto inicial de filiados, 5 eram graduados e comandantes de Castelo³⁴⁹. Para o adjunto do sub-delegado regional, os números apresentados justificavam a imediata criação da Ala, chegando inclusive, a propor a sua efectivação, antes do início do ano lectivo de 1938/1939³⁵⁰.

No entanto, a criação da Ala de Torres Vedras só seria uma realidade no final de Novembro de 1938. Até lá, a instrução da Mocidade Portuguesa continuou a decorrer nos centros escolar e extra-escolar de Torres Vedras, sob orientação de Julião Fonseca e Silva. Será somente após a nomeação de Mário Pessoa de Sousa Dias, médico e antigo nacional-sindicalista, para o cargo de sub-delegado regional da Ala 6 de Torres Vedras³⁵¹, que será então concretizada oficialmente a criação da Ala local. No que concerne às instalações da Mocidade Portuguesa, estas localizar-se-iam na Avenida 5 de Outubro, no edifício da Escola Secundária Municipal e da AEFDTV³⁵².

³⁴⁶ANTT/AMP, Correspondência trocada com o Sub-Delegado Regional de Torres Vedras, 1938-1942, cx. 3627, mç. 3, ofício s/n de 19/03/1938, fl. 3.

³⁴⁷Idem, ofício s/n de 20/09/1938, fl. 5.

³⁴⁸Ibidem.

³⁴⁹Idem, fl. 6 v.º.

³⁵⁰“Os números apontados, mostram por si só a necessidade imediata da criação da Ala. É por isso que venho solicitar a esclarecida atenção de V. Ex^a, no sentido da Ala de Torres Vedras ser uma realidade antes do ano lectivo que em 10 de Outubro proximo tem inicio” In Ibidem, ofício s/n de 20/09/1938, fl. 6 v.º.

³⁵¹Idem, ofício n.º 3272 de 25/11/1938, fl. 9.

³⁵²SILVA, Carlos Guardado da, “A Estrutura e o Património” in *História da Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras*, Carlos Guardado da Silva e Cecília Rodrigues (coordenação), Torres Vedras, Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras, 2012, p. 65.

IV. 15.7. Legião Portuguesa

A Legião Portuguesa foi oficialmente criada a 30 de Setembro de 1936, através da publicação do decreto-lei n.º 27.058, enquanto resposta às pretensões emanadas do comício realizado a 28 de Agosto, no Campo Pequeno, no qual tinha sido aprovada uma proposta, em que era solicitada, junto do governo, autorização para a criação de uma força cívica que congregasse, voluntariamente, os defensores do regime³⁵³. A aludida organização, reflexo dos temores do governo face à conjuntura belicista espanhola, tornar-se-ia numa milícia anticomunista, com serviços paramilitares e de informação policial, que sob o controlo do regime enquadrava parte da minoria fascista³⁵⁴.

A Legião Portuguesa rapidamente estruturava-se pelo território nacional. Em cada distrito, as forças legionárias organizavam-se de acordo com os elementos disponíveis. Assim, grupos de cinco legionários formavam uma quina, duas ou três quinas constituíam uma secção, três secções formavam uma lança, quatro ou cinco lanças constituíam um terço, e por fim, três terços originavam um batalhão³⁵⁵.

O decreto-lei de 30 de Setembro de 1936 parece ter encontrado, uma significativa adesão, entre as hostes nacionalistas do concelho de Torres Vedras. De acordo com as informações disponíveis, a 21 de Dezembro de 1936, ou seja, menos de 3 meses após a publicação do aludido diploma, existiam 165 inscritos naquela organização³⁵⁶. Foi também no dia 21 de Dezembro, que foi realizado o primeiro exercício militar daquele organismo, no qual participaram quase todos os inscritos, que estiveram sob as ordens do oficial miliciano Eusébio Augusto Mourão³⁵⁷.

De acordo com a lista dos primeiros 165 inscritos, é possível caracterizar a estrutura socioprofissional dos primeiros legionários do concelho de Torres Vedras. A importante categoria dos “proprietários” era a mais representada, com 21,2% do total, seguida pela dos “comerciantes e empregados de comércio”, com 15,2%, e pela dos “empregados e funcionários públicos”, que representavam 13,9% do total. A quarta categoria mais representada era a dos “trabalhadores rurais”, com 12,7%. No entanto, se

³⁵³ RODRIGUES, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa: A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 33.

³⁵⁴ PINTO, António Costa, “Portugal contemporâneo: uma introdução” in *Portugal Contemporâneo*, António Costa Pinto (coordenação), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004, p. 41.

³⁵⁵ RODRIGUES, Luís Nuno, *Op. Cit.*, p. 77.

³⁵⁶ Vide Anexo n.º 29.

³⁵⁷ “Torres Vedras, 21 – Realizou-se hoje nesta vila o primeiro exercício da Legião Portuguesa. Tomaram parte neste acto quasi todos os inscritos. Dirigiu os exercicios o instrutor e oficial miliciano sr. engenheiro Eusébio Augusto Mourão” In *A Voz*, Ano X, N.º 3.533, 22/12/1936, p. 4, coluna 1.

optarmos por agrupar as diversas actividades profissionais associadas, directa ou indirectamente à agricultura³⁵⁸, verifica-se que 38,2%, do total dos legionários do concelho de Torres Vedras, encontravam-se ligados à actividade agrícola.

Em termos de origens político-ideológicas, da mencionada lista, sobressai nitidamente, a presença de quatro antigos dirigentes do núcleo nacional-sindicalista de Torres Vedras: João Clímaco Pinto, Álvaro Mendes Jorge, Artur Pistachini e Alberto Vieira Jerónimo. Estes legionários acabariam expulsos da Legião Portuguesa, no final de Setembro de 1938, por envolvimento no já abordado telegrama dos vinhos³⁵⁹.

Relativamente à evolução do número de efectivos, registou-se um aumento muito expressivo quanto à evolução de legionários, dado que o Batalhão n.º 2 de Torres Vedras incorporava, em Junho de 1939, um total de 800 homens³⁶⁰, traduzindo-se assim, num aumento de cerca de 385% face aos números de final de Dezembro de 1936.

Para este crescimento, é muito plausível que tenham contribuído as sessões de propaganda efectuadas ao longo deste período, como a que ocorreu no Ramalhal, na qual participaram Barros e Cunha, administrador do concelho e Moura Guedes³⁶¹.

Em Fevereiro de 1938, é nomeado para o cargo de Comandante do Batalhão n.º 2 de Torres Vedras, Ernesto Carvalho Durão³⁶², responsável pelas primeiras iniciativas quanto à criação da Ala da Mocidade Portuguesa local. A 14 de Maio, são nomeados, enquanto comandantes de lança para o Serviço de Saúde, Procópio Mota Bento e Mário de Sousa Dias³⁶³, o primeiro, germanófilo e o segundo, antigo nacional-sindicalista.

A par da realização de exercícios de âmbito militar, o núcleo local da Legião Portuguesa possuía uma forte componente policial. É exemplo disso o que se sucedeu em Dois Portos, no final de Junho de 1938. Durante uma pequena desordem ocorrida naquela localidade, foi solicitada a presença imediata do administrador, que se fez

³⁵⁸ 2 engenheiros agrónomos; 2 regentes agrícolas; 35 proprietários; 1 funcionário da FVCSP; 1 vinicultor; 16 trabalhadores; 1 agricultor; 2 jornaleiros; 1 destilador; 1 empregado agrícola; 1 feitor agrícola.

³⁵⁹ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 122, ofício s/n de 24/04/1942, p. 1.

³⁶⁰ Idem, ofício s/n de 20/06/1939.

³⁶¹ “*Ramalhal, 2 – Após uma sessão de propaganda nacionalista, promovida por uma comissão de legionários e na qual discursaram os srs. drs. Sebastião de Barros e Cunha, administrador do concelho, e Moura Guedes, que expuseram os fins da «Legião Portuguesa», inscreveram-se neste organismo muitas pessoas*” In *O Século*, Ano 56, N.º 19.818, 20/05/1937, p. 2, coluna 3.

³⁶² *Boletim da Legião Portuguesa: Acção Social e Política*, Ano I, N.º 3, 15/03/1938, p. 23.

³⁶³ Idem, N.º 10, 1/07/1938, p. 18.

acompanhar pela GNR, PSP e por um contingente de legionários devidamente armados³⁶⁴, o que confirma a natureza paramilitar e policial desta organização.

IV. 16. O recrutamento da actividade oposicionista

Ao invés do que se sucedeu entre 1932 e 1935, o ano de 1936 foi caracterizado por uma intensa actividade oposicionista local, em estreita ligação com Francisco Horta Catarino³⁶⁵ e elementos comunistas locais. De acordo com Cristina Clímaco, “*no Oeste verifica-se em 1936-38 uma aproximação entre a oposição republicana e o movimento operário*”, embora “*a presença do PCP na região parece ainda estar em estado embrionário, ainda que alguns elementos revelem já simpatias por este partido...*”³⁶⁶.

IV. 16.1. Francisco Horta Catarino e o assalto da Lourinhã

Francisco Horta Catarino, antigo furriel do Exército, natural do concelho do Bombarral, após ter sido detido por implicações em manejos revolucionário e de ser colocado na fortaleza de Peniche, onde se encontravam outros elementos da ORS, decide, em conjunto com outros dois republicanos, Filipe Piçarra e José dos Santos Rocha, escapar da prisão³⁶⁷. Após a fuga, Horta Catarino rumou a Torres Vedras.

Encontrando-se em Torres Vedras, o antigo furriel deslocou-se à casa de Joaquim Henriques da Silva Martinez, proprietário de uma padaria na Serra da Vila, que o recebeu, juntamente com Filipe Piçarra e Santos Rocha, prestando auxílio no transporte daqueles fugitivos rumo a Belas³⁶⁸. De acordo com Catarino, o seu objectivo consistia na deslocação para Espanha, na busca de oportunidades de trabalho.

³⁶⁴ “Dois Portos, 27...Não tardou a chegar aqui o sr. administrador do concelho, acompanhado de todos os agentes da P.S.P. daquela vila, de fôrças da Guarda Republicana e dum contingente de legionários, devidamente armados” In *O Século*, Ano 57, N.º 20.217, 30/06/1938, p. 3, coluna 6.

³⁶⁵ Francisco Horta Catarino, reviralista, havia sido um dos fundadores e líder, em 1933, da ORS, movimento revolucionário de sargentos com o propósito de encetar uma luta armada contra o regime. In FARINHA, Luís, *O Revirralho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 225.

³⁶⁶ In CLÍMACO, Cristina, “A oposição à ditadura durante os anos 30. Breves notas sobre a oposição na região do Oeste” in *Turres Veteras III: Actas de História Contemporânea*, Carlos Guardado da Silva (coordenação), Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2001, p. 172.

³⁶⁷ CATARINO, Francisco Horta, *Falando do Revirralho*, Lisboa, Tipografia Silvas, 1978, pp. 53-59.

³⁶⁸ “...amigos nos transportaram a Torres Vedras, onde outro amigo meu, Joaquim Henriques da Silva Martinez, que tinha uma padaria na Serra da Vila, nos recebeu e cuidou do necessário para que nos pudéssemos transportar a Belas...” In Idem, p. 60.

O plano de fuga de Horta Catarino seria alterado, quando em Belas, após contactar com o tenente António Correia, delegado do Comité Revolucionário exiliado em Madrid, tomou conhecimento de um plano insurreccional em preparação contra o regime português³⁶⁹. De acordo com as suas memórias, regressa de imediato a Torres Vedras, onde foi “*apoiado pelo sindicalista Mafalda, pelo ferroviário Gomes e por muitos outros...*” na preparação do “*...povo de Torres Vedras para um levantamento armado, falando várias vezes perante centenas de pessoas reunidas geralmente durante a noite em pleno campo, no meio das vinhas dos arredores da vila*”³⁷⁰.

Aquando da sua estadia em Torres Vedras, Francisco Horta Catarino esteve sempre refugiado na casa do já mencionado Joaquim Martinez, tendo aí sido procurado, numa ocasião, pelo tenente Filipe Piçarra, no propósito de lhe transmitir a intenção de assaltar a repartição de finanças da Lourinhã, cuja preparação, envolveu a deslocação a Torres Vedras, em inúmeras ocasiões, daquele antigo tenente e de Santos Rocha³⁷¹.

Realizado a 1 de Agosto de 1936, o assalto à repartição de finanças da Lourinhã envolveu a preparação de um cuidadoso plano, alterado no último instante, devido à ausência de dois elementos. Face a este cenário, Horta Catarino e José dos Santos Rocha determinaram dar continuidade ao plano traçado, contando com a ajuda de Martinez.

Enquanto Horta Catarino e Santos Rocha se deslocaram ao interior do edifício, permanecendo Joaquim Martinez no veículo de fuga, um dos funcionários, comprometido com o assalto, acabou por recusar cooperar com os envolvidos, o que provocou a tomada do espaço pela força, culminando na morte de um empregado³⁷². Comprometido o plano, impôs-se a fuga dos envolvidos, que rumaram a Peniche.

IV. 16.2. A vaga de detenções em Torres Vedras

Após a saída de Peniche, Horta Catarino rumou a Torres Vedras, onde se refugiou no Casal das Voltas, propriedade de Joaquim de Oliveira, tendo sido aqui rapidamente procurado por agentes da PIC³⁷³. No entanto, Horta Catarino conseguiu escapar, seguindo em direcção ao concelho de Sobral de Monte Agraço.

³⁶⁹CATARINO, Francisco Horta, *Op. Cit.*, pp. 60-62.

³⁷⁰In Idem, p. 62.

³⁷¹AHM/TME de Lisboa, Processo n.º 217/38, Vol. 3, fls. 685, 685 v.º e 686.

³⁷²Idem, fls. 687 v.º e 688.

³⁷³Idem, fl. 689.

A estadia no concelho de Torres Vedras, por parte de Horta Catarino, trouxe consequências para alguns dos habitantes locais. Assim, por suspeitas de envolvimento no caso da Lourinhã e respectivas ligações ao antigo furriel, foram detidos os elementos da família de Joaquim de Oliveira³⁷⁴, mas também Maximiano Loureiro, Maria da Purificação, localmente conhecida por Maria Cachucha, empregada no matadouro municipal, e José Bento, pedreiro e residente em S. Pedro da Cadeira³⁷⁵.

Nesta vaga de prisões, foi ainda detido Horácio da Silva Sabino, comerciante de vinhos em Dois Portos, classificado como “...*elemento bastante perigoso* ...”, acusado de ter compactuado indirectamente no assalto da Lourinhã, visto ter consentido a utilização, por parte dos envolvidos, do telefone público instalado no seu estabelecimento, aquando da preparação do golpe³⁷⁶. O mesmo indivíduo confessou ainda as ligações que possuía com o professor António Sérgio, o antigo tenente Videira e o foragido político José Alves Pereira de Sousa, que empregou na sua casa comercial.

Foram também detidos Mário de Almeida Carvalhosa, comunista, acusado de ser um “...*dos elementos mais temidos pelas autoridades locais*...” e de se ter encontrado com Horta Catarino e José dos Santos Rocha, aquando da estadia destes em Torres Vedras, e ainda Francisco Costa Borges, antigo filiado na organização comunista, que apesar de não aparecer associado aos foragidos da Lourinhã, é denominado pela PVDE como “...*um elemento indesejável*...”³⁷⁷.

IV. 16.3. O armamento ilegal

Entretanto, em Torres Vedras, registava-se a apreensão, na casa de Joaquim Martinez, de uma metralhadora e carregadores, assim como de um revólver e respectivas munições, armamento usado no assalto à repartição de finanças da Lourinhã³⁷⁸. Na vila torriense, foram ainda apreendidas bombas explosivas³⁷⁹.

Inicialmente na posse de Honorato Lima Lopes, comerciante, que receando ser surpreendido pelos fiscais de géneros alimentícios, dado que conservava o referido material no armazém, delegou em Emídio Bandeira, comerciante, três caixotes daquele

³⁷⁴Elisa Lopes de Oliveira, Raul de Oliveira e Armando de Oliveira.

³⁷⁵ANTT, PIDE/DGS, SC/SPS, Processo n.º 3.135, fl. 8 e fls. 24-38.

³⁷⁶Idem, Processo n.º 2402, fl. 39.

³⁷⁷In Idem, fls. 40, 40 v.º e 41.

³⁷⁸AHM/TME de Lisboa, Processo n.º 217/38, Vol. 3, fl. 694 v.º.

³⁷⁹Idem, Processo n.º 44/37, fls. 50 e 51 v.º.

material. Um deles foi depositado no Casal das Voltas, tendo sido apreendido pela PIC, enquanto os outros dois foram transportados para a Nazaré, onde foram lançados ao rio.

A existência de outros intervenientes neste processo permite compreender quais os elementos locais oposicionistas mais activos. Entre eles encontrava-se Emídio Bandeira, que de acordo com o relatório da PVDE, era um dos chefes da organização revolucionária de Torres Vedras e colaborador de Francisco Horta Catarino³⁸⁰. Outro elemento bastante activo desta época era António Vicente dos Santos Júnior, anteriormente mencionado de Mafalda, agente de ligação com Emídio Bandeira e responsável pelo transporte dos dois caixotes de bombas para a Nazaré³⁸¹.

IV. 16.4. A oposição comunista em Torres Vedras

Na segunda metade da década de 30, a organização comunista estava implantada em alguns dos concelhos da região Oeste, com organizações locais na Marinha Grande, Peniche, Caldas da Rainha e Leiria, somando-se a célula das juventudes comunistas do Bombarral³⁸². No concelho de Torres Vedras houve uma tentativa de constituição de um comité local do PCP, datada de 1935, mas sem efeitos práticos.

IV. 16.4.1. A tentativa de formação do comité local do PCP

A constituição, do comité local do PCP no concelho Torres Vedras, remonta ao início dos anos 40, no entanto, ainda antes, em 1935, registou-se a primeira tentativa de criação de uma organização local. Dela fizeram parte Tomás Ferreira Rato, ferroviário na estação de caminhos-de-ferro de Torres Vedras, Jaime Delfim, guarda-livros na Casa Florêncio Chagas, em Torres Vedras, e um indivíduo de nome Vilaça.

Terá sido, em Maio de 1935, que foram realizados os primeiros e derradeiros contactos entre aqueles três elementos. Tomás Ferreira Rato, amigo pessoal de Jaime Delfim, que perfilhava com este a simpatia pelos ideais comunistas³⁸³, foi então apresentado a um tal Vilaça, responsável pela tentativa de criação do comité.

³⁸⁰ AHM/TME de Lisboa, Processo n.º 217/38, Vol. 3, fl. 52.

³⁸¹ Idem, fls. 51 v.º e 52.

³⁸² CLÍMACO, Cristina, “A oposição à ditadura durante os anos 30. Breves notas sobre a oposição na região do Oeste” in *Turres Veteras III: Actas de História Contemporânea*, Carlos Guardado da Silva (coordenação), Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2001, p. 172.

³⁸³ ANTT, PIDE/DGS, SC/SPS, Processo n.º 1.823, fl. 6.

Assim, explicando e instando junto de Tomás Ferreira Rato e Jaime Delfim “...a melhor maneira de organizarem uma célula comunista...”, Vilaça convenceu aqueles dois elementos a proceder à criação da mesma, havendo a necessidade de obter um quarto membro³⁸⁴. No entanto, em virtude de nunca terem conseguido obter esse tal constituinte, e de o próprio Tomás Ferreira Rato ter sido transferido, por motivos profissionais, para a estação ferroviária do Rossio, em Lisboa³⁸⁵, a efectivação da constituição da primeira célula comunista no concelho em estudo nunca se consumou.

IV. 16.4.2. As manifestações comunistas do 1.º de Maio de 1936

A 1 de Maio de 1936, a oposição comunista torriense desenvolveu uma acção ousada em Torres Vedras, que envolveu o hasteamento de bandeiras do movimento comunista internacional, a tentativa de distribuição de propaganda e o furto de retractos.

Da oposição comunista local, evidencia-se o já mencionado Mário de Almeida Carvalhosa. Foi este alfaiate que liderou, no dia 1 de Maio de 1936, a agitação de carácter comunista em Torres Vedras, na qual foram içadas bandeiras vermelhas em diferentes pontos da vila³⁸⁶. A par das acções de Mário de Almeida Carvalhosa, salienta-se a actuação de Pedro Caldeira, que terá sido o responsável, pelo hasteamento, de uma bandeira vermelha nas ruínas do Forte de São Vicente³⁸⁷.

Pedro Caldeira é ainda apontado, pela PVDE, como o principal instigador da tentativa de distribuição de propaganda comunista em Torres Vedras. Aliciando um pequeno grupo de indivíduos torrienses, composto por Luís Vicente, Júlio dos Santos Salomé, José Caetano de Melo, Augusto dos Santos, Miguel Alves e Evaristo Alfredo da Silva, o aludido Pedro Caldeira encarregou-os de distribuir, como forma de assinalar o dia 1 de Maio, panfletos e jornais clandestinos junto de casas, nas ruas e principais artérias da vila³⁸⁸. A rápida intervenção da PSP impediu a concretização de tal tarefa.

Por fim, o 1.º de Maio de 1936 foi ainda caracterizado pelo desaparecimento, em duas salas da Escola Feminina de Torres Vedras, dos retractos do general Carmona e de Oliveira Salazar, acrescendo a pintura de palavras de ordem nos respectivos espaços,

³⁸⁴ AHM/TME de Lisboa, Processo n.º 5/36, fls. 119 e 119 v.º.

³⁸⁵ Idem, fl. 119 v.º.

³⁸⁶ ANTT, PIDE/DGS, SC/SPS, Processo n.º 2.402, 140 v.º.

³⁸⁷ AHM/TME de Lisboa, Processo n.º 64/37, fl. 18.

³⁸⁸ ANTT, PIDE/DGS, SC/SPS, Processo n.º 1.848, fl. 40.

escritas a vermelho e dirigidas à juventude torriense, com referências à URSS e a Oliveira Salazar³⁸⁹. No entanto, não foi possível à PVDE identificar os autores³⁹⁰.

IV. 17. Os Ventos da Guerra Civil de Espanha

A 16 de Fevereiro de 1936, a Frente Popular venceu as eleições legislativas em Espanha, colocando termo ao processo de aproximação e cooperação verificado entre Portugal e a nação espanhola³⁹¹. Cinco meses depois, o exército espanhol promove um golpe militar em Marrocos, seguido de um outro em território espanhol, contra o novo poder, cenário que inaugurará uma guerra civil, opondo as forças republicanas aos rebeldes, liderados, a partir de Outubro de 1936, pelo general Francisco Franco³⁹².

O regime português, receando que o novo governo da Frente Popular tomasse uma posição de apoio à oposição democrática nacional, opta então por tomar partido dos insurrectos nacionalistas³⁹³. O conflito prolongar-se-ia até ao final de Março de 1939, culminando na vitória dos nacionalistas liderados pelo general Franco, sendo a mesma consumada oficialmente a 19 de Maio, com a realização do desfile do triunfo³⁹⁴.

IV. 17.1. A Exposição do 1.º de Maio de 1938

Na celebração de mais um feriado municipal, as autoridades torrienses decidiram organizar, a 1 de Maio de 1938, diversos eventos locais que assinalassem a data, “...procurando interessar nas mesmas festas todas as fôrças do Concelho, de molde a evitar que a actividade comunista encontre ambiente para se desenvolver...”³⁹⁵. De entre as realizações previstas, encontrava-se a inauguração de uma exposição consagrada à Guerra Civil de Espanha e às forças nacionalistas lideradas por Franco.

³⁸⁹ ANTT, PIDE/DGS, SC/SPS, Processo n.º 1.848, fl. 13.

³⁹⁰ Idem, fl. 41.

³⁹¹ OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 2.ª edição, Lisboa, O Jornal, 1988, p. 106.

³⁹² ALEXANDRE, Valentim, *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006, p. 125.

³⁹³ TELO, António José, “As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)” in *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Edições Colibri/IHC da FCSH/UNL, 1998, p. 136.

³⁹⁴ DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, p. 157.

³⁹⁵ In AMTV/AC, *Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil*, cx. 57 (1925-1940), livro n.º 31 (1934-1940), fl. 354, ofício n.º 24 de 18/04/1938.

De acordo com o correspondente do jornal *O Século*, a inauguração da exposição documental foi antecedida por uma conferência realizada no Teatro-Cine Ferreira da Silva, acompanhada por uma manifestação de simpatia para com as forças nacionalistas espanholas: “*No Teatro Ferreira da Silva efectuou-se...uma sessão solene, alusiva á exposição documental da guerra de Espanha...e que deu motivo a uma apoteótica manifestação á Espanha nacionalista e ao generalíssimo Franco*”³⁹⁶.

Numa sessão muito concorrida, o orador convidado foi uma das mais proeminentes figuras da elite local, Justino Freire de Moura Guedes. Adoptando uma postura de condenação do comunismo, este advogado torriense “*...dissertou largamente sôbre a política espanhola, para apontar a necessidade de combater-se, por todos os meios, o marxismo internacional*”³⁹⁷.

Após a conferência, realizou-se a inauguração da exposição, que ocorreu na sala João Luiz de Moura da biblioteca municipal, onde se encontravam “*dispostos pelas paredes e espalhadas em estantes e mesas...muitos livros, panfletos, fotografias, cartazes de propaganda e outros objectos relativos á tragédia que ensanguenta o país vizinho...*”³⁹⁸. Após a inauguração da exposição, os alunos das escolas locais entoaram o hino da «Falange» espanhola e o hino da Mocidade Portuguesa³⁹⁹.

IV. 18. A «legitimação» do Poder

No período que medeia entre 1933 e 1935 foram realizados um referendo e dois actos eleitorais, respectivamente o Plebiscito Constitucional de 1933, as Eleições Legislativas de 1934 e a Eleição Presidencial de 1935. Num cenário, caracterizado pela ausência de liberdade de voto e de concorrência formal, quer o Plebiscito, quer as eleições de 1934 e 1935 foram marcadas por uma fraude generalizada, envolvendo as autoridades nacionais e locais, e os elementos das assembleias de voto⁴⁰⁰. Assim, os actos eleitorais aludidos contribuíram unicamente para a «legitimação» do Poder.

³⁹⁶In *O Século*, Ano 51, N.º 20.159, 3/05/1938, p. 12, coluna 4.

³⁹⁷In Idem, colunas 4 e 5.

³⁹⁸In Idem, coluna 5.

³⁹⁹“*Depois grupos de crianças das escolas cantaram o hino da «Falange», em espanhol, e o hino da «Mocidade Portuguesa»*” In *Diário da Manhã*, Ano VII, N.º 2.523, 3/05/1938, p. 4, coluna 6.

⁴⁰⁰LOFF, Manuel, “O Processo Eleitoral Salazarista (1926-1974) no contexto de 150 anos de Sufrágio Elitista em Portugal” in *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, N.º 2, Vila Nova de Gaia, 1997, p. 47.

IV. 18.1. O Plebiscito de 1933

O documento constitucional de 1933 seria aprovado através da realização de um referendo junto da população portuguesa. Num sistema de voto obrigatório, considerando-se como voto afirmativo, os abstencionistas que não provassem impedimento legal, o plebiscito realizou-se a 19 de Março de 1933⁴⁰¹. Com a realização do acto referendário, a Constituição foi aprovada a 9 de Abril e publicada dois dias depois⁴⁰². Os dados oficiais indicam que votaram 1.213.159 eleitores a favor, 5.955 contra e abstiveram-se 487.364, num total de 60% de votos a favor da Constituição⁴⁰³.

No concelho de Torres Vedras, o diploma constitucional foi aprovado com um total de 9.123 votos a favor e 16 contra, numa afluência às assembleias que rondaria os 95%⁴⁰⁴. No entanto, importa referir, que o total de votos apresentados a favor resulta da soma dos eleitores que votaram nas assembleias de voto, com o total de eleitores que se abstiveram de votar. Como tal, a votação real alcançou os 4.161 votos a favor, 10 contra e 4.953 abstenções⁴⁰⁵. De acordo com o administrador do concelho, França Borges, “*o plebiscito do dia 19...decorreu na melhor ordem e justifica a falta duma maior concorrência às urnas o facto de serem contadas como afirmativas, as ausências*”⁴⁰⁶.

Do conjunto das freguesias que constituíam o concelho de Torres Vedras, A-dos-Cunhados emerge como aquela que registou a maior participação, com um total de 863 votos reais a favor em 902 eleitores inscritos. Nenhuma outra freguesia se aproximou destes resultados. A menor votação real foi alcançada nas freguesias de Santa Maria, 82 votos a favor num total de 614 eleitores, Carvoeira, com 73 votos num universo de 403 inscritos e Monte Redondo, com 68 votos num total de 168 eleitores inscritos. As maiores abstenções foram registadas nas freguesias de S. Pedro (923 abstenções num total 1.047 eleitores) e Dois Portos (587 abstenções em 826 inscritos).

Dos valores apresentados, realça-se os registados nas duas freguesias urbanas, S. Pedro e S. Maria. De facto, neste meio bastante hostil à Situação, é notório o elevado número de abstenções face ao total das respectivas votações então registadas.

⁴⁰¹ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 128.

⁴⁰²Ibidem.

⁴⁰³MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução: Uma biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II: 1910-2005, Lisboa, Tribuna da História/Edição de Livros e Revistas, 2005, p. 376.

⁴⁰⁴ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 324, telegrama n.º 658 de 19/03/1933.

⁴⁰⁵Vide Anexo n.º 30.

⁴⁰⁶In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 324, *Relatório sobre o Plebiscito do dia 19 de Maio de 1933*, p. 1.

IV. 18.2. As Eleições Legislativas de 1934

As eleições legislativas de 1934, as primeiras realizadas durante o Estado Novo, estabeleciam, pela primeira vez na História parlamentar portuguesa, a existência de uma única circunscrição eleitoral, integrando todo o território sob soberania portuguesa e impondo o princípio da representação maioritária⁴⁰⁷. Assim, os eleitores apenas podiam votar numa lista única e completa de 90 candidatos, designados pelo regime⁴⁰⁸.

Estavam habilitados, a votar, todos os cidadãos nacionais masculinos maiores de 18 anos, inscritos no recenseamento eleitoral, que soubessem ler e escrever, e residissem no concelho há mais de meio ano, ou nele exercessem funções públicas, desde o início do ano, em que se realizasse o acto eleitoral. Era ainda concedido direito de voto aos analfabetos, desde que pagassem uma quantia de imposto não inferior a 100\$00, e às mulheres, maiores de idade, emancipadas, inscritas nos cadernos eleitorais e detentoras do curso do ensino secundário ou superior⁴⁰⁹.

Numas eleições cujo número total de inscritos foi de 478.121 eleitores, votaram 377.792, e com a oposição afastada da corrida eleitoral, as eleições legislativas, realizadas a 16 de Dezembro de 1934, tiveram como desfecho previsível, a vitória da lista da UN apresentada pelo governo, elegendo a totalidade dos 90 candidatos⁴¹⁰.

IV. 18.2.1. A eleição no concelho de Torres Vedras

Sob coordenação da comissão concelhia da UN, foram tomadas diversas acções de propaganda com o propósito de divulgar o programa da lista da UN, assim como a ideologia do Estado Novo. Uma das acções concretas remeteu para a instalação de altos-falantes em diversos pontos da vila, de forma a proporcionar, quer a transmissão dos discursos realizados na sede da UN local, quer a transmissão da Emissora Nacional⁴¹¹.

A par das acções direccionadas para o núcleo urbano do concelho, fértil em número de opositores da Situação, foram ainda realizadas sessões de propaganda, entre o final de Novembro e a véspera do acto eleitoral, em algumas das freguesias rurais do

⁴⁰⁷LOFF, Manuel, *Op. Cit.*, p. 46.

⁴⁰⁸ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo: as eleições de 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, O Jornal, 1985, p. 35.

⁴⁰⁹Idem, p. 38.

⁴¹⁰MALTEZ, José Adelino, *Op. Cit.*, p. 387.

⁴¹¹ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mç 96, ofício s/n de 21/11/1934.

concelho: Maxial, S. Domingos de Carmões, Dois Portos, Ramalhal, A-dos-Cunhados, Matações, S. Mamede da Ventosa, Ponte do Rol e Turcifal⁴¹².

Os critérios de voto, superiormente estabelecidos, inquietavam o então secretário da comissão concelhia da UN. De acordo com João Clímaco Pinto, num universo de aproximadamente 50.000 habitantes, apenas tinham direito de voto cerca de 3.500 eleitores, dos quais a maior parte residia na vila, maioritariamente contrária ao regime. Assim, o secretário da comissão concelhia da UN propunha, que todos os chefes de família pudessem votar, o que ampliaria o eleitorado para um total de 15.000 eleitores, com forte predomínio rural, onde existiam simpatias pela Situação⁴¹³.

IV. 18.2.2. Os resultados eleitorais

Os resultados eleitorais apresentados devem ser analisados de acordo com o contexto da época, ou seja, num sistema caracterizado pela adulteração dos cadernos de recenseamento eleitoral e pela ausência de uma verdadeira fiscalização do escrutínio, o que colocava em causa, obviamente, a credibilidade dos resultados oficiais⁴¹⁴.

Dada a ausência de listas concorrentes, a lista apresentada pela UN foi obviamente a vencedora, não obstante a considerável abstenção verificada, o que ainda assim não invalidou que a percentagem global de votos fosse superior à do Plebiscito⁴¹⁵.

Do universo total de eleitores inscritos, 3.536, votaram 2.043 e abstiveram-se 1.360, o que traduz uma percentagem total de votantes na ordem dos 60%⁴¹⁶. À excepção das freguesias de Dois Portos e Turcifal, as restantes assembleias eleitorais rurais, registaram, uma votação superior à abstenção. No caso destas duas freguesias, a principal explicação, de acordo com João Pinto, parece estar associada à influência que o antigo administrador do concelho, o tenente França Borges, possuía naquelas áreas.

⁴¹² ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mc 96, ofício s/n de 21/11/1934.

⁴¹³ “Chamamos a atenção...para o perigo que esta indicação pode originar, pois que neste concelho o eleitorado fica reduzido a cerca de 3.000 eleitores, dos quais a maior parte da vila (por saberem ler e escrever) e intransigentes inimigos da Situação, não havendo portanto possibilidade de movimentar as massas rurais...estão contudo com a Situação” In Ibidem.

⁴¹⁴ ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo: as eleições de 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, O Jornal, 1985, pp. 36 e 41.

⁴¹⁵ Vide Anexo n.º 31.

⁴¹⁶ AMTV/AC, *Registo de Telegramas Expedidos*, cx. 60 (1888-1939), livro n.º 6 (1924-1939), telegrama s/n de 16/12/1934.

No que concerne à freguesia de Dois Portos, em 327 recenseados, votaram 129 e abstiveram-se 198. De acordo com João Pinto, autor do relatório sobre o acto eleitoral, a principal razão do fracasso ali registado, deveu-se à ausência de propaganda numa parte da freguesia de Dois Portos, na qual a comissão concelhia da UN não actuou, por forma a não hostilizar os simpatizantes do tenente António Vitorino França Borges, que era proprietário de uma casa agrícola na localidade da Ribaldeira⁴¹⁷.

Relativamente ao caso da freguesia do Turcifal, num total de 267 recenseados, apenas votaram 61, abstendo-se 168. Aqui, tal como no caso anterior, a comissão concelhia da UN, optou, por não trabalhar a propaganda na área correspondente, dado o número de simpatizantes, aí existente, do tenente França Borges⁴¹⁸. No entanto, é ainda mencionado, como factor para a significativa abstenção verificada, o descontentamento, dos vinicultores locais, relativamente à falta de soluções no combate à crise vinícola.

Saliente-se ainda o caso das duas freguesias urbanas, S. Pedro e S. Maria, cujo conjunto da votação alcançou os 281 votos a favor e as 642 abstenções, num total de 959 eleitores recenseados. Estes valores atestam os receios manifestados pelo secretário da comissão concelhia da UN, que afirmava que a vila era na sua maioria, nitidamente contrária à Situação, reflectindo esse cenário na diminuta votação na lista da UN.

IV. 18.3. A Eleição Presidencial de 1935

Em Outubro de 1934, Oliveira Salazar consegue obter de Carmona, o compromisso de que seria o candidato do governo às eleições presidenciais de 1935⁴¹⁹. Efectuadas a 17 de Fevereiro, as eleições para a Presidência da República, contaram apenas, tal como em 1928, com a candidatura do general Óscar Carmona, que foi eleito para mais um mandato de sete anos, recebendo um total de 650.000 votos⁴²⁰.

Na área em estudo, o acto eleitoral⁴²¹, registou uma maior afluência às urnas do que se sucedera nas eleições legislativas do ano anterior. O total de eleitores votantes centrou-se nos 65,5%, aumentando assim, face às eleições legislativas, realizadas em Dezembro do ano anterior.

⁴¹⁷ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 330, ofício s/n de 20/12/1934.

⁴¹⁸ Ibidem.

⁴¹⁹ ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 131.

⁴²⁰ MALTEZ, José Adelino, *Op. Cit.*, p. 390.

⁴²¹ Vide Anexo n.º 32.

Na vila de Torres Vedras, em 1.031 recenseados, somente 418 eleitores exerceram o direito de voto na reeleição do general Óscar Carmona, registando assim, o nível de participação mais baixo de todo o concelho, com 37,6%. Relativamente às freguesias rurais, os maiores níveis de afluência registaram-se em S. Domingos de Carmões, com 97,1%, em A-dos-Cunhados, com 96,5% e em S. Pedro da Cadeira, com 92,2%. Por sua vez, as freguesias com menor percentagem de afluência às urnas, foram as de Dois Portos, com 56,8%, Carvoeira, com 54,7% e Ponte do Rol, com 52,1%.

Capítulo V: 2.^a Guerra Mundial (1939-1945)

A 1 de Setembro de 1939, as tropas alemãs invadiram o território polaco, desencadeando a reacção da Grã-Bretanha e da França, duas potências, que face à agressão das forças alemãs, deliberaram declarar guerra a Berlim⁴²². Estes desenvolvimentos arrastariam a Europa, e posteriormente o Mundo, para um cenário de conflagração total, no qual vieram ainda a participar, entre outras potências, a URSS e os EUA⁴²³. Portugal não deixou de sofrer graves consequências económicas, sociais e políticas, o que representaria a primeira crise séria do Estado Novo⁴²⁴.

V. 1. O impacto económico e social do conflito: 1939-1942

A eclosão da guerra, no início de Setembro de 1939, não representou o imediato agravamento do contexto económico e social em Portugal. No período que medeia entre Setembro de 1939 e Junho de 1940, data que assinala a queda da França, os efeitos do conflito não se fizeram sentir de forma intensa no território português⁴²⁵.

No entanto, após o termo das rápidas operações militares alemãs no ocidente europeu, a economia portuguesa começa, a ressentir-se, das primeiras perdas e restrições junto dos mercados exportadores, somando-se, a partir de Julho de 1940, a decisão britânica de implementar um sistema de racionamento à Península Ibérica⁴²⁶.

Mas as decisões externas, por si só, não explicam o aumento das dificuldades vividas em Portugal. Internamente, factores endógenos contribuíram para a deterioração do modo de vida nacional, particularmente das populações rurais. Assim, às más colheitas agrícolas, particularmente de trigo, na Primavera e Verão de 1940, juntou-se o rigoroso Inverno desse mesmo ano e início de 1941, o que contribuiu sobremaneira para

⁴²²CARLEY, Michael Jabara, “Grand Strategy and Summit Diplomacy” in *A Companion to Europe, 1900-1945*, Gordon Martel (coordenação), Oxford, Blackwell Publishing, 2006, p. 428.

⁴²³PRESTON, Paul, “The Great Civil War: European Politics, 1914-1945” in *The Oxford History of Modern Europe*, Timothy Blanning (coordenação), Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 182.

⁴²⁴ROSAS, Fernando, “Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Séria do Regime (1940-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 267.

⁴²⁵Idem, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e sociedade portuguesas, 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 46.

⁴²⁶Idem, p. 49.

o agravamento da situação de vida dos assalariados rurais, que se deparavam com a ausência de trabalhos nos campos e com o aumento dos preços dos géneros⁴²⁷.

O já mencionado sistema de racionamento, imposto pela Grã-Bretanha aos países ibéricos, começaria neste período, a provocar os primeiros efeitos. Conjugado com o aumento de preços, registou-se a escassez de diversos produtos, evidenciando-se a batata, o arroz, o bacalhau, o sal e o azeite, provocando a prática de actividades ilegais, caso do mercado negro, da especulação e do açambarcamento⁴²⁸. No que concerne à questão dos preços, de acordo com Álvaro Garrido, o bacalhau foi o produto que registou, entre 1939 e 1942, o maior aumento do preço unitário de importação⁴²⁹.

A deterioração das condições de vida dos portugueses, e em particular dos trabalhadores, motivou a realização das primeiras greves significativas em contexto de guerra⁴³⁰, nos meses de Outubro e Novembro de 1942. Incidindo sobre diversas empresas da região de Lisboa, o fenómeno grevista abrangeu os operários da Carris e da Manutenção Militar, os funcionários da Anglo Portuguese Telephone, os operários dos estaleiros navais e oficinas da CUF, no Barreiro e em Lisboa, das oficinas CNN, dos estaleiros da empresa Parry & Son, em Almada, e do sector portuário de Lisboa⁴³¹.

Toda esta conjuntura, de agravamento da crise económica e social em Portugal, obrigou o governo a intervir. No final de 1941, devido ao aumento da procura interna, é decretado o sistema de racionamento a determinados produtos na cidade de Lisboa, são criadas as Comissões Reguladoras do Comércio Local, de âmbito concelhio, são fortalecidos os poderes do TME no combate à especulação e açambarcamento, e é instituído, um regime obrigatório de inscrição das entidades, que comercializavam com os armazenistas, no Grémio dos Retalhistas de Mercearia⁴³².

⁴²⁷MADEIRA, João, “Fome e repressão” in *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, João Madeira (coordenação), Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, pp. 331 e 332.

⁴²⁸Idem, pp. 338 e 339.

⁴²⁹GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Temas e Debates, 2010, p. 337.

⁴³⁰Anteriormente, a 5 e 7 de Novembro de 1941, já tinha eclodido um importante surto grevista, mas circunscrito às fábricas de lanifícios da Covilhã. In VALENTE, José Carlos, “Salazar, os sindicatos e as greves (1942)”, *História*, N.º 8, Maio de 1995, p. 32.

⁴³¹PATRIARCA, Maria de Fátima da Silva, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Lisboa, INCM, 1995, pp. 600-603.

⁴³²TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Vol. II, Lisboa, Editorial Vega, 1991, p. 61.

V. 2. O impacto económico e social do conflito: 1943-1945

Em Novembro de 1942, consequência dos efeitos negativos provocados pela conjuntura bélica e possivelmente, por resultado da entrada dos EUA no processo de bloqueio à Península Ibérica, o governo português alcançou dois importantes acordos comerciais com a Grã-Bretanha: o Acordo de Fornecimento e Compras (23 de Novembro) e o Acordo Comercial de Guerra (28 de Novembro)⁴³³.

Com a celebração destes dois acordos, o governo português conseguiu junto do governo britânico, a sua concordância na concessão de novas licenças de exportação, até ao limite de novas cotas no que concerne a matérias-primas, bens essenciais (combustíveis, ferro, aço, metais, lã, algodão em rama, adubos azotados, produtos químicos) e bens alimentares (trigo, bacalhau, batata de semente), contra idêntica medida para as exportações nacionais (volfrâmio, cortiça, conservas, entre outras)⁴³⁴.

Apesar dos importantes acordos alcançados pelo governo, o ano de 1943, continuou a ser caracterizado, por alguns dos fenómenos económicos e sociais que marcaram o biénio 1940/1942. De facto, continuava a registar-se a escassez, no mercado interno, de produtos essenciais, como os cereais, a batata, o azeite, o bacalhau e os combustíveis, originando a formação de longas filas na tentativa de aquisição⁴³⁵.

Com a deterioração das condições de vida em Portugal, a classe trabalhadora voltou novamente, em 1943 e 1944, aos protestos contra o agravamento geral das condições de vida, tal como já se tinha sucedido em Novembro de 1941, nas fábricas de lanifícios da Covilhã⁴³⁶. Nos meses de Julho e Agosto de 1943, a região de Lisboa e da margem sul foi novamente palco de um novo ciclo grevista. Entre as classes trabalhadoras que paralisaram, encontravam-se os corticeiros, os operários dos estaleiros navais de Almada, da CUF de Lisboa e do Barreiro, da Carris, das oficinas da

⁴³³ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e sociedade portuguesas, 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 55.

⁴³⁴Ibidem.

⁴³⁵LOPES, António Cordeiro, “Uma Visão do Interior do Estado Novo sobre a Crise Mundial: Guerra, Ocidente, Europa (1943)” in *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Sérgio Campos Matos (coordenação), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 237.

⁴³⁶TEIXEIRA, Cátia Sofia Ferreira, *As greves dos operários de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941: O início da agitação operária em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FCSH/UNL, 2012, p. 64.

CNN e da CCN, assim como os trabalhadores da Companhia Reunida de Gás e Electricidade⁴³⁷. Menos de um ano volvido, nova vaga grevista.

A terceira vaga de protestos, ocorrida em Maio de 1944, coincidiu com um agravamento da escassez de bens essenciais. Desde o final de 1943, que o sistema de racionamento, implantado na região de Lisboa, abarcava o azeite (7,5 dl/mês), o arroz (600 gramas/mês), a massa (400 gramas/mês), o bacalhau (1 quilograma/mês) e o sabão (400 gramas/mês), valores insuficientes, e que obrigavam os consumidores, a recorrer ao mercado negro, no qual eram praticados preços muito elevados e inoportáveis⁴³⁸.

Nos meses que antecederam a vaga de protestos de 1944, os géneros como o feijão, o grão ou a batata quase que desapareceram do mercado nacional, sendo que em contrapartida, o governo diminuiu o racionamento aplicado ao açúcar, sabão e azeite, aplicando, pela primeira vez, desde o início do conflito, o racionamento do pão (menos de 200 gramas de pão de 1.^a qualidade e menos de 300 gramas de pão de 2.^a)⁴³⁹.

Como forma de protesto contra este cenário, o PCP convocou uma greve geral para os dias 8 e 9 de Maio contra o decreto publicado a 20 de Abril, que estabelecia o racionamento do pão⁴⁴⁰. Entraram em greve os operários dos Cimentos Tejo (Alhandra), os trabalhadores rurais de Pêro Pinheiro, A-dos-Loucos, S. João dos Montes, A-dos-Bispos, Cardosas, Loures, Apelação, Queluz e os operários da Amadora⁴⁴¹.

Até ao termo da conflagração no território europeu, no início de Maio de 1945, a situação económica e social interna não sofreu alterações significativas, prevalecendo mesmo após o conflito, uma conjuntura económica e social, que como refere Fernando Rosas, “...estava longe de ser favorável para o regime...”⁴⁴². Evidenciavam-se os atrasos na distribuição de géneros alimentícios racionados e matérias-primas, a insuficiência na repartição de bens alimentares, episódios de fome que atingiam a classe trabalhadora, preços muito elevados, falsificação de manifestos, práticas de

⁴³⁷PATRIARCA, Maria de Fátima da Silva, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Lisboa, INCM, 1995, pp. 614 e 615.

⁴³⁸MADEIRA, João, “Fome e repressão” in *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, João Madeira (coordenação), Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, p. 344.

⁴³⁹Ibidem.

⁴⁴⁰PATRIARCA, Maria de Fátima da Silva, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Lisboa, INCM, 1995, p. 617.

⁴⁴¹TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Vol. II, Lisboa, Editorial Vega, 1991, p. 125.

⁴⁴²In ROSAS, Fernando, *Salazarismo e Fomento Económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 124.

açambarcamento, contrabando e especulação, representando acima de tudo, uma revolta geral da população contra a situação económica e social do país⁴⁴³.

V. 3. O impacto ideológico

O período entre Setembro de 1939 e Junho de 1940, à semelhança do que se sucedera, a nível dos efeitos económicos e sociais provocados pela guerra, foi caracterizado, pela sua distância, no que concerne às questões ideológicas e ao assumir de posições por parte da opinião pública nacional⁴⁴⁴. A queda da França, em Junho de 1940, inaugurará o início dos debates e acções referentes à guerra.

O tema do conflito começa então a invadir o espaço público em Portugal, através de uma série de acções diversificadas: pinturas clandestinas de muros com alusões ao V de vitória, *placards* de jornais, cartazes em montras de lojas ou nas janelas das habitações, emblemas, distribuição de panfletos, temas de conversa em cafés e outros estabelecimentos, temática de filmes ou audição, em grupo, de rádios estrangeiras⁴⁴⁵.

No que concerne aos blocos em confronto, a tendência predominante, ao longo do conflito, foi abertamente pró-aliada, apesar de a partir de meados de 1941, com o início da ofensiva alemã a leste contra a URSS, se registar uma ampliação do ambiente germanófilo, anticomunista e antialiadófilo no interior do regime⁴⁴⁶.

V. 4. Caracterização do concelho de Torres Vedras

No presente capítulo, procurar-se-á caracterizar, em traços gerais, a população e as actividades económicas do concelho de Torres Vedras no dealbar da guerra e durante o período de beligerância, aspecto essencial na abordagem ao impacto local do conflito.

⁴⁴³ROSAS, Fernando, *Salazarismo e Fomento Económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 124 e 125.

⁴⁴⁴BARROS, Júlia Leitão de, “Anglofilia e Germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial” in *Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*, Maria Carrilho (co-autora), Lisboa, Dom Quixote, 1989, p. 96.

⁴⁴⁵Idem, pp. 106 e 107.

⁴⁴⁶ROSAS, Fernando, “Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Séria do Regime (1940-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Volume 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 272 e 273.

V. 4.1. População

Como já se constatou anteriormente, entre 1940 e 1950, a população residente no concelho de Torres Vedras cresceu 8,4%, aumentando dos 52.143 para os 56.514 habitantes. Uma análise mais detalhada permite evidenciar duas fases distintas de evolução demográfica. Assim, e de acordo com o inquérito realizado pela Intendência Geral dos Abastecimentos, imediatamente após o termo da guerra, a população residente na área em estudo era de 56.613 habitantes⁴⁴⁷.

Estabelecendo um termo de comparação, com os valores apresentados pelos Censos de 1940 e 1950, constata-se, que a população residente no concelho de Torres Vedras aumentou significativamente entre 1940 e o imediato pós-guerra, em 8,6%, um valor muito significativo. Ao invés, entre o pós-guerra e o ano de 1950, a área em estudo registou um decréscimo populacional de 0,2%, ou seja, perdeu população.

No que concerne à estrutura etária⁴⁴⁸, estamos diante de uma população, cuja maioria, se integrava, na classe etária dos 15 aos 64 anos, registando inclusive, um aumento de 4,4% entre 1940 (59,4%) e 1950 (63,8%). A faixa populacional dos 0 aos 14 anos surge na segunda posição, tendo entre 1940 e 1950, decrescido dos 34,2% para os 29,7%. Por fim, a população idosa, com mais de 65 anos, tinha nesta época uma reduzida expressão populacional, alcançando os 6% em 1940 e 6,5% em 1950.

Relativamente à distribuição socioprofissional da população activa na área em estudo, os únicos dados disponíveis para esta época encontram-se inseridos no Censo de 1940, mas albergam somente a população activa empregue nas actividades agrícolas⁴⁴⁹.

Enquanto em 1930 existiam 17.051 pessoas empregues na agricultura, em 1940 esse valor baixou para as 13.744 pessoas, representando um decréscimo de 19,4% do total de população activa agrícola. Do conjunto de pessoas empregue na agricultura em 1940, 54,3% eram “assalariados”, seguindo-se a categoria dos “patrões proprietários”, que representavam 10,1% e a dos “isolados proprietários”, com 6,6%. Julga-se, que a perda de população activa agrícola poderá ter beneficiado a indústria e o comércio.

Por fim, no que concerne à população desempregada, os valores apresentados pelo Censo de 1940, indicam que o concelho de Torres Vedras registava a sexta maior

⁴⁴⁷REGO, Rogério de Figueiroa, *Torres Vedras e seu Concelho: Indículo Histórico, Turístico e Económico*, Torres Vedras, Biblioteca Municipal de Torres Vedras, 1947, p. 30.

⁴⁴⁸Vide Anexo n.º 3.

⁴⁴⁹Vide Anexo n.º 33.

percentagem de desemprego do distrito de Lisboa⁴⁵⁰, representando 6,7%, o equivalente a 290 pessoas. Destas, 73,1% eram homens, enquanto 26,9% eram mulheres. A faixa de idades mais afectada era a dos 10 aos 19 anos, com 23,1%. Do total de desempregados, 53,9% encontravam-se nesta situação há menos de 1 mês, enquanto 46,1% já há mais de 6 meses que se deparavam com uma situação de desemprego.

V. 4.2. Agricultura

De acordo com o agrónomo Rogério de Oliveira, *“a primeira impressão que domina quem percorre pela primeira vez em toda a sua extensão o concelho de Torres Vedras é de que se encontra em terra de abundante produção agrícola...”*⁴⁵¹. A par das consideráveis quantidades produzidas, evidenciava-se a diversidade de outras culturas.

Em 1939, do conjunto de produção agrícola registada na área em estudo⁴⁵², sobressaía obviamente a produção vinícola, que alcançou os 438.562 hectolitros. A par do vinho, existiam outras culturas com um peso relevante, caso da batata de sequeiro (6.105 toneladas), do trigo (6.068 toneladas), do azeite (11.662 decalitros) ou do milho de sequeiro (1.738 litros). Eram ainda produzidos outros cereais, de pouca expressão.

No ano de 1940, as quantidades produzidas foram inferiores ao ano anterior, registando-se em alguns casos, decréscimos significativos. A produção de vinho (393.719 hectolitros), de trigo (3.113 toneladas) e de azeite (85 decalitros) são três desses casos. A própria imprensa local relatava essa situação⁴⁵³.

Numa análise evolutiva à produção agrícola local, entre os anos de 1941 e 1945⁴⁵⁴, é possível, num quadro mais global, compreender o comportamento das principais culturas agrícolas, área cultivada e respectivos rendimentos daí provenientes.

A produção vinícola, ao longo do quinquénio 1941/1945, continuou a ocupar o lugar cimeiro na economia local, abrangendo uma área cultivada de 11.069 hectares, uma produção de 52.501.250 litros, o equivalente a um rendimento de 101.904 contos.

⁴⁵⁰Vide Anexo n.º 34.

⁴⁵¹In OLIVEIRA, Rogério de, *O Custo de Produção do Vinho no Concelho de Torres Vedras: sua determinação pelo método da «Conta de Cultura Total»*, Alcobaça, Typografia Alcobacence, 1951, p. 17.

⁴⁵²Vide Anexo n.º 35.

⁴⁵³“...as vindimas nesta região. Foi escassa a colheita...A produção de trigo nesta região não compensou sequer o despendio com a sua cultura...” In *A Voz do Concelho*, Ano 7, N.º 53, 7/11/1940, p. 2, coluna 3.

⁴⁵⁴Vide Anexo n.º 36.

No período entre 1941 e 1945, a produção vinícola abrangeu, 29,1% da área total e 56,1% da área cultivada do concelho em estudo⁴⁵⁵, e cujo rendimento bruto, representava, 76,7% do total do rendimento agrícola geral. A importância da vitivinicultura, na área em estudo, é também evidenciada pela população activa agrícola empregue no sector. De acordo com Rogério de Oliveira, em 1940, do total de população activa agrícola, 95% encontrava-se ligada à vitivinicultura, o que representava cerca de 13.000 pessoas⁴⁵⁶.

Há que salientar a batata, que com uma percentagem de área agrícola cultivada de apenas 3,2%, registou uma média de produção de 9.804.680 quilogramas, alcançando um rendimento bruto de 14.869 contos, ou seja, 11,1% do total do rendimento bruto agrícola, tornando-a na segunda cultura mais rentável. Relativamente aos cereais, destaque para o trigo, que numa área cultivada de 18,9% face ao total, obteve uma produção de 4.934.800 quilogramas, o que representava 7,4% do rendimento agrícola.

V. 4.3. Indústria

No período do pós-guerra, de acordo com o então presidente da câmara municipal, Rogério de Figueiroa Rego, a vila de Torres Vedras possuía “...uma indústria de metalurgia, que começa a ser notável, como notáveis são as suas garagens e oficinas de reparação de automóveis e as suas serrações de madeiras e carpintarias e outros artesanatos, onde se emprega um contingente apreciável de trabalhadores”⁴⁵⁷.

Recorrendo aos dados apresentados pela *Estatística das Sociedades*⁴⁵⁸, de 1939 e 1940, que contemplam as indústrias constituídas por sociedades de capital, ou seja, as indústrias de características modernas, é possível, apresentar um quadro geral, acerca das principais actividades industriais locais no dealbar da guerra.

Em 1939, existiam 8 estabelecimentos industriais de características modernas na área em estudo, empregando 78 trabalhadores. A indústria da transformação representava o maior peso no concelho, com um total de 6 estabelecimentos, empregando 54 trabalhadores. Dos 6 estabelecimentos da indústria transformadora, 5

⁴⁵⁵Vide Anexo n.º 37.

⁴⁵⁶OLIVEIRA, Rogério de, *Op. Cit.*, p. 23.

⁴⁵⁷In REGO, Rogério de Figueiroa, *Torres Vedras e seu Concelho: Indículo Histórico, Turístico e Económico*, Torres Vedras, Biblioteca Municipal de Torres Vedras, 1947, pp. 30 e 31.

⁴⁵⁸Vide Anexo n.º 38.

eram na área da alimentação, com 43 empregados, e um no sector dos minerais, com 11 trabalhadores.

No que concerne a 1940, a única alteração a assinalar foi o surgimento de dois novos espaços industriais associados à alimentação e aos serviços diversos, assim como a extinção da única indústria ligada ao sector dos minerais. Relativamente ao pessoal empregado, evidencia-se o crescimento de 10,3% de mão-de-obra face ao ano de 1939, beneficiando a indústria da alimentação, com 49 trabalhadores, e dos serviços, com 27.

Na conjuntura belicista em análise, saliente-se novamente o caso da indústria metalúrgica de António Hipólito. Ao contrário do que é comumente mencionado, a designação de Casa Hipólito só surge em Maio de 1944, após a constituição de uma nova sociedade comercial por cotas, integrada por diversos elementos da família Hipólito⁴⁵⁹. Numa época caracterizada por dificuldades económicas, é de assinalar este empreendimento, que contou com um capital social de entrada de quinhentos mil escudos⁴⁶⁰, situação que corrobora, a aparente estabilidade económica e financeira, verificada nesta época, pela indústria metalúrgica de António Hipólito.

V. 4.4. Comércio/Serviços

No período que corresponde à 2.^a Guerra Mundial (1939-1945), a actividade comercial, dos negócios e dos serviços registou, na área em estudo, uma evolução tendencialmente estável⁴⁶¹. As diferenças mais significativas remetem, obviamente, para a abismal dicotomia existente entre o meio urbano e o meio rural.

No ano de eclosão do conflito, a vila de Torres Vedras era caracterizada pela diversidade e considerável quantidade de espaços comerciais, de serviços e de outros negócios. Os com maior expressão situavam-se na área da alimentação, da banca e seguros, do vestuário e calçado, da hotelaria e restauração, e dos vinhos e aguardentes.

Ao longo do arco cronológico correspondente ao conflito internacional, os sectores comerciais e de serviços referidos sofreram algumas oscilações. Evidencia-se o caso dos estabelecimentos de géneros alimentícios, que entre 1939 e 1941, registou uma

⁴⁵⁹ António Hipólito, António Hipólito Júnior, José Hipólito, João Hipólito, Alberto Hipólito, Elvira Hipólito Parreira e Aura Hipólito. In MMLT/Espólio da Casa Hipólito, Administração/Secretariado, “Notariado Português – Secretaria Notarial de Torres Vedras”, ofício n.º 4224 de 12/05/1944, pp. 1-3.

⁴⁶⁰ Idem, p. 2.

⁴⁶¹ Vide Anexo n.º 39.

diminuição, evoluindo a partir de 1942. O mesmo ocorreu com o sector da hotelaria e restauração, que entre 1939 e 1941, conheceu um decréscimo de 8 estabelecimentos, voltando a aumentar consideravelmente no ano seguinte. Também o comércio de vinhos e aguardentes registou, em 1941, um decréscimo, valor que manter-se-á até 1945.

No que se refere ao restante concelho, o panorama aqui existente, era notoriamente díspar, do verificado na vila de Torres Vedras. No período alusivo ao conflito, sobressai a evolução bastante expressiva associada aos estabelecimentos de géneros alimentícios. De facto, este tipo de comércio, destinado a satisfazer as necessidades alimentares e básicas da população, não obstante as dificuldades de abastecimento então verificadas, terá tido, provavelmente, um impacto local positivo.

Relativamente ao comércio referente à produção vinícola, o segundo mais representativo em meio rural, assinala-se, entre 1939 e 1941, uma estabilidade, situação invertida no ano de 1942, com um ligeiro decréscimo do número de negociantes e comissários de vinho, muito possivelmente associado à diminuição da produção vinícola registada no ano anterior.

V. 5. O impacto local do conflito

Tal como no restante território nacional, identicamente no concelho de Torres Vedras, foram sentidos, entre Setembro de 1939 e Maio de 1945, os ventos hostis provenientes da guerra na Europa. Os seus efeitos económicos, sociais e ideológicos invadiram a área em estudo, provocando alterações no quotidiano da população local.

V. 5.1. Dos *ventos iniciais* às primeiras dificuldades (1939-1942)

A eclosão da guerra, no início de Setembro de 1939, provocou de imediato, junto da população da vila, alguma apreensão relacionada com a questão dos géneros alimentícios, situação evidente pelo comportamento de alguns habitantes, que se deslocaram aos estabelecimentos comerciais, no propósito de adquirir “*grandes quantidades de diversos géneros alimentícios*”⁴⁶². As autoridades intervieram logo.

O presidente da câmara municipal, José Maria Teles da Silva, através dos altifalantes instalados nas principais artérias da vila, informou a população de que não

⁴⁶²In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 94, ofício s/n de 28/10/1940, p. 4.

existiam razões para qualquer tipo de inquietação, depositando total confiança nas medidas tomadas pelo governo⁴⁶³. Teles da Silva aproveitou ainda, para avisar os comerciantes e consumidores, quanto a possíveis irregularidades durante o conflito⁴⁶⁴.

O fenómeno do açambarcamento, muito comum, no âmbito geral, ao longo do contexto de guerra, fez-se sentir localmente no final de Setembro de 1939, quando foram confiscadas, na freguesia de S. Pedro da Cadeira, 500 caixas de sabão a um comerciante local, precisamente por suspeitas de açambarcamento⁴⁶⁵. A par destes episódios, salientam-se os casos de aumento do preço de produtos, como ocorreu com um conjunto de droguistas de Torres Vedras⁴⁶⁶.

V. 5.1.1. O comércio local, a especulação e a alta de preços

Entre o início do conflito e o final de 1942, registou-se no concelho em estudo, um aumento do número de casos de açambarcamento e especulação, fenómeno comum às áreas urbana e rural, envolvendo essencialmente, a venda de géneros alimentícios.

Em Maio de 1941, António Ferreira, proprietário de uma mercearia na Feliteira, é detido por vender azeite (7\$50/litro), banha (10\$00/quilo), manteiga (22\$00/quilo) e sal (\$40/litro) a preços superiores aos estabelecidos, que eram respectivamente de 6\$50, 8\$60, 19\$50 e 30\$⁴⁶⁷. Em Novembro, por diversas ocasiões, Luiz Santos, armazenista e proprietário de uma mercearia em Torres Vedras, vendeu a retalhistas locais, azeite fino (7\$00/litro), azeite de consumo (6\$50/litro) e manteiga meio sal (21\$50/quilo), a preços díspares dos tabelados, que eram respectivamente de 6\$45, 6\$00 e 20\$00⁴⁶⁸. A 14 de Janeiro de 1942 é detido Artur Nogueira, proprietário de três talhos em Torres Vedras. Em todos eles praticava preços superiores aos estabelecidos, vendendo peito e cacheço a

⁴⁶³ “...após se ter declarado a guerra actual, por intermédio dos altos falantes, que existem instalados em vários pontos da Vila, mandei ler avisos...informava que em vista das providências tomadas pelo Governo, não havia razões para apreensões...porque o mercado se encontrava suficientemente abastecido de todos os géneros e facto algum impedia o seu normal abastecimento” In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 94, ofício s/n de 28/10/1940, p. 4.

⁴⁶⁴ “...e disse que tão censuráveis eram os comerciantes que aumentavam os géneros como os consumidores que fizeram em suas casas açambarcamentos dos mesmos...” In Idem, pp. 4 e 5.

⁴⁶⁵ AMTV/AC, Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil, cx. 57 (1925-1940), livro n.º 31 (1934-1940), fl. 453, ofício n.º 23 de 29/09/1939.

⁴⁶⁶ Idem, fl. 460, ofício n.º 30 de 14/10/1939.

⁴⁶⁷ AHM/TME de Lisboa, Processo n.º 93/41, fl. 14.

⁴⁶⁸ Idem, Processo n.º 186/42, fl. 26.

10\$, pá e costeletas a 11\$ e perna a 12\$, quando o preço oficial decretado pela JNPP estava estabelecido, respectivamente, em 6\$80, 8\$40 e 9\$60⁴⁶⁹.

Um dos locais, onde neste período foi mais notória a prática do fenómeno de especulação, foi o mercado municipal de Torres Vedras. Entre 7 e 11 de Julho de 1942 foram detidas três comerciantes de fruta, que vendiam, cada quilograma de bananas, a preços superiores aos legalmente estabelecidos⁴⁷⁰.

V. 5.1.2. O açambarcamento

No concelho de Torres Vedras, o fenómeno do açambarcamento parece ter sido, entre 1939 e 1942, uma prática menos evidente, o que no entanto, não significa que esta tenha tido uma aplicação restrita na área em estudo. De acordo com a documentação disponível, a par do confisco de 500 caixas de sabão, ocorrido aquando da eclosão da guerra, apenas se encontrou referência a um outro episódio de açambarcamento, ocorrido num talho de Torres Vedras, em Outubro de 1942.

Manuel Parreira Júnior, comerciante de carnes na freguesia de S. Pedro, foi acusado de rejeitar a venda de metade de uma vitela em exposição, afirmando o aludido talhante que aquele género já se encontrava vendido. No entanto, a ausência de qualquer comprovativo originou a sua detenção, acusado da prática de açambarcamento⁴⁷¹. No relatório elaborado pela Polícia de Viação e Trânsito de Torres Vedras, no qual se encontra exposto o caso acima mencionado, é salientado que “...os *magarefes* [talhantes] desta localidade são rebeldes no cumprimento das tabelas de preços em vigor...”⁴⁷².

V. 5.1.3. A escassez de géneros e o racionamento

A conjuntura de guerra causou, pela primeira vez, no final do ano de 1941, as primeiras ocorrências no que concerne à escassez de géneros alimentícios. Assim, no final de Novembro de 1941, de acordo com o relato do regedor da freguesia de

⁴⁶⁹AHM/TME de Lisboa, Processo n.º 125/42, fl. 6.

⁴⁷⁰Idem, Processos n.º 1340/42, fl. 5, n.º 1338/42, fl. 6 e n.º 1339/42, fl. 3.

⁴⁷¹Idem, Processo n.º 42/43, fl. 3.

⁴⁷²In Ibidem.

Carmões, registava-se naquela área rural, a escassez de farinha e consequentemente de pão⁴⁷³. Com a inauguração do ano de 1942, a situação agravar-se-ia.

Foi o que se sucedeu na freguesia de Freiria, em Janeiro de 1942, localidade na qual *“faz-se sentir...a falta de géneros alimentícios, vendo-se em sérios embaraços os comerciantes para pagarem as suas contribuições, pois não fazem negócios”*⁴⁷⁴. Da área leste do concelho, mais concretamente da localidade de Carreiras, freguesia de Carvoeira, o cenário era semelhante, pois *“nas casas comerciais desta localidade estão a faltar géneros alimentícios...”*⁴⁷⁵. Panorama que não sofreu alterações a curto prazo, dado que em Fevereiro do mesmo ano continuava a registar-se a carência de géneros⁴⁷⁶.

É neste contexto, de escassez de géneros, que surgem as primeiras alusões à aplicação de um sistema de racionamento no concelho de Torres Vedras, tal como se sucedeu na localidade da Silveira, na qual *“graças ao racionamento já se encontram em todos os estabelecimentos, embora pouco mas bem distribuído os generos de primeira necessidade, aos preços da tabela, tais como bacalhau, arroz e açúcar...”*⁴⁷⁷.

No início de Março de 1942, as autoridades locais reconheciam a situação de escassez de alguns géneros alimentícios, nomeadamente o arroz, o açúcar, o bacalhau e a batata, tubérculo que os comerciantes tinham dificuldade em adquirir, dado que o preço de venda não compensava o dispêndio da compra⁴⁷⁸. A imprensa local dava ênfase ao agravamento diário, no concelho, alusivo à falta de géneros básicos⁴⁷⁹.

Uma das classes profissionais, que demonstrou descontentamento neste período, face à regulação dos preços dos géneros, foi a dos talhantes de Torres Vedras, que por motivo da tabela de preços em vigor, recusou a venda de carne ao público⁴⁸⁰. A atitude dos talhantes propiciou a intervenção da Comissão de Abastecimentos de Carnes, que instituiu um sistema de racionamento baseado no limite máximo de venda de 1

⁴⁷³ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 110, ofício n.º 46 de 29/11/1941.

⁴⁷⁴ In *A Voz do Concelho*, Ano 8, N.º 84, 15/01/1942, p. 2, coluna 2.

⁴⁷⁵ In *Ibidem*.

⁴⁷⁶ *“Apenas se recebe a quinta parte de arroz, açúcar e bacalhau do consumo desta população”* In *Idem*, Ano 8, N.º 87, 20/02/1942, p. 5, coluna 1.

⁴⁷⁷ In *Idem*, p. 2, coluna 3.

⁴⁷⁸ *“...alguns géneros de primeira necessidade, designadamente arroz, assucar e bacalhau, escasseiam e que a batata está rareando por virtude dos respectivos comerciantes não a poderem adquirir em condições de preço para ser vendida pela tabela actualmente em vigor”* In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 122, ofício n.º 4 de 7/03/1942.

⁴⁷⁹ *“Acentua-se dia a dia, neste concelho, a falta de géneros alimentícios...”* In *A Voz do Concelho*, Ano 8, N.º 89, 19/03/1942, p. 1, coluna 1.

⁴⁸⁰ *“...os comerciantes de carnes verdes, descontentes com a tabela de venda determinaram, por unanimidade, não fornecer ao público, carne de vaca e de vitela...”* In *Ibidem*.

quilograma por pessoa⁴⁸¹. Esta entidade continuaria a fornecer, nas semanas seguintes, carne de vaca ao público, dada a recusa dos talhantes em aceitar os preços⁴⁸².

V. 5.1.4. Comissão Reguladora do Comércio Local

Nomeada, pelo governo civil de Lisboa, a 28 de Janeiro de 1942, a Comissão Reguladora do Comércio de Torres Vedras era presidida por José Maria Teles da Silva, presidente da câmara municipal e constituída por Joaquim Custódio Rodrigues (Grémio do Comércio), Justino de Moura Guedes (Grémio da Lavoura), José Augusto Cabral e José Maria da Silva (Homens bons)⁴⁸³. Uma das áreas primordiais de intervenção, deste organismo, centrou-se na distribuição e tabelamento de géneros alimentícios. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o racionamento aplicado à venda de carne de vaca, iniciado em Março de 1942. Outros exemplos ilustram os seus propósitos.

Numa ampla cooperação com a câmara municipal e a JNPP, a Comissão Reguladora do Comércio Local possuía, o encargo, de controlar os preços de tabela dos produtos pecuários⁴⁸⁴. No início de Dezembro de 1942, o mencionado organismo ficou responsável, pela JNPP, de proceder à distribuição de banha, chouriço e toucinho⁴⁸⁵.

V. 5.1.5. Outros impactos

Além de todo o impacto associado aos preços dos géneros, sua escassez e práticas ilegais de açambarcamento e especulação, o contexto internacional de guerra provocou, na área em estudo, outras mutações, salientando-se as restrições à circulação automóvel, à iluminação pública e particular, assim como aos festejos carnavalescos.

No final de Novembro de 1941, o presidente da câmara municipal de Mafra, solicitou, junto do governo civil, autorização para a livre circulação de automóveis naquele e nos concelhos vizinhos, no qual se incluía o de Torres Vedras, no dia 1 de Dezembro, data da realização, em Mafra, da tradicional feira de Santo André⁴⁸⁶.

⁴⁸¹ “Iniciou-se no passado domingo a venda ao público, com fornecimento de 1 kg. a cada pessoa que se apresentava a comprar” In *A Voz do Concelho*, Ano 8, N.º 89, 19/03/1942, p. 1, coluna 1.

⁴⁸² “Continua a Comissão Reguladora de Carnes, deste concelho, a fornecer directamente ao público, carne de vaca ao preço da tabela” In *Idem*, N.º 90, p. 6, coluna 2.

⁴⁸³ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 86, telegrama n.º 1026 de 28/01/1942.

⁴⁸⁴ *Idem*, cx. 122, ofício n.º 7 de 2/05/1942.

⁴⁸⁵ *Idem*, ofício n.º 592 de 4/12/1942.

⁴⁸⁶ *Idem*, cx. 86, ofício n.º 1606 de 25/11/1941.

As limitações, impostas pelo conflito, à aquisição de combustíveis tiveram impacto directo no quotidiano da população residente em Torres Vedras. A 13 de Janeiro de 1942, “*devido a dificuldades de abastecimento de gás oil, o fornecimento de energia electrica à vila passou a fazer-se...quer para serviço público, quer particular, das 13 horas até à meia-noite*”⁴⁸⁷. A conjuntura de guerra motivaria ainda a suspensão, entre 1940 e 1945, dos tradicionais festejos carnavalescos em Torres Vedras⁴⁸⁸.

V. 5.2. Do agravamento local ao termo do conflito (1943-1945)

A partir de 1943, acentuam-se as dificuldades locais directamente associadas ao prolongamento internacional do conflito. Às questões relacionadas com as complicações inerentes à falta de géneros e seu elevado preço, salienta-se a realização, pela primeira vez, de manifestações de contestação social contra a escassez de produtos básicos.

V. 5.2.1. O fornecimento de géneros e os elevados preços

Com uma população, no período em estudo, de 52.000 habitantes, o fornecimento de géneros era realizado, mensalmente, com as seguintes quantidades: 18.180 quilogramas de bacalhau, 13.425 quilogramas de arroz, 26.550 quilogramas de açúcar e 16.355 quilogramas de massas⁴⁸⁹. Num relatório, elaborado pelo Ministério do Interior, sobre a situação nos concelhos do distrito de Lisboa, é colocada a hipótese de aumentar o fornecimento da quantidade de bacalhau e massa, assim como de regularizar o fornecimento de farinha e azeite, com o objectivo de colocar termo a apreensões existentes entre a população do concelho de Torres Vedras⁴⁹⁰.

Ainda no mesmo relatório, é referenciado que o preço dos géneros permanecia elevado na área em estudo, provocando a recusa dos assalariados rurais em auferir uma jorna diária inferior a 25\$00, 30\$00 ou 35\$00⁴⁹¹. Se forcarmos a análise na tabela dos preços médios dos géneros e demais produtos⁴⁹², decretada pela câmara municipal,

⁴⁸⁷In *A Voz do Concelho*, Ano 8, N.º 85, 29/01/1942, p. 3, coluna 4.

⁴⁸⁸MATOS, Venerando, “Carnaval de Torres: uma tentativa de periodização” in *Turres Veteras III: Actas de História Contemporânea*, Carlos Guardado da Silva (coordenação), Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2001, p. 181.

⁴⁸⁹ANTT/MI, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, cx. 95, mç. 537, “10.º Relatório” de 5/04/1943, p. 17.

⁴⁹⁰*Ibidem*.

⁴⁹¹*Ibidem*.

⁴⁹²Vide Anexo n.º 40.

constata-se, que é sobretudo a partir de Agosto de 1944, que se registam os aumentos mais significativos, abarcando os cereais e as leguminosas. A única exceção é o caso do azeite, cujo preço médio de venda é fixado, em Agosto de 1943, nos 770\$00 cada decalitro, contrastando assim com o preço anteriormente tabelado de 50\$00.

V. 5.2.2. O acentuar da escassez e as senhas de racionamento

O problema, relacionado com a carência de géneros alimentícios, continuou a agravar-se no ano de 1943. De acordo com o correspondente do novo jornal local, na localidade de Freiria, a falta de géneros há muito que era uma realidade, somando-se o encerramento do talho, dada a inexistência de carne e a especulação dos peixeiros⁴⁹³.

Um dos produtos, que mais rareava neste período, era o sal. Numa missiva, enviada por Teles da Silva, ao governador civil, no início de Março de 1943, o então presidente da câmara municipal alertava para a “...*grande falta de sal neste concelho...*”, solicitando, junto daquela autoridade, a “...*requisição de 2 vagons daquele produto...no Algarve...que tanta falta está fazendo*”⁴⁹⁴. No entanto, a pretensão de José Maria Teles da Silva não foi atendida pelas autoridades de Lisboa.

O Verão de 1943 inaugurará a utilização de um sistema de senhas para a aquisição de produtos racionados, cuja aplicação, num primeiro momento, estava limitada ao azeite e óleo⁴⁹⁵. Encontrava-se ainda delineada, pela câmara municipal e Comissão Reguladora do Comércio de Torres Vedras, a ampliação do sistema de racionamento, a partir de 1 de Outubro, às massas, arroz, açúcar, bacalhau e sabão⁴⁹⁶.

V. 5.2.3. A contestação social de Julho de 1943 e de Abril de 1944

A documentação consultada, não indica, a realização de qualquer tipo de movimento grevista nos meses de Julho e Agosto de 1943. No entanto, constata-se a ocorrência de protestos contra a ausência de sabão, que culminaram, em dias consecutivos, em assaltos a estabelecimentos comerciais e respectivos armazéns.

⁴⁹³“Freiria...Há muito que aqui não ha à venda arroz, assúcar, bacalhau e outros géneros alimentícios...O único talho que possui esta localidade, ha longo tempo que não abre. O peixe, quando aqui aparece, vendo-se por alto preço, na mais deshumana especulação...” In *Notícias de Torres Vedras*, Ano I, N.º 19, 16/04/1943, p. 3, coluna 3.

⁴⁹⁴In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 131, ofício n.º 163 de 6/03/1943.

⁴⁹⁵Idem, cx. 125, ofício n.º 584 de 21/08/1943.

⁴⁹⁶Ibidem.

A 26 de Julho, um aglomerado de pessoas, salientando-se as mulheres provenientes dos meios rurais, concentrou-se no Largo de S. Pedro, zona da vila onde estavam situados os mais importantes armazéns abastecedores, exigindo sabão, cuja aquisição, de forma legal, era impraticável, dada a sua ausência no mercado local⁴⁹⁷.

A população em protesto suspeitava, que o sabão estivesse a ser açambarcado, pela firma Fonseca & Lisboa. Tal desconfiança motivou que alguns indivíduos assaltassem o aludido estabelecimento, desencadeando a intervenção das autoridades policiais, que confirmaram a “...a existencia de varias caixas de sabão condicionado para distribuição aos estabelecimentos retalhistas, e mais uma porção de caixas cuja existencia se apurou não ser legal...”⁴⁹⁸. Foram apreendidas 62 caixas de sabão, enquanto as restantes foram entregues nos estabelecimentos retalhistas locais⁴⁹⁹.

No dia seguinte, Torres Vedras é novamente palco de tentativas de assalto a armazéns e mercearias, com o propósito de ser confirmado, por parte dos envolvidos, a existência de géneros açambarcados⁵⁰⁰. De acordo com o jornal *Avante!*, a população acabou por assaltar uma mercearia “...onde havia sabão e açúcar assambarcado”, obrigando assim as autoridades a intervir e a forçar a venda daqueles géneros⁵⁰¹.

É ainda possível, identificar, a ocorrência de uma manifestação, em Abril de 1944, despoletada pela população da localidade de Maceira, freguesia de A-dos-Cunhados. Os habitantes, do mencionado lugar, deslocaram-se à câmara municipal de Torres Vedras, no propósito de reclamarem o fornecimento diário de 40 quilogramas de pão⁵⁰². As autoridades locais acabariam por aceder às reivindicações dos manifestantes.

V. 5.2.4. O racionamento do pão

Tal como na generalidade do restante território nacional, o prolongamento do conflito agravou as condições de vida da população torriense, que a partir, do final de Fevereiro de 1944, teve de enfrentar o endurecimento do sistema de racionamento.

⁴⁹⁷ SALES, António Augusto, *Os Guardadores do Tempo*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2007, p. 92.

⁴⁹⁸ In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 131, ofício n.º 11 de 28/08/1943.

⁴⁹⁹ In Ibidem.

⁵⁰⁰ “No dia imediato, 27...voltaram novamente, varios individuos a tentar invadir outros estabelecimentos para o mesmo fim...” In Ibidem.

⁵⁰¹ In *Avante!*, Série VI, N.º 38, 2.ª Quinzena de Agosto de 1943, p. 2, coluna 1.

⁵⁰² “O povo de Maceira foi em massa à Administração de Tòrres Vedras e conseguiu que lhe fôsse fornecidos 40 quilos de pão por dia” In Idem, N.º 52, 2.ª Quinzena de Abril de 1944, p. 2, coluna 1.

De acordo com o edital publicado no *Notícias de Torres*, Teles da Silva, na qualidade de presidente da câmara municipal e de presidente da Comissão Reguladora de Comércio Local, decretou a distribuição mensal, por cada pessoa, das seguintes quantidades de géneros: 500 gramas de açúcar, 225 gramas de arroz, 250 gramas de bacalhau, 290 gramas de massa, 250 gramas de sabão e meio litro de azeite⁵⁰³.

No que concerne ao pão, o seu racionamento foi decretado em fins de Julho de 1944. O edital definia diferentes valores de fornecimento consoante os casos: público geral, trabalhador rural e entidades colectivas. No que se refere à generalidade dos clientes, cabia às padarias “...mesmo sem cartas de racionamento, fornecerem uma certa quantidade de farinha de pão a cada cliente dentro do limite do seu actual contingente de farinha...”⁵⁰⁴. Haveria que distinguir o trabalhador rural masculino, “...a quem devem ser atribuídas – quando possível – 500 gramas de pão por dia”⁵⁰⁵.

Por fim, para as entidades colectivas, onde se englobavam os hotéis, as pensões ou as casas de pasto, as disposições resumiam-se à suspensão de venda de pão fora das padarias e armazéns, ao fornecimento aos hotéis e pensões de pão de 1.^a qualidade, com um limite de 46 gramas ao almoço e jantar, e 93 gramas ao pequeno-almoço, abastecimento de pão de 2.^a às casas de pasto, que apenas poderiam servir em cada uma das duas principais refeições diárias, ¼ de um limite máximo de 295 gramas, e à proibição de venda de pão para consumo no período fora dos horário das refeições⁵⁰⁶.

V. 5.3. A Casa Hipólito

Com a eclosão da conflagração europeia, a indústria nacional debateu-se com a dificuldade de aquisição de matéria-prima, problema que o industrial António Hipólito logrou superar, muito devido à acção do seu genro, Vasco Rodrigues Parreira.

Assim, aquando do início da guerra, Vasco Parreira desempenhou uma importante acção na fábrica de António Hipólito, dado que procurou contornar as dificuldades então existentes, conseguindo obter matéria-prima proveniente de

⁵⁰³*Notícias de Torres*, Ano 2, N.º 28, 9/03/1944, p. 4, coluna 4.

⁵⁰⁴In Idem, Ano 3, N.º 31, 1/08/1944, p. 1, coluna 1.

⁵⁰⁵In Ibidem.

⁵⁰⁶In Ibidem.

diferentes procedências, permitindo então, que a produção daquela metalúrgica torriense, não fosse seriamente afectada⁵⁰⁷.

Em Maio de 1943, a indústria metalúrgica de António Hipólito empregava mais de 100 pessoas⁵⁰⁸. Numa entrevista concedida ao *Notícias de Torres*, o Comendador António Hipólito afirmava, que “*com um trabalho insano...*” tinha “*...conseguido remover grandes dificuldades que surgiram devido à conflagração universal*”⁵⁰⁹. No que concerne à escassez de matéria-prima, sem referir nada em concreto, mencionava que “*é esse magno problema que me tem preocupado, mas que tenho solucionado de maneira a manter o mesmo movimento*” pois “*a paralisação das minhas oficinas...acarretaria consequências graves para a economia de muita gente*”⁵¹⁰.

V. 5.4. As influências ideológicas

A 2.^a Guerra Mundial parece ter despertado o interesse, da população torriense, relativamente às ideologias em confronto e movimentação das tropas. De acordo com as memórias de Emílio Luís Costa, “*no centro principal da vila havia duas montras onde se podia avaliar diariamente o avanço das tropas aliadas...a do Ricardo, dos Seguros La Preservatrice, e a da Papelaria de Victor Cesário da Fonseca...todos os dias, centenas de pessoas adeptas dos aliados, apinhavam-se junto às montras, para verem o mapa...que indicava o avanço das tropas*”⁵¹¹.

De facto, a corrente aliadófila afirmou-se junto da opinião pública torriense. Um dos casos particulares, de manifestação abertamente aliadófila, envolveu o antigo director da *Gazeta de Torres*, Vítor Cesário da Fonseca, que mais do que aliadófilo, era essencialmente um acérrimo admirador da Grã-Bretanha⁵¹². Proprietário de uma papelaria e livraria na Praça da República, Vítor Cesário da Fonseca usou esse espaço, para afixar cartazes nas montras alusivos aos países aliados. Esta atitude de ousadia

⁵⁰⁷ “*Em 1939, com o deflagrar a 2.^a Guerra Mundial, a par de outras dificuldades de ordem económica, surgem complicados problemas para a obtenção de matérias-primas (cobre, latão e ferro principalmente). Vasco Parreira consegue contornar essas dificuldades adquirindo, nas mais variadas procedências, toda a matéria-prima que lhe era possível e a produção nunca foi grandemente afectada*” In MMLT/Espólio Casa Hipólito, Colecção André Matos, discurso de Manuel Pereira (23/03/1979), p. 4.

⁵⁰⁸ *Notícias de Torres*, Ano 1, N.º 22, 30/05/1943, p. 2, coluna 1.

⁵⁰⁹ In Idem, coluna 2.

⁵¹⁰ In Ibidem.

⁵¹¹ In COSTA, Emílio Luís, *Escritos de Torres Vedras*, Torres Vedras, Tipoeste, 1995, p. 71.

⁵¹² SALES, António Augusto, *Op. Cit.*, p. 87.

acabaria por resultar, em 12 de Agosto de 1942, na sua detenção, após ter recusado retirar os mencionados cartazes da montra do seu estabelecimento⁵¹³.

No que concerne à corrente germanófila, a tomada de posição mais expressiva desta época partiu de Pedro Osório Mourão, proprietário de um estabelecimento de artigos de electricidade, situado precisamente em frente ao de Vítor Cesário da Fonseca.

Germanófilo convicto, Pedro Mourão usou as montras do seu estabelecimento para afixar propaganda nazi⁵¹⁴. De entre essa propaganda, encontravam-se cartazes anti-soviéticos com a frase: «*Vitória da Europa contra o Bolchevismo*»!⁵¹⁵. Também Pedro Mourão ignorou os avisos das autoridades para proceder à retirada dos cartazes, tendo por isso, sido detido, a 12 de Agosto de 1942⁵¹⁶. Pedro Mourão não foi caso único.

A 3 de Abril de 1943, é endereçada a várias pessoas de Torres Vedras, uma circular assinada por Eurico Clímaco Pinto, José Joaquim Machado e António Teixeira de Figueiredo, funcionários do Grémio da Lavoura, que justificando a ausência do germanófilo Procópio Mota Bento, a ineficácia demonstrada pelo núcleo da Legião Portuguesa e a preparação da ofensiva aliada, apelavam à criação de um Partido Nazi⁵¹⁷.

Para este propósito foi marcada uma reunião no “...*Grémio da Lavoura, por ser este local, único em Torres Vedras, onde podemos estar á vontade em virtude de 90% do pessoal ser germanófilo...capaz de constituir, só por si, um nucleo de resistencia audacioso...*”⁵¹⁸. Face a todo este cenário, Eurico Clímaco Pinto prontificou-se a desmentir, junto do presidente da câmara municipal, a autoria da circular.

De acordo com o relatório da PVDE, verificou-se uma recusa geral em colaborar com a polícia política, incluindo os supostos signatários da circular. Conclui o mesmo documento, que “...*não se devia estranhar tal situação, porquanto o povo de Torres Vedras está dividido em grupos políticos de toda a espécie...*” e que todo este caso se

⁵¹³ ANTT, PIDE/DGS, SC/PC, Processo n.º 1881/41, fls. 1 e 15.

⁵¹⁴ SALES, António Augusto, *Op. Cit.*, p. 87.

⁵¹⁵ In ANTT, PIDE/DGS, SC/PC, Processo n.º 1881/41, fl. 9.

⁵¹⁶ Idem, fl. 14.

⁵¹⁷ “*O facto de se ter ausentado desta vila...o nosso valoroso correligionário Dr. Procopio Mota Bento, sem duvida das pessoas mais representativas do germanofilismo torreense...deu origem a que os abaixo assinados se lembrassem de constituir em Torres Vedras o Partido Nazi, para, em caso de necessidade, substituir a moribunda Legião Portuguesa...a proxima grande ofensiva dos paizes aliados deve agravar ainda mais a já mediocre posição...germano-italiana, por isso somos da opinião que não ha muito tempo a perder...Eurico José Clímaco Pinto, José Joaquim Machado e António Teixeira de Figueiredo*” In ANTT/MI, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, cx. 87, mc. 529, circular de 3/04/1943.

⁵¹⁸ In Ibidem.

resumiu a uma “*brincadeira estúpida*”⁵¹⁹. Opinião partilhada pelo vice-presidente da câmara municipal, Sabino Galvão, que considerava Procópio Mota Bento, apenas simpatizante da doutrina nazi e não o chefe local daquela causa⁵²⁰.

V. 5.5. O termo da guerra e a manifestação pró-aliada

A 9 de Maio de 1945 terminou, oficialmente, a guerra no continente europeu, após a capitulação da Alemanha. No entanto, ainda no dia anterior, aquando da entrada do exército soviético em Berlim, a população de Torres Vedras saiu à rua, para festejar, a vitória das democracias contra as ditaduras.

De acordo com as memórias do citado Emílio Costa, “*começaram a juntar-se na Praça da República os primeiros manifestantes, dali partindo o foguetório...inúmeras bandeiras dos países aliados apareceram desfraldadas em muitas casas particulares e bandeiras nacionais foram hasteadas nos edifícios públicos...o que começara com poucos foi aumentando, até chegar a muitos milhares de pessoas...vinha gente de todas as aldeias do concelho...gritava-se por todo o lado...Vivam os aliados! Abaixo o nazismo! Viva a democracia! Viva a liberdade!...*”⁵²¹.

A manifestação percorreu as principais artérias da vila, verificando-se, a realização, de discursos espontâneos em diversos locais. Os populares, que participavam na manifestação, faziam-se acompanhar por um cartaz com as palavras «*Paz, Pão, Liberdade e Trabalho*» e um outro com a afirmação «*Viva Portugal*», empunhando bandeiras da Grã-Bretanha e dos EUA⁵²². Os manifestantes encaminharam-se para o largo da câmara municipal, de forma a serem recebidos pelas respectivas entidades, situação que não se verificou, dado que o edifício encontrava-se encerrado⁵²³.

De facto, o executivo camarário, liderado pelo engenheiro Teles da Silva, teve uma reacção bastante comedida. Assim, na sessão de 10 de Maio “*foi deliberado telegrafar a Sua Ex.^a o Presidente do Conselho, agradecendo e felicitando-o vivamente*

⁵¹⁹In ANTT/MI, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, cx. 87, mç. 529, ofício n.º 492 de 19/04/1943.

⁵²⁰“*Do exame e leitura da carta parece tratar-se de uma simples brincadeira, visto aqui não existir agremiação alguma de carácter nazista...o individuo mencionado como chefe é apenas um dos simpatizantes da doutrina nazista*” In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 131, ofício n.º 4 de 9/04/1943.

⁵²¹In COSTA, Emílio Luís, *Op. Cit.*, pp. 71 e 72.

⁵²²MATOS, Venerando, “Torres Vedras nos anos da Guerra” in *Torres Cultural*, N.º 7, 1996, p. 7.

⁵²³*Ibidem*.

*pela forma digna, inteligente e altamente patriótica como conduziu a política interna e externa...assegurando a todos os portugueses uma Paz inestimável e providencial”*⁵²⁴.

Também do meio rural torriense surgiram relatos de contentamento pelo fim do conflito na Europa, como os provenientes da localidade de Freiria, na qual *“foi com imensa alegria que foi recebida a notícia da terminação da guerra na Europa, pois o povo está farto de ser espoliado no preço e no peso dos artigos de consumo”*⁵²⁵.

V. 6. A organização corporativa sob o clima belicista

O período correspondente ao contexto internacional de guerra, caracterizado pelo acentuar da intervenção do Estado na economia nacional, motivaria uma ampliação significativa da organização corporativa, dos organismos de coordenação económica e das mais convencionais estruturas do aparelho estatal⁵²⁶. No concelho de Torres Vedras, o aumento da organização corporativa é notório, com a criação de 7 novos organismos.

V. 6.1. Grémio da Lavoura

A 3 de Novembro de 1940, realizou-se uma reunião entre os principais lavradores do concelho, no propósito de se concluírem os trabalhos referentes à constituição do Grémio da Lavoura local⁵²⁷. Numa sessão presidida pelo engenheiro Teles da Silva, que foi secretariado por Segismundo de Menezes Alarcão e Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa, notou-se a ausência de alguns dos vultos do meio vinícola local, caso do antigo administrador do concelho, o agora capitão França Borges.

Após leitura, por parte de António Teixeira de Figueiredo, dos estatutos que iriam reger o grémio, *“o sr. Dr. Moura Guedes, depois de pedir vários esclarecimentos, lamenta a ausencia de várias individualidades de prestígio na lavoura e termina por pedir a suspensão da votação dos estatutos por 15 dias...”*⁵²⁸. O requerimento de Justino de Moura Guedes acabaria indeferido, após as intervenções do presidente da

⁵²⁴In AMTV, Livro N.º 47 das Actas da Câmara, 1945, Sessão Ordinária de 10/5/1945, fls. 194 v.º e 195.

⁵²⁵In O Concelho de Mafra, Ano XIII, N.º 414, 20/05/1945, p. 4, coluna 3.

⁵²⁶NUNES, João Paulo Avelãs, “Corporativismo e Economia de Guerra: o Salazarismo e a Segunda Guerra Mundial” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coordenação), Coimbra, Edições Almedina, 2012, pp. 172 e 173.

⁵²⁷“No salão nobre dos Paços do Concelho realizou-se no passado dia 3 do corrente uma reunião dos principais lavradores do Concelho de Tórres Vedras, afim de se ultimarem os trabalhos para a constituição do Grémio da Lavoura...” In A Voz do Concelho, Ano 7, N.º 54, 21/11/1940, p. 2, coluna 2.

⁵²⁸In Ibidem.

câmara municipal e de João Perestrelo, apelando este último à “...*imediata constituição do Grémio...*”⁵²⁹. Colocados sob escrutínio, os estatutos foram aprovados. A direcção do Grémio da Lavoura de Torres Vedras ficou constituída por Segismundo de Menezes Alarcão, Miguel Leal e Silva e António Teixeira de Figueiredo.

De acordo com os estatutos, todos os produtores agrícolas do concelho eram obrigados a estar inscritos no grémio, havendo ainda a possibilidade de admissão de produtores externos, caso daí decorressem vantagens para os envolvidos⁵³⁰.

Competia a este organismo corporativo, de entre diversas incumbências, “*desenvolver o espírito da cooperação e solidariedade de todos os elementos de produção...*”, “*contribuir...para o desenvolvimento económico e aperfeiçoamento técnico da produção agrícola com o fim de melhorar as suas condições económicas e sociais*” ou “*auxiliar os associados na colocação e venda dos produtos ou promover a venda dos mesmos por incumbência dos produtores...*”⁵³¹.

O Grémio da Lavoura, cujas instalações se localizavam na Avenida 5 de Outubro, iniciou a sua actividade no início de Março de 1941⁵³². De entre as primeiras deliberações tomadas, salienta-se o pedido, efectuado junto do Ministério da Economia, para a “*importação de 40.000 quilos de arame para enfardamento...*”, a solicitação efectuada junto da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas “*...para a vinda dum técnico, a fim de estudar a doença dos trigos...*” e ainda, provavelmente a medida inicial mais significativa, “*a equitativa distribuição de sulfato de cobre pelo concelho, produto que já faltava no mercado e que o Grémio conseguiu adquirir...*”⁵³³.

V. 6.2. Grémio do Comércio

A 3 de Dezembro de 1938 é publicado o decreto-lei n.º 29.232, determinando a substituição da Associação Comercial de Torres Vedras pelo Grémio do Comércio dos concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã, com sede na vila torriense⁵³⁴. No entanto, somente dois anos mais tarde, a 5 de Dezembro de 1940, é que os estatutos, do

⁵²⁹In *A Voz do Concelho*, Ano 7, N.º 54, 21/11/1940, p. 2, coluna 2.

⁵³⁰Grémio da Lavoura de Torres Vedras, *Estatutos*, Lisboa, Tipografia Couto Martins, 1942, p. 6.

⁵³¹In *Idem*, pp. 4 e 5.

⁵³²*A Voz do Concelho*, Ano 7, N.º 68, 19/06/1941, p. 1, coluna 1.

⁵³³In *Idem*, colunas 1 e 2.

⁵³⁴Grémio do Comércio de Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã, *Estatutos*, Torres Vedras, Tipografia Fernando de Almeida, 1941, p. 5.

aludido organismo corporativo, foram aprovados pelo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social⁵³⁵.

De acordo com os estatutos, competia ao grémio “*dar parecer sobre todos os assuntos da sua especialidade...*”, “*assegurar...a execução dos acordos e demais contratos colectivos de trabalho...*”, “*estudar os problemas que se refiram á situação, condições e necessidades do ramo economico que representa, assim como os meios de lhe promover o desenvolvimento...*” e “*proporcionar aos agremiados...as condições necessarias ao regular exercicio das suas actividades...*”⁵³⁶.

Apesar da aprovação dos estatutos, a direcção do Grémio do Comércio só tomaria posse a 21 de Abril de 1942⁵³⁷. Numa cerimónia bastante concorrida, na qual esteve presente a elite política local, foram empossados para a Assembleia Geral da delegação local, Joaquim Custódio Rodrigues (presidente), António Quintas Alves (1.º secretário) e José Inácio da Silva (2.º secretário). No que concerne à direcção do grémio, esta ficou entregue à presidência de Raúl Cabral (antigo presidente da extinta Associação Comercial), integrando-a ainda, Alfredo Rafael Gomes de Almeida (secretário) e Francisco Fivelim Costa (tesoureiro). De entre as acções iniciais e no que concerne ao concelho de Torres Vedras, o Grémio do Comércio procurou, no contexto económico resultante do impacto da guerra, garantir os interesses dos associados e cooperar com as entidades responsáveis pela distribuição de géneros alimentícios⁵³⁸.

V. 6.3. Casas do Povo

Entre 1940 e 1945, período que corresponde, em parte significativa, ao deflagrar da 2.ª Guerra Mundial, foram criadas, na área em estudo, quatro Casas do Povo: em Turcifal, Runa, Matacães e Monte Redondo. Isto indica a importante implantação destes organismos corporativos no concelho em estudo, superior à registada nos anos 30.

Criada por alvará de 8 de Agosto de 1940, a Casa do Povo do Turcifal abarcava a área da freguesia em questão. Com um número de associados e contribuintes bastante

⁵³⁵Grémio do Comércio de Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã, *Estatutos*, Torres Vedras, Tipografia Fernando de Almeida, 1941, pp. 3 e 4.

⁵³⁶In Idem, pp. 6 e 7.

⁵³⁷*Notícias de Torres*, Ano 1, N.º 1, 28/05/1942, p. 8, coluna 1.

⁵³⁸AHP/AN, Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, Grémio do Comércio dos Concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã, 1946, cx. 25, n.º 15, *Relatório e Contas do Exercício de 1942*, p. 2.

expressivo, 390 sócios e 300 contribuintes, as suas receitas provinham, em montante significativo, do pagamento mensal das cotas estabelecidas entre 2\$50 e 150\$00⁵³⁹. A criação da Casa do Povo de Runa foi decretada pelo alvará de 22 de Dezembro de 1941, abrangendo a área daquela freguesia. Com um total de 279 sócios, o pagamento das cotas representava a principal fonte de receita, sendo que as mesmas se fixavam entre os 2\$00 (145 sócios efectivos) e os 70\$00 (1 sócio contribuinte)⁵⁴⁰.

A Casa do Povo de Matações, instituída pelo alvará de 10 de Setembro de 1942, compreendia toda a área administrativa daquela freguesia. A aludida Casa do Povo era constituída por um total de 422 associados, repartidos entre 300 sócios efectivos, 117 contribuintes e 5 protectores, e cujo pagamento de cotas mensais se situava entre os 2\$00 (250 sócios) e os 100\$00 (1 sócio contribuinte)⁵⁴¹.

Por último, a Casa do Povo de Monte Redondo, que teve uma duração efémera, desconhecendo-se a data da sua fundação. De acordo com o inquérito realizado aos elementos de organização corporativa, a Casa do Povo de Monte Redondo não procedeu ao envio da respectiva inquirição, “...*porque este organismo deixou de funcionar desde Novembro de 1945...*”⁵⁴², desconhecendo-se as causas que motivaram tal situação.

Um aspecto comum, a estes organismos corporativos, insere-se essencialmente, na actividade desenvolvida em matéria de previdência e assistência social junto dos seus associados, quer através da garantia de assistência clínica, com um médico particular, quer através da concessão de subsídios de doença, invalidez, desemprego e velhice.

V. 6.4. Sindicato dos Carpinteiros

O Sindicato Nacional dos Carpinteiros do Distrito de Lisboa é criado oficialmente a 12 de Abril de 1938, aquando da publicação do alvará com a aprovação dos respectivos estatutos. No entanto, as secções concelhias do aludido sindicato só seriam criadas em 1944 e 1945. A 13 de Novembro de 1944 é estabelecida a secção concelhia de Torres Vedras e a 22 de Maio do ano seguinte, a de Vila Franca de Xira⁵⁴³.

⁵³⁹AHP/AN, Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, Casa do Povo do Turcifal, 1946, cx. 41, n.º 34, *Relatório sobre a actividade da Casa do Povo de Turcifal*.

⁵⁴⁰Idem, Casa do Povo de Runa, 1946, cx. 42, n.º 38, *Inquérito Casa do Povo de Runa*, p. 1.

⁵⁴¹Idem, Casa do Povo de Matações, 1946, cx. 44, n.º 11, *Gerência referente ao triénio 1943-1945*, p. 1.

⁵⁴²In Idem, Casa do Povo de Monte Redondo, 1946, cx. 54, n.º 39.

⁵⁴³Idem, Sindicato Nacional dos Carpinteiros do Distrito de Lisboa, 1946, cx. 36, n.º 10, ofício s/n de 21/07/1946, p. 1.

De acordo com o inquérito aos elementos de organização corporativa, publicado em 1946, a secção de Torres Vedras do Sindicato Nacional dos Carpinteiros do Distrito de Lisboa possuía, a 31 de Dezembro de 1945, 71 associados, dos quais 25 eram sócios efectivos e 46 eram sócios contribuintes⁵⁴⁴. Cada associado pagava 12\$50 mensais.

V. 7. A organização comunista

O processo de reorganização nacional do PCP, inserido na viragem da guerra a leste, a favor dos soviéticos, inicia-se após o regresso a Portugal, em Junho de 1940, dos quadros dirigentes do partido que haviam estado detidos no Tarrafal e nos Açores⁵⁴⁵.

Paralela à direcção do partido, irá formar-se uma nova direcção. Um ano volvido, é organizado, em Junho de 1941, um novo comité político formado por José Gregório, Joaquim Pires Jorge, Américo Gonçalves de Sousa e Sérgio Vilarigues, e um novo Secretariado constituído por Júlio Fogaça, Manuel Guedes e Militão Ribeiro⁵⁴⁶. A edificação desta nova estrutura provocará, em Agosto de 1941, uma cisão oficial, dentro do partido, entre as duas facções, que iniciarão, em simultâneo, a publicação de dois jornais *Avante!*, conservando ambas as correntes, a sigla de PCP⁵⁴⁷.

V. 7.1. O comité e o sub-comité local do PCP

O processo de organização do comité local do PCP no concelho de Torres Vedras iniciou-se em 1940, com a realização dos primeiros contactos entre Raimundo dos Santos Porta⁵⁴⁸ e Manuel Duarte, militante do partido, que num primeiro momento, em Caldas da Rainha, convidou Raimundo Porta a retomar a actividade partidária, e numa segunda ocasião, já em Torres Vedras, estabeleceu a ligação daquele torriense

⁵⁴⁴AHP/AN, Comissão de Inquérito aos Elementos de Organização Corporativa, Sindicato Nacional dos Carpinteiros do Distrito de Lisboa, 1946, cx. 36, n.º 10, *Existência de inscritos em 31/12/1945*.

⁵⁴⁵ROSAS, Fernando, “Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Série do Regime (1940-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 338.

⁵⁴⁶MADEIRA, João, *História do Partido Comunista Português: Das Origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 61.

⁵⁴⁷ROSAS, Fernando, “O PCP e a II Guerra Mundial”, *Estudos sobre o Comunismo: Boletim de estudos interdisciplinares sobre o comunismo e os movimentos comunistas*, N.º 0, Julho de 1983, p. 10.

⁵⁴⁸Raimundo dos Santos Porta, serralheiro de profissão, natural e residente em Torres Vedras, já se encontrava referenciado pela PVDE por actividades subversivas desenvolvidas em 1937, em Santarém, onde terá tentado formar uma organização comunista local. In AHM/TME de Lisboa, Processo n.º 64/37, fl. 18 v.º.

com um outro militante, Manuel Guedes⁵⁴⁹. Do encontro, entre Raimundo dos Santos Porta e Manuel Guedes, resultou o início da constituição do comité local do PCP.

De facto, Raimundo Porta foi encarregue por Manuel Guedes de proceder ao aliciamento de novos elementos para o PCP, no propósito de desenvolver a organização local daquele partido em Torres Vedras⁵⁵⁰. Assim, dando cumprimento à tarefa que lhe foi delegada, alicia Júlio dos Santos, comerciante, Álvaro Ramalho Alves, escriturário no Tribunal Judicial e João Mesquita, estudante. Após a respectiva preparação política, formaram, juntamente com Raimundo dos Santos Porta, o comité local do PCP⁵⁵¹.

Após a constituição do comité local do PCP de Torres Vedras, Júlio dos Santos passou a ser o responsável pelo mencionado núcleo, enquanto Raimundo dos Santos Porta ficou incumbido de controlá-lo superiormente e de integrar o Comité Regional do Oeste Sul do PCP, onde se encontravam representantes de outros concelhos vizinhos⁵⁵².

No que se refere aos membros do comité local, a sua principal tarefa centrava-se no aliciamento de novos elementos locais, com o objectivo de ampliar aquela organização. Cada membro era responsável pelo pagamento da cota partidária, no valor mensal de 2\$50 e pela aquisição do jornal *Avante!*, no valor de \$50⁵⁵³.

Através de uma carta manuscrita, inserida no auto de declarações de um elemento comunista de Torres Vedras, datada de 23 de Outubro de 1944, é possível avaliar a actuação do comité local do PCP. De acordo com o responsável por esse relatório, a organização comunista de Torres Vedras “*está longe de estar como eu desejaria, noto muitas falhas...no entanto posso garantir que se tem feito muito mais nos ultimos 10 meses que em todo o tempo desde que á organização*”⁵⁵⁴. Os membros do comité local eram ainda criticados pela postura apresentada⁵⁵⁵.

Em 1944 é criado, por Raimundo dos Santos Porta, o sub-comité local do PCP de Torres Vedras, no propósito de coadjuvar o comité local na realização de tarefas

⁵⁴⁹ ANTT, PIDE/DGS, SC/PC, Processo n.º 289/50, fls. 5 e 5 v.º.

⁵⁵⁰ Vide Anexo n.º 41.

⁵⁵¹ ANTT, PIDE/DGS, SC/PC, Processo n.º 289/50, fl. 5 v.º.

⁵⁵² Idem, fls. 5 v.º e 6.

⁵⁵³ Idem, fls. 6 e 6 v.º.

⁵⁵⁴ In ANTT/Arquivo do TBH, 1.º Juízo Criminal de Lisboa, Processo n.º 14088/50, Vol. II, *Informação à reunião do C.R. em 23-out-44*.

⁵⁵⁵ “há C.as. muito bons, mas comodistas, duma ignorância a toda prova sobre trabalho orgânico e ainda mais sobre política. Quasi todos gostariam que a hora da revolução chega-se porque se julgam prontos para ela, contando que não os chateem com reuniões onde não estão á vontade porque não sabem dizer nem fazer nada, apenas sentem” In Ibidem.

conspirativas, achando-se a aludida organização comunista, sob alçada directa do fundador da organização do comité local e independente dos restantes membros⁵⁵⁶.

O sub-comité era orientado por Frederico Ribeiro, tipógrafo, e formado por Teodoro Costa, barbeiro, Júlio Albino, caldeireiro na fábrica de Francisco António da Silva e Joaquim Queirós, empregado comercial, todos residentes em Torres Vedras. O sub-comité local teria uma curta duração, dado que em 1945, após a saída, do comité local, de Álvaro Ramalho Alves e Júlio dos Santos, Raimundo Porta optou por dissolver aquela organização, promovendo a subida de Teodoro Costa ao comité principal⁵⁵⁷.

V. 7.2. As células comunistas

O comité do PCP do concelho de Torres Vedras, desde a sua criação, em 1940, até ao seu desmantelamento, em 1950, foi responsável pela constituição de onze células comunistas em todo o concelho, envolvendo directamente Raimundo dos Santos Porta.

No que concerne às células de «empresa», foram criadas entre 1940 e 1949, 5 células daquele tipo nas fábricas do concelho: na empresa de camionagem João Henriques e na fábrica de Francisco António da Silva (desconhece-se a data), na Casa Hipólito (1945), na Sociedade Progresso Industrial (1945) e na Fundição de Dois Portos (1949). A principal tarefa, executada pelos responsáveis da constituição de cada uma das «células», centrava-se no aliciamento de novos elementos, e posterior recolha dos valores associados ao pagamento de cotas de filiação e de venda de jornais.

Relativamente às «células» operárias, no período em análise, assinala-se somente a constituição da «célula» de Dois Portos, que terá ocorrido entre 1943 e 1945 e cujo organizador foi Álvaro Ramalho Alves, membro do comité local do PCP e responsável pela recolha das quantias das cotas e distribuição da imprensa comunista.

Por fim, no que se refere às «células» camponesas, assinala-se a formação de 5 «células»: Caixaria, Ribaldeira, Feliteira, Patameira e Matacães. Relativamente às quatro primeiras «células» comunistas, localizadas na freguesia de Dois Portos e criadas entre 1943 e 1945, a sua organização esteve a cargo do anteriormente mencionado Álvaro Ramalho Alves, que se deslocava, aquelas localidades, no propósito de efectuar a cobrança de cotas e distribuição dos jornais do partido. O papel relevante,

⁵⁵⁶ANTT, PIDE/DGS, SC/PC, Processo n.º 289/50, fls. 36 v.º e 145 v.º.

⁵⁵⁷Idem, Processo n.º 49/51, fl. 65.

desempenhado por Álvaro Ramalho Alves, na freguesia de Dois Portos, estará provavelmente associado ao conhecimento que tinha daquela zona, dado que residia na localidade da Ribaldeira. Já a «célula» de Matações foi criada somente em 1947.

V. 7.3. O desmantelamento do comité local

O processo de desmantelamento, da organização comunista no concelho de Torres Vedras, ocorre em meados de 1950, aquando da detenção de Raimundo dos Santos Porta, após ter sido denunciado, por um indivíduo de nome Teófilo Alberto de Matos, enquanto elemento do Comité Regional do Oeste Sul e de ser o responsável pelo comité local torriense⁵⁵⁸.

A detenção de Raimundo dos Santos Porta, em Julho de 1950, provocaria a realização de uma reunião extraordinária do comité local do PCP, no propósito de debater aquela situação. Assim, com base na decisão de um funcionário do partido, aí então presente, foi determinada a suspensão de todas as actividades conspirativas⁵⁵⁹.

De acordo com o auto de declarações de Carlos Simões, elemento daquele comité, “...com a prisão deste «camarada» [Raimundo dos Santos Porta] a organização local do PCP na região de Torres Vedras sofreu um rude golpe do que resultou dissolver-se o Comité Local...paralisando-se por completo todas as actividades conspirativas”⁵⁶⁰.

Volvidos dois meses, após a prisão de Raimundo dos Santos Porta, um outro militante comunista torriense, Ezequiel da Silva, iniciou a actividade de distribuição de imprensa partidária, situação que rapidamente cessaria, após se verificar uma vaga de detenções em Torres Vedras, salientando-se as de Álvaro Ramalho Alves e de Júlio dos Santos, elementos fundadores do comité local do PCP⁵⁶¹. Chegava então ao fim a organização comunista no concelho de Torres Vedras, fundada no início dos anos 40.

⁵⁵⁸ ANTT/Arquivo do TBH, 1.º Juízo Criminal de Lisboa, Processo n.º 14088/50, Vol. I, fl. 2.

⁵⁵⁹ ANTT, PIDE/DGS, SC/PC, Processo n.º 289/50, fl. 121 v.º.

⁵⁶⁰ In Idem, Processo n.º 49/51, fls. 92 v.º e 93.

⁵⁶¹ Idem, fls. 65 v.º e 66.

Capítulo VI: Pós-Guerra (1946-1949)

Com a derrota dos fascismos e consequente termo, no início de Maio de 1945, do conflito no continente europeu, o regime português encetou um processo de aparente abertura, para o qual contribuiu o ambiente criado pelas manifestações populares de regozijo pela vitória das democracias⁵⁶². Face a este cenário, o governo decretou, de entre outras realizações, a dissolução da AN e a respectiva convocação de eleições, consentido a reorganização legal, ainda que temporária, da oposição democrática.

VI. 1. A dissolução da AN e a convocação de eleições

A 18 de Maio de 1945, poucos dias após o termo da 2.^a Guerra Mundial na Europa, Oliveira Salazar reconheceu o papel das forças aliadas, sob a bandeira da democracia, na vitória contra os totalitarismos, procurando demarcar o Estado Novo daqueles regimes⁵⁶³. Entre este período e o início de Outubro, o governo coloca em prática as realizações delineadas, tais como, a antecipação da revisão constitucional, a publicação de uma nova lei eleitoral, a dissolução da AN e a convocação de eleições⁵⁶⁴.

De acordo com o calendário eleitoral e em condições regulares, as eleições legislativas ocorreriam somente em 1946, no entanto, o Presidente do Conselho, face ao panorama internacional do pós-guerra, optou por antecipá-las. Ficou decretado, no início de Outubro de 1945, a convocação de eleições para o dia 18 de Novembro, o que dificultava o processo de organização da oposição na corrida ao acto eleitoral⁵⁶⁵.

Ao contrário do que se sucedia até então, o único círculo eleitoral, representando todo o território nacional, foi dividido em 30 circunscrições, oito das quais correspondiam aos territórios ultramarinos, alterações que podiam suscitar, ainda que remotamente, uma vitória da oposição em algum dos círculos eleitorais delineados⁵⁶⁶.

⁵⁶²ROSAS, Fernando, “Sob os Ventos da Guerra: A Primeira Crise Séria do Regime (1940-1949)” in *História de Portugal*, José Mattoso (directão), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 350.

⁵⁶³OLIVEIRA, César, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991, pp. 87 e 88.

⁵⁶⁴ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 228.

⁵⁶⁵CARVALHO, Rita Almeida de, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra: 1945-1949*, Lisboa, Assembleia da República, 2002, p. 31.

⁵⁶⁶LOFF, Manuel, *Op. Cit.*, p. 46.

VI. 2. A oposição democrática

Em Setembro de 1945, ainda antes da convocação das eleições legislativas, iniciou-se a formação de um novo movimento de oposição, à margem do MUNAF e que aglutinava figuras das mais variadas correntes político-ideológicas: comunistas, socialistas e republicanos⁵⁶⁷. O movimento em questão tomaria a designação de MUD.

A primeira acção concreta, da oposição democrática, ocorreu a 29 de Setembro, quando foi solicitada a autorização para a realização de uma reunião a 8 de Outubro, no Centro Escolar Almirante Reis, em Lisboa, no propósito de debater o quadro eleitoral vigente⁵⁶⁸. O requerimento para a reunião tinha sido subscrito por um grupo de cidadãos, na sua maioria profissionais liberais de tendência republicana e socialista⁵⁶⁹.

A autorização foi concedida e a sala de reuniões, do Centro Almirante Reis, encheu-se com centenas de pessoas, num encontro presidido por um antigo ministro da 1.ª República, Barbosa de Magalhães, secretariado por Teófilo Carvalho dos Santos e Afonso Costa filho⁵⁷⁰. De entre as deliberações adoptadas nesta reunião encontrava-se o pedido de adiamento das eleições, dada a dificuldade do MUD, em cumprir o calendário eleitoral e apresentar, até ao dia 16 de Outubro, a respectiva lista de candidatos⁵⁷¹.

As pretensões da oposição rapidamente conquistam o apoio popular, concretizado na significativa adesão pública às listas do MUD, situação para a qual contribuiu o jornal *República*, que diariamente fomentou a subscrição nas aludidas listas de apoio⁵⁷². O MUD rapidamente estruturar-se-ia pelos distritos, concelhos e freguesias, com a criação de comissões locais, como ocorreu em Torres Vedras. O fenómeno democrático parecia galvanizar toda a oposição, com a realização de comícios que

⁵⁶⁷ VENTURA, António, “A crise da Oposição Democrática no início dos anos cinquenta” in *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Sérgio Campos Matos (coordenação), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 249.

⁵⁶⁸ SILVA, Maria Isabel Alarcão e, *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo (1945-1948)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX), FCSH/UNL, 1994, p. 39.

⁵⁶⁹ José de Magalhães Godinho, Teófilo Carvalho dos Santos, Armando Adão e Silva, Gustavo Soromenho, Mário Lima Alves (advogados), Manuel Catarino Duarte (proprietário), Manuel Mendes (escritor), Guilherme Canas Pereira (comerciante), Afonso Costa, filho (doutor em Direito), Luís da Câmara Reis e Alberto Candeias (Professores). In *Ibidem*.

⁵⁷⁰ LEMOS, Mário Matos e, *Op. Cit.*, p. 76.

⁵⁷¹ *Idem*, p. 78.

⁵⁷² SILVA, Maria Isabel Alarcão e, *Op. Cit.*, pp. 40 e 41.

reuniam milhares de pessoas, no entanto, a 16 de Outubro, o governo anuncia a rejeição das pretensões manifestadas pelo MUD, emanadas da reunião de 8 de Outubro⁵⁷³.

Dada a falta de garantias por parte do governo, a oposição acabou por abster-se da corrida às eleições legislativas de 18 de Novembro, deixando as listas da UN, como únicas candidatas, a todas as 30 circunscrições⁵⁷⁴, resultando no seu óbvio triunfo.

VI. 3. A organização da oposição democrática local

As resoluções emanadas da reunião realizada no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, a 8 de Outubro de 1945, rapidamente causaram eco junto da elite democrática de Torres Vedras. De acordo com a *República*, poucos dias após aquela reunião, os democratas de Torres Vedras manifestaram a sua solidariedade⁵⁷⁵.

Assim, não pretendendo ficar alheios do movimento nacional de galvanização provocado pela criação do MUD, as hostes democráticas de Torres Vedras, tomaram diligências, no propósito de se reunirem para debater o cenário político nacional.

A 15 de Outubro, uma semana após a reunião de Lisboa, um grupo de republicanos torrienses, representados por Augusto Bastos Troni, médico, Alberto Graça, advogado, José Nunes de Chaves, farmacêutico, Filipe de Vilhena, proprietário, Alberto Bandeira, guarda-livros, Vítor Cesário da Fonseca, José Barco Perdigão, José Augusto Martins e Vasco Parreira, comerciantes, solicitaram ao presidente da câmara municipal, autorização para a realização de uma reunião, dois dias depois, no Clube Comercial de Torres Vedras. Caso fosse autorizada, a “...*reunião de elementos discordantes da política do actual Governo...*”, era desígnio, da oposição local, analisar o “...*momento político actual em face das leis vigentes sobre eleições*”⁵⁷⁶.

No entanto, as expectativas dos republicanos locais acabariam goradas, dado que o executivo camarário liderado por Teles da Silva indeferiu o pedido de autorização para a realização da reunião, fundamentando que “...*as assinaturas do requerimento*

⁵⁷³ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 230.

⁵⁷⁴TENGARRINHA, José, “Os Caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 16: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, IHTI/FLUC, 1994, p. 390.

⁵⁷⁵“Pôrto, Viana do Castelo...Tôres Vedras, a Nação, enfim, dá a sua solidariedade à histórica reunião do Centro Almirante Reis...Tôres Vedras...sendo ali extraordinário o entusiasmo” In *República*, Ano XXXV, N.º 5.371, 12/10/1945, p. 5, coluna 2.

⁵⁷⁶In Idem, N.º 5.374, 15/10/1945, p. 5, colunas 2 e 3.

não estavam reconhecidas pelo notário”⁵⁷⁷. Face a este cenário, a elite democrática torriense solicitou, um novo requerimento, com a respectiva validação das assinaturas, para o dia 14 de Novembro, no Clube Artístico Comercial⁵⁷⁸. No entanto, desconhece-se qualquer tipo de informação quanto a uma possível realização da reunião.

VI. 3.1. A 1.ª Comissão Concelhia do MUD

No processo de organização das forças democráticas torrienses, encetado desde meados de Outubro de 1945, evidencia-se a constituição da comissão concelhia do MUD de Torres Vedras. Posteriormente, já após o acto eleitoral, registar-se-á uma ampliação da organização democrática concelhia, com a entrada de novos elementos.

No que concerne à primeira comissão concelhia do MUD de Torres Vedras⁵⁷⁹, esta seria formada por oito membros: Aurélio Ricardo Belo, major-médico e último administrador do concelho de Torres Vedras na 1.ª República, Alberto Graça, advogado, Alberto Fernandes Bandeira, guarda-livros, Leonel de Freitas Trindade, comerciante, Álvaro Lafaia de Castro, comerciante, Vasco Rodrigues Parreira, comerciante, José dos Santos Pio, comerciante e António Ubaldo, construtor⁵⁸⁰.

Numa análise à aludida comissão concelhia, constata-se, que quanto à estrutura político-ideológica, provavelmente todos os elementos são republicanos, desconhecendo-se qualquer tendência comunista ou socialista de entre a elite do MUD local. No que concerne à estrutura socioprofissional, esta era dominada pela classe dos comerciantes, que representavam 50% do total de actividades profissionais presentes.

Quanto ao local de residência, com excepção de Aurélio Ricardo Belo, médico-major no Asilo dos Inválidos de Runa, todos os restantes elementos do MUD habitavam em Torres Vedras. Por fim, no que se refere à média de idades, esta situava-se nos 43,1 anos. O elemento com mais idade era Aurélio Ricardo Belo, de 67 anos, enquanto o mais jovem era Vasco Rodrigues Parreira, de 32 anos.

⁵⁷⁷In *República*, Ano XXXV, N.º 5.393, 3/11/1945, p. 3, coluna 2.

⁵⁷⁸Idem, colunas 2 e 3.

⁵⁷⁹Vide Anexo n.º 43.

⁵⁸⁰*República*, Ano XXXV, N.º 5.401, 11/11/1945, p. 3, coluna 4.

VI. 3.2. A 2.^a Comissão Concelhia do MUD

Em Dezembro de 1945, já após o acto eleitoral, a comissão concelhia do MUD de Torres Vedras engrossou as suas fileiras, com a entrada de um considerável número de novos elementos oposicionistas⁵⁸¹. A comissão passou então a ser constituída por 22 elementos. Em comparação com a composição original, registaram-se as saídas de Aurélio Ricardo Belo e Alberto Fernandes Bandeira, cujos motivos se desconhece. Um dos novos membros, o histórico republicano torriense Vítor Cesário da Fonseca, assumiu as funções de secretário da mesa da comissão concelhia do MUD.

Quanto à composição da aludida comissão, e no que se refere à origem político-ideológica dos membros, a esmagadora maioria, cerca de 82%, ou seja, 18 elementos, eram republicanos. Existia ainda, uma pequena facção comunista, que representava 13,6% do total de elementos do MUD concelhio, e que era formada por 3 membros do comité local do PCP, sendo um deles Raimundo dos Santos Porta. Julga-se ainda poder identificar um elemento de tendências socialistas, Augusto Bastos Troni.

No que concerne à estrutura socioprofissional, esta era notoriamente dominada pela classe dos comerciantes, que representavam 54,5% do total de elementos, seguida pela dos proprietários, com 13,6%. Quanto ao local de residência, 72,3% era oriundo de Torres Vedras, enquanto 27,3% residia nas localidades rurais do concelho. Por último, a média de idades dos elementos do MUD de Torres Vedras, rondava os 46 anos. O elemento com mais idade era Filipe de Vilhena, com 75 anos, enquanto os elementos mais jovens eram Raimundo Porta e Álvaro Ramalho Alves, com 31 anos cada.

VI. 4. O novo executivo camarário

A 27 de Dezembro de 1945, José Maria Teles da Silva presidiu à última sessão camarária nos Paços do Concelho, dado que tinha determinado abandonar o cargo de presidente da câmara municipal de Torres Vedras⁵⁸². A sua saída foi acompanhada pela dos vereadores, cujos respectivos mandatos chegavam ao fim.

Relativamente à nova vereação camarária, esta era constituída por Francisco Roque Gomes Ferreira, médico, João Augusto Clímaco Pinto, comerciante, José Rodrigues de Sousa, funcionário do Grémio da Lavoura, Augusto Pedreira Boto

⁵⁸¹Vide Anexo n.º 44.

⁵⁸²AMTV, *Livro N.º 48 das Actas da Câmara, 1945*, Sessão ordinária de 27/12/1945, fl. 37.

Pimentel, proprietário, Inácio do Nascimento Clemente, empregado comercial e António Teixeira de Figueiredo, proprietário e empregado do Grémio da Lavoura⁵⁸³.

A 2 de Fevereiro de 1946, o Ministro do Interior nomeou o novo Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Rogério de Figueiroa Rego, que a 13 de Fevereiro presidiu, pela primeira vez, a uma sessão camarária⁵⁸⁴. Rogério de Figueiroa Rego era o primeiro presidente da câmara municipal, após a extinção do cargo de administrador do concelho, em 1936, que não era oriundo da área em estudo, apesar de alguns dos seus ascendentes terem residido no concelho, ocupando cargos de relevo⁵⁸⁵. Do seu percurso político e profissional, ressaltava, por um lado, o cargo de vereador da câmara municipal de Oeiras, por outro, a presidência da Direcção do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa.⁵⁸⁶ Antes de ser nomeado presidente da câmara municipal, Figueiroa Rego ocupava o cargo de chefe de secção da FNPT⁵⁸⁷.

VI. 5. As Eleições Presidenciais de 1949

Mesmo após a ilegalização do MUD, em Março de 1948, antecedida por uma vaga de prisões de elementos da oposição, as eleições presidenciais de 1949 surgiram, uma vez mais, como uma oportunidade para a reorganização dos democratas⁵⁸⁸.

Considerando, desde o início de 1947, uma possível candidatura à presidência da República, o general Norton de Matos aceitou ser, em Abril de 1948, o candidato da oposição às eleições presidenciais do ano seguinte⁵⁸⁹. O antigo grão-mestre da Maçonaria e figura proeminente do MUNAF encontrou, nas extintas comissões distritais e socioprofissionais do MUD, uma relevante base de apoio, o que permitiu a sobrevivência daquelas estruturas democráticas fundadas no imediato pós-guerra⁵⁹⁰.

⁵⁸³AMTV, *Livro N.º 48 das Actas da Câmara, 1946*, Sessão ordinária de 13/02/1946, fl. 47; ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 138, ofício n.º 800 de 8/12/1945.

⁵⁸⁴AMTV, *Livro N.º 48 das Actas da Câmara, 1946*, Sessão ordinária de 13/02/1946, fls. 46 v.º e 47.

⁵⁸⁵Entre os antepassados de Rogério de Figueiroa Rego que desempenharam importantes cargos no concelho de Torres Vedras, encontram-se António Maria de Figueiroa Rego, presidente da câmara municipal em 1839 e António Luís Palha de Figueiroa Rego, vereador da câmara municipal em 1890. In *O Torreense*, Ano XII, N.º 44, 2/02/1947, p. 4, coluna 1.

⁵⁸⁶Idem, p. 1, colunas 1 e 2.

⁵⁸⁷ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 147, ofício n.º C/885 de 1/03/1946.

⁵⁸⁸VENTURA, António, *Op. Cit.*, p. 251.

⁵⁸⁹NORTON, José, *Norton de Matos: Biografia – Fronteiras do Tempo*, Lisboa, Bertrand Editora, 2001, p. 386.

⁵⁹⁰ROSAS, Fernando, “Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949. Uma candidatura em contraciclo” in *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Heloísa Paulo e Helena Pinto Janeiro (coordenação), Lisboa, Edições Colibri/IHC da FCSH/UNL, 2010, p. 15.

O nome do antigo governador de Angola reunia amplo consenso por parte dos comunistas, de individualidades socialistas, do grupo Seara Nova e de personalidades do meio académico e cultural nacional⁵⁹¹. No entanto e de início, a candidatura do general Norton de Matos não colheu apoios no PRP e deparou-se ainda com a oposição, devido a velhas rivalidades, do histórico Cunha Leal⁵⁹².

O processo da candidatura do general Norton de Matos é entregue, em Julho de 1948, ao Supremo Tribunal de Justiça, que a 17 de Dezembro aprova a participação do candidato da oposição nas eleições presidenciais, que se realizariam a 13 de Fevereiro de 1949⁵⁹³. A campanha eleitoral decorreria entre 3 de Janeiro e 11 de Fevereiro, colocando então na corrida à presidência da República, de um lado, o candidato do regime, Óscar Carmona, e do outro, o candidato da oposição, Norton de Matos.

VI. 6. A campanha eleitoral e a desistência de Norton de Matos

O período da campanha eleitoral permitiu à oposição promover e realizar diversas manifestações, comícios e sessões de propaganda por todo o território português⁵⁹⁴. No que concerne à campanha eleitoral propriamente dita, esta seria caracterizada pelas denúncias de repressão policial e pelas críticas ao regime⁵⁹⁵.

Na recta final da campanha eleitoral, a 9 de Fevereiro, o general Norton de Matos enviou uma carta de protesto a Oliveira Salazar, contestando a existência de manobras militares em curso, nas vésperas do acto eleitoral, assim como o tom de ameaça manifestado, nos discursos de alguns ministros, contra a sua candidatura, exigindo o termo destas situações, sob ameaça de desistência de participar no acto eleitoral⁵⁹⁶. A resposta de Salazar não satisfez as pretensões de Norton de Matos, que a 12 de Fevereiro anuncia publicamente a sua desistência⁵⁹⁷.

De acordo com Fernando Rosas, a desistência de Norton de Matos significava que “...a oposição perdia a batalha aberta pela oportunidade da guerra e da primeira

⁵⁹¹NORTON, José, *Op. Cit.*, pp. 389 e 390.

⁵⁹²LEMOS, Mário Matos e, *Op. Cit.*, pp. 129 e 130.

⁵⁹³Idem, p. 139.

⁵⁹⁴VENTURA, António, *Op. Cit.*, p. 251.

⁵⁹⁵RABY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal: Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Lisboa, Edições Salamandra, 1988, pp. 39 e 41.

⁵⁹⁶LEMOS, Mário Matos e, *Op. Cit.*, p. 141.

⁵⁹⁷MALTEZ, José Adelino, *Op. Cit.*, p. 456.

grande crise do regime”⁵⁹⁸, cuja derrota afastaria a oposição da ribalta política até 1958, ano em que o general Humberto Delgado se candidatou à Presidência da República.

VI. 7. A Comissão Concelhia de apoio a Norton de Matos

A candidatura do general Norton de Matos, de acordo com a *República*, motivou no início de Janeiro de 1949, uma vaga de entusiasmo local: “*Lavra um grande entusiasmo em todo o concelho de Torres Vedras, cujo povo verdadeiramente republicano e democrata recebeu com enorme alegria o nome do sr. general Norton de Matos para a candidatura à Presidência da Republica*”⁵⁹⁹.

A 11 de Janeiro, o presidente da câmara municipal de Torres Vedras, Rogério de Figueiroa Rego, comunicou, ao governador civil de Lisboa, a composição concelhia dos serviços de candidatura do general Norton de Matos⁶⁰⁰.

A comissão concelhia de apoio à candidatura de Norton de Matos era então constituída por José Nunes de Chaves, farmacêutico (presidente), Ernesto Carvalho dos Santos, advogado (secretário), António Leal de Ascensão, comerciante (MUD), Augusto Bastos Troni, médico (MUD), Álvaro Lafaia de Castro, comerciante (MUD), Francisco Maria de Carvalho, proprietário, José Augusto Martins, proprietário (MUD), Augusto Maia, industrial, Vítor Cesário da Fonseca, industrial (MUD), José Pedro Lopes, construtor civil (MUD), Albano Pinto de Chaves, engenheiro civil, Vítor Sousa Gomes Pereira, empregado comercial e José Faustino, comerciante. Os serviços de secretaria da comissão ficaram instalados num dos edifícios junto ao Largo da Graça⁶⁰¹.

A estrutura socioprofissional desta comissão era caracterizada pelo domínio de elementos ligados ao comércio, representando 30,8%, seguindo-se os proprietários e industriais, cada um com 15,4%. No que concerne à média de idades, esta situava-se nos 52,5 anos, valor notoriamente superior à média das duas comissões concelhias do MUD de 1945. Enquanto o elemento mais velho era José Nunes de Chaves, com 75 anos, o mais jovem era Augusto Bastos Troni, de 33 anos.

⁵⁹⁸In ROSAS, Fernando, “Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949. Uma candidatura em contraciclo” in *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais: 60 anos depois*, Heloísa Paulo e Helena Pinto Janeiro (coordenação), Lisboa, Edições Colibri/IHC da FCSH/UNL, 2010, p. 16.

⁵⁹⁹In *República*, Ano XXXVIII, N.º 6.531, 10/01/1949, p. 4, coluna 3.

⁶⁰⁰Vide Anexo n.º 46.

⁶⁰¹*República*, Ano XXXVIII, N.º 6.531, 10/01/1949, p. 4, coluna 3.

VI. 7.1. A campanha eleitoral

No concelho de Torres Vedras, as acções de propaganda decorreram somente entre 30 de Janeiro e 4 de Fevereiro. De acordo com a *República*, o entusiasmo era bastante expressivo, tendo sido “*distribuídos por todo o concelho cartazes e prospectos de propaganda incitando o povo a concorrer á urna pelo candidato da democracia*”⁶⁰².

A realização das sessões de propaganda foi antecedida, por uma reunião preparatória, que decorreu no Clube Artístico Comercial de Torres Vedras. Presidida pelo comandante Prestes Salgueiro, presidente da comissão distrital de Lisboa de apoio à candidatura do general Norton de Matos, a reunião contou com uma presença superior a 100 pessoas, na qual foi deliberado saudar o general Norton de Matos e o jornal *República*, tendo ainda sido aclamados alguns vultos da oposição democrática⁶⁰³.

A 30 de Janeiro, ocorre a primeira sessão de propaganda na área em estudo, no Teatro-Cine Ferreira da Silva. A sessão, “*...que decorreu com o maior entusiasmo e admiravel espirito de civismo e patriotismo...*”⁶⁰⁴, foi presidida pelo comandante Prestes Salgueiro, ladeado por Aurélio Ricardo Belo, Augusto Bastos Troni e José Nunes de Chaves. Intervieram, enquanto oradores convidados, Prestes Salgueiro, Ernesto Carvalho dos Santos, Pedro Pita, José de Carvalho Mesquita, Paradela de Oliveira, Nuno Rodrigo dos Santos e o capitão Augusto Casimiro⁶⁰⁵. As restantes sessões de propaganda ocorreram em localidades rurais do concelho⁶⁰⁶.

A candidatura do general Norton de Matos granjeou igualmente, o apoio, dos jovens democratas do concelho de Torres Vedras. A atestar este facto, está uma missiva enviada aquele general pela Juventude Democrática de Torres Vedras, subscrita por 85 jovens, na qual lamentam, que o candidato da oposição, não tivesse marcado presença, numa sessão de propaganda organizada pela juventude torriense⁶⁰⁷. De acordo com um dos testemunhos da época, aquele organismo não era uma organização estruturada, mas sim um grupo de simpatizantes da candidatura do general Norton de Matos⁶⁰⁸.

⁶⁰²In *República*, Ano XXXVIII, N.º 6.541, 20/01/1949, p. 3, coluna 4.

⁶⁰³“Entre outros assuntos que nesta reunião se tratou deliberou-se saudar o sr. general Norton de Matos, garantindo-lhe a mais completa solidariedade, tendo também sido votada uma saudação ao nosso jornal, proposta esta que foi aclamada com muito entusiasmo, ouvindo-se muitos «vivas» à *República*, a *Carvalho Duarte*, *António Sérgio*, *Rocha Martins*, etc., etc.” In *Ibidem*.

⁶⁰⁴In *Diário de Lisboa*, Ano 28, N.º 9.402, 1/02/1949, p. 7, coluna 4.

⁶⁰⁵*Ibidem*.

⁶⁰⁶Vide Anexo n.º 47.

⁶⁰⁷Vide Anexo n.º 48.

⁶⁰⁸Entrevista com Hercília Veiga Ralha, realizada em 1/07/2015.

VI. 8. A candidatura do marechal Óscar Carmona

A elite nacionalista local, também promoveu, acções de propaganda em favor da reeleição do candidato do regime, Óscar Carmona. Realizou-se uma única sessão, a 6 de Fevereiro, promovida pela comissão concelhia da UN e realizada no Teatro-Cine Ferreira da Silva⁶⁰⁹. A sessão contou com a presença de ilustres individualidades. Presidida pelo Governador Civil de Lisboa, Mário Madeira, a mesa da sessão contou ainda com a assistência do tenente-coronel Cortês Lobão, representante da comissão distrital da UN, Rogério de Figueiroa Rego, presidente da câmara municipal, Henrique Vilela e o engenheiro Teixeira de Sousa, vogal da comissão distrital da UN⁶¹⁰.

VI. 9. A eleição

Na área em estudo, o marechal Óscar Carmona obteve 70,9% dos votos⁶¹¹. As freguesias de Campelos, A-dos-Cunhados e S. Pedro da Cadeira registaram as votações mais elevadas no candidato do regime. Ao invés, as freguesias de S. Pedro e S. Maria registaram as votações mais baixas no marechal Carmona, alcançando respectivamente, 55% e 35%, corroborando a tese do presidente da câmara municipal, de que a vila de Torres Vedras, era visivelmente contrária ao Estado Novo⁶¹².

Apesar da desistência do general Norton de Matos, a oposição democrática torriense, parece ter erigido, um importante reduto na luta contra o regime. Num relatório efectuado sobre o acto eleitoral, Rogério de Figueiroa Rego afirmava que “*a Oposição tem neste Concelho uma força real, de modo algum para desprezar, não só pelo número dos seus elementos, como pela coragem, dinamismo e ciência da coisa...*”⁶¹³. A mesma autoridade explicava que “*a propaganda da oposição deixou daninho fermento no meio rural onde foram agitados de modo especial o baixo salário, a falta de assistência e o excesso de horas de trabalho, o que levou alguns eleitores, nas vésperas da eleição a abandonar a faina dos campos logo após as oito horas...*”⁶¹⁴.

⁶⁰⁹Badaladas, Ano II, N.º 10, 15/02/1949, p. 4, coluna 1.

⁶¹⁰O Torreense, Ano XIV, N.º 79, 20/02/1949, p. 3, coluna 2.

⁶¹¹Vide Anexo n.º 49.

⁶¹²“O Presidente da Câmara, Sr. Figueirôa Rego, afirma...a vila é nitidamente contrária à Situação” In Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Eleições no Regime Fascista*, 2.ª edição, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1979, p. 39.

⁶¹³In ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, mc. 14, ofício confidencial de 26/02/1949, p. 1.

⁶¹⁴In Idem, p. 2.

CONCLUSÃO

Num panorama mais genérico, associado à execução do projecto de investigação inicialmente delineado, que propunha, a obtenção de respostas, para os contornos associados à edificação e consolidação do Estado Novo no concelho de Torres Vedras, envolvendo uma abordagem, ampla e sintetizada, de diversas temáticas inseridas no arco cronológico entre 1926 e 1949, é então possível avançar com um quadro síntese.

O concelho de Torres Vedras era, à época, um espaço caracterizado pela existência de uma economia rural próspera direccionada para o mercado, assente numa actividade agrícola que empregava, de acordo com os censos de 1930 e de 1940, respectivamente, 64,1% e 44,7% do total da população activa. Deste conjunto, a esmagadora maioria integrava a categoria dos assalariados rurais, traduzindo ao mesmo tempo, a existência de um elevado nível de proletarização rural.

No que concerne à actividade agrícola, esta era caracterizada pela produção de trigo e principalmente de vinho, que suportava a considerável e importante classe média rural, assim como a significativa elite rural, personificada na figura do proprietário, que em muitas ocasiões, ocupava, cargos municipais de relevo, como a vereação.

A par da agricultura, expoente máximo da economia local, sobressaem, pela sua significativa importância regional e nacional, as indústrias metalúrgicas da Casa Hipólito e de Francisco António da Silva, que lograram do contexto vinícola em que se encontravam inseridas. A relevância de alguns pólos industriais locais era igualmente visível, no âmbito social, através da existência de um operariado com expressão, que nos anos 40, aderirá, em alguns casos, ao comité local do PCP.

No sector do comércio e dos serviços, assinala-se, no interior do concelho, a existência de duas realidades díspares. Por um lado, o meio urbano, caracterizado pela diversidade e quantidade dos estabelecimentos de comércio, negócios e serviços aí existentes, evidenciando nitidamente, a presença, de alguns aspectos modernizadores associados ao comércio na vila. Por outro, o restante concelho, predominantemente rural, no qual a actividade comercial e os serviços estavam, em parte, hegemonizados pelo comércio de géneros alimentícios e pelo comércio de vinhos e aguardentes.

Foi neste contexto económico e social local, que se desenrolou, a edificação e consolidação do Estado Novo no concelho de Torres Vedras, pautado por um panorama político agitado, diversificado e complexo, quer na transição da Ditadura Militar para o

Estado Novo, quer em plena década de 30, especialmente observável no campo das direitas políticas e dos interesses. Procuremos então sintetizar a evolução da política local, no propósito de se compreender os aspectos mais relevantes desta época.

A eclosão, da intentona militar de 28 de Maio de 1926, provocou uma alteração nas estruturas do poder local, facilitada, no caso da administração do concelho, pela própria demissão de Aurélio Ricardo Belo, substituído por António Vitorino França Borges. Coube a este jovem tenente de infantaria, proceder à nomeação de uma nova comissão administrativa da câmara municipal, marcadamente republicana, num processo que foi de encontro às imposições emanadas do Poder Central.

O período da Ditadura Militar (1926-1932), no espaço local em estudo, foi caracterizado pela actividade da oposição. Foi possível identificar, dois tipos de oposição, que deixaram bem vincada a sua posição na luta contra a ditadura. Por um lado, a oposição dita legal, estruturada essencialmente em redor da *Gazeta de Torres*, que fomentou a criação de organizações republicanas locais, como a Liga Republicana ou a ARS, que constituíram consideráveis redutos de defesa do republicanismo.

Por outro, a oposição clandestina, inserida no contexto nacional do revirinho, que entre 1927 e 1931, desencadeou audaciosas acções insurrectas contra a Situação, cujo expoente máximo terá sido, de acordo com a documentação, a ocupação militar de Torres Vedras, a 27 de Agosto de 1931, na qual se encontravam comprometidas algumas figuras da oposição local. Com a repressão exercida, este panorama altera-se.

Fenómeno transversal, ao arco cronológico em análise, remete para o facto de as diferentes oposições locais, legais ou clandestinas, serem quase sempre, política e ideologicamente, hegemónicas pelo republicanismo democrático.

A agregação das forças republicanas locais contrasta com a aparente dificuldade presente relativamente à existência de estruturas de apoio à Situação. São exemplos notórios, por um lado, a ausência de uma delegação local da Liga Nacional 28 de Maio, por outro, e mais relevante, a constituição, algo tardia, da 1.^a comissão concelhia da UN.

Se o foco, da evolução política local durante a Ditadura Militar, esteve essencialmente, centrado na oposição, no período entre 1933 e 1938, eclodiram outros tipos de conflito envolvendo a elite local do regime, cuja abordagem, foi deveras crucial, para compreender toda a evolução da política local deste período.

Efectivamente, a partir de 1933, emergem no concelho de Torres Vedras, duas correntes políticas apoiantes da Situação, mas divergentes quanto aos destinos da política local. De um lado, a facção afecta ao nacional-sindicalismo e à monarquia, personificada, respectivamente, nas figuras de João Augusto Clímaco Pinto e de Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa. Do outro, a facção situacionista, liderada pelo tenente França Borges e pelo advogado torriense Justino Freire de Moura Guedes.

Saliente-se a actividade do então núcleo nacional-sindicalista de Torres Vedras, particularmente do seu líder, João Clímaco Pinto, figura carismática e responsável pelas mais relevantes movimentações políticas locais ocorridas nos anos 30. Foi um dos principais intervenientes no processo que culminou na demissão da 1.^a comissão concelhia da UN, tendo desempenhado um papel central, aquando da constituição da 2.^a comissão concelhia do aludido organismo.

A corrente nacional-sindicalista e monárquica conseguiu impor as suas resoluções, cenário evidente pelas demissões de França Borges e da comissão administrativa da câmara municipal, em Agosto de 1934. Isto num período em que o movimento nacional-sindicalista já tinha sido interdito, o que no caso do concelho de Torres Vedras originou a integração, num processo natural, dos seus elementos, na UN.

Todas estas movimentações locais, estão na origem do conflito aberto entre as duas facções, que teve o ponto culminante no Verão de 1935, com a posição de ataque imposta, pelos responsáveis do *Linhas de Torres*, aos situacionistas, reunidos em torno do *Alta Extremadura*, o que provocou a suspensão de ambos os periódicos.

No entanto, a actuação da facção liderada por João Pinto e Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa não ficou por aqui. Em Fevereiro de 1936, entraram em confronto directo com João Xavier da Costa Pina, administrador do concelho, resultando no afastamento deste oficial militar do cargo que ocupava. Em Julho de 1938, foram os responsáveis pelo último acontecimento local de relevo da década de 30, o envio do telegrama de protesto a Oliveira Salazar, o que provocou a dissolução de todos os corpos administrativos do concelho, das comissões concelhia e de freguesia da UN e a expulsão, de todos os subscritores, filiados na UN e na Legião Portuguesa, resultando na instauração, ao concelho de Torres Vedras, de um regime de tutela.

A instabilidade política local, não impediu, o início da estruturação do edifício corporativo no concelho, que nos anos 30, se cingiu, a um conjunto de organismos

essencialmente associados às actividades agrícolas. Na década ulterior, essa estrutura será fortalecida em pleno contexto belicista. Maior sucesso de implantação parece ter encontrado, entre as hostes nacionalistas do concelho, a Mocidade e a Legião Portuguesa, evidente pelos respectivos números de filiados.

Após um período de apaziguamento, verificado entre 1933 e 1935, o ano de 1936 assinala o início das actividades da oposição clandestina local, em estreita ligação com a rede reviralhista nacional. Paralelamente, à actuação dos implicados na acção desenvolvida por Francisco Horta Catarino, emerge uma oposição comunista aguerrida, cuja acção se faz sentir a 1 de Maio de 1936, cerca de um ano após a tentativa gorada de constituição de um comité local do PCP. Ambos os casos denotam a existência de um núcleo oposicionista, que embora limitado, ousou empreender acções contra o regime.

A conjuntura da 2.^a Guerra Mundial (1939-1945), que por si só implicou que se centrasse, fundamentalmente, a nossa análise no impacto económico, social e ideológico do conflito a nível local, permitiu-nos concluir, num cenário mais geral, que o concelho de Torres Vedras foi afectado pela evolução dos acontecimentos na Europa e no Mundo.

Numa evolução, que tende a acompanhar, o impacto da conjuntura de guerra no âmbito nacional, é possível delinear duas periodizações. A primeira, entre o início de Setembro de 1939 e o final de 1942, caracterizou-se pela apreensão inicial da população local, pelas dificuldades agrícolas, pela prática abusiva de preços, pela escassez de géneros, pela prática inicial do racionamento e por outras mutações no quotidiano local.

Relativamente à segunda periodização, balizada entre o início de 1943 e o final do conflito, esta regista, um agravamento de alguns dos fenómenos verificados nos primeiros anos de conflagração mundial. No entanto, a situação de agravamento das condições de vida local provoca, pela primeira vez, uma manifestação social de descontentamento em contexto de guerra, ocorrida no final de Julho de 1943.

Os acontecimentos de 26 e 27 de Julho de 1943, assim como o protesto popular dos habitantes da localidade de Maceira, ocorrido em Abril de 1944, surgem nitidamente, como dois importantes marcos da História social do concelho de Torres Vedras desta época. Em ambos os casos, foi notória a presença de habitantes do meio rural, caracterizado por um elevado nível de proletarização, e cujas acções de protesto, reflectem, as inúmeras dificuldades vivenciadas, neste período, pelos assalariados rurais do espaço territorial em estudo.

Num outro panorama, o ideológico, constatou-se que os torrienses não estiveram arredados da evolução das movimentações internacionais das tropas beligerantes. A corrente dominante foi notoriamente a aliadófila, cuja expressão máxima ocorre no início de Maio de 1945, aquando da manifestação em favor da vitória das tropas aliadas.

Foi durante este período, de fortes dificuldades internas, que a organização corporativa conheceu um expressivo avanço no espaço territorial em estudo, acompanhando a realidade nacional, com a criação dos Grémios da Lavoura e do Comércio, de quatro Casas do Povo e de uma secção concelhia de Sindicato.

Significativa expressão alcançou igualmente a oposição comunista, que nesta segunda tentativa de organização se estruturou, no concelho de Torres Vedras, com uma considerável expressão junto das principais fábricas, assim como em meio rural.

No período do pós-guerra (1945-1949), o enfoque da análise incidiu novamente na evolução política local, particularmente na organização da oposição democrática torriense. Desde o início dos anos 30, que a oposição republicana local, não se encontrava estruturada no combate pela democracia e pela liberdade.

A oposição democrática local corporizou-se num primeiro momento, em Outubro de 1945, sob o contexto da campanha eleitoral para as legislativas, com a constituição da comissão concelhia do MUD, cuja elite era tendencialmente republicana. Já após o acto eleitoral, a aludida comissão concelhia engrossou as suas fileiras, com uma pluralidade, ainda que circunscrita, de proveniências ideológicas.

Num segundo momento, já no início de 1949 e em plena campanha eleitoral, as hostes democráticas locais reuniram-se no apoio ao general Norton de Matos, com a organização de uma comissão concelhia de apoio ao candidato da oposição, materializada na realização de diversas acções de propaganda em favor da candidatura.

Em suma, o palco político e ideológico no concelho de Torres Vedras conheceu diferentes protagonistas consoante a conjuntura nacional. O período da Ditadura Militar correspondeu nitidamente a uma afirmação da oposição republicana local. Com o início do Estado Novo, e até às vésperas da eclosão da 2.^a Guerra Mundial, a elite política local assume um protagonismo crescente. Nos anos 40, essa situação altera-se, em detrimento da nova conjuntura internacional e pela afirmação, em duas ocasiões distintas, da oposição democrática torriense, que conseguiu reunir-se em redor de um propósito comum, a luta contra o regime liderado por António de Oliveira Salazar.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Fontes Impressas

1. Arquivo Histórico Militar

1.1. Processos individuais de oficiais do Exército/fotografias

Alfredo da Cunha Nery, cx. 1322 (PT/AHM/FE/P.29/AVIII/L76/43084).

António Vitorino França Borges (PT/AHM/FE/P.29/A/L7/7245).

Condorcet Pais da Cunha e Sá, cx. 2713 (PT/AHM/FE/P.29/AVI/L55/33359).

João Xavier da Costa Pina, cx. 4040 (PT/AHM/FE/P.29/AI/L13/10261).

Sebastião de Barros e Cunha, cx. 3267 (PT/AHM/FE/P.29/AIV/L40/27043).

1.2. Processos do Tribunal Militar Especial de Lisboa

Processos n.º 5/36, 44/37, 64/37, 217/38, 93/41, 42/43, 125/42, 186/42, 1338/42, 1339/42, 1340/42.

2. Arquivo Histórico Parlamentar

2.1. Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa

Casa do Povo de Matacães, cx. 44.

Casa do Povo de Monte Redondo, cx. 54.

Casa do Povo de Runa, cx. 42.

Casa do Povo do Turcifal, cx. 41.

Grémio do Comércio dos concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã, cx. 25.

Sindicato Nacional dos Carpinteiros do distrito de Lisboa, cx. 36.

2.2. Recenseamento Eleitoral

Recenseamento Eleitoral dos inscritos em 1932, e que tem direito de voto no Plebiscito Nacional (1933), Secção XXV-D, cx. 30.

3. Arquivo Municipal de Torres Vedras

3.1. Actas da Câmara Municipal

Actas da Câmara Municipal, livros n.º 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49 (1925, 1932, 1934, 1936-1946).

3.2. Fundo da Administração do Concelho

Auto de Posse dos Funcionários, cx. 135 (1868-1936).

Registo de Correspondência Expedida para o Governo Civil, cx. 57 (1925-1940).

Registo de Correspondência Expedida Interna, cx. 52 (1924-1930) e cx. 53 (1930-1938).

Registo de Telegramas Expedidos, cx. 60 (1888-1939).

3.3. Recenseamento eleitoral

Recenseamento Eleitoral dos Chefes de Família (1934 e 1935), cx. 1 (1934-1962).

4. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

4.1 Arquivo Distrital de Lisboa/Governo Civil

Cx. 84, 86, 91, 94, 110, 120, 122, 125, 131, 138, 147, 176, 322, 324, 326, 330, 332 e 334.

Maço 14.

4.2. Arquivo do Ministério do Interior/Gabinete do Ministro

Maços 451, 466, 505, 529 e 537.

4.3. Arquivo do Ministério do Interior/Recenseamento Eleitoral

Recenseamento Eleitoral, Distrito de Lisboa, Concelho de Torres Vedras, 1945, livro 476, *Cópia do Recenseamento Geral dos Chefes de Família*.

Recenseamento Eleitoral, Distrito de Lisboa, Concelho de Torres Vedras, 1949, livro 1011, *Cópia do Recenseamento dos Eleitores da Assembleia Nacional e do Presidente da República*.

4.4. Arquivo da Mocidade Portuguesa

Cx. 3627, Maço 3.

4.5. Arquivo Oliveira Salazar

Cx. 513.

4.6. Arquivo da PIDE/DGS

Processos n.º 1342 (SC/SPS), 1483 (SC/SR), 1823 (SC/SPS), 1848 (SC/SPS), 1881/41 (SC/PC), 2402 (SC/SPS), 3135 (SC/SPS), 289/50 (SC/PC), 49/51 (SC/PC).

4.7. Arquivo do Tribunal da Boa-Hora

Processo n.º 14088/50, Vol. I e II.

4.8. Arquivo da União Nacional

Cx. 30, Maço 96.

5. Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras)

Espólio da Casa Hipólito, Colecção André Matos (fundo não inventariado), discurso de Manuel Luís Pereira (23/03/1979).

Espólio da Casa Hipólito, Administração/Secretariado (fundo não inventariado), “Notariado Português – Secretaria Notarial de Torres Vedras” (12/05/1944).

6. Fontes Estatísticas

Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar, Lisboa. Anos consultados: 1925, 1930, 1935, 1939-1945 e 1950.

Anuário Estatístico, Produção Agrícola, 1935-1949, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População, Vol. I: *Famílias, População de Facto, Distinguindo Sexo, Nacionalidade, Naturalidade, Estado Civil e Instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.

Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População, Vol. II: *População de facto agrupada por idades, distinguindo sexo, estado civil e instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População, Vol. III: *População de facto, classificada segundo o sexo e a profissão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

Estatística das Sociedades, 1939, Lisboa, INE, 1941.

Estatística das Sociedades, 1940, Lisboa, INE 1942.

VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, Vol. XII: *Distrito de Lisboa*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1945.

IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950, Tomo I: *População Residente e Presente, Famílias, Casais, Mulheres Casadas, Convivências, Estrangeiros, Cegos, Surdos-Mudos e Órfãos*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1952.

IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas em 15 de Dezembro de 1950, Tomo II: *Idade e Instrução*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1952.

“Registo do Trabalho Nacional – Estatística dos Estabelecimentos Industriais e Pessoal Empregado, referida a 31 de Dezembro de 1930” in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 150, Lisboa, Ministério do Comércio e Comunicações (Direcção Geral das Indústrias), 1931.

7. Leis e decretos

Decreto-lei n.º 12.404, Diário do Governo n.º 219/1926, Série I de 01/10/1926.

Decreto-lei n.º 23.231, Diário do Governo n.º 263/1933, Série I de 17/11/1933.

Decreto-lei n.º 25.425, Diário do Governo n.º 122/1935, Série I de 29/03/1935.

Decreto-lei n.º 26.882, Diário do Governo n.º 189/1936, Série I de 13/08/1936.

Decreto-lei n.º 27.977, Diário do Governo n.º 193/1937, Série I de 19/08/1937.

Decreto-lei n.º 35.183, Diário do Governo n.º 262/1945, 1.º Suplemento, Série I de 24/11/1945.

8. Periódicos

8.1 Imprensa local de Torres Vedras (anos consultados)

Alta Extremadura, 1932-1935, Torres Vedras.

Badaladas, 1949, Torres Vedras.

Correio de Torres (O), 1926, Torres Vedras.

Folha de Torres Vedras, 1908, Torres Vedras.

Gazeta de Torres, 1927-1933, Torres Vedras.

Jornal de Torres Vedras (O), 1931, Torres Vedras.

Linhas de Torres, 1934-1935, Torres Vedras.

Nossa Terra (A), 1924 e 1926, Torres Vedras.

Notícias de Torres, 1942-1944, Torres Vedras.

Torreense (O), 1938-1949, Torres Vedras.

Voz do Concelho (A), 1940-1942, Torres Vedras.

8.2. Outra imprensa local (anos consultados)

Concelho de Mafra (O), 1945, Mafra.

8.3. Outra imprensa (anos consultados)

Avante!, 1943 e 1944 (sem local).

9. Imprensa nacional (anos consultados)

Correio da Manhã (O), 1926, Lisboa.

Diário de Lisboa, 1949, Lisboa.

Diário da Manhã, 1938, Lisboa.

Diário de Notícias, 1926, Lisboa.

República, 1945 e 1949, Lisboa.

Revolução (A), 1933, Lisboa.

Século (O), 1928, 1937 e 1938, Lisboa.

Voz (A), 1927, 1934, 1936 e 1945, Lisboa.

10. Outras publicações

Boletim da Legião Portuguesa: Acção Social e Política (1938).

De Portugal: Revista Mensal de Fomento, Turismo, Propaganda (1934).

Hora (A) (1936).

Indústria Portuguesa: Revista da Associação Industrial Portuguesa (1930).

Vila de Torres Vedras: Revista de Propaganda Regional (A) (1928).

11. Memórias e relatos

CATARINO, Francisco Horta, *Falando do Revirvalho*, Lisboa, Tipografia Silvas, 1978.

COSTA, Emílio Luís, *Escritos de Torres Vedras*, Torres Vedras, Tipoeste, 1995.

SALES, António Augusto, *Os Guardadores do Tempo*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2007.

12. Outras obras

Câmara Municipal de Torres Vedras, *Relatório da Comissão Administrativa Municipal relativo à sua gerência de 30 de Julho de 1926 (sua Posse) e 31 de Março de 1928*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1928.

Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Eleições no Regime Fascista*, 2.^a edição, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1979.

Grémio do Comércio de Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã, *Estatutos*, Torres Vedras, Tipografia Fernando de Almeida, 1941.

Grémio da Lavoura de Torres Vedras, *Estatutos*, Lisboa, Tipografia Couto Martins, 1942.

REGO, Rogério de Figueiroa, *Federação Nacional dos Produtores de Trigo, 1933-1963: Subsídios para o seu Historial*, Lisboa, Editorial Império, 1963.

SYLVA, José Manuel Carvajal Telles da, *O concelho de Torres Vedras: a crise vinícola e a solução cooperativista. Alguns subsídios para o seu estudo*, Lisboa (sem editora), 1936.

13. Recursos em linha

«Abaixo-assinado de 85 jovens de Torres Vedras, que manifestam desapontamento por não se realizar na cidade nenhuma sessão de apoio a Norton de Matos. Anotada à mão a resposta deste último», Torres Vedras, 23 de Janeiro de 1949 [Consultado em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10258.009.034> a 28 de Julho de 2015].

II. Fontes Orais

1. Entrevistas orais

Entrevista com Hercília Veiga Ralha, realizada em 1/07/2015.

III – Instrumentos de trabalho

1. Dicionários e Enciclopédias

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, *Dicionário biográfico do Poder Local em Portugal: 1936-2013*, Lisboa, Escrytos, 2014.

ROSAS, Fernando, BRITO, José Maria Brandão de (direcção), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II: M-Z, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

IV - Bibliografia

1. Estudos de âmbito local

ALARCÃO, Jorge de, *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da FLUC, 1987.

LUÍS, Alexandre António da Costa, “Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural”, *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 1, Covilhã, 2013.

MATTOSO, José, *A Escrita da História: Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MENDES, José Amado, “História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIV, Lisboa, FLUL, 2000.

NETO, Margarida Sobral, “Percursos da História Local Portuguesa: monografias e representações de identidades locais” in *Memória e História Local*, João Marinho dos Santos e António Silveira Catana (organização), Coimbra, Palimage, 2010.

NUNES, Graça Maria Soares, “A História Regional e Local: contributos para o estudo das identidades locais” in *Cadernos de Sociomuseologia*, N.º 8, Lisboa, ULHT, 1996.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de, “A História Oral em Portugal”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 63, Lisboa, 2010.

SILVA, Francisco Ribeiro da, *História local: objectivos, métodos e fontes*, Porto, FLUL, 1999.

2. Contexto histórico

AFONSO, Aniceto, *Sinel de Cordes: um general conspirador (1923-1926)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FLUL, 1989.

ALEXANDRE, Valentim, *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos, 1936-2012*, Lisboa, Escritos, 2013.

AMARAL, Diogo Freitas do, “Corporativismo, Fascismo e Constituição” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coordenação), Coimbra, Edições Almedina, 2012.

AMARAL, Luciano Manuel Santos Moura Henriques do, *O País dos Caminhos que se Bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FCSH/UNL, 1993.

ANTUNES, José Freire, *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas: As Forças Armadas do 28 de Maio*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

BARROS, Júlia Leitão de, “Anglofilia e Germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial” in *Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*, Maria Carrilho (co-autora), Lisboa, Dom Quixote, 1989.

CARLEY, Michael Jabara, “Grand Strategy and Summit Diplomacy” in *A Companion to Europe, 1900-1945*, Gordon Martel (coordenação), Oxford, Blackwell Publishing, 2006.

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, INCM, 1985.

CARVALHO, Rita Almeida de, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra: 1945-1949*, Lisboa, Assembleia da República, 2002.

CASTILHO, José Manuel Tavares, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, 2009.

CLÍMACO, Cristina, “A oposição à ditadura durante os anos 30. Breves notas sobre a oposição na região do Oeste” in *Turres Veteras III: Actas de História Contemporânea*, Carlos Guardado da Silva (coordenação), Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2001.

Idem, *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*, Lisboa, Edições Colibri, 2015 (no prelo).

CRUZ, Manuel Braga da, “A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 7: *Revoltas e Revoluções*, IHTI/FLUC, 1985.

Idem, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.

Idem, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980.

FARINHA, Luís, “A caminho do 28 de Maio” in *História da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coordenação), 2.^a edição, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.

Idem, “«Cavaleiros da Pátria»: Os Liberais e a Transição Pactuada (1925-1929)” in *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois: Contributos para uma reflexão*, Luís Reis Torgal (apresentação), Coimbra, CEI do Século XX da UC/IHTI da FLUC, 2006.

Idem, “O Revirvalho contra a Ditadura Militar: o 3-7 de Fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os Levantamentos Armados de 1928-31” in *Resistência: da Alternativa Republicana à Luta contra a Ditadura (1891-1974)*, Manuel Loff e Teresa Siza (coordenação científica), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010.

Idem, *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

FERREIRA, Nuno Estêvão, “O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945)” in *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, António Costa Pinto e Francisco Palomanes Martinho (organização), Lisboa, ICS, 2008.

FREIRE, Dulce, *Produzir e Beber: A Questão do Vinho no Estado Novo (1929-1939)*, Lisboa, Âncora Editora, 2010.

GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Temas e Debates, 2010.

GASPAR, Jorge, *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, 1994.

LEMOS, Mário Matos e, *Oposição e Eleições no Estado Novo*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.

LOFF, Manuel, “O Processo Eleitoral Salazarista (1926-1974) no contexto de 150 anos de Sufrágio Elitista em Portugal” in *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, N.º 2, Vila Nova de Gaia, 1997.

LOPES, António Cordeiro, “Uma Visão do Interior do Estado Novo sobre a Crise Mundial: Guerra, Ocidente, Europa (1943)” in *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Sérgio Campos Matos (coordenação), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

MADEIRA, João, “Fome e repressão” in *Vítimas de Salazar*, João Madeira (coordenação), Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

Idem, *História do Partido Comunista Português: Das Origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.

MADUREIRA, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932): O Quadro Político em que se estruturou o Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

Idem, *Antecedentes Imediatos do Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

Idem, *O 28 de Maio. Elementos para a sua compreensão*, Vol. I: *Na génese do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução: Uma biografia do Portugal Político do Século XIX a XXI*, Vol. II: *1910-2005*, Lisboa, Tribuna da História/Edição de Livros e Revistas, 2005.

MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*, Lisboa, ICS, 1998.

MATOS, Helena, *Salazar*, Vol. 1: *A Construção do Mito*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

MATOS, Venerando, “Carnaval de Torres: uma tentativa de periodização” in *Turres Veteras III: Actas de História Contemporânea*, Carlos Guardado da Silva (coordenação), Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2001.

Idem, *Republicanos de Torres Vedras: Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

Idem, “Torres Vedras nos anos da Guerra” in *Torres Cultural*, N.º 7, 1996.

NORTON, José, *Norton de Matos: Biografia – Fronteiras do Tempo*, Lisboa, Bertrand Editora, 2001.

NUNES, João Paulo Avelãs, “Corporativismo e Economia de Guerra: o Salazarismo e a Segunda Guerra Mundial” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coordenação), Coimbra, Edições Almedina, 2012.

Ó, Jorge Ramos do, *O Lugar de Salazar: Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990.

Idem, *Os Anos de Ferro: O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito» (1933-1949)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 2.^a edição, Lisboa, O Jornal, 1988.

Idem, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991.

OLIVEIRA, Rogério de, *O Custo de Produção de Vinho no Concelho de Torres Vedras: sua determinação pelo método da «Conta de Cultura Total»*, Alcobaça, Typografia Alcobacence, 1951.

PACHECO, Maria, “Torres Vedras no Século XX (1910-1974)” in *Torres Vedras: Passado e Presente*, Cecília Rodrigues (coordenação), Vol. I, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1996.

PATRIARCA, Maria de Fátima da Silva, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Lisboa, INCM, 1995.

Idem, *Processo de implantação e lógica e dinâmica de funcionamento do Corporativismo em Portugal: os primeiros anos do salazarismo*, Vol. II, Lisboa, Dissertação para efeitos de provas de acesso a Investigador Auxiliar, ICS/UL, 1990.

PEREIRA, João Manuel Rodrigues, *Elites locais e liberalismo: Torres Vedras, 1792-1878*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2000.

PIMENTEL, Irene Flunser, “A Censura” in *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, João Madeira (coordenação), Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

Idem, *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011.

Idem, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

PINTO, António Costa, “A Direita Radical e a Ditadura Militar: A Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)” in *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, Eduardo de Sousa Ferreira e Walter Opello (organização), Lisboa, Editorial Teorema, 1985.

Idem, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal: 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

PINTO, António Costa, “Portugal contemporâneo: uma introdução” in *Portugal Contemporâneo*, António Costa Pinto (coordenação), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004.

PRESTON, Paul, “The Great Civil War: European Politics, 1914-1945” in *The Oxford History of Modern Europe*, Timothy Blanning (coordenação), Oxford, Oxford University Press, 2000.

QUEIROZ, Maria Inês Pires Soares da Costa, *A Mocidade Portuguesa na “Era dos Fascismos”: O Enquadramento da Juventude no Estado Novo (1936-1945)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX), FCSH/UNL, 2008.

RABY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal: Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Lisboa, Edições Salamandra, 1988.

RAMOS, Rui, *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 6: *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Rui Ramos (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

Idem, “Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)” in *História de Portugal*, Rui Ramos (coordenação), 6.^a edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

REGO, Rogério de Figueiroa, *Torres Vedras e seu Concelho: Indículo Histórico, Turístico e Económico*, Torres Vedras, Biblioteca Municipal de Torres Vedras, 1947.

REIS, António, “Epílogo: o fim da Primeira República” in *História da Primeira República Portuguesa*, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coordenação), 2.^a edição, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.

REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e Açores, 1931*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

REIS, Célia, *Cenas da Vida de Torres Vedras*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1999.

RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo: 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

RODRIGUES, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa: A Milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo: as eleições de 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, O Jornal, 1985.

Idem, *História de Portugal*, José Mattoso (direcção), Vol. 7: *O Estado Novo (1926-1974)*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

Idem, “Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949. Uma candidatura em contraciclo” in *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Heloísa Paulo e Helena Pinto Janeiro (coordenação), Lisboa, Edições Colibri/IHC da FCSH/UNL, 2010.

Idem, “O Corporativismo Enquanto Regime” in *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coordenação), Coimbra, Edições Almedina, 2012.

Idem, “O PCP e a II Guerra Mundial”, *Estudos sobre o Comunismo: Boletim de estudos interdisciplinares sobre o comunismo e os movimentos comunistas*, N.º 0, Julho de 1983.

Idem, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, Vol. XXXV (157), 2001.

Idem, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e sociedade portuguesas, 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.

Idem, *Salazarismo e Fomento Económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

SILVA, Carlos Guardado da, “A Estrutura e o Património” in *História da Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras*, Carlos Guardado da Silva e Cecília Rodrigues (coordenação), Torres Vedras, Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras, 2012.

SILVA, Maria Isabel Alarcão e, *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo (1945-1948)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX), FCSH/UNL, 1994.

TEIXEIRA, Cátia Sofia Ferreira, *As greves dos operários de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941: O início da agitação operária em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, FCSH/UNL, 2012.

TELO, António José, “As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945)” in *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Fernando Rosas (coordenação), Lisboa, Edições Colibri/IHC da FCSH/UNL, 1998.

Idem, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Vol. II, Lisboa, Editorial Vega, 1991.

TENGARRINHA, José, “Os Caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 16: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, IHTI/FLUC, 1994.

VALENTE, José Carlos, “Salazar, os sindicatos e as greves (1942)”, *História*, N.º 8, Maio de 1995.

VENTURA, António, “A crise da Oposição Democrática no início dos anos cinquenta” in *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Sérgio Campos Matos (coordenação), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

VIEIRA, Júlio, *Torres Vedras Antiga e Moderna*, 2.^a edição, Torres Vedras, Livrododia, 2011.

WHEELER, Douglas, *A Ditadura Militar Portuguesa, 1926-1933*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986.

LISTA DE FIGURAS



Figura 1 – António Vitorino França Borges (Tenente de Infantaria 5).

Cargo: Administrador do concelho de Torres Vedras.

Data: 5 de Julho de 1926 - 10 de Agosto de 1934.

Fonte: PT/AHM/FE/P.29/A/L7/7245.



Figura 2 – Sebastião de Barros e Cunha (Capitão na Reserva).

Cargo: Administrador do concelho de Torres Vedras (interino).

Data: 25 de Agosto de 1934 – 19 de Setembro de 1934. Desempenhou ainda, entre 1935 e 1937, o cargo de administrador do concelho interino e, entre Setembro de 1934 e Dezembro de 1937, o cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal.

Fonte: PT/AHM/FE/P.29/AIV/L40/27043.



**Figura 3 – Condorcet Pais da Cunha e Sá
(Tenente do Batalhão de Caçadores 7).**

Cargo: Administrador do concelho de
Torres Vedras.

Data: 26 de Setembro de 1934 – 10 de Abril
de 1935.

Fonte: PT/AHM/FE/P.29/AVI/L55/33359.



**Figura 4 – Alfredo da Cunha Nery (Major
de Artilharia).**

Cargo: Administrador do concelho de
Torres Vedras (interino).

Data: 10 de Abril de 1935 – 27 de Abril de
1935.

Fonte: PT/AHM/FE/P.29/AVIII/L76/43084.



**Figura 5 – João Xavier da Costa Pina
(Tenente de Caçadores 9).**

Cargo: Administrador do concelho de
Torres Vedras.

Data: 28 de Julho de 1935 – 23 de Março de
1936.

Fonte: PT/AHM/FE/P.29/AI/L13/10261.



**Figura 6 – José Maria Teles da Silva
(Engenheiro civil).**

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de
Torres Vedras.

Data: 1 de Outubro de 1938 – 27 de Dezembro
de 1945.

Fonte: *O Torreense*, Ano IX, N.º 30, 11/10/1943,
p. 5, coluna 2.



**Figura 7 – Rogério de Figueiroa Rego
(Funcionário da FNPT)**

Cargo: Presidente da Câmara Municipal
de Torres Vedras.

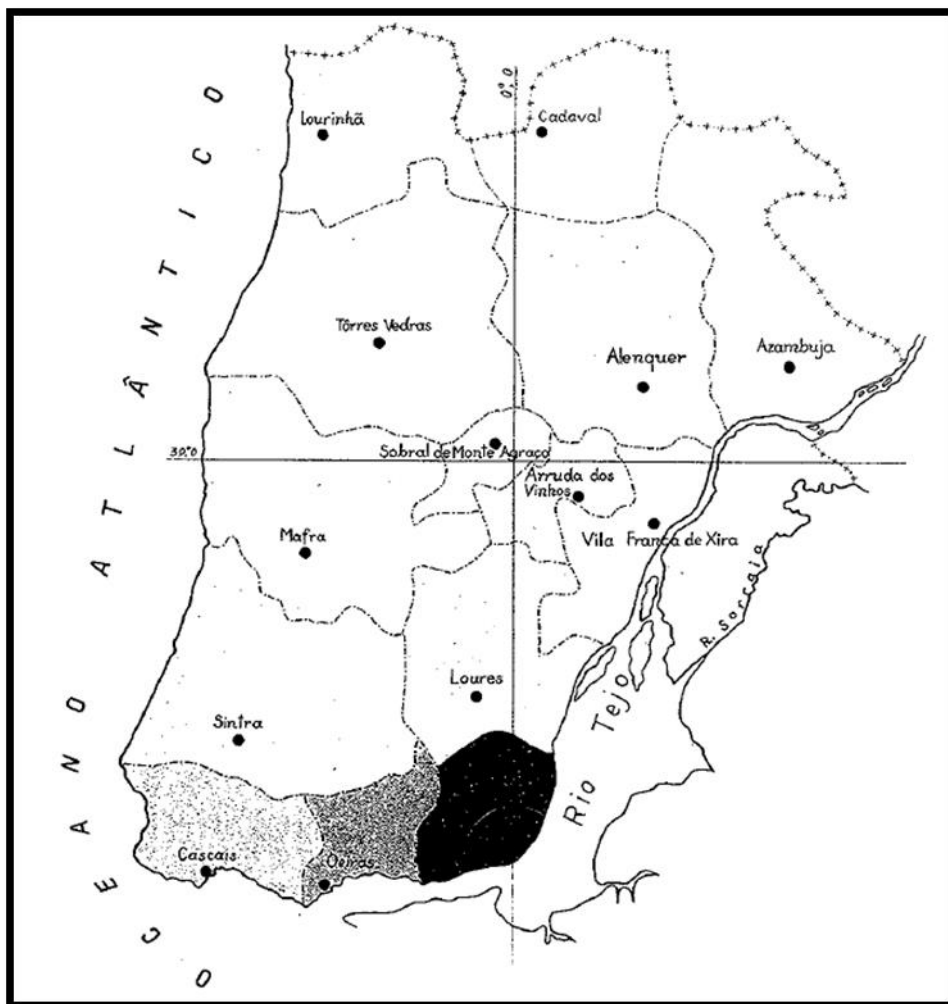
Data: 13 de Fevereiro de 1946 – 1959.

Fonte: *O Torreense*, Ano XII, N.º 44,
2/02/1947, p. 1, coluna 2.

ANEXOS

Anexo n.º 1

Posição geográfica do concelho de Torres Vedras no distrito de Lisboa (1940)⁶¹⁵



⁶¹⁵VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, Vol. XII: Distrito de Lisboa, Lisboa, INE, 1945, p. 24.

Anexo n.º 2

Evolução da população residente no concelho de Torres Vedras⁶¹⁶

Censos	População de residência habitual
1930	47.917
1940	52.143
1950	56.514

Anexo n.º 3

Classificação etária da população do concelho de Torres Vedras (1930-1950)⁶¹⁷

Idade	Censos					
	1930		1940		1950	
	Totais	%	Totais	%	Totais	%
0-14	16.419	34,2%	17.697	34,2%	16.681	29,7%
15-64	28.475	59,4%	30.757	59,4%	35.806	63,8%
>65	2.935	6,1%	3.092	6,0%	3.653	6,5%
Desconhecida/ignorada	124	0,3%	203	0,4%	0	0%
Total	47.953	100%	51.749	100%	56.140	100%

⁶¹⁶ *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. I: *Famílias, População de Facto, Distinguindo Sexo, Nacionalidade, Naturalidade, Estado Civil e Instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 12; *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, Vol. XII: *Distrito de Lisboa*, Lisboa, INE, 1945, p. 28; *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Tomo I: *População Residente e Presente, Famílias, Casais, Mulheres Casadas, Convivências, Estrangeiros, Cegos, Surdos-Mudos e Órfãos*, Lisboa, INE, 1952, p. 28.

⁶¹⁷ Ao contrário do que se sucedeu, na análise à taxa de crescimento da população no concelho de Torres Vedras, na qual se recorreu aos valores da população residente, no que concerne ao cálculo da estrutura etária da população da área em estudo, os únicos valores, apresentados pelos Censos, são os referentes à população de facto (total), e que divergem dos números da população residente. *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. II: *População de facto agrupada por idades, distinguindo sexo, estado civil e instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 189; *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, Vol. XII: *Distrito de Lisboa*, Lisboa, INE, 1945, pp. 83, 86, 89 e 154-157; *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Tomo II: *Idade e Instrução*, Lisboa, INE, 1952, p. 122.

Anexo n.º 4

Naturalidade da população residente no concelho de Torres Vedras⁶¹⁸

Censos	População	Naturalidade			Estrangeiros
		Concelho de Torres Vedras	Outro concelho do distrito	País, colónias ou estrangeiro	
1930	47.953	44.624	1.669	1.640	20
1950	56.140	50.658	2.505	2.950	27

Anexo n.º 5

Evolução da população no concelho de Torres Vedras, por área de residência⁶¹⁹

Área de residência	Censos		
	1930	1940	1950
Vila	10.603	11.908	12.307
Freguesias rurais	37.314	40.235	44.207
Total	47.917	52.143	56.514

⁶¹⁸*Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. I: *Famílias, População de Facto, Distinguindo Sexo, Nacionalidade, Naturalidade, Estado Civil e Instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 128; *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Tomo I: *População Residente e Presente, Famílias, Casais, Mulheres Casadas, Convivências, Estrangeiros, Cegos, Surdos-Mudos e Órfãos*, Lisboa, INE, 1952, p. 567.

⁶¹⁹*Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. I: *Famílias, População de Facto, Distinguindo Sexo, Nacionalidade, Naturalidade, Estado Civil e Instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 128; *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, Vol. XII: *Distrito de Lisboa*, Lisboa, INE, 1945, p. 34; *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Tomo I: *População Residente e Presente, Famílias, Casais, Mulheres Casadas, Convivências, Estrangeiros, Cegos, Surdos-Mudos e Órfãos*, Lisboa, INE, 1952, pp. 164 e 166.

Anexo n.º 6

Evolução da população residente nas freguesias do concelho de Torres Vedras⁶²⁰

	Censos					
Freguesias	1930	%	1940	%	1950	%
A-dos-Cunhados	3.953	8,2%	4.720	9,1%	5.254	9,3%
Campelos	-	-	-	-	1.809	3,2%
Carmões	1.330	2,8%	1.272	2,4%	1.341	2,4%
Carvoeira	2.253	4,7%	2.352	4,5%	2.443	4,3%
Dois Portos	4.404	9,2%	4.020	7,7%	4.102	7,3%
Freiria	2.406	5,0%	2.631	5,0%	2.762	4,9%
Matações	1.496	3,1%	1.476	2,8%	1.573	2,8%
Maxial	3.079	6,4%	3.642	7,0%	4.096	7,2%
Monte Redondo	830	1,7%	855	1,6%	866	1,5%
Ponte do Rol	1.433	3,0%	1.697	3,3%	1.761	3,1%
Ramalhal	2.181	4,6%	2.321	4,5%	2.470	4,4%
Runa	1.152	2,4%	1.057	2,0%	1.052	1,9%
Santa Maria	4.516	9,4%	5.196	10,0%	5.189	9,2%
S. Pedro da Cadeira	2.743	5,7%	3.383	6,5%	3.454	6,1%
S. Pedro	6.087	12,7%	6.712	12,9%	7.118	12,6%
Silveira	2.879	6,0%	3.323	6,4%	3.309	5,9%
Turcifal	2.955	6,2%	2.919	5,6%	3.029	5,4%
Ventosa	4.220	8,8%	4.567	8,8%	4.886	8,6%
Total	47.917	100%	52.143	100%	56.514	100%

⁶²⁰ *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. I: *Famílias, População de Facto, Distinguindo Sexo, Nacionalidade, Naturalidade, Estado Civil e Instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 128; *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, Vol. XII: *Distrito de Lisboa*, Lisboa, INE, 1945, p. 34; *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Tomo I: *População Residente e Presente, Famílias, Casais, Mulheres Casadas, Convivências, Estrangeiros, Cegos, Surdos-Mudos e Órfãos*, Lisboa, INE, 1952, pp. 164 e 166.

Anexo n.º 7

Evolução da instrução da população do concelho de Torres Vedras⁶²¹

Instrução	Censos					
	1930	%	1940	%	1950	%
Analfabetos	36.042	75,2%	36.029	69,6	31.915	56,8%
Sabem ler	11.911	24,8%	15.720	30,4	24.225	43,2%
Total	47.953	100%	51.749	100%	56.140	100%

Anexo n.º 8

Distribuição profissional da população activa do concelho de Torres Vedras (1930)⁶²²

Actividades	1930	1930
	Total (Pop. activa)	% (Pop. activa)
Trabalhos Agrícolas	17.051	64,1%
Caça e Pesca	8	0,03%
Extracção de materiais minerais	33	0,1%
Indústria	2.182	8,2%
Transportes	329	1,2%
Comércio/Serviços	877	3,3%
Forças Públicas	88	0,3%
Administração Pública	167	0,6%
Profissões Liberais	81	0,3%
Pessoas com rendimentos próprios	2.862	10,8%
Domésticos	2.097	7,9%
Outros	819	3,1%
Total	26.594	100%

⁶²¹ *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. I: *Famílias, População de Facto, Distinguindo Sexo, Nacionalidade, Naturalidade, Estado Civil e Instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p. 13; *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, Vol. XII: *Distrito de Lisboa*, Lisboa, INE, 1945, p. 27; *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Tomo I: *População Residente e Presente, Famílias, Casais, Mulheres Casadas, Convivências, Estrangeiros, Cegos, Surdos-Mudos e Órfãos*, Lisboa, INE, 1952, p. 29.

⁶²² *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. III: *População de facto, classificada segundo o sexo e a profissão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, pp. 432-434.

Anexo n.º 9

Características da população activa agrícola do concelho de Torres Vedras (1930)⁶²³

Género	Por conta de outrem ⁶²⁴	%	Conta própria	%	Membros da família auxiliando os chefes	%
Varões	7.397	96,9%	3.957	98,2%	276	5,1%
Fêmeas	235	3,1%	74	1,8%	5.112	94,9%
Total	7.632	44,8%	4.031	23,6%	5388	31,6%

Anexo n.º 10

Produção agrícola do concelho de Torres Vedras entre 1922 e 1925, e 1927⁶²⁵

Géneros	Unidade	1922	1923	1924	1925	1927
Trigo	Litros	1.268.093	2.243.802	2.165.118	2.274.805	1.581.357
Centeio	Litros	2.099	9.846	6.100	4.368	4.761
Aveia	Litros	87.020	302.278	269.092	282.900	134.950
Cevada	Litros	99.347	221.719	234.987	237.878	152.248
Fava	Litros	302.707	698.493	491.729	330.075	560.698
Grão-de-bico	Litros	42.490	65.662	67.378	78.878	47.935
Batata de sequeiro	Quilos	894.005	2.474.553	2.130.507	4.240.564	87.917
Cortiça	Quilos	3.978	18.740	-	-	22.250
Milho de sequeiro	Litros	982.939	1.868.487	1.524.130	-	1.806.170
Feijão	Litros	120.759	306.289	360.950	-	446.723
Azeite	Litros	0	60.000	12.221	-	63.327

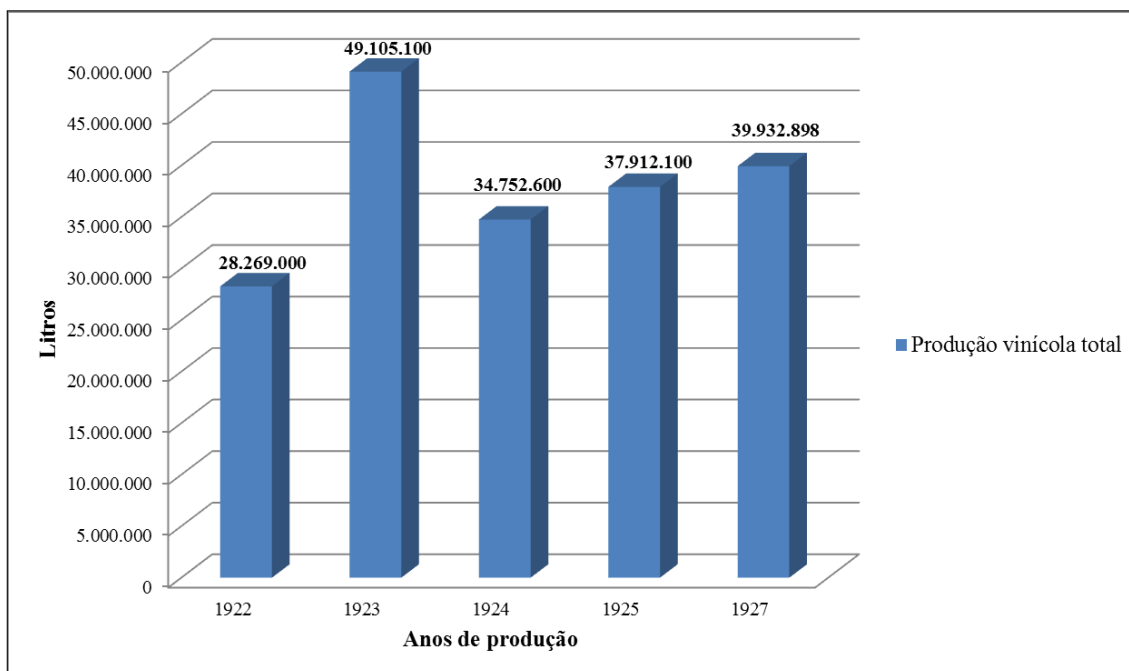
⁶²³ *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. III: *População de facto, classificada segundo o sexo e a profissão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 432.

⁶²⁴ No conjunto de activos agrícolas por conta de outra entidade, optou-se por efectuar, a junção, entre os activos por conta do Estado ou do Município, no qual se integram somente 42 activos varões, e os activos por conta de empresários ou particulares, com um total de 7.355 activos varões e 235 activos fêmeas.

⁶²⁵ FIGUEIREDO, António Teixeira de, “A agricultura no concelho de Torres Vedras” in *Diário de Notícias*, Ano 62, N.º 21.542, 10/01/1926, p. 10, colunas 4 e 5; *A Vila de Torres Vedras: Revista de Propaganda Regional*, Ano I, N.º 1, Junho de 1928, p. 25.

Anexo n.º 11

Produção vinícola no concelho de Torres Vedras (1922-1925 e 1927)⁶²⁶



⁶²⁶SYLVA, José Manuel Carvajal Telles da, *O concelho de Torres Vedras: a crise vinícola e a solução cooperativista. Alguns subsídios para o seu estudo*, Lisboa (sem editora), 1936, p. 36; *A Vila de Torres Vedras: Revista de Propaganda Regional*, Ano I, N.º 1, Junho de 1928, p. 36.

Anexo n.º 12

Produção agrícola do concelho de Torres Vedras entre 1935 e 1938⁶²⁷

Géneros	Unidade	1935	1936	1937	1938
Trigo	Toneladas	4.356	864	4.826	-
Centeio	Toneladas	17	8	18	12
Aveia	Toneladas	110	152	195	271
Cevada	Mil Litros	115	277	156	350
Fava	Mil Litros	464	350	480	387
Grão-de-bico	Mil Litros	72	48	76	99
Batata de sequeiro	Toneladas	4.225	3.787	6.491	6.816
Milho de sequeiro	Mil Litros	1.224	1.350	1.776	1.669
Feijão	Mil Litros	504	541	399	481
Vinho	Hectolitros	452.475	146.706	331.974	619.209
Azeitona	Mil Quilos	562	56	843	22
Azeite	Mil Litros	56	6	84	2

Anexo n.º 13

Produção agrícola do concelho de Torres Vedras entre 1946 e 1949⁶²⁸

Géneros	Unidade	1946	1947	1948	1949
Trigo	Quintais	56.894	37.952	54.480	67.848
Centeio	Quintais	208	196	188	202
Aveia	Hectolitros	15.001	11.241	10.923	12.494
Cevada	Hectolitros	7.293	6.750	4.224	5.267
Fava	Hectolitros	7.802	7.055	10.087	5.383
Grão-de-bico	Hectolitros	1.444	1.222	1.509	1.373
Batata de sequeiro	Quintais	114.896	174.682	156.790	128.801
Milho de sequeiro	Hectolitros	21.491	23.001	16.922	18.508
Feijão	Hectolitros	10.044	10.260	7.381	4.434
Vinho	Hectolitros	269.572	501.502	411.774	418.945
Azeite	Hectolitros	25	1.894	0	881

⁶²⁷ *Anuário Estatístico, Produção Agrícola, 1935-1938*, Lisboa, INE.

⁶²⁸ *Idem, 1946-1949*, Lisboa, INE.

Anexo n.º 14

Distribuição da população activa pelos diferentes tipos de indústria (1930)⁶²⁹

Tipos de indústria	Total	Percentagem
Indústria de têxteis	16	0,7%
Indústria de couro e peles	8	0,4%
Indústria das madeiras	104	4,8%
Indústria de metalurgia	254	11,6%
Indústrias cerâmicas	26	1,2%
Indústria de produtos químicos e análogos	1	0,05%
Indústrias relativas ao fabrico de géneros alimentícios	329	15,1%
Indústria de vestuário e calçado	525	24,1%
Indústria de mobiliário	51	2,3%
Indústrias relativas à construção civil	744	34,1%
Indústrias relativas à construção de meios de transporte	25	1,1%
Indústrias relativas à produção e transmissão de forças físicas	10	0,5%
Indústrias relativas às letras, artes e ciências	14	0,6%
Indústrias não especificadas nos grupos anteriores	75	3,4%
Total	2.182	100%

⁶²⁹*Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População, Vol. III: População de facto, classificada segundo o sexo e a profissão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 432.

Anexo n.º 15

Número de estabelecimentos e de empregados por tipo de indústrias (1930)⁶³⁰

Tipo de Indústrias	Estabelecimentos	Empregados
Metais e construção mecânica	7	46
Cerâmica e materiais para construção	2	9
Químicas	2	5
Alimentação	41	97
Vestuário e acessórios	1	8
Peles e artigos de pele	1	2
Madeira e mobília	5	25
Gráficas e do livro	2	11
Electricidade	1	2
Pequenas indústrias e diversas/Mistas	6	25
Total	68	230

⁶³⁰“Registo do Trabalho Nacional – Estatística dos Estabelecimentos Industriais e Pessoal Empregado, referida a 31 de Dezembro de 1930” in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 150, Lisboa, Ministério do Comércio e Comunicações (Direcção Geral das Indústrias), 1931, pp. 50 e 51, 110 e 111.

Anexo n.º 16

Distribuição da população activa pelos diferentes tipos de comércio/serviços (1930)⁶³¹

Tipos de comércio/serviços	Total	Percentagem
Bancos, estabelecimentos de créditos, seguros	29	3,3%
Corretagens, comissões	4	0,5%
Comércio de têxteis	10	1,1%
Comércio de madeiras	2	0,2%
Comércio de couro e peles	3	0,3%
Comércio de metais	10	1,1%
Comércio de produtos cerâmicos	2	0,2%
Comércio de produtos químicos	9	1,0%
Hotéis, restaurantes, tabernas	87	9,9%
Comércio de géneros alimentícios	148	16,9%
Comércio de artigos de vestuário e calçado	49	5,6%
Comércio de móveis	8	0,9%
Comércio de construções	1	0,1%
Pequeno comércio misto local	106	12,1%
Comércio de combustíveis	13	1,5%
Comércio de objectos relativos às letras, artes e ciência	1	0,1%
Comércios não especificado nos grupos anteriores	395	45,0%
Total	877	100%

⁶³¹ *Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População*, Vol. III: *População de facto, classificada segundo o sexo e a profissão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, pp. 433 e 434.

Anexo n.º 17

Evolução do número de estabelecimentos de comércio, negócios e serviços existentes no concelho de Torres Vedras (1925-1950)⁶³²

Comércio/negócio/serviço	1925		1930		1935	
	Vila	Rural	Vila	Rural	Vila	Rural
Banca e seguros ⁶³³	33	3	63	3	48	5
Vestuário e calçado	39	-	33	1	38	4
Madeiras e mobiliário	4	-	5	2	4	1
Couro e peles	11	-	10	-	14	1
Metais	2	-	2	-	6	-
Produtos químicos	9	-	21	2	8	-
Hotelaria e restauração	34	2	35	5	18	5
Géneros alimentícios	51	76	52	167	51	233
Materiais de construção	-	-	-	-	4	-
Combustível automóvel	6	-	5	-	6	-
Artes, letras e ciências	4	-	5	-	4	-
Barbeiros	11	-	11	2	12	15
Farmácias	2	5	3	4	3	3
Relojoarias e ourivesarias	9	-	13	-	14	1
Fotógrafos	1	-	2	-	4	-
Venda/aluguer de automóveis	6	-	8	1	12	12
Venda/reparação de bicicletas	3	-	3	-	2	-
Caça e pesca	1	-	5	-	2	-
Material eléctrico	1	-	1	-	5	1
Vinhos e aguardentes	15	2	22	38	21	19
Misto ou não especificado ⁶³⁴	29	-	39	-	16	-
Outros	20	-	19	11	23	7

⁶³² *Annuário Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, Lisboa. Anos consultados: 1925, 1930, 1935, 1940, 1945 e 1950.

⁶³³ Os números apresentados, relativamente ao sector da banca e dos seguros representam, não o número de estabelecimentos, mas sim de bancos e de seguradoras representados localmente. A esmagadora maioria era mantida por agentes locais.

⁶³⁴ Comércio ou negócios, cuja especificidade, não é possível apurar. Inclui as drogarias, as quinquilharias e outros estabelecimentos de venda de produtos variados.

	1940		1945		1950	
Comércio/negócio/serviço	Vila	Rural	Vila	Rural	Vila	Rural
Banca e seguros	33	4	32	4	33	6
Vestuário e calçado	35	9	39	12	44	18
Madeiras e mobiliário	4	6	5	10	5	9
Couro e peles	6	1	7	1	7	1
Metais	3	-	8	-	-	-
Produtos químicos	8	-	7	-	8	6
Hotelaria e restauração	20	6	22	8	21	15
Géneros alimentícios	43	201	46	229	52	236
Materiais de construção	4	1	5	2	5	4
Combustível automóvel	4	1	4	2	3	2
Artes, letras e ciências	4	-	6	-	11	-
Barbeiros	15	16	16	24	12	19
Farmácias	3	4	3	4	3	5
Relojoarias e ourivesarias	13	1	11	1	13	-
Fotógrafos	3	-	4	-	5	-
Venda/aluguer de automóveis	8	10	10	6	15	3
Venda/reparação de bicicletas	3	-	8	-	7	1
Caça e pesca	2	-	1	-	3	-
Material eléctrico	8	1	9	1	6	1
Vinhos e aguardentes	22	25	13	29	12	25
Misto ou não especificado	12	2	13	2	17	2
Outros	28	7	30	7	30	12

Anexo n.º 18

1.ª Comissão Administrativa da Câmara Municipal após o 28 de Maio de 1926⁶³⁵

Cargo	Nome	Profissão	Outros cargos
Presidente	Silvério Botelho Moniz de Sequeira	Viticultor- Proprietário	Secretário-geral da Associação Central de Agricultura Portuguesa Director da UVP
Vice-Presidente	António Manuel Figueira Freire	Médico e Viticultor- Proprietário	Presidente da Assembleia Geral da AEFDTV
Vogais	Artur Castilho	Engenheiro- agrónomo	Director do Posto Agrário de Dois Portos
	João dos Santos Ghira	Engenheiro e Viticultor- Proprietário	-
	José Anjos da Fonseca	Proprietário e comerciante	-
	João Germano Alves	Viticultor- Proprietário	-
	António Rodrigues Venâncio	Farmacêutico e Viticultor- Proprietário	-

⁶³⁵ Câmara Municipal de Torres Vedras, *Op. Cit.*, pp. 12 e 13.

Anexo n.º 19

Resultados da votação no general Óscar Carmona – Eleição Presidencial de 1928⁶³⁶

Assembleia de voto	N.º de votos	Percentagem
Carmões	235	4,8%
Carvoeira	130	2,7%
Cunhados	648	13,3%
Dois Portos	153	3,1%
Ribaldeira	190	3,9%
Freiria	178	3,6%
Matações	205	4,2%
Maxial	367	7,5%
Ponte do Rol	264	5,4%
Ramalhal	354	7,3%
Runa	104	2,1%
S. Maria	54	1,1%
S. Mamede da Ventosa	357	7,3%
S. Pedro da Cadeira	570	11,7%
S. Pedro	198	4,1%
Silveira	534	10,9%
Turcifal	338	6,9%
Total	4.879	100%

⁶³⁶ Câmara Municipal de Torres Vedras, *Op. Cit.*, p. 26.

Anexo n.º 20

Alguns dos elementos presentes na 1.ª reunião de preparação da Liga Republicana,
Torres Vedras (29 de Janeiro de 1930)⁶³⁷

Nome	Profissão	Residência
Alfredo Borba	Empregado de Comércio	Torres Vedras
Alfredo d'Almeida	-	-
Aníbal Augusto Carneiro	Escrivão de Direito (Chefe da 2.ª Secção Judicial)	Torres Vedras
António Manuel Figueira Freire	Médico	Torres Vedras
António Hipólito Júnior	Industrial	Torres Vedras
António Borba	Empregado de Escritório	Torres Vedras
António Leal de Ascensão	Empregado de Comércio	Torres Vedras
António Nunes	-	-
António Maria da Silva Ferreira	Comerciante	Torres Vedras
António Trigueiros Júnior	-	-
Artur Gouveia d'Almeida	Proprietário	Torres Vedras
Augusto Maia	-	-
Avelino dos Santos Ferreira	Comerciante	Torres Vedras
Celestino Augusto da Silveira Almendro	Médico Veterinário, Inspector	Torres Vedras
Dâmaso Seia	-	-

⁶³⁷ *Gazeta de Torres*, Ano III, N.º 127, 2/02/1930, p. 6, Coluna 3.

Nome	Profissão	Residência
Dolor Ferreira da Silva	Oficial de diligência	Torres Vedras
Emídio Ferreira de Amaral Bandeira	Comerciante	Torres Vedras
Francisco António da Silva	Industrial	Torres Vedras
Galileu da Silva	Comerciante	Torres Vedras
Henrique Cerqueira da Cunha	Comerciante	Torres Vedras
Hermínio Parreira	Empregado de Escritório	Torres Vedras
Jaime Lafaia de Castro	Comerciante	Torres Vedras
Jaime Viegas	-	-
João Fernandes Caldeira	Professor	Torres Vedras
Joaquim Augusto da Silva	Comerciante	Torres Vedras
Joaquim Encarnação	Chefe de Secretaria da Câmara Municipal	Torres Vedras
Joaquim Jerónimo Rosa	Fiscal de Obras	Torres Vedras
Joaquim Marques dos Reis	Comerciante	Torres Vedras
Joaquim Paulino Pereira	Relojoeiro	Torres Vedras
Jorge Marrecas Ferreira	Empregado de Escritório	Torres Vedras
José da Silveira Almendro	Escrivão Ajudante	Torres Vedras
José António Lisboa	Comerciante	Torres Vedras
José Augusto Martins	Comerciante	Torres Vedras
José Augusto Trigueiros	-	-
José Rodrigues Perdigão	Ajudante de Farmácia	Torres Vedras

Nome	Profissão	Residência
José Borba	Cortador	Torres Vedras
José Inácio da Silva	Caixeiro Viajante	Torres Vedras
José do Nascimento Neves	-	-
José Nunes de Chaves	Farmacêutico	Torres Vedras
José da Silva Carnide	Comerciante	Torres Vedras
Júlio Rosado Viegas	Empregado de Escritório	Torres Vedras
Justino Alves d'Almeida	Pintor	Torres Vedras
Justino Freire de Moura Guedes	Advogado	Torres Vedras
Leandro José Jorge	Barbeiro	Torres Vedras
Leonel de Freitas Trindade	Comerciante	Torres Vedras
Luiz Gualdino Pereira	Comerciante	Torres Vedras
Luiz Dias Costa	Oficial do Exército, Capitão	Torres Vedras
Manuel Dias Perdigão	Proprietário	Torres Vedras
Manuel Martins Madeira	-	-
Manuel Parreira Júnior	-	-
Pedro Joaquim da Cunha Menezes Pinto Cardoso	Oficial do Exército, Tenente	Torres Vedras
Placidino Amado Félix	Comerciante	Torres Vedras
Rafael Salinas Calado	Chefe da Secretaria Judicial	Torres Vedras
Rui Garrett Alves	Comerciante	Torres Vedras

Nome	Profissão	Residência
Sousa (Firma Sousa & Manarte)	-	-
Tiago Sales	-	-
Victor Cesário da Fonseca	Amanuense	Torres Vedras

Anexo n.º 21

Comissão Municipal da Aliança Republicana-Socialista, Torres Vedras (membros eleitos a 18 de Junho e posse conferida a 23 de Junho de 1931)⁶³⁸

Nome	Profissão	Representação	Cargo
Filipe de Vilhena	Proprietário	Republicanos Independentes	Presidente
Alberto Graça	Advogado	Republicanos Independentes	Vice-Presidente
Victor Cesário da Fonseca	Amanuense e Proprietário	Aliança Republicana	Tesoureiro
José da Silveira Almendro	Ajudante de Notário	Mocidade Republicana Torriense	Secretário
Leonel de Freitas Trindade	Comerciante	União Liberal Republicana	Secretário
António Batalha Reis	Advogado	Republicanos Independentes	Representante junto da Comissão Distrital/Directório

⁶³⁸Gazeta de Torres, Ano IV, N.º 199, 21/06/1931, p. 5, Coluna 3; Idem, Ano IV, N.º 200, 28/06/1931, p. 5, Coluna 2.

Nome	Profissão	Representação	Cargo
José Augusto Martins	Comerciante	Republicanos Independentes	Vogal
Emídio Bandeira	Comerciante	Partido Republicano Português	Vogal
José Inácio da Silva	Caixeiro-Viajante	Partido Republicano Nacionalista	Vogal
Mário de Almeida Carvalhosa	Alfaiate	Partido Republicano da Esquerda Democrática	Vogal
António Vicente dos Santos Júnior	Marceneiro	Partido Socialista	Vogal

Anexo n.º 22

Mocidade Republicana de Torres Vedras, 1932⁶³⁹

Nome	Profissão
Adjalme Edmundo Ribeiro	Ajudante de Farmácia
Adriano Gomes da Costa Carvalho Araújo	Trabalhador
Alberto Queiroz	Empregado Comercial
Alfredo Borba	Empregado Comercial
Álvaro Parreira Alves	Serralheiro
Álvaro Ramalho Alves	Empregado de Escritório de Escrivão
António Borba	Empregado de Escritório
António Contel Martins	Empregado Comercial
António Duarte Rodrigues	Empregado Comercial
António Fialho	Comerciante
António Henriques Zambujo	Pintor
António Leal de Ascensão	Empregado Comercial
António Marcolino	Caldeireiro
António Marcos Leal Quintela	Ajudante de Farmácia
António Maria Alves	Serralheiro
António Rolo	Marceneiro
António dos Santos	Operário
Armando da Silva Pereira	Estudante

⁶³⁹ *Gazeta de Torres*, Ano VI, N.º 266, 23/10/1932, p. 8, coluna 2.

Nome	Profissão
Augusto Carneiro	Empregado de Escritório
Augusto Lopes	Empregado de Escritório
Carlos Alberto Carvalhosa	Académico
Carlos Bernardes Júnior	Serralheiro
Dionizio Ferreira	Carpinteiro
Edmundo Carnide	Empregado Bancário
Emílio Luiz Santana	Relojoeiro
Eugénio Silva	Empregado Bancário
Filipe Augusto Leitão	Tipógrafo
Flávio Santos Carvalho	Ajudante de Escrivão
Francisco Alves da Silva	Torneiro
Francisco Bernardo da Fonseca	Tipógrafo
Francisco César	Comerciante e Proprietário
Francisco Frutuoso	Serralheiro
Francisco da Luz	Serralheiro
Francisco Paulo	Serralheiro
Francisco dos Santos	Colchoeiro
Galileu Bernardes	Empregado Comercial
Galileu da Silva	Empregado Comercial
Helder dos Santos Torres	Empregado Comercial
Hermínio Parreira	Empregado de Escritório

Nome	Profissão
Hermínio Victorino	Carpinteiro mecânico
Jacinto dos Santos Paulo	Funileiro
João Bernardes	Proprietário
João Bernardes	Torneiro
João Borges Júnior	Serralheiro mecânico
João Caetano Tomaz	Serralheiro
João Ferreira dos Santos	Sapateiro
Joaquim Ferreira dos Santos	Marceneiro
Joaquim da Luz	Serralheiro
Joaquim Ribeiro	Torneiro de metais
Joaquim Sebastião de Melo	Carpinteiro
Jorge Ferreira	Empregado de Escritório
José Alberto Ferreira	Empregado de Escritório
José Antão Garcia de Carvalho	Empregado Comercial
José António de Velha	Marceneiro
José Augusto Saraiva Rosa	Industrial
José Eustáquio Pereira Júnior	Marceneiro
José Frazão Correia	Relojoeiro
José Martins	Pintor
José do Nascimento	Empregado Comercial
José Nunes Júnior	-

Nome	Profissão
José Portela Júnior	Tanoeiro
José Rodrigues Barco Perdigão	Ajudante de Farmácia
José dos Santos Carvalho	Marceneiro
José da Silveira Almendro	Escrivão ajudante
José Valdez Marcelo	Empregado Comercial
Jucelino de Oliveira	Empregado Comercial
Júlio Rosado Viegas	Empregado de Escritório
Júlio Rôxo Vieira	Ajudante de Farmácia
Leonel Freitas Trindade	Comerciante
Luiz António Rosa	Empregado Comercial
Luiz Feliz	Operário
Luiz Gomes da Silva	Torneiro mecânico
Manuel Ferreira de Carvalho	Tanoeiro
Manuel Rodrigues	Carpinteiro
Manuel da Silva Matos	Caldeireiro
Mário Miranda Denis	Empregado de Escritório
Miguel Cunha	Fundidor
Moisés Amorim	Tanoeiro
Nuno de Carvalho	Empregado de Escritório
Quirino Vieira Ferreira	Bronziador
Raúl Guilherme	Empregado Bancário

Nome	Profissão
Rui Barata Denis	Empregado Comercial
Rui Rodrigues Taveira	Comerciante
Vasco Antunes	Pedreiro
Vasco Neves	Empregado de Escritório
Vasco Rodrigues Parreira	Empregado de Escritório
Victor Ferreira dos Santos	Serralheiro

Anexo n.º 23

1.ª Comissão Concelhia da União Nacional de Torres Vedras (empossada a 29 de
Setembro de 1931)⁶⁴⁰

Nome	Profissão	Residência	Ideologia	Idade
Afonso Pedreira Vilela (Presidente)	Médico	Torres Vedras	Independente	47
José Alberto de Bastos	Médico/Delegado de Saúde	Torres Vedras	Republicano	47
José Anjos da Fonseca	Proprietário	Torres Vedras	Republicano	61
Lino Leal Henriques Fernandes	Proprietário e Comerciante	A-dos- Cunhados	Republicano	41
Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa	Proprietário	S. Domingos de Carmões	Monárquico	56
José Ferreira Pinto	Comerciante	Torres Vedras	Monárquico	68
António Inácio Pereira	Proprietário	Ordasqueira	Monárquico	62

⁶⁴⁰ ANTT/MI, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, mc. 451, ofício n.º 359 de 12/09/1931; AHP, Secção XXV-D, cx. 30, *Recenseamento Eleitoral dos inscritos em 1932, e que teem direito a voto no Plebiscito Nacional* (1933).

Anexo n.º 24

Elite nacional-sindicalista do concelho de Torres Vedras, 1933⁶⁴¹

Nome	Profissão	Residência	Idade
João Augusto Clímaco Pinto	Comerciante	Torres Vedras	31
Mário Pessoa de Sousa Dias	Médico	S. Pedro da Cadeira	29
Alberto Vieira Jerónimo	Ajudante do Tesoureiro Judicial	Torres Vedras	23
Miguel Leal e Silva	Proprietário	S. Domingos de Carmões	29
Manuel da Silva Antunes	Ajudante do Conservador do Registo Predial	Torres Vedras	21
Artur Pistachini	Empregado comercial	S. Pedro da Cadeira	36
Álvaro Mendes Jorge	Comerciante	Torres Vedras	26

⁶⁴¹ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 122, ofício n.º 520 de 24/11/1941 e ofício s/n de 21/04/1942; AMTV, *Recenseamento Eleitoral dos Chefes de Família* (1934-1935), cx. 1 (1934-1962).

Anexo n.º 25

2.ª Comissão Concelhia da União Nacional de Torres Vedras (comissão aprovada a 3 de Março de 1934 pela Comissão Executiva da União Nacional)⁶⁴²

Cargo	Nome	Profissão	Residência	Idade
Presidente	Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa	Proprietário	S. Domingos de Carmões	59
Vice- Presidente	José de Matos	Advogado	Torres Vedras	57
Secretário	João Augusto Clímaco Pinto	Comerciante	Torres Vedras	32
Vogais efectivos	Sebastião de Barros e Cunha	Advogado e Capitão do Exército	Runa	42
	José Barreto Garcia	Comerciante	Torres Vedras	51
	João Ferreira dos Santos	Pedreiro	Torres Vedras	39
	João Duarte Bernardino Ferreira	Comerciante	Torres Vedras	35

⁶⁴²Alta Extremadura, Ano II, N.º 49, 20/04/1934, p. 1, coluna 3; AMTV, *Recenseamento Eleitoral dos Chefes de Família* (1934-1935), cx. 1 (1934-1962).

	Nome	Profissão	Residência	Idade
Vogais suplentes	Segismundo José Menezes de Alarcão	Proprietário	Carvoeira	-
	Francisco Galvão de Sousa Chichorro	Proprietário	-	-
	José Manuel da Silva Fialho	Proprietário	Freiria	34
	Joaquim Marques dos Reis	Comerciante	Torres Vedras	57
	Feliciano Brilha	Comerciante	-	-
	José de Oliveira Nunes	Comerciante	Torres Vedras	38
	Augusto Clímaco Pereira	-	-	-

Anexo n.º 26

Comissões de Freguesia da União Nacional do Concelho de Torres Vedras (aprovadas a 15 de Março de 1934 pela Comissão Executiva da União Nacional)⁶⁴³

Comissão de Freguesia de A-dos-Cunhados		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Francisco Gomes Carvalhal	Proprietário
1.º Secretário	Joaquim da Costa Belchior	Proprietário e comerciante
2.º Secretário	António José Paulo	Proprietário e comerciante
Vogal	António Carlos Saramago	Proprietário
Vogal	Francisco Ferreira Marques	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
Padre José Jorge Fialho		Pároco
Francisco Paulo Sarreira		Comerciante
Domingos dos Santos Crispim		Comerciante
Gustavo Duarte Leal Henriques		Comerciante
Quintino Franco Cordeiro		Comerciante

⁶⁴³ ANTT/Arquivo da UN, Correspondência com a Comissão Concelhia de Torres Vedras, cx. 30, mç. 96.

Comissão de Freguesia de Carmões		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	António Cadête	Farmacêutico
1.º Secretário	Augusto Boto Pimentel	Proprietário
2.º Secretário	Manuel Lopes Júnior	Comerciante e proprietário
Vogal	José Pedro da Rosa Bray	Proprietário
Vogal	Silvério Januário Vieira	Comerciante e proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
António Canha Boto Pimentel		Proprietário
Joaquim Melícias Duarte		Proprietário
João da Costa		Proprietário
Joaquim Estêves		Comerciante
Manuel Ferreira da Cruz		Proprietário

Comissão de Freguesia de Carvoeira		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	José Boto de Carvalhosa	Proprietário
1.º Secretário	Francisco Ferreira	Comerciante
2.º Secretário	João dos Santos Gomes	Proprietário
Vogal	João Dias	Proprietário
Vogal	Manuel Gomes da Mata	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
Gaudêncio Gomes		Proprietário
Joaquim Franco		Proprietário
Fernando Pinheiro Baltazar		Proprietário
Augusto Patrício		Comerciante
Duarte Augusto Monteiro Júnior		Proprietário

Comissão de Freguesia de Dois Portos		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Raúl da Encarnação Lopes	Proprietário
1.º Secretário	Manuel Victor Ferreira Dias	Comerciante e proprietário
2.º Secretário	David Baltasar Belchior	Comerciante e proprietário
Vogal	José da Costa Melícias	Proprietário
Vogal	António Ferreira Marcos	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
Manoel da Costa Melícias Júnior		Proprietário
José Francisco Belchior		Proprietário
Manoel Mateus da Silva		Proprietário
Joaquim Cândido Martins		Proprietário
António Rodrigues Venâncio		Farmacêutico

Comissão de Freguesia de Freiria		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Óscar Manuel de Castro	Proprietário
1.º Secretário	Custódio António Dias	Proprietário
2.º Secretário	José da Silva Fialho	Proprietário
Vogal	António Patrocínio Martins	Proprietário
Vogal	Joaquim Quitério	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
António Duarte da Quinta		Proprietário
Germano José Eiras		Proprietário
Sebastião Inácio Martins		Proprietário
Valentim Duarte Calixto		Proprietário
João Francisco Bernardes		Proprietário

Comissão de Freguesia de Matacães		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Augusto Miranda	Comerciante e Proprietário
1.º Secretário	José Inácio Clímaco Pereira	Agricultor
2.º Secretário	Francisco Gancho	Comerciante e proprietário
Vogal	Luiz Francisco Figueira	Comerciante e proprietário
Vogal	Francisco Galantinho	Agricultor
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
Francisco Pedro Xavier Barbosa		Proprietário
Manuel Ferreira Lopes		Comerciante e proprietário
Francisco Inácio Dias		Proprietário
António Ferreira Nunes		Agricultor
José Victorino Clímaco Miranda		Proprietário

Comissão de Freguesia de Maxial		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	José Maria Pinto Jordão	Proprietário e comerciante
1.º Secretário	Anselmo Nunes Moço	Industrial
2.º Secretário	Francisco Freire Baudoin	Proprietário e industrial
Vogal	Luís Damil	Proprietário e industrial
Vogal	José Félix da Costa	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
António Francisco Nunes		Proprietário
Joaquim Matias Laureana		Proprietário
José da Costa Júnior		Proprietário
António da Costa Pita		Proprietário
António Feliciano da Costa e Silva		-

Comissão de Freguesia Monte Redondo		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	António Firmino Duarte	Proprietário
1.º Secretário	Gonçalo da Silva Gonçalves	Proprietário
2.º Secretário	Simplício José Dias	Comerciante
Vogal	João Manuel Trinta	Trabalhador
Vogal	Henrique Crispim Duarte	Comerciante
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
João Ataíde Pereira Diogo		Proprietário
António Caixaria		Carpinteiro
Luís Soares dos Santos		Ferreiro
José Fontes		Proprietário
António Duarte Catarino		Proprietário

Comissão de Freguesia de Ponte do Rol		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	José Francisco da Cruz	Proprietário
1.º Secretário	Maximino Sobrinho	Proprietário
2.º Secretário	Nicolau dos Santos Silva	Proprietário
Vogal	Francisco António da Cruz	Proprietário
Vogal	António Duarte	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
Carlos Roque do Vale		Proprietário
Daniel Dias Sarreira		Proprietário
José António Duarte		Proprietário
Manuel Vale dos Santos		Proprietário
João da Luz Roque		Industrial

Comissão de Freguesia de Ramalhal		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Joaquim França Sobrinho	Proprietário
1.º Secretário	José Pereira Bruno	Proprietário
2.º Secretário	Guilherme João Matias	Comerciante
Vogal	António Mateus Franco	Proprietário
Vogal	Cesar da Fonseca	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
António Cosme Franco Sobrinho		Comerciante
Felix da Silva Guerra		Proprietário
Francisco Silvestre Ferreira		Proprietário
Ernesto Gonçalves Guerra		Proprietário
Jaime Luis Correia		Proprietário

Comissão de Freguesia de Runa		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Francisco Neves Barata	Oficial do Exército
1.º Secretário	Luís Francisco Margaça	Proprietário
2.º Secretário	José Antão de Carvalho	Comerciante e proprietário
Vogal	José Sebastião	Agricultor
Vogal	Francisco Lopes Gomes	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
Custódio Alves de Carvalho		Comerciante e Proprietário
João Veríssimo		Proprietário
João Morais		Fazendeiro
José Maria dos Santos		Comerciante e Proprietário
Francisco Veiga		Proprietário

Comissão de Freguesia de S. Pedro		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	António Trigueiros Júnior	Comerciante
1.º Secretário	Eurico José Clímaco Pinto	Comerciante
2.º Secretário	Francisco José Lúcio	Empregado comercial
Vogal	José Rufino Damião	Comerciante
Vogal	Francisco Manuel Clemente	Empregado de escritório
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
António Alves		Industrial
José Florêncio da Silva		Industrial
Leandro Valente		Proprietário
Francisco Alves		Proprietário e comerciante
António Pereira Braz		Empregado comercial

Comissão de Freguesia de S. Pedro da Cadeira		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	José Miranda Leal	Proprietário
1.º Secretário	António dos Santos Duarte	Proprietário
2.º Secretário	Tertuliano Pereira	Proprietário
Vogal	José Henriques Faustino	Proprietário
Vogal	António Franco Leal	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
José Roque Miranda		Proprietário
Artur Leandro Duarte		Proprietário
Artur Miranda		Proprietário
João Vieira		Proprietário
Manuel Lucas		Proprietário

Comissão de Freguesia de S. Maria		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Carlos da Silva Cardôso	Comerciante
1.º Secretário	Luiz Roque dos Santos	Comerciante e proprietário
2.º Secretário	Joaquim Paulo Jorge	Empregado bancário
Vogal	Jaime Ferreira	Comerciante
Vogal	Augusto Ferreira Lopes	Comerciante e proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
José Napoleão Pereira Júnior		Comerciante e proprietário
Manoel Bernardes		Comerciante e proprietário
António Martins Machado		Proprietário
José Trindade Abreu		Proprietário
Armando Patrício		Comerciante e proprietário

Comissão de Freguesia de Silveira		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Manuel do Vale Jordão	Comerciante e proprietário
1.º Secretário	Rui Feio Jorge	Comerciante e proprietário
2.º Secretário	Cesar Alves Inácio	Comerciante e proprietário
Vogal	Manuel Miranda	Comerciante e proprietário
Vogal	Álvaro Barreto de Pina	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
Rafael Franco		Proprietário
António Pereira		Comerciante
Eduardo Franco Antunes Leal		Proprietário
Francisco Paulo		Comerciante
José Franco		Proprietário

Comissão de Freguesia do Turcifal		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Manuel Gomes Cardoso	Proprietário
1.º Secretário	Artur Pedreira Carneiro	Proprietário
2.º Secretário	Jorge Ribeiro Franco	Industrial
Vogal	José Sena Bernardes	Proprietário
Vogal	Joaquim Laureano	Proprietário
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
José Miguel Pedreira Carneiro		Proprietário
Manuel Brazil dos Santos		Proprietário
Mário Damião Franco		Empregado de Comércio
Joaquim Sanches		Comerciante
Belmiro de Carvalho		Comerciante

Comissão de Freguesia de Ventosa		
<u>Membros efectivos</u>		
Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Miguel dos Santos	Proprietário
1.º Secretário	Joaquim Carimbo Júnior	Proprietário
2.º Secretário	Boaventura dos Santos	Proprietário
Vogal	João Florencio Duarte	Comerciante
Vogal	Feliciano Gomes	Comerciante
<u>Membros suplentes</u>		
Nome		Profissão
João Pedro		Proprietário
José Gregório da Silva Franco		Proprietário
Luís Gomes dos Santos		Proprietário
José Marcelino Felix		Proprietário
António Gomes Marçal		Proprietário

Anexo n.º 27

Elementos inscritos no banquete de homenagem ao tenente António Vitorino França

Borges (realizado a 29 de Julho de 1935)⁶⁴⁴

Nome
Afonso Vilela
José Alberto de Bastos
Rafael Salinas Calado
João Germano Alves
José Augusto Trigueiros
Raúl Cabral
Justino Freire de Moura Guedes
Augusto Maria Lopes da Cunha
Rui da Costa Lopes
José Pedro Lopes
António Manuel Freire Nunes
Carlos Torres
António Hipólito Júnior
Fernando Maria d'Almeida
Alfredo d'Almeida
Jacinto Custódio Rodrigues
António Quintas Alves
Álvaro Lafaia de Castro

⁶⁴⁴ *Alta Extremadura*, Ano III, N.º 93, 20/07/1935, p. 1, columnas 3 e 4.

Nome
José Maria de Miranda
Joaquim Custódio Rodrigues
José Guimarães Pinheiro
Comendador António Hipólito
Francisco Fivelim Costa
José António Vieira
José Joaquim de Miranda
José Joaquim Machado
José Manuel da Silva Fialho
João Ferreira Rijo
Mário Galvão
Alberto Gomes Pedreira
Florêncio Augusto das Chagas
Francisco António da Silva
João Rodrigues da Silva Grazina
Coronel José d'Almeida Vasconcelos
Aurélio Ricardo Belo
Alberto Graça
Teixeira d'Azevedo
Tenente Pedro Pinto Cardoso
José Augusto Mendes

Nome
Alfredo Saraiva
Manuel dos Santos Miranda
Manuel Vale dos Santos Jordão
José Antunes Ramalho
João Nicolau dos Santos Júnior
Júlio Viegas
Luiz Pereira
Manuel da Silva Antunes
Francisco Brites Moita
Francisco Pintassilgo
Henrique Vilela
José Augusto Lopes Júnior
Hermínio Duarte Ferreira
Dâmaso Luíz Seia

Anexo n.º 28Lista de subscritores do Telegrama dos Vinhos, Julho de 1938⁶⁴⁵

Nome	Profissão	Cargo
Augusto Boto Pimentel de Carvalhosa	Proprietário	Presidente da Comissão Concelhia da UN Presidente da Junta de Freguesia de Dois Portos Membro do Conselho Municipal
João Augusto Clímaco Pinto	Comerciante	Vereador da Câmara Municipal Secretário da Comissão Concelhia da UN
José Rodrigues Sousa	-	Vereador da Câmara Municipal
João Pedro	-	Vereador da Câmara Municipal
Francisco de Sousa Chichorro	-	Vogal da Comissão Concelhia da UN
José Rufino Damião	-	Vereador da Câmara Municipal, Secretário da Junta de Freguesia de S. Pedro Presidente da Comissão da UN da Freguesia de S. Pedro

⁶⁴⁵ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 91, ofício s/n de 10/07/1938.

Nome	Profissão	Cargo
Alberto Vieira Jerónimo	Funcionário Judicial	Vogal da Comissão Concelhia da UN
Luís Francisco Margaça	-	Presidente da Junta de Freguesia de Runa Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Runa Vogal da Comissão Cultural
Mário Luís Ferreira Margaça	Proprietário	Membro da UN
Salustiano Santos Leal	Proprietário	Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Runa
José Júlio Miranda	Proprietário e comerciante	Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Runa
Carlos Sebastião	Proprietário	-
José Antão Carvalho	Comerciante	Tesoureiro da Junta de Freguesia de Runa Vogal da Comissão Concelhia da UN
Romão Costa Lopes	Proprietário (Feliteira)	-
José Inácio Silva	Proprietário	-
João Clímaco	Proprietário	-
José Costa Melícias	Proprietário	-

Nome	Profissão	Cargo
José Baltazar Belchior	Proprietário	-
David Baltazar Belchior	-	Secretário da Junta de Freguesia de Dois Portos
Joaquim Costa Melícias	Proprietário	-
Armando Paulo Dias	Proprietário	-
João Baptista Carneiro Canha	Proprietário	-
José Francisco Belchior	Vinicultor	-
Manuel Costa Melícias Júnior	Proprietário	Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Dois Portos
António Santos Moraes	Farmacêutico	Secretário da Junta de Freguesia de Carmões
Manuel Lopes Júnior	Proprietário	Vogal da Junta de Freguesia de Carmões Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Carmões
Francisco Antunes Fernandes	Professor Primário	-
João Canha Boto Pimentel	Proprietário	Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Carmões
José António Cadete	Proprietário	-
António Canha Boto Pimentel	Proprietário	-

Nome	Profissão	Cargo
Alfredo Bray da Silva	Proprietário	-
Segismundo José Menezes Alarcão	Proprietário	Presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira Vogal da Comissão Concelhia da UN
Manuel Pedro Costa Belchior	Proprietário vinicultor	-
José Bastos	Médico	Antigo vogal da Comissão Concelhia da UN
António Inácio Pereira	Vinicultor	Vogal da Comissão Concelhia da UN
Luís Francisco Figueira	Vinicultor	Antigo vogal da Junta de Freguesia de Matações Vogal da Comissão UN
José Clímaco Pereira	Vinicultor	Secretário da Comissão da UN da Freguesia de Matações
Francisco Cristóvão Baptista Gancho	-	Secretário da Junta de Freguesia de Matações Vogal da Comissão Concelhia da UN
Augusto Gregório Miranda Júnior	Proprietário	Presidente da Junta de Freguesia de Matações, Presidente da Comissão da UN da Freguesia de Matações

Nome	Profissão	Cargo
Manuel Lourenço Sacramento	Comerciante	Regedor substituto da Freguesia de Matacães
Lino Leal Henriques Fernandes	Comerciante e proprietário	-
Francisco Alves Gomes Carvalhal	Vinicultor	Presidente da Comissão da UN da Freguesia de A-dos-Cunhados
Gustavo Duarte Leal Henriques	Vinicultor	Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados
Vergílio Gomes Correia	Vinicultor	Tesoureiro da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados
Luís Cândido Franco	Proprietário	Regedor da Freguesia de A-dos-Cunhados
Francisco Ferreira Marques	Proprietário	Vogal da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados
Pio Anacleto Fernandes	-	Presidente da Associação de Socorros Mútuos de A-dos-Cunhados
António Emídio Santa Cruz	-	Tesoureiro da Associação de Socorros Mútuos de A-dos-Cunhados
António José Paulo	Proprietário	-
Francisco Paulo Sarreira	Comerciante	-

Nome	Profissão	Cargo
Gustavo Leal Fernandes	Proprietário	-
António Casimiro Vicente	Comerciante	-
Artur Nobre Martins	Proprietário/comerciante	Vogal da Comissão de Freguesia da UN de A-dos-Cunhados
Filipe Norberto Martins	Proprietário/comerciante	-
José Casimiro Vicente	Proprietário	-
Francisco Jorge Júnior	Comerciante	-
Júlio Vicente	Vinicultor	-
António Paulo Sarreira	Comerciante/vinicultor	-
Raimundo Ferreira	Vinicultor/comerciante	-
Sebastião Miranda	Vinicultor	-
Manuel Casimiro Vicente	Vinicultor	-
Pedro Leal Henriques Fernandes	Vinicultor	-
Quintino Franco Cordeiro	Vinicultor	-
Filipe Luís Saramago	Vinicultor	-
Manuel Vale Jordão	Vinicultor	Presidente da Comissão da UN da Freguesia de Silveira
António Gomes	Vinicultor	-

Nome	Profissão	Cargo
Rui Feio Jorge	Comerciante	Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Silveira
Inácio Nunes da Costa	Comerciante	Vinicultor
Manuel Santos Miranda	Vinicultor	Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Silveira
Francisco Alves dos Santos	Vinicultor	-
Sebastião Miranda	Vinicultor	-
Júlio Lucas	Vinicultor	-
José Agostinho Ferreira	Vinicultor	-
Matias Ferreira	Vinicultor	-
António Francisco da Costa	Vinicultor	-
António Alves Pereira	Vinicultor	-
Angelo Paulo Botelho	Comerciante/vinicultor	-
Francisco Veiga Amorim Pintassilgo	Comerciante/proprietário	-
Alfredo Nicolau Santos	Vinicultor	-
José Augusto Lopes Júnior	Vitivinicultor	-
Procópio Mota Bento	Médico	Director do posto de Puericultura de T. Vedras
Sabino Galrão	Vinicultor	Vice-provedor da Misericórdia de T. Vedras
João Mota Esteveira	Industrial	-
António José Alves Júnior	Comerciante	-

Nome	Profissão	Cargo
Francisco Marques Belchior	Vinicultor	-
Ulpiano Nunes da Silva	Vinicultor	-
César Alves Inácio	Proprietário	Regedor da Freguesia da Silveira
José Joaquim Jaleco	Vinicultor	-
José Ramalho Belchior	Vinicultor	-
António Gomes Marçal	Vinicultor	-
Feleciano Pereira Brilha	Comerciante	Secretário da Junta de Freguesia de S. Maria
José Pedro Lopes	Vinicultor	Antigo vereador da Câmara Municipal
Abel Sena Bernardes	Comerciante/vinicultor	-
José Carlos Ribeiro	Vinicultor	-
Francisco José Lúcio	-	Administrador dos Serviços Municipalizados de Torres Vedras
António Serafim de Bastos Júnior	Comerciante/vinicultor	-
João Hipólito	Industrial	-
José Guimarães Pinheiro	Comerciante	Vogal da Comissão Municipal de Turismo
Florêncio Augusto Chagas	Comerciante/industrial	-

Nome	Profissão	Cargo
António da Costa Lopes	Vinicultor	Antigo provedor da Misericórdia de T. Vedras
José Rodrigues Carvalho	Vinicultor	Membro da Comissão Municipal de Turismo
Jacinto Custódio Rodrigues	Comerciante/vinicultor	Director da Associação de Educação Física e Desportiva de T. Vedras
José Francisco Canha	Vinicultor	-
Joaquim Custódio Rodrigues	Comerciante/vinicultor	-
António Alves Ferreira	Comerciante/vinicultor	-
Alfredo Rafael Gomes Almeida	Comerciante	Director da Associação Comercial de T. Vedras
José Anjos da Fonseca	Vinicultor	-
Nicolau Santos Silva	Vinicultor	Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol
Maximino Nicolau Santos Sobrinho	Vinicultor	Presidente da Comissão da UN da Freguesia de Ponte do Rol
Carlos Roque Vale	Vinicultor	-
José Pedro Santos Silva	Vinicultor	-
Manuel Vale Santos	Vinicultor	-
Daniel Dias Sarreira	Comerciante/vinicultor	-
Francisco Roque Vale	Vinicultor	-

Nome	Profissão	Cargo
Maximino Nicolau Santos	Vinicultor	-
Francisco Pombo Sobrinho	Vinicultor	-
António Ferreira da Silva	Vinicultor	-
José Avelino	Vinicultor	-
Miguel Dias Sarreira	Vinicultor	-
António Nunes da Cunha	Vinicultor	Regedor da Freguesia de Ponte do Rol
Francisco Manuel Nascimento Clemente	Industrial de Moagens	-
José Firmo	Vinicultor	-
José Mário Pinto Jordão	Vinicultor	Presidente da Junta de Freguesia do Maxial
Dionísio Santos	Vinicultor	Vogal da Junta de Freguesia do Maxial
António Rodrigues Valverde	Vinicultor	-
Simplicio José Dias	Vinicultor/comerciante	Vogal da Comissão da UN da Freguesia de Monte Redondo
Gonçalo Silva Gonçalves	Vinicultor	Secretário da Comissão da UN da Freguesia de Monte Redondo
Germano José Esteves	Vinicultor	-
Augusto Félix da Costa	Vinicultor	-

Nome	Profissão	Cargo
António Ramos	Vinicultor	-
Henrique Crispim Duarte	Vinicultor	Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo
António Feliciano Silva	Vinicultor	Cabo-chefe da Ermigeira
José Augusto Felix Costa	Vinicultor	Vogal da Comissão da UN da Freguesia do Maxial
Manuel Joaquim	Vinicultor	-
Luís Eduardo	Vinicultor	-
Anselmo Nunes Moço	-	Vogal da Comissão da UN da Freguesia do Maxial
José Francisco Alves	Vinicultor	-
António Nunes Moço	Vinicultor	-
António Figueiredo Pessoa	Vinicultor/comerciante	-
Francisco Freire Baudoin	Vinicultor	Regedor da Freguesia do Maxial
Luís Freire Baudoin	Comerciante/vinicultor	-
Mário Justino Carvalho	Comerciante/vinicultor	-
Joaquim Matias Laureano	-	Membro da Comissão da UN da Freguesia do Maxial
José Pereira Bruno	Vinicultor	Secretário da Comissão Concelhia da UN do Bombarral

Nome	Profissão	Cargo
Joaquim Maria Franco Sobrinho	Vinicultor	Presidente da Comissão da UN da Freguesia do Ramalhal
Eduardo Maria Franco	Vinicultor	-
Joaquim Franco Cosme	Vinicultor	Secretário da Junta de Freguesia do Ramalhal
António Santos Duarte	Vinicultor	Vogal da Comissão Concelhia da UN, Membro do Conselho Municipal, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira
Américo Oliveira Valadas	Farmacêutico	Secretário da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira
António Franco Leal	Vinicultor	Vogal da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira
José Franco Antunes Leal	Vinicultor	Regedor e Presidente da Comissão da UN da Freguesia de S. Pedro da Cadeira
Artur Miranda	Vinicultor	Vogal da Comissão da UN da Freguesia de S. Pedro da Cadeira

Nome	Profissão	Cargo
Maximiano Faustino Henriques	Vinicultor	-
Octaviano Gomes Ferreira	Comerciante	-
Artur Duarte	Vinicultor	-

Anexo n.º 29

1.º Núcleo de legionários torrienses e respectiva estrutura profissional⁶⁴⁶

Nome dos legionários	Profissão
Eusébio Augusto Mourão	Engenheiro
Manuel Vieira Sardinha	Guarda-livros
Armando Brandão Pereira de Sequeira	Funcionário Municipal
Francisco José Jerónimo	Funcionário Municipal
Rui da Silva Marques	Funcionário Municipal
Dr. Sebastião de Barros e Cunha	Advogado e Capitão de Infantaria
Leopoldo Duarte Pente	Empregado comercial
António José Rodrigues	Motorista
Dr. João Higino Macário	Advogado e notário
Dr. Procópio Mota Bento	Médico
António Ferreira Linhares de Lima	Engenheiro agrónomo
Guilherme Guerra	Engenheiro agrónomo
Francisco Fabiano da Silva Bento	Oficial de diligências
José Nunes Preto Castanho	Comerciante
Francisco José Cláudio Júnior	Amanuense Municipal
Inácio do Nascimento Clemente	Industrial
António Xavier Ferreira	Regente agrícola
João Duarte Bernardino Ferreira	Comerciante
João Hipólito	Industrial
Rui da Costa Lopes	Industrial
José Joaquim Machado	Proprietário
Jacinto Custódio Rodrigues	Comerciante
Mário Faria Rôlo	Sapateiro
Damaso Luiz Seia	Enfermeiro
Apolinário Augusto da Silva	Aspirante de finanças
José Inácio da Silva	Comerciante
Justino da Silva Henriques de Vilhena	Proprietário
Nicolau dos Santos Silva	Proprietário

⁶⁴⁶ A Voz, Ano X, N.º 3.533, 22/12/1936, p. 4, colunas 1, 2, 3, 4 e 5.

Nome dos legionários	Profissão
José Duarte Capote	Comerciante
Sebastião dos Santos Júnior	Comerciante
António Pereira Braz	Cobrador
Hugo Nunes Houbert	Empregado bancário
Domingos da Silva Lino	Funcionário Municipal
Alfredo Teles Martins	Proprietário
Alfredo Lopes Moreira	Empregado comercial
José do Nascimento	Empregado comercial
José Joaquim Purvis Passos	Empregado comercial
António Napoleão Pereira	Comerciante
Waldemar Miranda Barata Diniz	Escriturário
João Augusto Clímaco Pinto	Comerciante
Álvaro Virgílio de Pontes Simões	Solicitador
Vergílio Álvaro de Pontes Simões	Funcionário Público
Luiz Eduardo Sobreiro	Sacristão
Augusto Canha Boto Pimentel	Proprietário
José dos Santos Domingos	Regente agrícola
Joaquim da Costa Melícias	Proprietário
Augusto Clímaco Pereira	Funcionário da FVCSP
Maximino Nicolau dos Santos Sobrinho	Proprietário
José Pedro Veríssimo	Industrial
Francisco José Lúcio	Empregado comercial
João José do Carmo	Empregado público
António de Oliveira Esteveira	Empregado comercial
Cristiano de Pina Fonseca	Escrivão de direito
Octávio Xavier Ortis Gonçalves	Empregado de escritório
Álvaro Mendes Jorge	Funcionário Municipal
Eurico José Clímaco Pinto	Vinicultor/Empregado
Artur Pistachini	Funcionário Municipal
António Alexandre Sarsfield Rodrigues	Tesoureiro da Caixa Geral de Depósitos

Nome dos legionários	Profissão
Benedito Rodrigues Saramago	Zelador Municipal
Alberto Ferreira da Silva	Funcionário Público
Francisco Cunha Valente	Proprietário
José Nobre Barreto	Guarda-livros
José Anacleto	Trabalhador
José Marcelino Félix	Trabalhador
António Firmo	Trabalhador
Francisco Gomes	Trabalhador
Francisco Machado	Trabalhador
João Ramos	Trabalhador
Humberto da Silva	Escriturário
José de Carvalho Mesquita	Professor
Henrique Vilela	Proprietário
Francisco Fivelim Costa	Comerciante
Óscar Manuel de Castro	Proprietário
Francisco Manuel Clemente	Industrial
José Henriques dos Santos Lucas	Engenheiro
Augusto Maria do Nascimento Gonçalves	Professor
Manuel Vale Jordão	Proprietário
Augusto Rafael da Silva Miranda	Proprietário
José Rodrigues de Carvalho	Proprietário
Augusto Pedreira Boto Pimentel	Proprietário
Carlos da Silva Cardoso	Comerciante
José Napoleão Pereira Júnior	Comerciante
Raúl da Encarnação Lopes	Proprietário
António da Silva Hugo	Empregado comercial
João Pereira de Sousa	Estucador
Manuel Guerreiro Valdez Marcelo	Oficial de diligências
Amadeu Correia da Costa	Motorista
Manuel Nunes Correia	Comerciante

Nome dos legionários	Profissão
Artur Leopoldo	Electricista
José Rodrigues Dias	Professor
José Mateus da Fonseca	Empregado bancário
Abel Gomes Duarte	Proprietário
José Gomes Duarte	Proprietário
João Gomes Duarte	Proprietário
Daniel Dias Sarreira	Comerciante
Joaquim Custódio Rodrigues	Comerciante
Manuel Vale dos Santos	Proprietário
Francisco Avelino de Carvalho Júnior	Ferrador
Francisco Marques Belchior	Proprietário
Romão da Costa Lopes Júnior	Agricultor
João Mota Esteveira	Motorista
Alberto Vieira Jerónimo	Ajudante de tesoureiro judicial
António Teixeira de Figueiredo	Proprietário
João Pedro	Proprietário
Henrique da Silva Dias dos Reis	Empregado bancário
Augusto Duarte Cerveira	Aspirante de finanças
João Cipriano	Marítimo
Amadeu Pinto dos Reis	Aspirante de finanças
Eduardo Baptista Andreia Ferreira	Estudante
Manuel Ferreira Pombal	Jardineiro
Hermano Dias Ferreira	Solicitador
José Caetano Nunes	Motorista
José Fontes	Proprietário
João Martins Ratão	Trabalhador
Luíz Martins	Trabalhador
João Manuel Trinta	Fazendeiro
António Duarte da Silva	Proprietário
Manuel Damas	Proprietário

Nome dos legionários	Profissão
António Ferreira da Silva	Guarda-fios
António Pedro da Cruz	Proprietário
Fernando Severino	Criado
José Alves	Carroceiro
João Gigante	Serralheiro
Francisco do Espírito Santo Roque do Vale	Proprietário
Boaventura Gomes Rufino	Sapateiro
António Marcelino Alves	Cantoneiro
António José Jorge Gigante	Proprietário
João da Luz Roque	Sapateiro
João Roque	Sapateiro
Miguel Nunes da Cunha	Motorista
José dos Santos	Proprietário
Francisco Ferreira da Silva	Comerciante
Francisco Nunes da Cunha	Comerciante
Joaquim Pinheiro	Ferrador
José Firmo	Proprietário
João Duarte Gomes	Empregado comercial
Francisco Galvão de Sousa Chichorro	Proprietário
José Rodrigues de Sousa	Proprietário
António dos Santos	Carpinteiro
Francisco dos Santos Pereira	Trabalhador
João Ramos Noia	Trabalhador
Jorge Estevão Bernardes	Trabalhador
Joaquim Francisco Sobrinho	Trabalhador
Joaquim Bernardes Júnior	Trabalhador
Domingos Antunes	Proprietário
Aires Rodrigues Gomes	Proprietário
António Antunes	Jornaleiro
António Félix Gomes	Jornaleiro

Nome dos legionários	Profissão
António Cruz Dias	Proprietário
José da Luz	Trabalhador
José Martins	Trabalhador
António da Luz	Trabalhador
João Florêncio Duarte	Industrial
Eduardo Gomes	Destilador
António Maria Vilela	Empregado de escritório
José de Oliveira	Empregado agrícola
Ernesto Moreira de Sá	Empregado de escritório
António da Silva Tavares	Feitor agrícola
Leonel Avelar Reprezas	Funcionário de Finanças
Augusto Duarte Correia	Funcionário de Finanças
Ricardo Barata Freire de Lima	Funcionário de Finanças
José Rufino Damião	Comerciante
José Miguel Rodrigues	Funcionário de Finanças
Juveniano Pinto Ângelo	Funcionário de Finanças
Adelino da Silva Louro	Funcionário Público

Estrutura profissional	Total	Percentagem
Proprietários	35	21,2%
Industriais	6	3,6%
Comerciantes e empregados de comércio	25	15,2%
Profissões liberais	6	3,6%
Professores	3	1,8%
Operários fabris	3	1,8%
Trabalhadores rurais	21	12,7%
Empregados e funcionários públicos	23	13,9%
Outros	43	26,1%
Total	165	100%

Anexo n.º 30**Resultado da votação do Plebiscito Constitucional (1933)**⁶⁴⁷

Freguesias	Inscritos	Votos a favor	Votos contra	Nulos	Abstenção
Carmões	216	146	0	0	70
Carvoeira	403	73	1	0	320
Cunhados	902	863	0	0	39
Dois Portos	826	238	1	0	587
Freiria	465	234	0	0	231
Matações	285	192	0	0	93
Maxial	586	107	0	0	479
Monte Redondo	168	68	0	0	100
Ponte do Rol	302	227	0	0	75
Ramalhal	429	273	0	0	156
Runa	234	95	2	6	131
S. Maria	614	82	1	0	531
S. Pedro da Cadeira	689	365	0	0	324
Silveira	493	368	0	0	125
Turcifal	720	312	0	0	408
S. Pedro	1047	119	5	0	923
Ventosa	760	399	0	0	361
Total	9139	4161	10	6	4953

⁶⁴⁷ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 324, ofício n.º 16 de 29/03/1933.

Anexo n.º 31

Resultado da eleição para a Assembleia Nacional (1934)⁶⁴⁸

Assembleias	Recenseados	Votos	Abstenções	Falecidos	Ausentes	Repetidos	Nulos
Campelos	59	57	0	2	0	0	0
Carmões	69	67	2	0	0	0	0
Carvoeira	147	94	35	8	6	4	0
Cunhados	302	300	1	1	0	0	0
Dois Portos	327	129	198	0	0	0	0
Freiria	129	93	31	5	0	0	0
Matacães	160	114	40	2	4	0	0
Maxial	181	148	29	3	1	0	0
Monte Redondo	69	49	13	3	1	3	0
Ponte do Rol	64	46	17	1	0	0	0
Ramalhal	130	86	44	0	0	0	0
Runa	182	122	45	5	10	0	0
S. Pedro da Cadeira	122	97	25	0	0	0	0
Silveira	151	143	8	0	0	0	0
Turcifal	267	61	168	20	10	8	0
Ventosa	218	156	62	0	0	0	0
Vila ⁶⁴⁹	959	281	642	0	0	32	4
Total	3536	2043	1360	50	32	47	4

⁶⁴⁸ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 330, ofício s/n de 17/12/1934.

⁶⁴⁹ A votação da vila de Torres Vedras é a conjugação, dos resultados obtidos, nas assembleias de voto das freguesias de S. Pedro e de S. Maria.

Anexo n.º 32

Quadro com os resultados da Eleição Presidencial de 1935⁶⁵⁰

Freguesias	Inscritos	Certificados	Votos	Percentagem
S. Pedro e S. Maria	1031	78	418	37,6
Ponte do Rol	70	49	61	52,1
S. Pedro da Cadeira	122	46	155	92,2
Turcifal	286	6	233	79,7
Dois Portos	326	38	206	56,8
Carvoeira	157	9	91	54,7
Maxial	186	94	234	83,5
Cunhados	318	85	389	96,5
Ramalhal	136	47	122	66,6
Monte Redondo	73	42	86	74,3
Carmões	65	39	101	97,1
Freiria	131	1	82	62,1
S. Mamede da Ventosa	229	36	179	67,5
Silveira	151	48	176	88,4
Runa	185	9	144	75,2
Matacães	160	9	106	62,1
Campelos (S. Maria)	72	-	60	83,3
Total	3698	636	2843	65,5

⁶⁵⁰ *Linhas de Torres*, Ano I, N.º 13, 24/02/1935, p. 4, coluna 2.

Anexo n.º 33

Distribuição da população activa agrícola (1940)⁶⁵¹

Situações na Profissão	Total	Percentagem
Patrões proprietários	1.394	10,1%
Patrões rendeiros	213	1,5%
Patrões parceiros	28	0,2%
Patrões	5	0,04%
Isolados proprietários	903	6,6%
Isolados rendeiros	496	3,6%
Isolados parceiros	54	0,4%
Isolados	19	0,1%
Funcionários	1	0,01%
Empregados	203	1,5%
Assalariados	7.463	54,3%
Assoldados ao ano	25	0,2%
Pessoas de família	508	3,7%
Ignorada	2.432	17,7%
Total	13.744	100%

⁶⁵¹VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, Vol. XII: Distrito de Lisboa, Lisboa, INE, 1945, p. 310.

Anexo n.º 34**População desempregada no concelho de Torres Vedras (1940)⁶⁵²**

Concelhos	Desempregados	Percentagem	Ordem
Alenquer	248	5,7%	7
Arruda dos Vinhos	60	1,4%	11
Azambuja	53	1,2%	12
Cadaval	89	2,1%	10
Cascais	587	13,6%	3
Loures	494	11,4%	5
Lourinhã	154	3,6%	9
Mafra	211	4,9%	8
Oeiras	929	21,5%	1
Sintra	571	13,2%	4
Sobral de Monte Agraço	19	0,4%	13
Torres Vedras	290	6,7%	6
Vila Franca de Xira	614	14,2%	2
Total	4319	100%	

Grupos de Idades	Total de desempregados	Percentagem
De 10 aos 19 anos	67	23,1%
De 20 aos 29 anos	63	21,7%
De 30 aos 39 anos	47	16,2%
De 40 aos 49 anos	57	19,7%
De 50 e mais anos	56	19,3%
Total	290	100%

⁶⁵²VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, Vol. XII: Distrito de Lisboa, Lisboa, INE, 1945, p. 318.

Género	Total	Percentagem
Homens	212	73,1%
Mulheres	78	26,9%
Total	290	100%

Duração	Total	Percentagem
Menos de 1 mês	118	53,9%
Mais de 6 meses	101	46,1%
Total	219	100%

Anexo n.º 35

Produção agrícola do concelho de Torres Vedras em 1939 e 1940⁶⁵³

Géneros	Unidade	1939	1940
Trigo	Toneladas	6.068	3.113
Centeio	Mil Litros	24	7
Aveia	Mil Litros	292	183
Cevada	Mil Litros	147	72
Fava	Mil Litros	403	70
Grão-de-bico	Mil Litros	91	68
Arroz	Toneladas	0	33
Batata de sequeiro	Toneladas	6.105	6.079
Cortiça	Quilos	-	-
Milho de sequeiro	Mil Litros	1.738	1.641
Feijão	Mil Litros	487	508
Vinho	Hectolitros	438.562	393.719
Azeite	Decalitros	11.662	85

⁶⁵³ *Anuário Estatístico, Produção Agrícola, 1939-1940, Lisboa, INE.*

Anexo n.º 36

Área e rendimentos das principais culturas agrícolas do concelho de Torres Vedras
(média do quinquénio 1941/1945)⁶⁵⁴

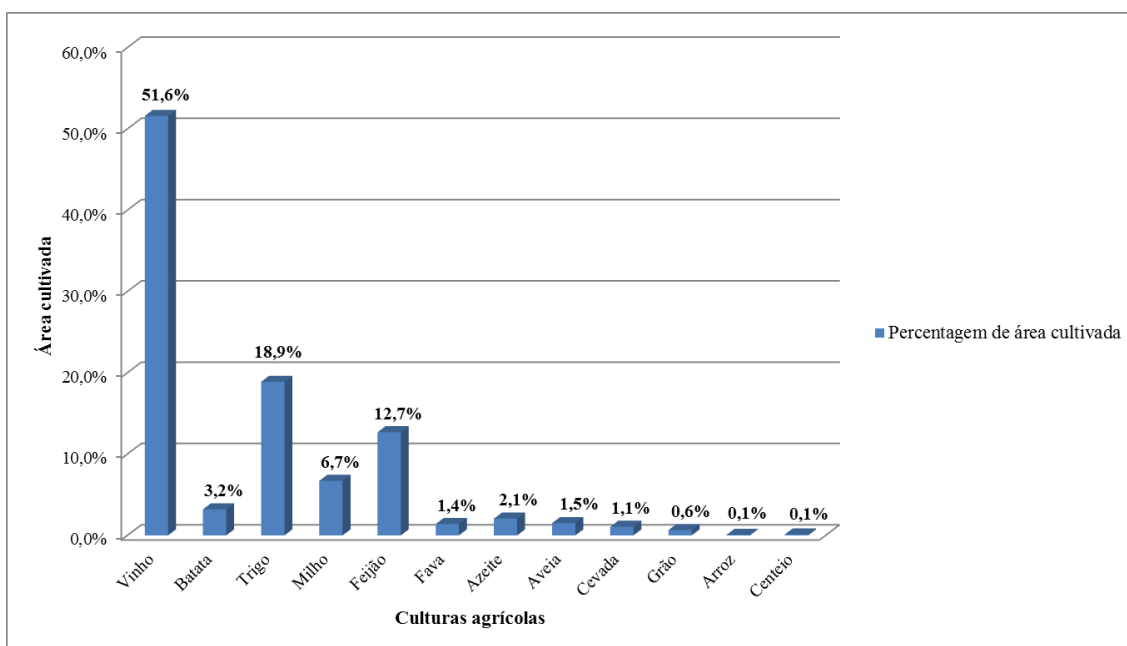
Culturas	Área cultivada ⁶⁵⁵	Produção		Rendimento bruto (milhares de escudos)
		Quantidade	Unidade	
Vinho	11.069	52.501.250	Litros	101.904
Batata	688	9.804.680	Kg.	14.689
Trigo	4.054	4.934.800	Kg.	9.857
Milho	1.440	1.288.028	Kg.	2.559
Feijão	2.723	375.972	Kg.	1.324
Fava	300	310.201	Kg.	654
Azeite	442	75.560	Litros	576
Aveia	326	223.155	Kg.	532
Cevada	228	189.042	Kg.	365
Grão	139	58.304	Kg.	273
Arroz	16	22.740	Kg.	33
Centeio	27	11.438	Kg.	23
Total	21.452	-	-	132.789

⁶⁵⁴OLIVEIRA, Rogério, *Op. Cit.*, p. 20.

⁶⁵⁵A área cultivada é apresentada em hectares.

Anexo n.º 37

Percentagem média de área cultivada no quinquénio 1941/1945⁶⁵⁶



⁶⁵⁶ OLIVEIRA, Rogério, *Op. Cit.*, p. 20.

Anexo n.º 38

Sociedades, segundo o capital, actividade e pessoal empregado (1939 e 1940)⁶⁵⁷

	1939		
	Total	Capital (contos)	Pessoal empregado
Indústrias			
Transformadoras	6	303	54
Alimentação	5	297	43
Minerais, não metálicos	1	6	11
Transportes e Comunicações	1	10	11
Serviços diversos	1	87	13
Total	8	400	78

	1940		
	Total	Capital (contos)	Pessoal empregado
Indústrias			
Transformadoras	6	290	49
Alimentação	6	290	49
Transportes e Comunicações	1	10	10
Serviços diversos	2	167	27
Total	9	467	86

⁶⁵⁷ *Estatística das Sociedades, 1939*, Lisboa, INE, 1941, p. 111; *Idem, 1940*, Lisboa, INE, 1942, p. 121.

Anexo n.º 39

Evolução do número de estabelecimentos de comércio, negócios e serviços existentes
no concelho de Torres Vedras (1939-1945)⁶⁵⁸

Comércio/negócio/serviço	1939		1940		1941	
	Vila	Rural	Vila	Rural	Vila	Rural
Banca e seguros ⁶⁵⁹	40	4	33	4	33	4
Vestuário e calçado	35	8	35	9	35	9
Madeiras e mobiliário	4	4	4	6	4	6
Couro e peles	13	1	6	1	5	1
Metais	3	-	3	-	3	-
Produtos químicos	7	-	8	-	7	-
Hotelaria e restauração	22	4	20	6	14	7
Géneros alimentícios	48	199	43	201	38	203
Materiais de construção	4	-	4	1	5	1
Combustível automóvel	3	1	4	1	4	1
Artes, letras e ciências	4	-	4	-	6	-
Barbeiros	13	16	15	16	15	16
Farmácias	3	4	3	4	3	4
Relojoarias e ourivesarias	14	1	13	1	13	1
Fotógrafos	3	-	3	-	3	-
Venda/aluguer de automóveis	12	10	8	10	10	10
Venda/reparação de bicicletas	4	-	3	-	3	-
Caça e pesca	2	-	2	-	2	-
Material eléctrico	8	1	8	1	8	1
Vinhos e aguardentes	22	26	22	25	14	26
Misto ou não especificado ⁶⁶⁰	12	2	12	2	14	2
Outros	36	8	28	7	27	8

⁶⁵⁸ *Annuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, Lisboa. Anos consultados: 1939-1945.

⁶⁵⁹ Os números apresentados, relativamente ao sector da banca e dos seguros representam, não o número de estabelecimentos, mas sim de bancos e de seguradoras representados localmente. A esmagadora maioria era mantida por agentes locais.

⁶⁶⁰ Comércio ou negócios, cuja especificidade, não é possível apurar. Inclui as drogarias, as quinquilharias e outros estabelecimentos de venda de produtos variados.

	1942		1943		1944	
Comércio/negócio/serviço	Vila	Rural	Vila	Rural	Vila	Rural
Banca e seguros	35	4	32	4	33	4
Vestuário e calçado	35	9	35	10	37	10
Madeiras e mobiliário	4	6	4	11	5	11
Couro e peles	6	1	6	1	7	1
Metais	3	-	3	-	3	-
Produtos químicos	7	-	7	-	7	-
Hotelaria e restauração	22	7	23	7	21	6
Géneros alimentícios	40	203	41	226	42	229
Materiais de construção	5	2	2	2	5	2
Combustível automóvel	4	2	4	2	4	2
Artes, letras e ciências	8	-	6	-	6	-
Barbeiros	16	18	16	24	16	24
Farmácias	3	4	3	4	3	4
Relojoarias e ourivesarias	13	1	13	1	11	1
Fotógrafos	4	-	4	-	4	-
Venda/aluguer de automóveis	11	10	10	9	10	6
Venda/reparação de bicicletas	4	-	5	-	7	-
Caça e pesca	2	-	-	-	-	-
Material eléctrico	7	1	7	1	9	1
Vinhos e aguardentes	14	20	14	27	13	28
Misto ou não especificado	15	2	16	2	18	2
Outros	34	8	35	9	34	9

	1945	
Comércio/negócio/serviço	Vila	Rural
Banca e seguros	32	4
Vestuário e calçado	39	12
Madeiras e mobiliário	5	10
Couro e peles	7	1
Metais	8	-
Produtos químicos	7	-
Hotelaria e restauração	22	8
Géneros alimentícios	46	229
Materiais de construção	5	2
Combustível automóvel	4	2
Artes, letras e ciências	6	-
Barbeiros	16	24
Farmácias	3	4
Relojoarias e ourivesarias	11	1
Fotógrafos	4	-
Venda/aluguer de automóveis	10	6
Venda/reparação de bicicletas	8	-
Caça e pesca	1	-
Material eléctrico	9	1
Vinhos e aguardentes	13	29
Misto ou não especificado	13	2
Outros	30	7

Anexo n.º 40

Evolução do tabelamento anual do preço de géneros de venda ao público (1938-1946)⁶⁶¹

	15/08/1938 - 14/08/1939	15/08/1939 - 14/08/1940	15/08/1940 - 14/08/1941	15/08/1941 - 14/08/1942
Produtos	Preço médio	Preço médio	Preço médio	Preço médio
Trigo (cada 10 litros)	11\$50	11\$50	12\$00	12\$50
Milho (cada 10 litros)	7\$50	7\$50	7\$	7\$50
Cevada (cada 10 litros)	4\$00	4\$00	5\$50	7\$50
Aveia (cada 10 litros)	3\$50	3\$50	3\$50	3\$50
Centeio (cada 10 litros)	12\$00	12\$00	12\$00	12\$00
Fava (cada 10 litros)	7\$00	7\$00	7\$00	7\$00
Ervilha (cada 10 litros)	7\$50	7\$50	7\$50	7\$50
Feijão branco (cada 10 litros)	11\$50	11\$50	11\$50	11\$50
Feijão-frade (cada 10 litros)	10\$00	10\$00	10\$00	10\$00
Grão-de-bico (cada 10 litros)	11\$50	11\$50	11\$50	11\$50
Batata (cada 15 quilogramas)	5\$00	5\$00	5\$00	5\$00
Ovos (cada dúzia)	4\$00	4\$00	6\$00	6\$00
Azeite (cada 10 litros)	60\$00	60\$00	50\$00	50\$00
Vinho tinto (cada 10 litros)	7\$50	7\$50	10\$00	10\$00
Vinho branco (cada 10 litros)	6\$00	6\$00	6\$00	8\$00

⁶⁶¹AMTV, *Livros N.º 40, 44, 45, 46, 47, 48 e 49 das Actas da Câmara (1925 e 1936-1946)*. Diversas sessões ordinárias.

	15/08/1942 - 14/08/1943	15/08/1943 - 14/08/1944	15/08/1944 - 14/08/1945	15/08/1945 - 14/08/1946
Produtos	Preço médio	Preço médio	Preço médio	Preço médio
Trigo (cada 10 litros)	14\$00	10\$00	16\$00	16\$00
Milho (cada 10 litros)	10\$00	10\$00	13\$00	13\$00
Cevada (cada 10 litros)	7\$50	10\$00	11\$00	11\$00
Aveia (cada 10 litros)	3\$50	6\$00	12\$00	12\$00
Centeio (cada 10 litros)	12\$00	10\$00	16\$00	16\$00
Fava (cada 10 litros)	7\$00	12\$00	25\$00	25\$00
Ervilha (cada 10 litros)	7\$50	12\$00	35\$00	35\$00
Feijão branco (cada 10 litros)	23\$00	25\$00	40\$00	40\$00
Feijão-frade (cada 10 litros)	10\$00	18\$00	40\$00	40\$00
Grão-de-bico (cada 10 litros)	23\$00	26\$00	40\$00	40\$00
Batata (cada 15 quilogramas)	5\$00	5\$00	5\$00	5\$00
Ovos (cada dúzia)	5\$00	6\$00	9\$00	9\$00
Azeite (cada 10 litros)	50\$00	770\$00	90\$00	90\$00
Vinho tinto (cada 10 litros)	15\$00	15\$00	15\$00	15\$00
Vinho branco (cada 10 litros)	14\$00	14\$00	14\$00	14\$00

Anexo n.º 41**Organização do Comité Local do PCP no concelho de Torres Vedras (1940-1950)**⁶⁶²

Nome	Profissão	Residência	Pseudónimo
Raimundo Santos Porta	Empregado comercial	Torres Vedras	Vítor
Álvaro Ramalho Alves	Funcionário judicial	Ribaldeira	Gomes
Júlio dos Santos	Limador de metais	Torres Vedras	Pedro
João Carvalho Mesquita	Estudante	Dois Portos	Fernando
Frederico Ribeiro	Tipógrafo	Torres Vedras	Gilberto
Teodoro Rodrigues Costa	Barbeiro	Torres Vedras	-
Júlio Albino	Caldeireiro	Torres Vedras	-
Joaquim Queirós	Empregado comercial	Torres Vedras	-
Luiz Gomes da Silva	Torneiro mecânico	Torres Vedras	-
Narciso Lopes	Operário	Torres Vedras	-
António Alexandre	Operário	Torres Vedras	-
João Rábida	Operário	Torres Vedras	-
Quirino Vieira	Operário	Torres Vedras	-
José Martins	Operário	Torres Vedras	-
António Casal do Rei	-	Torres Vedras	-
Alfredo Evaristo da Silva	Tipógrafo	Torres Vedras	-
Ezequiel da Silva	Encadernador	Torres Vedras	-
António Santos Salomé	Impressor	Torres Vedras	-
Miguel da Cunha	Operário fundidor	Torres Vedras	Mário
António	Macheiro	-	-
José Picharro	Rebarbador	-	-
João de Almeida	Caldeireiro	-	-
Mário Martins	Fundidor	-	-
José Correia dos Santos	Rebarbador	-	-
António Correia Alves	Fundidor	Feliteira	Gabriel
José Luís	Aprendiz de fundidor	-	-
Orlando	Aprendiz de fundidor	-	-
Joaquim	Mecânico	Torres Vedras	-

⁶⁶²ANTT, PIDE/DGS, SC/PC, Processo n.º 289/50; Idem, Processo n.º 49/51.

Nome	Profissão	Residência	Pseudônimo
João Franco	Camponês	Ribaldeira	-
Augusto Barbosa	Camponês	Ribaldeira	-
José Patrocínio	Camponês	Ribaldeira	-
Agostinho Manta	Camponês	Ribaldeira	-
Jaime Trinta	Camponês	Ribaldeira	-
Raúl Veríssimo	Empregado armazém	Dois Portos	-
Jacinto Rabicho	Sapateiro	Dois Portos	-
Joaquim Cláudio	Sarreiro	Dois Portos	-
Manuel	Sapateiro	Dois Portos	-
Luiz da Cândida	Camponês	Feliteira	-
António	Camponês	Patameira	-
José Luiz	Jornaleiro	Matações	António
Francisco Pereira	Trabalhador rural	Matações	Carrasco
António de Castro	Sapateiro	Matações	-
Guido Artur Clímaco	Marceneiro	Matações	Vicente
Mário Luiz	-	Matações	-
Polidoro Correia	Carpinteiro	Torres Vedras	Salvador
João Ferreira Santos	Motorista	Torres Vedras	Rijo
Teodoro Costa	Comerciante	Torres Vedras	Delfim
Alberto Pedro Capão	Tipógrafo	Torres Vedras	Rafael
Carlos Simões	Serralheiro mecânico	Torres Vedras	-
Carlos Bernardes	Serralheiro mecânico	Torres Vedras	-
Manuel Pereira	Empregado escritório	Torres Vedras	-
João Pedro Capão	Empregado comercial	Torres Vedras	-
Amílcar Porta	Pedreiro	Torres Vedras	-
Emídio Elias	Carpinteiro	Torres Vedras	-
Agflo Rodrigues	Serralheiro mecânico	Torres Vedras	-
Carlos Alberto	Mecânico	Torres Vedras	-
Manuel Valério	Mecânico	Torres Vedras	-
Miguel da Cunha	Fundidor	Torres Vedras	Mário

Nome	Profissão	Residência	Pseudónimo
João	Caldeireiro	-	-
Mário	Fundidor	-	-
Ernesto Pina	Barbeiro	Torres Vedras	-
António Alves	Operário	-	-
Luiz Pardal	Operário	Torres Vedras	-
José Barco Perdigão	Farmacêutico	Torres Vedras	Zarco
Carlos Corisco	Barbeiro	Torres Vedras	-
Jaime	Barbeiro	Torres Vedras	-
Arnaldo Silva	Sapateiro	-	-
Manuel Panasqueira	Sapateiro	Torres Vedras	Diniz
Jacinto Cláudio	Camponês	Ribaldeira	-
Manuel Brigadeiro	Camponês	Ribaldeira	-
António Luiz Cláudio	Camponês	Ribaldeira	-
Francisco de Sousa	Camponês	Caixaria	-
José António	Camponês	Caixaria	-
Tomé de Sousa	Camponês	Caixaria	-
Maria Engrácia	-	Gozandeira	-
Palmira	-	Gozandeira	-
Francisco dos Reis	-	Gozandeira	-
Carlos Carrasqueiro	-	Feliteira	-

Nome	Organização
Raimundo dos Santos Porta	1.º Comité Local do PCP de Torres Vedras (1940)
Álvaro Ramalho Alves	
Júlio dos Santos	
João Carvalho Mesquita	

Nome	Organização
Frederico Ribeiro	Sub-Comité Local do PCP de Torres Vedras (1944)
Teodoro Rodrigues Costa	
Júlio Albino	
Joaquim Queirós	

Nome	«Célula de empresa»	Anos conhecidos
Alfredo Evaristo da Silva	Sociedade Progresso Industrial (Torres Vedras)	1945
Ezequiel da Silva		
António dos Santos Salomé		
Luiz Pardal	Casa Hipólito (Torres Vedras)	1945-1946
Luiz Gomes da Silva		
Narciso Lopes		
António Alexandre		
João Rábida		
Quirino Vieira		
José Martins		
Miguel da Cunha	Fundição de Dois Portos (Dois Portos)	1949
José Picharro		
João de Almeida		
Mário Martins		
José Correia dos Santos		
António Correia Alves		
José Luiz		
Orlando		
Joaquim	João Henriques (T. Vedras)	Data desconhecida

Nome	«Célula operária»	Anos conhecidos
Raúl Veríssimo	Dois Portos	1943-1945
Jacinto Cláudio		
Joaquim Cláudio		
Manuel		

Nome	«Célula camponesa»	Anos conhecidos
Francisco de Sousa	Caixaria (Dois Portos)	1943-1945
Tomé de Sousa		
José António		
Luiz da Cândida	Feliteira (Dois Portos)	1943-1945
António	Patameira (Dois Portos)	1943-1945
João Franco	Ribaldeira (Dois Portos)	1943-1945
Augusto Barbosa		
José Patrocínio		
Agostinho Manta		
Jaime Trinta		
Jacinto Cláudio	Ribaldeira (Dois Portos)	1947
Manuel Brigadeiro		
António Luiz Cláudio		
José Luiz	Matações	1948
Francisco Pereira		
António de Castro		
Guido Artur Clímaco		
Mário Luiz		

Anexo n.º 42

Votação da eleição de deputados para a Assembleia Nacional (1942)⁶⁶³

Assembleias	Inscritos	Votantes	Percentagem
A-dos-Cunhados	403	299	74,1%
Carmões	107	99	92,5%
Carvoeira	241	180	74,6%
Dois Portos	370	259	70%
Freiria	119	88	73,9%
Matações	208	153	73,5%
Maxial 1	294	241	81,9%
Maxial 2	130	111	85,3%
Monte Redondo	136	118	86,7%
Ponte do Rol	126	104	82,5%
Ramalhal	227	183	80,6%
Runa	285	203	71,2%
Torres Vedras ⁶⁶⁴	1073	784	73%
Campelos	92	75	81,5%
S. Pedro da Cadeira	256	199	77,7%
Silveira	216	192	88,8%
Turcifal	242	182	75,2%
Ventosa	294	215	73,1%
Total	4819	3685	-

⁶⁶³*Notícias de Torres*, Ano I, N.º 11, 18/11/1942, p. 1, coluna 4.

⁶⁶⁴A votação da vila de Torres Vedras é a conjugação, dos resultados obtidos, nas assembleias de voto das freguesias de S. Pedro e de S. Maria.

Anexo n.º 43

1.ª Comissão Concelhia do MUD de Torres Vedras (Outubro de 1945)⁶⁶⁵

Elementos	Profissão	Residência	Idade
Aurélio Ricardo Belo	Médico-major	Asilo de Runa	67
Alberto Graça	Advogado	Torres Vedras	42
Alberto Fernandes Bandeira	Guarda-livros	Torres Vedras	45
Leonel de Freitas Trindade	Comerciante	Torres Vedras	42
Álvaro Lafaia de Castro	Comerciante	Torres Vedras	39
Vasco Rodrigues Parreira	Comerciante	Torres Vedras	32
José dos Santos Pio	Comerciante	Torres Vedras	39
António Ubaldo	Construtor	Torres Vedras	39

⁶⁶⁵A *República*, Ano XXXV, N.º 5.401, 11/11/1945, p. 3, coluna 4; ANTT/MI, Recenseamento Eleitoral, Distrito de Lisboa, Concelho de Torres Vedras, 1945, livro 476, *Cópia do Recenseamento Geral dos Chefes de Família*.

Anexo n.º 44

2.ª Comissão Concelhia do MUD de Torres Vedras (Dezembro de 1945)⁶⁶⁶

Nome	Profissão	Residência	Idade
Filipe de Vilhena	Proprietário	Quinta do Calvel	75
Augusto Bastos Troni	Médico	Carmões	29
Alberto Graça	Advogado	Torres Vedras	42
António Leal de Ascensão	Comerciante	Torres Vedras	37
Leonel de Freitas Trindade	Comerciante	Torres Vedras	42
José dos Santos Pio	Comerciante	Torres Vedras	39
José Rodrigues Perdigão	Ajudante de Farmácia	Torres Vedras	42
Horácio da Silva Sabino	Comerciante	Dois Portos	51
José Pedro Lopes	Construtor	Torres Vedras	41
José Augusto Martins	Comerciante	Torres Vedras	56
José da Silva Pereira	Proprietário	Freixofeira	36
Raimundo dos Santos Porta	Operário	Torres Vedras	31
José Rodrigues da Silva	Proprietário	Matacães	61
Vítor Gomes da Silva	Empregado comercial	Torres Vedras	-
Luiz Nunes da Cunha	Comerciante	Freiria	55
Vasco Rodrigues Parreira	Comerciante	Torres Vedras	32
António Santos Júnior	Industrial	Torres Vedras	51
António Ubaldo	Construtor	Torres Vedras	39
Álvaro Lafaia de Castro	Comerciante	Torres Vedras	59
António dos Santos	Empregado comercial	Torres Vedras	35
Álvaro Ramalho Alves	Escriturário	Ribaldeira	31
Vítor Cesário da Fonseca	Comerciante	Torres Vedras	56

⁶⁶⁶ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 138, ofício n.º 848 de 27/12/1945; ANTT/MI, Recenseamento Eleitoral, Distrito de Lisboa, Concelho de Torres Vedras, 1945, livro 476, *Cópia do Recenseamento Geral dos Chefes de Família*.

Anexo n.º 45

Votação total registada na eleição de deputados para a Assembleia Nacional (1945)⁶⁶⁷

Concelho	Inscritos	Votantes	Percentagem
Torres Vedras	4.893	2.919	59,6%

Anexo n.º 46

Comissão Concelhia de apoio à candidatura do general Norton de Matos (1949)⁶⁶⁸

Nome	Profissão	Residência	Idade
José Nunes de Chaves	Farmacêutico	Torres Vedras	75
António Leal de Ascensão	Comerciante	Torres Vedras	41
Augusto Bastos Troni	Médico	Torres Vedras	33
Álvaro Lafaia de Castro	Comerciante	Torres Vedras	63
Francisco Maria de Carvalho	Proprietário	Torres Vedras	62
José Augusto Martins	Proprietário	Torres Vedras	61
Augusto Maia	Industrial	Torres Vedras	61
Vítor Cesário da Fonseca	Industrial	Torres Vedras	61
José Pedro Lopes	Construtor civil	Torres Vedras	47
Albano Pinto de Chaves	Engenheiro civil	Torres Vedras	43
Vítor Sousa Gomes Pereira	Empregado comercial	Torres Vedras	36
José Faustino	Comerciante	Torres Vedras	59
Ernesto Carvalho dos Santos	Advogado	Torres Vedras	41

⁶⁶⁷ *A Voz*, Ano XIX, N.º 6.714, 19/11/1945, p. 6, coluna 4.

⁶⁶⁸ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil, cx. 176, ofício n.º 62 de 11/01/1949; ANTT/MI, Recenseamento Eleitoral, Distrito de Lisboa, Concelho de Torres Vedras, 1949, livro 1011, *Cópia do Recenseamento dos Eleitores da Assembleia Nacional e do Presidente da República*.

Anexo n.º 47

Sessões de propaganda da oposição realizadas nas freguesias rurais⁶⁶⁹

Data	Localidade	Oradores convidados
31 de Janeiro de 1949	Ramalhal (Casa de Eduardo Maria Franco)	Luís Manuel Perdigão
		Augusto Bastos Troni
		Ernesto Carvalho dos Santos
2 de Fevereiro de 1949	Dois Portos (Casa de Ilda Mateus)	Manuel Luís Pereira
		António Leal d'Ascensão
		Augusto Bastos Troni
		Ernesto Carvalho dos Santos
3 de Fevereiro de 1949	Runa (Casa de José Marques Boavida)	João Pedro Capão
		José Carvalho Mesquita
		Augusto Bastos Troni
		Ernesto Carvalho dos Santos
4 de Fevereiro de 1949	Freixofeira, freguesia do Turcifal (Casa de Manuel Vicente)	Jaime Viegas
		António Leal d'Ascensão
		Augusto Bastos Troni
		Ernesto Carvalho dos Santos

⁶⁶⁹ ANTT/Arquivo Distrital de Lisboa, cx. 176, ofícios não datados.

Anexo n.º 48

Abaixo-assinado de 85 jovens de Torres Vedras, que manifestam desapontamento por não se realizar na vila nenhuma sessão de apoio a Norton de Matos⁶⁷⁰

(fl. 1) “Exmº. Senhor

General Norton de Matos

Lisboa

Com as nossas saudações democráticas, vimos manifestar a V. Exª, a amarga desilusão sofrida pela juventude democrática de Tórres Vedras por não receber de V. Exª. o apoio necessário para a realização de uma sessão de propaganda dedicada à geração nova.

Temos plena consciencia de que essa sessão, tão ansiada – a prová-lo está o abaixo-assinado de 85 jóvenes desta, entregue à Exmª. Comissão Concelhia de Apoio à Candidatura de V. Exª., a pedir a sua efectivação - só poderia corresponder aos interesses da propaganda da Candidatura que nos é tão querida.

A atestar a nossa crença da necessidade de tal sessão, a exemplo daquelas outras dedicadas também à juventude e de brilhantes êxitos que por todo o País têm sido realizadas, obtivemos dos Serviços Centrais da Candidatura a chancela que autorizava o nosso requerimento junto do Exmº. Sr. Governador Civil. Causou portanto grande surpresa a contra-ordem proferida por V. Exª. numa carta dirigida à Comissão Concelhia dos Serviços de Candidatura.

A manter-se esta decisão é difícil evitar o desânimo sobre a grande massa juvenil que entusiasticamente (fl. 1 v.º) tem vindo a apoiar as reclamações de V. Exª. por Eleições Livres.

Apresentando a V. Exª as nossas mais cordeais

Saudações Democráticas

Tórres Vedras, 23 de Janeiro de 1949”.

⁶⁷⁰“Abaixo-assinado de 85 jovens de Torres Vedras, que manifestam desapontamento por não se realizar na cidade nenhuma sessão de apoio a Norton de Matos. Anotada à mão a resposta deste último”, Torres Vedras, 23 de Janeiro de 1949, pp. 1-4 [Consultado em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10258.009.034> a 28 de Julho de 2015]. Apesar de constar uma referência à existência de 85 subscritores, no entanto, o documento original apenas apresenta 53 assinaturas.

Anexo n.º 49

Resultados da eleição do Presidente da República, marechal Óscar Carmona, no
concelho de Torres Vedras, em 13 de Fevereiro de 1949⁶⁷¹

Assembleias	Eleitores	Votantes	Percentagem
A-dos-Cunhados	528	477	90%
Campelos	141	137	97%
Carmões	152	109	71%
Carvoeira	354	305	86%
Dois Portos	647	439	67%
Freiria	175	135	77%
Matações	302	194	64%
Maxial 1	386	239	61%
Maxial 2	73	48	65%
Monte Redondo	121	91	75%
Ponte do Rol	240	203	84%
Ramalhal	323	213	65%
Runa	235	178	75%
S. Maria	399	141	35%
S. Pedro da Cadeira	250	227	90%
S. Pedro	1122	619	55%
Silveira	325	286	88%
Turcifal	383	292	76%
Ventosa 1	174	136	78%
Ventosa 2	294	230	78%
Total	6624	4699	70,9%

⁶⁷¹Badaladas, Ano II, N.º 11, 15/03/1949, p. 5, coluna 1.